

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

ARNALDO TIMÓTEO MASSANGAIE

**A POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL**

Porto Alegre

2017

ARNALDO TIMÓTEO MASSANGAIE

**A POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, área de concentração Política Internacional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz
Pereira

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Massangaie, Arnaldo Timóteo A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral / Arnaldo Timóteo Massangaie. -- 2017.

274 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Moçambique. 2. Política externa. 3. África Austral. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient.
II. Título.

ARNALDO TIMÓTEO MASSANGAIE

**A POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, área de concentração Política Internacional

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

UFRGS

Prof. Dr. Carlos Arturi

UFRGS

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

UFSM

À minha mãe Rosalina que, no meio de grandes dificuldades, acreditou em mim e me encorajou a olhar com fé nos desafios que a vida nos impõe. A minha esposa, Marcela, aos filhos Lilly, Álvaro e Tony pelo encorajamento e paciência durante as prolongadas ausências na prossecução de estudos e realização dos demais trabalhos académicos.

A toda a minha família, o meu profundo reconhecimento e abraços.

AGRADECIMENTOS

Depois desta longa caminhada de aprendizado, não posso deixar de agradecer a Deus pela proteção e orientação. Não posso, também, me esquecer das valiosas contribuições que direta ou indiretamente me foram dadas por várias personalidades e instituições, ciente de que não poderei incluir a todas. Porém queria endereçar o meu profundo e especial agradecimento à minha orientadora, Professora Dra. Analúcia Danilevicz Pereira pelo apoio incondicional que me deu ao longo do meu percurso acadêmico ao nível do doutorado e pela orientação durante a pesquisa e elaboração desta tese.

Agradecimento especial vai igualmente para o Prof. Paulo Visentini que muito tem feito para apoiar o processo de formação de quadros superiores Moçambicanos. Foi com a grande colaboração do Professor Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini que acabei ingressando no curso de doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais tendo recebido dele um grande apoio ao longo da minha estadia em Porto Alegre.

Agradecer ainda ao Sr. Vice-Ministro da Defesa da República de Moçambique, Dr. Patrício José que, na qualidade de Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique (ISRI), acreditou em mim e me concedeu a bolsa de estudos que permitiu a frequência neste curso.

Profundos agradecimentos ao Magnífico Vice-Reitor do ISRI, Prof. Dr. José Magode pelo apoio moral e intelectual por ele concedido ao longo de todo o processo de frequência do curso. Agradeço ainda ao Prof. Dr. Hilário Cau e muitos outros colegas do ISRI pelo encorajamento e colaboração durante o curso.

Não deixarei de reconhecer a importante contribuição que me foi dada pelo Centro Regional de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), em Harare, Zimbábue. Agradecimento especial para Moletsi Madakufamba, Director Executivo desta instituição, e para Joseph Ngwagui, Director do Instituto de Pesquisa da SARDC, cujo contributo foi imensurável para o aprofundamento do conhecimento sobre as diferentes facetas do processo de integração na África Austral. Ao Dr. Fernando Chomar, Ministro Conselheiro da Embaixada de Moçambique em Gaborone, Botswana, pelo grande apoio concedido durante a pesquisa realizada naquele país.

Várias instituições nacionais deram o seu contributo para que esta tese se tornasse realidade destacando-se, entre elas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o

Ministério dos Recursos Minerais e Energia, o Ministério da Indústria e Comércio, entre outras. Reconhecendo que não poderei mencionar a todos quantos se dignaram dar o seu contributo para a materialização desta tese, o meu profundo agradecimento a todos.

RESUMO

A inserção internacional de Moçambique é um processo que ocorreu em fases, tendo se iniciado com os esforços empreendidos na década de 1960 pelo Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, Primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Visando criar o isolamento internacional do regime colonial Português e obter o apoio necessário para a causa da independência de Moçambique, Mondlane estabeleceu contatos com governos de vários Estados do mundo incluindo países ocidentais, países progressistas africanos e países socialistas, projetando, deste modo, a imagem de Moçambique no mundo. Iniciada com as decisões tomadas no Segundo Congresso da FRELIMO realizado em 1968, a política externa de Moçambique tinha em vista “criar mais amigos e poucos inimigos”, num contexto de bipolaridade ideológica que caracterizava a guerra-fria. O novo contexto internacional emergente no período após o fim da guerra-fria viria a originar uma redefinição desta política que passou a ser definida como de “criar mais amigos e mais parceiras”. A nível da região da África Austral a FRELIMO considerou sempre que a independência de Moçambique só seria completa com a libertação de todos os países da região que ainda se encontravam sob a dominação de regimes coloniais e minoritários tendo dado o seu apoio incondicional à luta de libertação do Zimbábue, África do Sul e Namíbia, para além do seu grande empenho no processo de cooperação e integração regional. É neste contexto que se pode enquadrar esta tese cujo tema é “a política externa de Moçambique e sua inserção na região da África Austral” a qual procura, através de uma vasta revisão bibliográfica, analisar os contornos que estiveram à volta da afirmação de Moçambique como Estado reconhecido no concerto das nações tanto a nível regional como internacional.

Palavras-Chave: Moçambique. Política externa. África Austral.

ABSTRACT

The international insertion of Mozambique is a process that took place in phases, starting with the efforts made in the 1960s by Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, First President of the Liberation Front of Mozambique (FRELIMO). In order to create the international isolation of the Portuguese colonial regime and obtain the necessary support for the cause of Mozambique's independence, Mondlane established contacts with governments in several states of the world including Western countries, progressive African countries and socialist countries, thus projecting the image of Mozambique in the world. Initiated by the decisions taken at the Second FRELIMO's Congress held in 1968, Mozambique's foreign policy aimed to "create more friends and few enemies" in a context of ideological bipolarity that characterized the Cold War. The new emerging international context in the period after the end of the Cold War would lead to a redefinition of this policy, which was defined as "creating more friends and more partners". At the level of the southern African region FRELIMO always considered that Mozambique's independence would only be complete with the liberation of all the countries of the region that were still under the domination of colonial and minority regimes and gave its unconditional support to the liberation struggle in Zimbabwe, South Africa and Namibia, in addition to its strong commitment to regional cooperation and integration. It is in this context that one can frame this thesis whose theme is "the foreign policy of Mozambique and its insertion in the region of Southern Africa" which seeks, through a vast bibliographical review, to analyze the contours that were around the affirmation of Mozambique as State recognized in the concert of nations at both regional and international levels.

Keywords: Mozambique. Foreign policy. Southern Africa.

RÉSUMÉ

L'intégration internationale du Mozambique est un processus qui a eu lieu en plusieurs étapes, après avoir commencé avec les efforts dans les années 1960 par le Dr Eduardo Chivambo Mondlane, Premier Président du Front de libération du Mozambique (FRELIMO). Visant à créer l'isolement international du régime colonial portugais et obtenir le soutien nécessaire pour la cause de l'indépendance du Mozambique, Mondlane a établi des contacts avec les gouvernements de divers pays du monde, y compris les pays occidentaux, les pays progressistes africains et les pays socialistes, projetant ainsi l'image du Mozambique dans le monde. Initié avec les décisions prises lors du deuxième Congrès FRELIMO en 1968, la politique étrangère du Mozambique était destinée à "créer plus d'amis et moins d'ennemis» dans le contexte de la bipolarité idéologique qui caractérise la guerre froide. Le contexte international nouveau émergent dans la période après la fin de la guerre froide conduirait à une redéfinition de cette politique est venu à être défini comme «faire plus d'amis et plus de partenaires." Au niveau de la région de l'Afrique australe FRELIMO a toujours considéré que l'indépendance du Mozambique ne serait complète avant la libération de tous les pays de la région étaient encore sous la domination des régimes coloniaux et minoritaires et a donné son soutien inconditionnel à la lutte de libération Zimbabwe, Afrique du Sud et en Namibie, en plus de son grand engagement à la coopération et l'intégration régionale. Il est dans ce contexte que l'on peut encadrer cette thèse dont le thème est "la politique étrangère du Mozambique et son rôle dans la région de l'Afrique australe», qui cherche, par un examen approfondi de la littérature, analysent les grandes lignes qui étaient autour de l'affirmation du Mozambique État reconnu dans le concert des nations tant au niveau régional et international.

Mots-clés: Mozambique. Politique étrangère. Afrique Australe.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa Cor-de-Rosa	422
Mapa 2 - O Império Colonial Português em África... ..	43
Mapa 3 - Moçambique e Suas Fronteiras na África Austral	722

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento Aprovado por Sectores, em 2010	16969
Tabela 2 - Comércio de Moçambique com a África do Sul	20707

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentos de Libertação e Organizações das Antigas Colónias Portuguesas Presentes na Reunião Constitutiva da CONCP	64
Quadro 2 - Companhias Concessionárias em Moçambique Durante o Período Colonial.....	74
Quadro 3 - Acordos de Empréstimos Fornecidos pelos Países Ocidentais a Moçambique de 1980 a 1982	142
Quadro 4 - Principais Países de Origem do Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique no Período de 2010 a 2016 (Primeiro Semestre).....	171
Quadro 5- Principais Empresas Estrangeiras Envolvidas na Prospecção de Recursos Energéticos e Minerais em Moçambique nos anos 1960	173
Quadro 6- Empresas Envolvidas na Pesquisa e Exploração do Carvão Mineral em Moçambique	176
Quadro 7 - Empresas Envolvidas na Exploração de Carvão Mineral e Outros Minerais na Província de Tete, Moçambique.....	177
Quadro 8 - Parque Produtor de Energia Eléctrica em Moçambique	179
Quadro 9 - Localização de Projetos de Prospecção e Exploração de Gás Natural na Zona Centro e Sul de Moçambique e as Empresas Envolvidas	181
Quadro 10 - Localização de projetos de prospecção e exploração de gás natural na Bacia do Rovuma e as empresas envolvidas	182
Quadro 11- Principais Operadores na Pesquisa e Exploração de Areias Pesadas em Moçambique	184
Quadro 12- Distribuição de Sectores de Actividades Pelos Estados-Membros da SADCC em 1980	235

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEMO	– Associação dos Espoliados de Moçambique
AGP	– Acordo Geral de Paz
AIM	– Agência de Informação de Moçambique
ANERM	– Associação dos Naturais e Ex-Residentes de Moçambique
ASAS	– Associação de Estados da África Austral
AWEPA	– Parlamentares Europeus para África
BAC	– Congresso Nacional Africano do Basutholândia
BAD	– Banco Africano do Desenvolvimento
BCP	– Partido do Congresso de Basutholândia
BM	– Banco de Moçambique
BND	– Serviço Federal de Inteligência da Alemanha
BNP	– Partido Nacional de Basutholândia
BRIM	– Brigadas de Infantaria Motorizada
CEA	– Centro de Estudos Africanos
CECAC	– Conferência dos Países da África Central e Oriental
CEE	– Comunidade Económica Europeia
CEI	– Casa dos Estudantes do Império
CIA	– Agência Central de Inteligência
CIEDS	– Comité Interestadual de Defesa e Segurança
CIO	– Organização Central de Inteligência
CIP	– Centro de Integridade Pública
CLSTP	– Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe
CMP	– Conselho Mundial da Paz
CNA	– Congresso Nacional Africano
CNAM	– Congresso Nacional de Moçambique
CNOOC	– <i>China National Offshore Oil Corporation</i>
COMECON	– Conselho para a Ajuda Económica Mútua
COMESA	– Mercado Comum da África Oriental e Austral
CONCP	– Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CONSAS	– Constelação de Estados da África Austral
COREMO	– Comité Revolucionário de Moçambique
CPI	– Centro de Promoção de Investimentos
CUNIMO	– Convergência Unida de Moçambique
DGS	– Direção Geral de Segurança
DPG	– Grupo de Parceiros de Desenvolvimento
DUI	– Declaração Unilateral da Independência
EAC	– Comunidade da África Oriental
EAU	– Emirados Árabes Unidos
EFTA	– Área de Livre Comércio da Europa
ELF	– Estados da Linha da Frente
EMATUM	– Empresa Moçambicana do Atum
ENH	– Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
ENRC	– Eurasian Natural Resources Corporation
EPLF	– Frente de Libertação do Povo da Eritreia
EUA	– Estados Unidos da América
FAPLA	– Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLEC	– Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FLP	– Frente de Libertação Portuguesa
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FNLA	– Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAIN	– Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
FRECOMO	– Frente Comum de Moçambique
FREINA	– Frente Independente Africana
FRELIMO	– Frente de Libertação de Moçambique
FRESAMO	– Frente de Salvação de Moçambique
FRETILIN	– Frente de Libertação de Timor Leste Independente
FROLIZI	– Frente de Libertação do Zimbábue
GEPs	– Grupos Especiais de Paraquedistas
GEs	– Grupos Especiais
GMEs	– Grupos Muito Especiais

GRAE	– Governo Revolucionário de Angola no Exílio
GUMO	– Grupo Unido de Moçambique
HCB	– Hidroeléctrica de Cahora Bassa
IDE	– Investimento Direto Estrangeiro
IDN	– Investimento Direto Nacional
ISRI	– Instituto Superior de Relações Internacionais
MAC	– Movimento Anticolonialista
MAM	– <i>Mozambique Assets Management</i>
MANC	– Congresso Nacional Africano de Moçambique
MANU	– União Nacional Africana de Moçambique
MCLI	– Iniciativa Logística do Corredor de Maputo
MCP	– Partido do Congresso do Malawi
MDC	– Corredor de Desenvolvimento de Maputo
MFA	– Movimento das Forças Armadas
MIC	– Ministério da Indústria e Comércio
MPD –	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MINEC	– Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MIRN	– Movimento Independente para a Reconstrução Nacional
MLSTP	– Movimento para a Libertação de S. Tomé e Príncipe
MNA	– Movimento dos Não-Alinhados
MNR	– <i>Mozambique National Resistance</i>
MOLINACO	– Movimento Nacional de Libertação das Comores
MONAMO	– Movimento Nacionalista de Moçambique
MOZAL	– Fábrica de Alumínio de Moçambique
MPD	– Ministério do Plano e Desenvolvimento
MPLA	– Movimento Popular de Libertação do Zimbábue
MW	– Megawatts
NESAM	– Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
NU	– Nações Unidas
OECD	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OLP	– Organização para a Libertação da Palestina

ONU	– Organização das Nações Unidas
OPDS	– Órgão para a Política, Defesa e Segurança
OPDSC	– Órgão para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança
OPIC	– <i>Overseas Private Investment Corporation</i>
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	– Organização da Unidade Africana
PAC	– Congresso Pan-Africano
PAIGC	– Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOPs	– Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAPs	– Parceiros de Apoio Programático
PCN	– Partido de Coligação Nacional
PIDE	– Polícia Internacional de Defesa do Estado
PRE	– Programa de Reabilitação Económica
PRES	– Programa de Reabilitação Económica e Social
PTA	– Área de Comércio Preferencial
RAS	– República da África do Sul
RDC	– República Democrática do Congo
RENAMO	– Resistência Nacional Moçambicana
RFA	– República Federal da Alemanha
RISDP	– Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional
SACP	– Partido Comunista Sul-Africano
SACU	– União Aduaneira da África Austral
SADC	– Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADCC	– Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral
SADFs	– Forças de Defesa Sul-Africanas
SARDC	– Centro de Documentação da África Austral
SAS	– <i>Special Air Services</i>
SIPO	– Plano Indicativo Estratégico do Órgão
SONAREP	– Sociedade Nacional de Refinação de Petróleo
SWAPO	– Organização do Povo do Sudoeste Africano
TAZARA	– Linha Férrea Tanzânia-Zâmbia

UANC	– Conselho Nacional Africano Unido
UDENAMO	– União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	– União Nacional de Moçambique Independente
UNAMO	– União Nacional de Moçambique
UNAR	– União Nacional Africana de Rombézia
UNEMO	– União dos Estudantes Moçambicanos
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIP	– Partido Unido para a Independência Nacional
UNIPOMO	– União dos Povos de Moçambique
UNITA	– União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	– União Nacional dos Trabalhadores de Angola
UPA	– União das Populações de Angola
UPNA	– União dos Povos do Norte de Angola
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOR	- Radiofrequência Omnidirecional
WB	- Banco Mundial
ZANC	– Zambian African National Congress
ZANLA	– Exército de Libertação de Libertação Nacional do Zimbábue
ZANU	– União Nacional Africana do Zimbábue
ZAPU	– União Africana do Povo do Zimbábue
ZMM	– GT - Triângulo de Crescimento Zâmbia – Malauí – Moçambique

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	DESENHO DE PESQUISA E ESTRUTURA DA TESE.....	24
2	RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ÁFRICA AUSTRAL E ENQUADRAMENTO DE MOÇAMBIQUE NA REGIÃO	30
2.1	A COMPETIÇÃO ENTRE ATORES EXTERNOS PELA OCUPAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.	33
2.2	O CONTEXTO INTERNACIONAL NAS DÉCADAS DE 1950/1960 E SEU IMPACTO NAS DINÂMICAS POLÍTICAS DA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL	48
2.3	DINÂMICAS DOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL	56
2.3.1	O Nacionalismo Negro na África Austral e as Independências das Antigas Colônias Britânicas na Região	58
2.4	O NACIONALISMO NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS EM ÁFRICA	63
3	MOÇAMBIQUE E SUAS POTENCIALIDADES NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL	70
3.1	O NACIONALISMO EM MOÇAMBIQUE.....	76
3.1.1	O Surgimento da Frente de Libertação de Moçambique e a Evolução da Luta Armada	80
4	POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE	101
4.1	A DIPLOMACIA DA FRELIMO DURANTE A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	105
4.1.1	A Diplomacia da FRELIMO sob a presidência do Dr. Eduardo Mondlane	107
4.1.2	Diplomacia da FRELIMO sob a Presidência de Samora Machel	116
4.2	A POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE (1975-1986)	123
4.3	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE (1975- 1986) E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA.....	135
4.3.1	A Mudança de Estratégia Política e Económica: A Aproximação ao Ocidente	140
5	POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA (1986-2016)	154
5.1	O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE.....	166

5.2	OS RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE.....	173
5.3	POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL	188
5.3.1	Apoio da FRELIMO aos Movimentos de Libertação do Zimbábue (ZANU e ZAPU)	189
5.3.2	Apoio à Luta do Congresso Nacional Africano (ANC) contra o Regime do <i>apartheid</i> na África do Sul.....	200
5.3.3	Política Externa de Moçambique para com a África do Sul	204
5.4	CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE	208
5.5	RELAÇÕES ENTRE MOÇAMBIQUE E MALAUI.....	220
5.6	O PROCESSO DE REAPROXIMAÇÃO E RESOLUÇÃO DO CONFLITO EM MOÇAMBIQUE.....	225
6	MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA SADC ..	230
6.1	A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE	230
6.2	A CONFERÊNCIA COORDENADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADCC)	233
6.2.1	Consequências da Criação da SADCC para Moçambique.....	241
6.3	A CRIAÇÃO DA SADC E O PAPEL DE MOÇAMBIQUE NESTA ORGANIZAÇÃO	248
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	258
	REFERÊNCIAS.....	269
	ANEXO A - FILIAÇÃO DE MOÇAMBIQUE EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	274

1 INTRODUÇÃO

A importância estratégica da África Austral foi identificada muito antes do processo de expansão das potências europeias para esta parte do continente no âmbito da procura do caminho marítimo para a Índia nos séculos XV e XVI. No entanto, a Moçambique não lhe foi atribuída a mesma importância como Angola, onde a vastidão de recursos naturais foi percebida nessa altura.

Porém, mais tarde, a competição entre as diferentes potências coloniais se tornou acirrada com Portugal reclamando direitos históricos sobre o território. Tendo sido a primeira potência colonial a ocupar territórios no continente Africano, Portugal seria a última a conceder as independências às suas possessões coloniais em África em meados da década de 1970 após uma guerra prolongada entre este país e os movimentos de libertação nacional africanos.

A eclosão da luta armada de libertação nacional em Moçambique em 1964 e o apoio consequente que as potências ocidentais concederam ao governo português, seu aliado na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) acabaram radicalizando o conflito, levando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a procurar alianças junto dos países progressistas Africanos e dos países socialistas incluindo a China, a Rússia, a Alemanha Oriental e outros países do bloco do Leste.

Num contexto geopolítico regional caracterizado pela existência de dois regimes minoritários e racistas na Rodeia do Sul e na África do Sul que também ocupava a Namíbia, e a prevalência da colonização portuguesa em Angola e Moçambique, a região da África Austral viria, após a independência destes últimos, a testemunhar a emergência e prevalência de um complexo de segurança caracterizado pela corrida armamentista e adopção de uma abordagem eminentemente realista nas relações entre os Estados da região os quais procuravam, com recurso à força militar, assegurar a sua sobrevivência.

As independências das antigas colónias portuguesas e a abordagem política dos governos de Angola e Moçambique, caracterizada por uma inclinação ao bloco do leste bem como a recusa destes Estados em fazerem parte do projeto de Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS) criado no âmbito da política de desanuviamento de John Vorster em finais da década de 1970 acabaram dando argumentos para a eclosão de um processo de desestabilização consequente e sistemática destes países por parte dos regimes minoritários da região nomeadamente a Rodésia do Sul e a África do Sul.

As alianças estratégicas criadas neste contexto acabaram influenciando sobremaneira as idiosincrasias das elites dirigentes dos Estados recém-independentes da África Austral que tentaram opor-se aos regimes minoritários, recorrendo ao apoio dos países socialistas contra regimes que eram, por sua vez, apoiados pelas potências ocidentais. Assim, a confrontação política na região devido à existência de regimes minoritários passou a ser enquadrada dentro do contexto da guerra-fria.

Durante a luta armada de libertação nacional, a FRELIMO, enquanto movimento que reclamava o direito de representar Moçambique em concorrência com o governo Português, viu-se na contingência de adoptar uma política externa orientada para a China, União Soviética e os países do bloco do Leste e ainda os países progressistas africanos e os não alinhados, Para além de esforços empreendidos para angariar algum apoio, mesmo do ocidente.

No entanto, dado o apoio que os países ocidentais congregados na OTAN concediam ao governo português, a FRELIMO apenas conseguiu algum apoio de organizações da sociedade civil daqueles países incluindo organizações dos Estados Unidos, da Alemanha Federal, da Grã-Bretanha e do Canadá. Os países nórdicos, nomeadamente a Suécia, a Holanda, a Noruega, a Dinamarca e a Finlândia destacaram-se pelo seu apoio à luta de libertação de Moçambique, não obstante os frequentes protestos endereçados aos seus governos pelo governo Português.

De referir que a existência de um número relativamente grande de Estados ainda sob a dominação de regimes minoritários na África Austral, contrariamente às regiões ocidental, central e oriental do continente, constituiu grande preocupação para a Organização da Unidade Africana (OUA). Esta organização, criada em 1963, na sequência das independências dos primeiros Estados Africanos em finais da década de 1950 e princípios da década de 1960, decidiu criar um Comité de Libertação sediado em Dar-es-Salam e liderado pela Tanzânia.

Os Estados independentes da África e o Comité de Libertação da OUA assumiram a responsabilidade de mobilizar apoio internacional para os movimentos de libertação que lutavam contra os últimos bastiões do colonialismo e racismo na região. Esses movimentos de libertação incluíam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a União Africana dos Povos do Zimbábue (ZAPU)¹, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU)², o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO)³ da

¹ Do original em Inglês, *Zimbabwe African People's Union*.

² Do original em Inglês, *Zimbabwe African National Union*.

³ Do original em Inglês, *South West African People's Organization*.

Namíbia, o Congresso Nacional Africano (CNA), o Partido Comunista Sul-Africano (SACP)⁴ e o Congresso Pan-Africano (PAC)⁵, os três últimos na África do Sul.

Este apoio levou à independência das antigas colônias Portuguesas de Angola e Moçambique⁶ na região austral de África em 1975 que se juntaram aos esforços da Tanzânia, Zâmbia e Botswana numa organização informal denominada Estados da linha da Frente (ELF), que culminou com a independência do Zimbábue, em 1980.

De realçar que os outros Estados independentes da região que gravitavam à volta da África do Sul, apesar de terem mostrado simpatia com a causa da libertação da África Austral, encontravam-se comprometidos devido à sua extrema dependência em relação àquele país com o qual partilhavam a União Aduaneira da África Austral (SACU)⁷. Isto também se aplicava para o Malauí, sob a liderança do Dr. Kamuzu Banda, cujo governo se encontrava sob forte influência do regime sul-africano e com estreitos laços de colaboração com o governo português, não tendo, por isso, merecido a confiança do Estados da Linha da Frente durante a luta pela libertação dos territórios ainda dominados (CHRISTIE, 1988).

Não obstante, nove Estados da África Austral (Angola, Botswana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) criaram, em 1980, a Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)⁸ como instrumento essencial para a redução da dependência em relação ao regime do *apartheid* e como fórum de coordenação de projetos para o desenvolvimento da região. Este esforço conjugado, apesar de ter representado enormes sacrifícios humanos e materiais para os Estados da Linha da Frente e mais tarde para a SADCC acabaram levando à ascensão da Namíbia à independência, à erradicação do regime segregacionista do *apartheid* na África do Sul e à implantação, naquele país, de um governo maioritário, democraticamente eleito.

Refira-se que Moçambique destacou-se, logo após a sua independência em 1975, por um grande pragmatismo na sua política externa, tendo denunciado e condenado abertamente os regimes minoritários na região e apoiado os movimentos de libertação em luta contra os regimes

⁴ Do original em Inglês, *South African Communist Party*.

⁵ Do original em Inglês, *Pan-African Congress*.

⁶ Ficaram igualmente independentes as antigas colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, na região da África Ocidental.

⁷ Do original em Inglês, *Southern African Customs Union*. Esta organização foi criada em 1910 por iniciativa da África do Sul. São membros da SACU, para além da África do Sul, o Botswana, Lesoto e a Suazilândia. A Namíbia era membro *de facto* quando se encontrava ainda sob a dominação sul-africana mas só se tornou membro *de jure* após a sua independência em 1990.

⁸ Do original em Inglês, *Southern African Development Coordination Conference*.

coloniais e minoritários na região. Foi neste contexto que em 1976 aderiu às sanções impostas à Rodésia do Sul pela Organização das Nações Unidas (ONU), com os inúmeros prejuízos que essa decisão representou para este país.

Para além dos prejuízos financeiros resultantes do encerramento das fronteiras com a Rodésia de Sul que se traduziram na perda de avultadas receitas pela utilização dos seus portos e caminhos-de-ferro, Moçambique foi alvo de desestabilização em grande escala através de bombardeamentos sistemáticos sobre populações civis e infraestruturas económicas, para além da criação de um movimento rebelde, a Resistência Nacional Moçambicana (MNR)⁹ mais tarde denominado RENAMO (de sua sigla em Português), para inviabilizar a governação do país e provocar o descontentamento popular (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983; MOSCA, 2005).

Vale realçar que desde a independência, os formuladores da política externa de Moçambique enfatizaram a necessidade de forjar uma aliança política e económica com os países vizinhos independentes e os movimentos de libertação da África Austral. Como afirmam Isaacman e Isaacman (1983), a FRELIMO concluiu, durante a sua luta de libertação, que a última independência de Moçambique requeria a destruição da dominação regional pelos regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia do Sul. É neste contexto que Moçambique se juntou aos Estados da Linha da Frente, o mesmo acontecendo com Angola.

De referir, no entanto, que o estudo da política externa de Moçambique passa necessariamente por um retorno ao tempo da luta de libertação nacional, para se compreenderem as bases em que esteve assente. O facto de Moçambique ser governado pela FRELIMO desde a independência permite estabelecer uma ligação linear com os eventos ocorridos no território desde a luta de libertação nacional. Com efeito, foi no Segundo Congresso da FRELIMO em 1968 que foi traçada a estratégia de política externa que viria influenciar sobremaneira a política externa de Moçambique independente.

Papel de destaque foi exercido pelo Dr. Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO, que realizou ações de grande vulto na projeção de Moçambique no Mundo. Com efeito, a unificação dos grupos políticos de características étnico-tribais que se formaram no início da década de 1960 permitiu uma ação diplomática coordenada da FRELIMO, que lhe permitiu projetar o nome de Moçambique na arena internacional.

⁹ Do original em Inglês, *Mozambique National Resistance*.

Foi durante a luta armada de libertação nacional iniciada em 1964 que se iniciou uma ação diplomática consistente, numa primeira fase junto de alguns países ocidentais, mormente os Estados Unidos da América (EUA), visando persuadir o governo de Portugal a aceitar uma solução negociada nas reivindicações das suas colónias Africanas.

Contudo, contrariamente à atitude tomada por outras potências coloniais que cederam às pressões das Nações Unidas (NU) e dos movimentos nacionalistas nos seus respectivos países, Portugal manteve uma atitude mais hostil às reivindicações independentistas, o que concorreu para a radicalização das posições dos movimentos de libertação das suas colónias em África e para sua aliança com os países socialistas.

No âmbito da prossecução de sua política externa na região da África Austral, Moçambique foi exemplar no seu apoio aos nacionalistas da ZANU, do Zimbábue e do CNA da África do Sul. Segundo Abrahamson e Nilsson (1994) a independência do Zimbábue e a formação da SADCC em 1980 foram acontecimentos interpretados pela África do Sul como uma ameaça às possibilidades de o país poder conservar o seu sistema de *apartheid*. O aumento da cooperação regional entre os Estados da Linha da Frente iria diminuir a sua dependência da África do Sul e isto estava contra os interesses políticos sul-africanos, que intensificaram as suas ações de desestabilização dos países independentes da região, especialmente Angola e Moçambique.

No entanto, como já foi referido, os esforços concertados dos países da SADCC aliados aos desenvolvimentos resultantes do processo de desestabilização, especialmente em Angola, trouxeram mudanças significativas que concorreram para a ascensão da Namíbia à independência em 1990 e ao fim do regime segregacionista minoritário do *apartheid* na África do Sul. Levou ainda à implantação, naquele país, de um regime democrático e maioritário dirigido pelo CNA sob a liderança de Nelson Mandela, libertado pelo regime em Fevereiro de 1990 após vinte e sete anos de cadeia.

A transformação da SADCC em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹⁰ em 1992 e a adesão da África do Sul democrática a esta organização trouxe outra dinâmica ao processo de integração regional na África Austral. Estes desenvolvimentos na África

¹⁰ Do original em Inglês, *Southern African Development Community*. Para além dos nove Estados fundadores da SADCC (Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), após alcançar a sua independência, a Namíbia aderiu à SADC em 1990. Com o fim do regime do *Apartheid*, a África do Sul aderiu em 1994, as Ilhas Maurícias em 1995, a República Democrática do Congo em 1997, as Ilhas Seychelles em 2000 e a Ilha de Madagáscar em 2005.

Austral e os eventos ocorridos em finais da década de 1980, nomeadamente o fim da bipolaridade no sistema internacional, em resultado da dissolução da União Soviética, concorreram para a redefinição de estratégias por parte dos atores regionais e internacionais visando fazer face à nova era de globalização que iniciava.

Tendo adoptado uma política externa caracterizada pela aliança com os países do bloco do Leste, do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e países progressistas africanos, Moçambique viria, a partir de meados da década de 1980 a iniciar um processo de mudança de suas alianças internacionais, virando-se para o ocidente. A nível interno também se verificaram mudanças do modelo de governança política, passando do regime de partido único para um modelo de democracia multipartidária a partir da constituição adoptada em 1990.

No âmbito económico, profundas alterações da estratégia de desenvolvimento foram introduzidas a partir de 1984 que levaram à adopção da economia de mercado a partir de 1987, o que concorreu para a abertura da economia à ação de atores provenientes de todo o mundo. A política externa do país foi então redefinida num contexto caracterizado pela necessidade de inserção num sistema internacional multipolar.

Neste novo contexto, a necessidade de observância de princípios que norteiam a democracia multipartidária e a implantação de um Estado de direito democrático onde imperam valores como a boa governação e o respeito pelos direitos humanos se tornaram conceitos predominantes para sua inserção num sistema internacional anárquico.

1.1 DESENHO DE PESQUISA E ESTRUTURA DA TESE

A política externa de Moçambique teve seus alicerces nas decisões tomadas no Segundo Congresso da FRELIMO realizado em 1968. Sob a liderança do Dr. Eduardo Mondlane foram delineadas as estratégias a serem prosseguidas por este movimento de libertação, que numa primeira fase procurou, por meios pacíficos, alcançar a autodeterminação e independência de Moçambique.

Dáí em diante, a política externa da FRELIMO passou a estar orientada para a procura da condenação e isolamento internacional de Portugal devido à sua política colonial em África. Porém, gorados os esforços de negociação pacífica, o recurso à luta armada se tornou inevitável, o que levou à formação de alianças internacionais por parte da FRELIMO e do governo colonial

português, que vieram a coincidir praticamente com as alianças existentes no âmbito da guerra-fria.

Assim sendo, esta tese irá abarcar o período compreendido entre 1962, ano da criação da Frente de Libertação de Moçambique até ao momento da realização deste estudo (2016). Alguns aspetos relativos à história da região da África Austral serão invocados desde o período pré-colonial naquilo que for considerado pertinente para a compreensão das dinâmicas políticas, económicas e sociais de Moçambique que possam ser de interesse para a compreensão da sua política externa.

Tendo em consideração os factos supracitados, a presente pesquisa foi orientada pela seguinte questão inicial: *Para que países tem sido orientada a política externa de Moçambique ao longo do tempo, e quais são os seus principais fatores determinantes? Que política externa Moçambique tem adoptado para a região da África Austral e qual é o contributo do país para o processo de integração regional em curso na região?*

De realçar que a África Austral é uma região de grande importância na economia mundial desde tempos remotos tendo sido demandada por exploradores provenientes de vários quadrantes do mundo incluindo Ásia, Oriente Médio, Europa e Américas. Esta demanda se deve ao facto desta região ser detentora de inúmeros recursos minerais, energéticos, florestais e faunísticos, além de ser uma zona de interesse geopolítico devido à confluência de dois Oceanos: O Atlântico e o Índico.

No que concerne a Moçambique, em particular, é de referir que desde os anos 1960 que foram descobertos importantes jazigos de gás natural, para além da existência de grandes quantidades de carvão mineral, diamantes, pedras preciosas e outros recursos naturais. A existência destes recursos têm despertado o interesse de muitos países desenvolvidos que, em relação aos recursos energéticos, procuram garantir a sua autossuficiência doméstica dado que alguns desses países se encontram na fase de esgotamento desses recursos. Mais recentemente, no século XXI, importantes reservas de gás natural foram descobertos nas principais bacias hidrográficas do país, nomeadamente as bacias de Moçambique, no centro e sul do país e do Roma no norte.

No entanto, apesar da existência destes recursos valiosos, e embora se tenham registado níveis de crescimento assinaláveis nas últimas décadas, Moçambique continua a ser um dos

países considerados mais pobres do mundo. Atendendo a estas evidências esta tese parte das seguintes hipóteses:

- a) *a política externa de Moçambique foi constrangida pelo contexto internacional de guerra-fria e pela existência dos regimes minoritários da Rodésia do Sul e África do Sul na sua vizinhança;*
- b) *o modelo político e económico adotado no período pós-independência concorreu para a exacerbação das contradições internas e aproveitamentos políticos por atores externos em detrimento do desenvolvimento económico, político e social de Moçambique.*

Visando responder às questões de pesquisa acima anunciadas, e para a comprovação das hipóteses formuladas, a presente tese pretende alcançar o seguinte objetivos geral: Analisar o processo de evolução da política externa e inserção internacional de Moçambique. Para o alcance deste objetivo geral foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar o processo de evolução da política externa de Moçambique;
- b) identificar os fatores determinantes da política externa de Moçambique;
- c) avaliar a contribuição de Moçambique no processo de libertação da região da África Austral;
- d) identificar as oportunidades e desafios de Moçambique no contexto da integração na África Austral.

No que concerne aos aspectos metodológicos, para a realização desta tese foi usado como método geral o método hipotético - dedutivo, o qual “[...] permite através de uma combinação de observação cuidadosa dos fenómenos sociais, fazer-se uma antecipação e intuição científica que conduz ao alcance de um conjunto de hipóteses que governam os fenómenos a serem pesquisados” (KAPLAN¹¹, 1972, p.12 *apud* GIL, 1987, p. 30).

Tratou-se de uma pesquisa eminentemente qualitativa, operacionalizada por uma revisão histórica da literatura existente sobre o tema que permitiu analisar a gênese e evolução da política externa de Moçambique desde o período da luta de libertação nacional (de 1964 a 1974)

¹¹ Kaplan, Abraham. A Conduta na Pesquisa; Metodologia Para as Ciências do Comportamento. São Paulo: Herder, 1972.

e os desenvolvimentos subsequentes tanto a nível regional como a nível internacional. Para a compreensão de determinadas realidades descritas na tese e ilustrar as constatações alcançadas ao longo da pesquisa foram usados dados quantitativos sem se ter recorrido necessariamente a análises estatísticas ou económicas complexas.

Para a operacionalização dos métodos acima indicados foi preferencialmente usada a técnica documental que consistiu essencialmente na revisão bibliográfica e de outros documentos incluindo teses e artigos publicados em revistas científicas e periódicos. Especial prioridade foi atribuída aos centros de documentação, bibliotecas e arquivos existentes nas instituições do Estado, Universidades e outras instituições académicas no Brasil, Moçambique, (e também no Botswana e Zimbabwe), países visitados no âmbito da realização desta pesquisa. A produção cartográfica apresentada foi feita com recurso ao Programa Informático de Cartografia – *ArcGis* e apoio dos bolsistas que colaboram no Laboratório de Sensoriamento Remoto Geológico do Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, anexo à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No que concerne à estrutura, esta tese é composta por seis capítulos. O primeiro capítulo é introdutório e nele se apresenta o desenho da pesquisa que inclui a apresentação do tema e a sua contextualização, a justificativa, a delimitação espaço-temporal e a problematização, para além da metodologia do trabalho, objetivos, hipóteses bem como as questões de pesquisa.

No segundo capítulo foi feita uma retrospectiva histórica da África Austral e o enquadramento de Moçambique na região, que inclui as migrações banto para esta região e as consequências políticas, económicas e sociais que este movimento engendrou. Os conflitos e migrações subsequentes por parte de vários grupos sociais e as consequências destas migrações para a formação dos Estados da região, são assuntos que foram analisados neste capítulo.

Foi ainda analisada neste capítulo, a expansão europeia para a África Austral, bem como a conjuntura política internacional nas décadas de 1960/70, essencialmente caracterizada pela formação de alianças estratégicas do regime colonial português com os regimes minoritários da região (África do Sul e Rodésia), bem como as alianças do regime colonial português com os países da OTAN. A política de desanuviamento implementada pelo Primeiro-Ministro sul-africano John Vorster e a Estratégia Total levada a cabo pela África do Sul nas suas relações com os países vizinhos foi também assunto discutido neste capítulo.

Foi ainda analisada a emergência do nacionalismo e as dinâmicas dos processos de descolonização das antigas colônias britânicas na região. A criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) como fórum de concertação dos movimentos de libertação e organizações das colônias portuguesas, o seu papel e o de outras organizações políticas na África Austral e oriental foram também assuntos discutidos neste capítulo.

No terceiro capítulo faz-se o estudo de Moçambique como principal objeto de estudo, destacando-se as suas potencialidades estratégicas tanto na região como no mundo em geral. A análise das potencialidades de Moçambique incluem as vantagens resultantes da sua localização geográfica e dotação de recursos naturais que o tornaram alvo da competição entre diferentes atores tanto internos como externos pelo seu controle.

Neste capítulo discute-se ainda o processo de ocupação efetiva de Moçambique por Portugal, a participação de atores externos na exploração dos recursos naturais deste país durante o período colonial, a resistência primária à ocupação colonial e a subsequente gênese do nacionalismo. Analisa-se, também, a gênese do nacionalismo em Moçambique e o surgimento da FRELIMO como movimento de libertação nacional bem como as dinâmicas da luta de libertação nacional até à independência nacional proclamada em 1975.

No quarto capítulo analisa-se a política externa de Moçambique partindo da diplomacia levada a cabo pela FRELIMO como entidade que reclamava a representação do povo moçambicano, em concorrência com o governo colonial português. Sob a liderança de Eduardo Mondlane a FRELIMO desencadeou uma consistente campanha diplomática tanto no ocidente como nos países nórdicos, nos países do Leste, do Movimento dos Não-Alinhados e dos países progressistas africanos. Esta campanha diplomática que teve a sua continuação durante a liderança de Samora Machel após o assassinato de Mondlane em 1969, viria a ter fortes reflexos na política externa prosseguida no Moçambique independente.

As relações de Moçambique com os países socialistas, bem como a mudança de alianças estratégicas que prenunciou o fim do impacto da guerra-fria sobre as decisões da liderança Moçambique, bem como a sua aproximação à África do Sul e aos países ocidentais incluindo a reorientação do modelo de orientação política e económica foram assuntos discutidos neste capítulo.

O quinto capítulo disserta sobre a política externa contemporânea de Moçambique, implementada no período pós guerra-fria, num contexto de democracia multipartidária e de liberalismo económico. Discute-se, ainda, o impacto do investimento direto estrangeiro (IDE) atraído no âmbito da abertura da economia nacional ao mundo, bem como dos investimentos das corporações nacionais e multinacionais na exploração dos recursos minerais, energéticos e outros, num contexto de economia liberal.

A política externa de Moçambique na região da África Austral é também analisada em algumas secções deste capítulo, destacando-se o apoio de Moçambique aos movimentos de libertação que lutavam contra os regimes minoritários no Zimbábue e na África do Sul. O relacionamento entre os movimentos de libertação dos países da região foi analisado tendo em conta o seu papel na política externa dos Estados pós-coloniais. Neste contexto, deu-se particular relevância ao apoio de Moçambique aos movimentos de libertação do Zimbábue e da África do Sul, cujo impacto foi muito grande nas dinâmicas políticas que este país conheceu após a sua independência.

Com efeito, as consequências da política externa de Moçambique para a região da África Austral são discutidas com alguma profundidade em secções deste capítulo. Essas consequências incluem o processo de desestabilização política, económica e militar levada a cabo pelos regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul sob o *apartheid* e outros atores externos espalhados por vários países ocidentais e alguns países africanos. O processo de resolução do conflito resultante da desestabilização por agentes internos e externos e a estabilização política, económica e política de Moçambique é um assunto também discutido neste capítulo.

No sexto capítulo analisa-se a participação de Moçambique no processo de integração regional na África Austral desde a sua filiação à organização informal dos Estados da Linha da Frente, sua participação como co-fundador da SADCC e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹² e o papel desempenhado nestas organizações. Por fim são elaboradas as considerações finais deste trabalho, apresentando-se, também, as referências bibliográficas e documentais consultadas, bem como os anexos e apêndices.

¹² Do Inglês *Southern Africa Development Community*

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ÁFRICA AUSTRAL E ENQUADRAMENTO DE MOÇAMBIQUE NA REGIÃO

Na realização da pesquisa para a produção desta tese, tornou-se imperioso fazer um recuo histórico para permitir a compreensão de alguns aspectos considerados pertinentes para a compreensão adequada do tema em estudo. O principal objectivo deste capítulo é mostrar a importância estratégica que a região da África Austral tem, desde séculos e as dinâmicas políticas, económicas e sociais que resultaram da interação entre diferentes atores tanto internos como externos.

A chegada dos povos banto a esta região há mais de um milhar e anos introduziu elementos importantes nas dinâmicas políticas económicas e sociais da região que tiveram um grande impacto na organização político-administrativa dos Estados Pós-coloniais. Os bantos migraram para a região provenientes do Sul dos Camarões e da região do Sudeste da Nigéria, tendo povoado os territórios de Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Namíbia, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Migrações subsequentes e o comércio de escravos levaram os povos banto a fixarem-se também em Madagáscar, Maurícias e Seychelles (MATUSSE, 2009).

Antes da chegada dos *banto*, a região da África Austral era habitada por povos nómadas, caçadores e recoletores, os *Khoisan*, que não atingiram formas de organização políticas que os banto atingiram. Estes organizaram-se em sociedades que evoluíram para Estados e destacaram-se pelo conhecimento da arte do ferro e pela riqueza cultural que trouxeram. As inovações trazidas pelos bantu permitiram a formação de comunidades agrícolas autossustentáveis e sedentárias, em substituição dos bandos de caçadores e colecções como principal unidade social e produtiva.

No que concerne à organização político-administrativa surgiram as chefaturas e os reinados e, mais tarde, os primeiros Estados *banto*. Estes possuíam uma organização mais complexa dos seus exércitos, sistema de coleta de impostos, administração pública, justiça e gestão de cerimónias religiosas e de rituais do poder. Estes Estados incluem o Reino do Congo¹³,

¹³ O Reino do Congo foi fundado por Ntinu Wene, no século XIII e abrangia partes de Angola, República do Congo-Brazaville, República Democrática do Congo e do Gabão. Na sua máxima dimensão, estendia-se desde o

o Estado do Zimbabwe¹⁴, o Estado do Monomotapa (ou Muenemutapa)¹⁵ e a confederação do Malawi (ou Maravi)¹⁶.

As migrações subsequentes ocorridas no século XIX, essencialmente após a subida de Chaka ao poder como rei dos Zulus trouxeram dinâmicas importantes na reconfiguração dos Estados da região. Dotado de um exército bem preparado e com técnicas relativamente modernas, Chaka iniciou um processo de conquistas de outros povos, originando deslocamentos de povos para diferentes espaços territoriais da África Austral. Em resultado deste movimento realizado por volta de 1818, que ficou conhecido como Mfecane, antigos Estados foram substituídos por outros, mais poderosos, incorporando e assimilando novas populações enquanto outros foram deslocados para outros espaços.

Neste contexto formaram-se Estados como o Lesoto, Gaza, Suazilândia e outros Estados que não prevaleceram até à atualidade. Destacaram-se, neste processo de criação de novos Estados, líderes africanos como Moshoeshe, Sebitwane, Soshangane, Zwangedaba, Sobhuza, Mzilicazi e outros.

O aspecto importante a reter a respeito das migrações banto em consequência de guerra inter-tribais como o Mfecane protagonizado por Chaka Zulu é que os povos banto que habitam a África Austral foram sujeitos, ainda no período-pré-colonial, a várias migrações, o que contribuiu para a dispersão dos grupos originais e criação de outros grupos nos locais para onde se refugiaram. Estas situações que foram mais tarde exacerbadas pelas potências coloniais concorreram para a conflitualidade real ou potencial atualmente existente em muitos destes Estados cujas populações são provenientes de diversos grupos étnicos, alguns dos quais espalhados por diferentes Estados.

Oceano Atlântico, a Oeste, até ao rio Kuango, a Leste, e do rio Oguwé, no actual Gabão, a Norte, até ao rio Kuanza, a Sul. A capital era M'banza Kongo (MATUSSE, 2009).

¹⁴ O Estado do Zimbabwe floresceu, aproximadamente entre 1250 e 1450 e estendia a sua influência em partes dos territórios do actual Zimbabwe e de Moçambique. Este Estado eclipsou outro centro do poder, Mapungubwe, que se situava na confluência do rio Limpopo e do seu afluente, Shashe e existiu entre 1050 até cerca de 1270 cobrindo partes do território do Botswana e do Zimbabwe (MATUSSE, 2009).

¹⁵ O Estado do Monomotapa (ou Muenemutapa), por sua vez eclipsou o Estado do Zimbabwe, fundado por Nyatsimba Mutota e que floresceu entre 1450 e 1629. O reino de Muenemutapa era o mais importante, e incluía a área que se prolonga a partir da faixa sul do rio Zambeze ao rio Save e para dentro dos planaltos do actual Zimbabwe e incorporava um número de povos etnicamente díspares. No seu ponto mais alto, no século XVII, o império do Muenemutapa era provavelmente o mais extenso e mais poderoso Estado na África central e austral (ISAACMAN; ISAACMAN, 1982).

¹⁶ A Confederação do Maravi era outro grande império localizado a nordeste do reino de Mwenemutapa e, por volta do ano 1600, tinha iniciado um processo de expansão e consolidação do controle sobre a vasta região entre o rio Zambeze, Lago Niassa, o Vale de Lwangwa e o Oceano Índico (MATUSSE, 2009).

O facto de se tratar de povos de origem banto constitui um elemento que pode catalizar a integração política, social e económica na região, mas a separação de diferentes grupos étnicos em diferentes jurisdições políticas é um fator preocupante para as lideranças dos Estados da África Austral. Os processos de miscigenação e amalgamação de diferentes grupos étnicos num determinado espaço territorial deram origem a Estados multiétnicos que representam atualmente um grande desafio nos esforços de integração interna dos Estados pós-coloniais na região. .

Alguns exemplos da dispersão de grupos étnicos por vários países da África Austral podem ser incluir os *tswanas*, *changanas*, *macondes*, *ngunis* e outros que se encontram espalhados por diversos países da região¹⁷. Os *changanas*, por exemplo, constituem um grupo étnico que habita uma importante região da África do Sul, mas existe igualmente uma população *changanas* considerável e muito influente em Moçambique. Coincidentemente, deste grupo étnico emergiram importantes dirigentes nacionalistas em Moçambique que, em colaboração com elementos de outros grupos étnicos, levaram à independência deste país e foram os fundadores do Estado Moçambicano pós-colonial. O grupo étnico *maconde* também se encontra dividido entre Moçambique e Tanzânia, os *tswanas* encontram-se na África do Sul e no Botswana, entre outros exemplos.

A decisão da Organização da Unidade Africana (OUA) de contemplar o princípio da intangibilidade das fronteiras herdadas das potências coloniais numa aplicação do princípio *uti possidetis*¹⁸ procurou reduzir a conflitualidade potencial entre os atuais Estados Africanos mas o sentimento de inconformismo por parte das lideranças de alguns Estados pós-coloniais na África Austral é ainda uma realidade. Estas situações comportam um grande potencial para a diluição do sentimento de identidade banto que no passado caracterizou as populações da África Austral.

Neste contexto, têm se registado esporadicamente animosidades entre diferentes etnias na África do Sul, Moçambique, Zimbábue, Angola, República Democrática do Congo e, de um modo geral, em todos os Estados multiétnicos Africanos. Esta realidade comporta uma

¹⁷ A formulação do plural nas denominações dos grupos bantus é feita consoante a colocação de um sufixo (assim, *bachangana*, *batswana*, *bachopi*, etc. Porém, devido à sua complexidade optou-se pela formulação que pareceu mais habitual para o autor.

¹⁸ O princípio *uti possidetis* se traduz no direito de posse efetiva adquirida por ocupação e uso do território, e foi aplicado pelos castelhanos e portugueses antes da formação de estados nacionais na América Meridional. O mesmo princípio foi aplicada depois da constituição do estado nacional do Brasil na resolução da maior parte dos processos de delimitação do território brasileiro, inclusive o do Acre, devido, sem dúvida, aos conhecimentos e visão global do barão de Rio Branco (MACHADO, 2002).

conflitualidade potencial que sugere a necessidade de medidas adequadas, sobretudo através da educação e cooperação, para garantir a coesão interna dos Estados e a estabilidade regional.

Refira-se que tentativas de se recriar a identidade étnico-tribal de acordo com a configuração dos Estados pré-coloniais banto têm levado alguns Estados a reivindicar silenciosamente ou abertamente o direito de contemplar partes de território de outros Estados que à luz do princípio de intangibilidade das fronteiras herdadas das potências coloniais, estabelecido pela OUA e do Direito Internacional Público não encontram acolhimento.

Isto aumenta os níveis de desconfiança e dificulta a realização plena dos processos de integração regional em África, de uma maneira geral e na África Austral em particular. Na África Austral, por exemplo, a colaboração entre o governo do Malawi, as autoridades portuguesas e o regime minoritário da África do Sul era considerada como manifestação da vontade deste país, de recriar o grande Malawi, numa referência ao antigo império Maravi, através da reunificação de povos que outrora pertencera àquele império pré-colonial. Isto implicava a necessidade de império incorporação de territórios que, na arbitrariedade colonial, se encontram nos atuais países vizinhos, o que não encontra acolhimento à luz dos preceitos do direito internacional público.

Depreende-se, assim que existe um legado social e cultural das migrações banto na região da África Austral cuja dinâmica evolutiva levou à formação dos atuais Estados da região. Sendo Estados constituídos por povos com uma origem étnica comum, estes partilham, conseqüentemente, um conjunto de valores que pode constituir fator de aglutinação nos processos de integração regional que atualmente estão em curso.

Porém, por outro lado, a multietnicidade e a dispersão de grupos étnicos pelos diferentes Estados através da definição arbitrária das fronteiras realizada pelas potências colonizadoras comportam um grande potencial para o conflito e constitui um grande desafio tanto para a garantia da coesão interna dos Estados como para o processo de integração na regional em curso.

2.1 A COMPETIÇÃO ENTRE ATORES EXTERNOS PELA OCUPAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.

No âmbito da sua política expansionista, os portugueses atingiram o litoral de África nos séculos XV e XVI em busca de ouro ou o comércio de especiarias, ou ainda a possibilidade de expansão do cristianismo. Mas não eram somente aqueles os principais objetivos que estavam

por detrás da expansão portuguesa até à África. Os portugueses perceberam que o continente Africano podia, também fornecer escravos para exploração nas Américas.

Assim, como Pereira (2011) constatou, Portugal mostrou ainda às potências mais vigorosas que desenvolviam o seu poder marítimo, que do contato com a África poderiam ser retirados muitos proveitos. Deste modo, o continente Africano viria, cada vez mais a ser vítima das suas riquezas. Para esta autora, a incorporação da África tropical a um sistema comercial mundial e dinâmico, dominado pelos europeus ocidentais, foi conduzida pelas tentativas de “reconhecimento” por parte dos portugueses o que veio posteriormente a permitir que a Europa viesse a controlar todo o continente.

No que diz respeito a Moçambique, antes mesmo da chegada dos portugueses a este território, a sua costa vinha sendo demandada há cerca de um milhar de anos por mercadores árabes que se estabeleceram e criaram postos comerciais e espalharam o islão e a sua cultura entre os povos da região costeira. Os comerciantes que negociavam nos reinos de Malaui e Muenemutapa¹⁹ eram parte do sistema comercial suaíli através do Oceano Índico entre o Oriente Médio e a Ásia (CABAÇO, 2010; MONDLANE, 1975).

Os comerciantes *suaíli*²⁰ eram atraídos pelo ouro e marfim, tendo se movido a sul a partir da cidade-porto de Quíloa onde, em meados do século XV, os *suaíli* tinham estabelecido sultanatos comerciais e religiosos ao longo da costa moçambicana entre as ilhas de Angoche e Moçambique no Norte e Sofala, no Sul. Esta última era a principal entrada para o interior, para as minas de ouro e mercados do reino do Muenemutapa.

Segundo Isaacman e Isaacman (1983), o estabelecimento dos enclaves *suaíli* marcou o início de um longo processo secular de incorporação de Moçambique numa economia mundial mais ampla e permitiu a exploração do território por comerciantes capitalistas estrangeiros cuja margem de lucros provenientes de aventuras bem sucedidas era muito elevada. Em troca com o marfim, mesmo considerando que tinha pouco valor intrínseco na sua própria sociedade, os moçambicanos recebiam bens que de maneira nenhuma se igualavam ao valor atribuído ao marfim pelos comerciantes capitalistas, o mesmo acontecendo em relação ao comércio de ouro.

¹⁹ O mesmo que Monomotapa.

²⁰ Os comerciantes *suaíli* viviam nos sultanatos e muitas vezes casavam mulheres locais tendo, com o tempo, seus descendentes desenvolvido uma identidade étnica e cultural que veio a ser conhecida, tanto em Moçambique como em qualquer parte ao longo da costa como os *suaíli* (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Assim, por volta de 1500 verificava-se no território uma certa hegemonia comercial dos *suaíli* que veio, entretanto, a ser desafiada pelos portugueses que estavam particularmente interessados em ganhar controlo sobre Moçambique por causa dos portos estratégicos da área e da existência do ouro e marfim que Portugal necessitava para cobrir os custos das políticas expansionistas que tinha iniciado.

A fixação europeia em Moçambique é descrita por Cabaço (2010) como tendo sido um processo muito lento, realizado inicialmente ao longo da costa, de preferência em ilhas ou penínsulas que ofereciam melhores facilidades para o acesso das suas embarcações. Os europeus procuravam posições mais favoráveis para se defenderem das populações hostis e de comerciantes rivais (árabes e europeus) e condições ambientais que atenuavam o choque bacteriológico. Assim sendo, construíram fortificações militares para garantirem as rotas marítimas e entrepostos comerciais.

Porém, por volta de 1686, comerciantes indianos, primariamente os baneanes, a casta comercial hindú de Diu ganharam proeminência em Moçambique fornecendo tecidos manufacturados e missangas em crédito aos ocupantes locais, que trocavam por marfim, ouro, e produtos tropicais no interior (MONDLANE, 1975).

No entanto, à medida que seus negócios prosperavam, os baneanes foram alvos de ressentimentos e antipatia por parte dos colonos e administradores portugueses que passaram a acusá-los de enganar, praticar usura, ganância e desrespeito pelas autoridades portuguesas. No entanto, comercializando a partir do interior para a costa de Moçambique e para a Índia, e gozando da amizade dos jesuítas e alguns administradores poderosos, os baneanes continuaram as suas atividades mesmo até o século XX.

Refira-se que, como esclarece Cabaço (2010) os comerciantes indianos tornaram-se significativamente importantes em fins do século XVII quando o vice-rei da Índia, a máxima autoridade portuguesa do chamado “império do Oriente”, entregou à Companhia de *Manzanes*²¹ de Diu, o monopólio do comércio entre Diu e a Ilha de Moçambique, que disseminou na costa moçambicana grande número de baneanes, todos seus assalariados. Para este autor, a atividade económica dos comerciantes indianos em Moçambique se distinguiu, desde sempre, nos seguintes aspectos:

²¹ De acordo com este autor os *Manzanes* eram uma entidade, individual ou colectiva, que organizava mercadores interessados numa actividade comercial e, com o volume das suas acções, tinham se estruturado de forma corporativa.

Em primeiro lugar, eles nunca se organizaram para deter o poder político, procurando, quando julgado útil aos seus interesses, estabelecer relações privilegiadas ou mesmo formas de associação com o poder instituído nas áreas da sua atuação; por outro lado, nunca se interessaram por investir na produção ou meios de produção, controlando redes comerciais e de transporte e, em condições seguras, mecanismos de usura.

Em segundo lugar, os comerciantes indianos não tiveram participação direta relevante no tráfico de escravos. Pelo contrário, eles se impuseram pela capacidade de adaptação às dificuldades tropicais, pela facilidade com que aprendiam as línguas locais e pelo seu modo de vida simples. Eles substituíram o sistema europeu de grandes feiras – entrepostos – e implantaram paulatinamente o seu tradicional comércio edificando, mesmo com materiais locais, armazéns de recolha de produção dos camponeses e de bens de troca junto dos seus estabelecimentos comerciais.

Com esse tipo de infraestrutura os indianos penetraram no interior do território e aí se estabeleceram, criando uma teia de ligações entre si que permitia a circulação de produtos de e para o litoral, onde se articulava com os tradicionais *pangaios*²², vindos da Índia, que traziam e levavam mercadorias com fretes extremamente baixos. Em meados do século XIX os indianos já dividiam o controlo do comércio moçambicano com os franceses os quais, mercê de um tratado firmado com Portugal haviam convertido a sua atividade de traficantes escravistas ganhando uma posição de liderança na comercialização de produtos agrícolas (CABAÇO, 2010).

Apesar das dificuldades que os portugueses tiveram para a sua fixação em Moçambique incluindo as derrotas que iam sofrendo, eles prosseguiram com sua política expansionista e, após trinta anos de intrigas da corte, esforços na conversão e cooptação e ameaças de novas invasões, diplomatas portugueses em 1607 finalmente conseguiram persuadir o Muenemutapa Gatsi Rusere a ceder todas as minas dentro do seu território e a reconhecer a suserania de Portugal.

Durante os séculos XVII e XVIII, os portugueses estabeleceram o sistema de prazos no vale do Zambeze. O estabelecimento do sistema de prazos em Moçambique tinha em vista a criação de uma comunidade permanente de ocupantes portugueses cujos membros iriam servir como agentes leais à Coroa Portuguesa. Aos prazeiros eram distribuídas terras e transmitidas somente a europeus que, por seu turno, iriam pagar impostos, fornecer serviços periódicos,

²² Embarcação de concepção árabe de média dimensão, resistente e rápida sem convés, com um mastro a meio com velas triangulares que, desde longa data e até meados do século XX asseguraram as ligações de longo curso, informais mas regulares, nas rotas da Índia (CABAÇO, 2010).

obedecer a todas as leis metropolitanas e usar seus exércitos de escravos, conhecidos como as *Chikunda*²³ para conquistar povos vizinhos²⁴.

Os prazeiros eram os titulares de vastas porções de terra, atribuídos a colonos e proprietários portugueses e goeses que, lembrando os senhores feudais europeus, dominavam os africanos que tinham a desgraça de lhes cair sob a alçada, cuja sorte era pior que a dos escravos. Os prazeiros controlavam muitas vezes distritos inteiros a seu bel-prazer, tendo por lei a sua própria vontade e pagando vassalagem ao rei de Portugal só de vez em quando (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003; CABAÇO, 2010; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Os missionários dominicanos e jesuítas foram outros atores que se destacaram no processo de colonização de Moçambique. Estes também possuíam vastas porções de terras, que administravam de forma similar a que era usada pelos prazeiros. Neste contexto, cobravam impostos por cabeça e, logo que a escravatura se tornou rentável, entraram no negócio de escravos (CABAÇO, 2010).

No que concerne à utilização de mão-de-obra escrava e ao trabalho forçado, Mondlane (1975) afirma que estas práticas foram parte integrante e fundamental no desenvolvimento do modo de produção capitalista em Moçambique. Para este autor, o negócio de escravos atingiu o seu máximo e a sua fase final mais tarde do que na maior parte dos territórios Africanos devido às grandes distâncias a que ficavam os mercados americanos enquanto a procura por parte das Ilhas Francesas produtoras de açúcar conduziu a uma subida vertical nos meados do século XIX.

Com efeito, vale realçar que o século XIX marcou o início da transformação de Moçambique numa reserva internacional de mão-de-obra, um fenómeno que continuou ao longo do período colonial. Este negócio iniciou nos anos 1760 quando o crescimento das plantações de açúcar nas ilhas do Oceano Indico, da Ilha da França e Bourbon criaram uma demanda regional por escravos que mercadores indianos e franceses, bem como ocupantes portugueses locais estavam ávidos em satisfazer (CAPELA, 2002; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983; MONDLANE, 1975).

Traficantes de escravos provenientes do Brasil, Estados Unidos e das ilhas Caribenhas, atraídos por preços baixos, cedo começaram a comercializar na Ilha de Moçambique e Quelimane, os dois maiores portos da colónia na altura. Compravam também escravos em

²³ Os *Chikunda* são também denominados por outros autores como os *a-Chikunda*.

²⁴ O prazeiro era o proprietário de uma vasta porção de terra por um período de três gerações consecutivas (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003).

pequenas quantidades nas vilas do Sul como Inhambane e Lourenço Marques e nas ilhas Quirimbas no Norte. Neste contexto, entre 1817 e 1843 mais de 100.000 escravos foram exportados somente para o Brasil e, durante o mesmo período, quase trinta por cento de todos os escravos exportados para Cuba, identificados pela origem nacional vieram das colónias portuguesas (CAPELA, 2002; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Os comerciantes *suáili* vindos dos sultanatos de Angoche, Mossuril, Quissanga e Zanzibar também se tornaram proeminentes escravistas. Assim, a intensificada competição entre os comerciantes de escravos e o virtual monopólio de armas modernas que obtinham de comerciantes europeus em troca de cativos, alterou dramaticamente o carácter do comércio após os anos 1860. Enquanto no período anterior, a maioria dos escravos tinham provavelmente sido obtidos através de negociações entre os comerciantes estrangeiros e as aristocracias locais, invasões e conquista substituíram essas transações como principal modo de aquisição (CAPELA, 2002; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Assim, até o último quartel do século XIX, escravos continuaram a ser a mercadoria dominante nas exportações para trabalharem nas plantações de cravo em Zanzibar, nas plantações de açúcar de Madagáscar, e nas plantações de açúcar das ilhas Mascarenhas. Após 1890, milhares de moçambicanos foram também enviados como trabalhadores forçados para as plantações de cacau de S. Tomé e Príncipe e estima-se que mais de um milhão de moçambicanos foram forçadamente removidos das suas terras de origem e vendidos como mão-de-obra barata (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

As consequências económicas e sociais do comércio de escravos foram de longo alcance: Campos devastados, aldeias inteiras destruídas e os sobreviventes muitas vezes obrigados a fugir para locais inacessíveis e improdutivos para evitarem ser capturados pelos invasores traficantes de escravos. A violenta destruição de grande parte da economia rural e a exportação de muitos dos mais produtivos membros das sociedades indígenas moçambicanas intensificaram o seu processo de subdesenvolvimento e empobrecimento.

Entretanto, o comércio de escravos veio a ser proibido, sendo os ingleses que introduziram os primeiros desenvolvimentos antiescravagistas. Os ingleses estavam então a tentar estender os seus interesses, e possivelmente o seu território, dentro das áreas de domínio português. Neste contexto foi decretada a proibição do tráfico de escravos em 1836 embora este negócio tenha continuado a florescer como dantes. Efetivamente verificou-se, então, uma

tendência das autoridades coloniais de Moçambique não tomarem a sério a abolição do comércio de escravos e de ignorarem ou colaborarem com os esforços dos colonos e traficantes de escravos na continuação do mesmo tráfico, em desafio à legislação emitida pelo longínquo governo metropolitano. Além disso, foram deixadas lacunas legislativas que permitiram as mesmas práticas com nomes diferentes (CAPELA, 2002; MONDLANE, 1975).

Assim, em Moçambique, o Africano viu-se despossado não só do seu poder político e da sua terra, mas também dos seus rudimentares direitos de dispor da sua própria vida. Podia ser tratado virtualmente como escravo; forçado a deixar a sua casa e família para trabalhar em qualquer local, durante horas excessivas, e por um salário meramente nominal. Por outro lado, constatou-se que se a mão-de-obra podia ser rentável para as plantações de Moçambique, ela seria ainda mais lucrativa se fosse exportada para as minas de Transval, na África do Sul (MONDLANE, 1975).

Neste contexto, vários convênios foram celebradas entre a União da África do Sul e as autoridades coloniais em Moçambique para fazerem face à grande procura de mão-de-obra pelas companhias mineiras sul-africanas. Estas pagavam às autoridades coloniais em Moçambique um preço por cada trabalhador enviado, o que garantia um lucro estável e constituiu um dos pilares da economia colonial em Moçambique (ABRAHAMSON; NILSSON, 1992, MONDLANE, 1975).

Refira-se ainda que, de acordo com Matusse (2009), o trabalho migratório na África Austral que se desenvolveu nos séculos XIX e XX teve como polos de atração não só a África do Sul mas também o Niassalândia (atual Malawi), a Rodésia do Sul e o Tanganhica (atual Tanzânia). Para este autor, a mão-de-obra era recrutada legal ou ilegalmente do Botswana, Lesoto, Namíbia, Moçambique, Suazilândia e Rodésia do Norte (atual Zâmbia), primeiro para as plantações de monoculturas, serviços públicos e, para o caso da África do Sul, também para o trabalho mineiro, mais tarde. Para a África do Sul a mão-de-obra era igualmente recrutada do Malawi e da Rodésia do Sul (atual Zimbábue).

O trabalho migratório promoveu o subdesenvolvimento do sul de Moçambique ao tornar-se um depósito de mão-de-obra para o trabalho mineiro. As culturas de rendimento, como o caso do sisal em Tanga, na Tanzânia, são considerados como tendo sido elementos estruturantes da pobreza dos africanos. No entanto, como Matusse (2009, p.30) afirma:

A participação nas monoculturas, indutoras do subdesenvolvimento dos Africanos como o sisal, o tabaco, o chá, a cana-de-açúcar e o café, levou vários africanos a interagirem nessas plantações em países como a África do Sul, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue constituindo assim, embriões do movimento nacionalista que emergiu mais tarde na região.

De realçar que Portugal procurava, através da exploração das suas colónias, garantir que estas produzissem, no mínimo, as receitas necessárias para a sua administração. Como Abott e Rodrigues (1988) constataram, isto era particularmente importante porque, a despeito dos seus esforços expansionistas, Portugal permaneceu um país relativamente pobre.

Por isso, exigiu-se que os indígenas fizessem contratos de trabalho forçado e cumprissem com medidas tais como o cultivo forçado de culturas de rendimento tendo o *chibalo* ou *ntalato* sido a forma característica que o trabalho forçado assumiu em Moçambique. Através do *chibalo* ou *ntalato*, um africano usualmente trabalhava de seis a nove meses, num ano, sob trabalho forçado a uma companhia, um cidadão privado português (incluindo o assimilado), ou o governo, quase sempre longe da sua casa, e era pago apenas no fim do seu contrato, tempo no qual ele tinha também que pagar impostos; no entanto, ele tinha que deixar sua família abandonada em casa e o seu salário era tão baixo que não lhe permitia sustentá-la (ABOTT; RODRIGUES, 1988; AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003).

Constata-se, assim, que a exploração desenfreada dos recursos humanos e materiais de Moçambique pelos diferentes atores no período colonial através de práticas tais como a extração dos recursos agrícolas, florestais, faunísticos e minerais como o ouro e o marfim e ainda a escravização, deportação e utilização forçada de mão-de-obra concorreram para o início da introdução de desequilíbrios estruturais na sociedade moçambicana cujas sequelas se fazem sentir até à atualidade. Essas práticas, aliadas à grande repressão levada a cabo pelas autoridades coloniais portuguesas nos territórios africanos constituíram a semente para a rebelião que se verificou nas colónias e que mais tarde culminou com a criação dos movimentos de libertação nesses territórios em princípios da década de 1960.

De referir que a ocupação dos territórios africanos pelas potências europeias foi caracterizada pela competição e por conflito, o que culminou com a convocação de uma conferência internacional que se realizou em Berlim e que ficou conhecida como a Conferência de Berlim (1884-1885). Essa conferência, que culminou com a partilha de África pelas diferentes

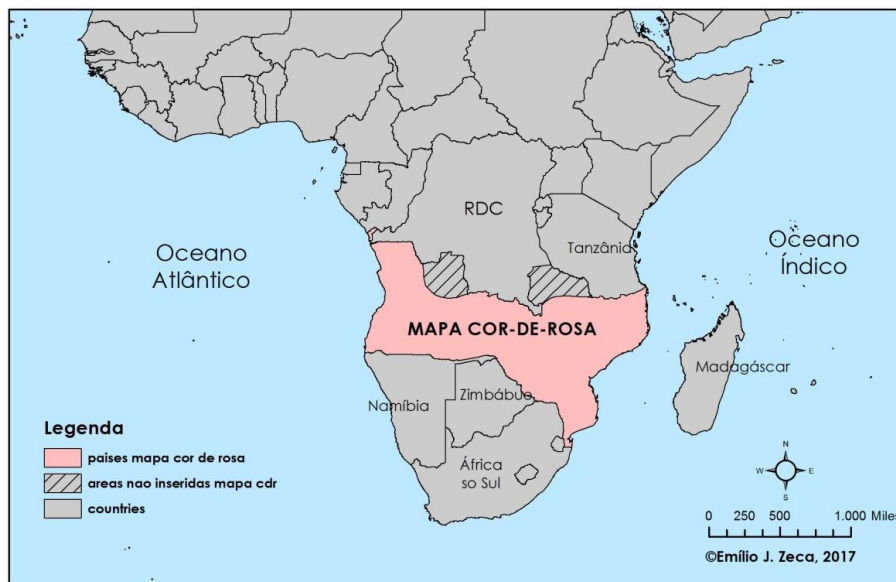
potências europeias interessadas, continha o princípio da ocupação efetiva dos territórios que cada potência colonizadora reclamava.

Nessa conferência, as grandes potências rejeitaram as reclamações históricas de Portugal para Moçambique e decretaram que a pacificação e o controle efetivo eram os pré-requisitos para o reconhecimento como potência colonial. Esta decisão gerou uma onda de sentimentos nacionalistas dentro de Portugal e naquelas facções no Governo que demandavam uma política militarista agressiva, tendo, o mapa cor-de-rosa, se tornado o seu símbolo; era um mapa que imaginava um império Português centro-africano ligando Angola e Moçambique (CABAÇO, 2010; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

De acordo com Isaacman e Isaacman (1983) a Grã-Bretanha colocou a mais séria ameaça aos sonhos territoriais portugueses. Embora controlando já sectores-chave da economia metropolitana portuguesa, investidores britânicos esperavam anexar áreas estratégicas de Moçambique, particularmente as terras férteis do planalto de Manica, adjacentes às suas possessões na Rodésia do Sul, à porta de entrada do Vale do Cheire para o interior e, no Sul, a região do porto de Lourenço Marques.

A visão mais ambiciosa era a de Cecil Rhodes, de uma linha férrea do Cabo ao Cairo, que podia ter estabelecido a hegemonia da Grã – Bretanha sobre a grande parte da África Austral e Oriental e pressupunha o controle de uma porção substancial de Moçambique. Entretanto, como foi já referido, o mapa cor-de-rosa foi objeto de grande controvérsia entre Portugal e Inglaterra, que levou ao ultimato Inglês de 1890.

Mapa 1 - Mapa Cor-de-Rosa



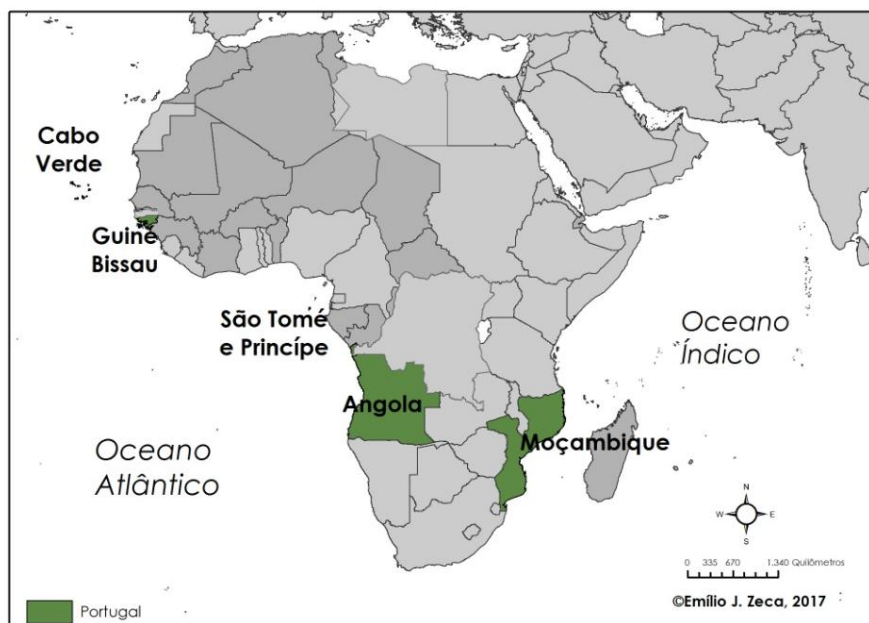
Fonte: GEOLAB, UFRGS (2017).

Com efeito, as pretensões portuguesas contidas no mapa cor-de-rosa foram contrariadas pelo governo britânico que emitiu um ultimato a Portugal. O ultimato britânico enviado ao governo Português em Lisboa foi esboçado por Lord Salisbury, Secretário dos Assuntos Estrangeiros do Partido Conservador Britânico e demandava que as autoridades portuguesas retirassem imediatamente suas forças desde a área dos Macololo implicando Mashonaland e o rio Chire que tinha sido anexado por Serpa Pinto em 1889.

Entretanto, o navio britânico *enchantress* estava à espera no rio Tejo, pronto para trazer a bordo o corpo diplomático britânico se os portugueses não cumprissem o ultimato naquela tarde. O ultimato continha ainda a ameaça de uso da força pelas tropas britânicas na área, contra a ocupação portuguesa (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Para reforçar o ultimato, a Grã-Bretanha enviou um navio de guerra para o Oceano Índico, o que obrigou Portugal a capitular e assegurar aos britânicos que as tropas seriam retiradas imediatamente. Isto originou a queda do governo de Luciano de Castro, que se demitiu em 13 de Janeiro de 1890 e, em 20 de Agosto, os dois contendores assinaram um tratado preliminar que as Cortes ratificaram em 11 de Junho de 1891. Os termos do tratado tornaram o planalto de Manica parte da Rodésia e permitiu a Portugal manter os prazos no Zumbo. Os britânicos apoderaram-se ainda de grande parte do planalto de Manica e do Vale do Chire (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Mapa 2 - O Império Colonial Português em África



Fonte: GEOLAB, UFRGS (2017).

Como se pode depreender do acima descrito, as potências coloniais europeias, na sua competição pelo controle dos territórios africanos, se envolveram em conflitos diplomáticos e mesmo militares. O caso de Portugal e Inglaterra é ilustrativo desse facto pois, estes eram aliados de longa data, desde o Tratado de Windsor, em 1386, mas entraram em conflito pela sua avidez em apropriar-se de territórios africanos e para procederem à exploração dos seus valiosos recursos naturais. Assim, na arbitrariedade colonial, as potências europeias estabeleceram fronteiras que não tomaram em consideração quaisquer interesses das populações que nelas habitavam, o que constituiu uma semente para as disputas fronteiriças que ainda hoje se registam entre alguns Estados africanos.

António Enes²⁵ foi um dos governadores coloniais que mais se destacaram em Moçambique, tendo sido considerado o mais influente na “pacificação” do país. Essa “pacificação” consistiu na utilização de uma forte repressão sobre quaisquer tentativas de resistência à colonização por parte dos Africanos. Nas palavras de Mondlane (1975), António Enes considerava que as colónias tinham que se tornar úteis, dando a Portugal lucro e prestígio o que significava a necessidade de se completar a conquista, o estabelecimento de um sistema

²⁵ Comissário Régio de 1894 a 1895, António Enes era acompanhado por um grupo de militares entre os quais se destaca Mouzinho de Albuquerque, considerado herói pela sua campanha contra o imperador de Gaza, Gungunhana e que sucedeu a António Enes como Comissário Régio em Moçambique.

administrativo para consolidar as conquistas e então prosseguir energicamente na exploração económica.

De referir, no entanto, que a administração portuguesa em Moçambique se iniciou formalmente em princípios do século XIX, mas só nos anos 1920 é que se eliminou a resistência armada em todas as áreas do território. Não obstante, no período entre 1890 e 1900 os portugueses conseguiram ter suficiente poder em África para desenvolver uma política colonial com alguns efeitos práticos (MONDLANE, 1975).

Assim, na estrutura administrativa colonial em Moçambique, uma limitada autoridade tradicional foi restabelecida para alguns chefes Africanos, mas para evitar que pudessem adquirir suficiente poder para desafiar as autoridades portuguesas o Governo Português dividiu-os em vários regulados²⁶ em pequenos territórios com poucos milhares de habitantes. Estes chefes Africanos eram diretamente dependentes e responsáveis perante os administradores de circunscrição ou chefes do posto e o seu poder não provinha de alguma legitimidade dentro da sociedade, mas sim de um conceito arbitrário da lei Portuguesa (MONDLANE, 1975).

Em 1930 o governo colonial português, dirigido por António de Oliveira Salazar, introduziu uma série de políticas que em 1933 passou a fazer parte da constituição portuguesa, no contexto do denominado “Estado Novo”. Nessas políticas, Salazar impunha um sistema de centralização destinado a subordinar todos os assuntos coloniais ao Ministério do Ultramar, em Lisboa, aboliu os altos comissariados em favor de governadores - gerais menos poderosos e reafirmou o indigenato e a política de assimilação dos africanos.

De acordo com Mondlane (1975) o Ato Colonial formulado por Salazar refletia fortemente a visão de António Enes das colónias como fontes de mão-de-obra barata para a Metrópole, enfatizando, no processo, diferenças culturais e desencorajando a assimilação de africanos. O autor acrescenta que, do lado financeiro, o Ato Colonial considerava as colónias como os principais fornecedores de matérias-primas a Portugal e os africanos como nada mais do que trabalhadores forçados. Além disso, conforme este autor, o Ato reafirmou a “missão civilizadora”²⁷ da igreja e a sua aliança com o Estado e visualizava um império de um Estado, uma raça, uma fé, e uma civilização.

²⁶ Esta autoridade tradicional estava investida no “Régulo”.

²⁷ A concordata está disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html, acesso em Dezembro, 2017. De referir, a este respeito, que com a subida de Salazar ao poder e a implantação do Estado Novo, começou um processo negocial tendo em vista a

Entretanto, consoante Cabaço (2010), diversas reivindicações por parte de setores populacionais africanos no ultramar subiam de intensidade e verificavam-se os primeiros massacres do pós-guerra: o massacre de Batepá em São Tomé e o de Pindjiguiti em Bissau. Em Moçambique, depois de importantes greves nos caminhos-de-ferro (1947) e no porto da capital (1949), ocorreram protestos em diversos pontos do território com destaque para os incidentes na plantação açucareira em Xinavane (1954) e na pedreira de Goba (1954).

Mondlane (1975) afirma, por seu turno, que as greves nas docas de Lourenço Marques e em plantações vizinhas culminaram numa insurreição abortada em 1948 nesta região de Moçambique. Consoante este autor, os participantes foram severamente punidos, e várias centenas de africanos foram deportados para S. Tomé. O autor acrescenta que em 1956, também se registaram greves nas docas em Lourenço Marques que terminaram com a morte de 49 participantes. No entanto, como Cabaço (2010) e Mondlane (1975) constataam, tratava-se fundamentalmente de explosões de raiva e desespero, sem organização, nem objetivos políticos.

Entretanto, na própria Metrópole, o regime de Salazar tinha uma forte oposição como se verificou em 1958 quando se realizaram eleições que demonstraram o grande carisma de que gozava o candidato da oposição, general Humberto Delgado. Nestas eleições, amplos setores da população mostraram a sua simpatia por Humberto Delgado e o ato eleitoral, cujos resultados estavam altamente viciados, transformou-se num grande questionamento ao regime de Salazar (CABAÇO, 2010).

A nível internacional aumentava consideravelmente a pressão sobre o regime colonial-fascista português. Com efeito, em 1961 o Conselho de Segurança aprovou uma moção que condenava a situação em Angola, a qual teve a aprovação conjunta dos Estados Unidos e da União Soviética, para além de outras deliberações que se seguiram na ONU e outros organismos internacionais pela autodeterminação de Angola e contra a repressão por parte de Portugal. Na sequência destes acontecimentos, a Assembleia-geral das Nações Unidas criou, a 27 de Novembro, o Comité da Descolonização (CABAÇO, 2010).

criação de um sistema bem definido e estável das relações Estado-Igreja. Este processo culminou com a assinatura de uma Concordata entre Portugal e a Santa Sé, no dia 7 de Maio de 1940, que viria oficializar as relações entre as duas partes. Este tratado bilateral atribui um conjunto significativo de privilégios e benefícios para a Igreja Católica, a religião tradicional de Portugal. Embora a Constituição portuguesa de 1933 consagrasse o princípio da liberdade de culto e de religião, a concordata afirmava que a Igreja Católica era a religião da nação portuguesa, por isso só ela que tinha o direito de ensinar nas escolas públicas, a isenções fiscais e a definir o seu próprio sistema de organização (MONDLANE, 1975).

Diante desta situação, o regime colonial-fascista português procurou reformar a imagem da sua política colonial e respondeu quer através de uma intensa atividade legislativa, quer no plano ideológico. Uma das principais ações neste contexto foi a nomeação de Adriano Moreira para Ministro do Ultramar, para além de ter concedido espaço político aos sectores emergentes da nova burguesia industrial.

Consoante Jesus (2010), as reformas consideradas históricas introduzidas por Adriano Moreira visavam, entre outras coisas, as questões de trabalho designadamente o Código de Trabalho Rural, a abolição do trabalho “compelido”, a aprovação para ratificação da Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a revogação do Estatuto do Indígena, as medidas de descentralização e participação, a criação dos chamados Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique, entre outras medidas, que se enquadravam no conceito de autonomia progressiva e irreversível que ele defendia.

Porém, como Cabaço (2010) afirma, as mesmas não alteraram as relações entre colonizados e colonizadores e, pelo contrário, enfureceram os círculos da extrema direita do regime que atacaram politicamente o governo, o mesmo acontecendo no ultramar onde houve resistência às mudanças introduzidas. Consoante este autor, os colonos e as burocracias locais, da mesma forma que os gestores dos grandes grupos metropolitanos, mostraram descontentamento pelo fim do sistema do indigenato e pelas medidas laborais do novo Ministro do Ultramar e obstruíram passivamente a sua aplicação prática.

Este é o ambiente reinante em Portugal na vigência do regime do Dr. António Oliveira Salazar, mais tarde continuado pelo Prof. Marcelo Caetano, que manteve as antigas colónias portuguesas em África sob forte repressão e exploração que, no caso de Moçambique, levaram à insurreição geral armada proclamada pela FRELIMO em 1964.

Importa mencionar que as tendências expansionistas das potências europeias, especialmente a partilha de África pelas potências europeias, na Conferência de Berlim (1884-85), não passaram despercebidas às lideranças africanas, que adoptaram diversas estratégias para lidar com os conflitos que se avizinhavam. No Norte de Moçambique as classes dominantes dos sheicados²⁸ *suaili* de Angoche, Quitangonha, Sancul e Sangage e os adjacentes Estados *Macua* e *Yao* entraram em conflito com os portugueses. No Sul, os Ngunis e vários outros reinos também

²⁸ *Sheik* designa um líder árabe, em particular um chefe de uma tribo, família ou povoação árabe. Pode também referir-se a um líder de uma organização ou comunidade muçulmana. Assim, sheicado refere-se à área sob jurisdição de um *sheik*.

resistiram heroicamente à dominação colonial. No centro, a revolta de Bárue é uma evidência do espírito de resistência naquela região de Moçambique.

De acordo com Isaacman e Isaacman (1983) os confrontos entre os portugueses e os sultões do norte de Moçambique foram uma constante durante a segunda metade do Século XIX e o período inicial do século XX. Porém, por volta de 1912, após grande resistência os portugueses conseguiram controlar o Norte de Moçambique. Ao longo da parte central de Moçambique o regime colonial encontrou uma forte oposição tendo estado em constantes campanhas militares na zona do Vale do Zambeze desde a eclosão da partilha até à vitória final em 1902. Isto ocorria numa zona que foi cenário de numerosas confrontações ao longo dos três séculos anteriores.

Entretanto, no Sul de Moçambique a situação dos portugueses ia se tornando crescentemente delicada diante da resistência que os Ngunis de Gaza ofereciam. Inicialmente ambas as partes estavam ansiosas em evitar a confrontação e os portugueses esperavam que pudessem persuadir, cooptar, ou pressionar o rei dos Ngunis, Gungunhana, a abdicar da sua soberania mas essa pretensão não se materializou.

Movido por suas ambições de conquistas, Ngungunhana tinha iniciado uma série de campanhas contra os rebeldes súbditos *Chopes*, tendo celebrado um tratado com o agente empresarial britânico Cecil Rhodes que lhe forneceu 1.000 espingardas e 20.000 cartuchos. Para além disso, ele entrou em negociações secretas com os povos *Suazi* e *Ndebele*, seus vizinhos, para além de gestos simbólicos e concessões através das quais tentava antecipar uma invasão portuguesa (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO,2003; ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Porém os interesses estratégicos entre portugueses e *Ngunis* colidiram, na sequência de uma revolta de várias chefaturas *ronga*²⁹ em 1894, protestando contra o aumento de impostos pelos portugueses e a interferência de oficiais coloniais portugueses em disputas de sucessão. Na sequência do conflito surgido, Mahazul e Matibejana refugiaram-se na corte de Gungunhana após suas forças terem falhado capturar Lourenço Marques (atual Maputo).

Intimado a entregar os insurrectos através de um ultimato entregue pelos oficiais portugueses, Gungunhana rejeitou o pedido, considerando-o como uma ofensa à sua soberania.

²⁹ Os *rongas* são outro grupo étnico do Sul de Moçambique, concretamente da parte meridional da província de Maputo.

Em consequência, os portugueses declararam guerra contra os Ngunis de Gaza com os quais travaram a primeira batalha em Magul, em 8 de Setembro de 1896.

De referir que, de acordo com Isaacman e Isaacman (1983) esses movimentos de resistência primária tinham um objetivo comum, expulsar as forças estrangeiras, proteger as terras indígenas e o seu modo de vida tradicional, e evitar duros impostos e expropriação de terra e trabalho. Por isso, essas campanhas anticoloniais tinham o apoio de amplas camadas da população africana. Porém, para as classes dirigentes, especialmente aquelas envolvidas no comércio de escravos, a independência económica era uma consideração igualmente convincente.

Isaacman e Isaacman (1983) afirmam ainda que à medida que uma série de guerras era feita não somente contra os invasores estrangeiros, mas também para perpetuar o comércio de escravos e preservar a posição das predatórias classes dirigentes, essas guerras pela independência tinham um carácter ambíguo. Para estes autores, seja qual for a sua motivação, os líderes Africanos reconheciam a necessidade de neutralizar a vantagem tecnológica de que os portugueses gozavam, e tentaram fazer isso de várias maneiras mas não obtiveram o almejado sucesso.

As divisões entre os povos africanos constituíram o maior constrangimento para o sucesso de suas lutas contra os colonizadores. Egoísmo e ambições pessoais dos líderes africanos corroeram a unidade que era o fator essencial para o sucesso de sua luta contra os invasores. Por isso, as lutas de resistência contra a ocupação colonial, na sua fase primária, redundaram em fracasso. Somente após várias décadas de dominação colonial, com a emergência de movimentos nacionalistas mais consistentes, as lutas dos povos africanos viriam a ser coroadas de êxito, mesmo após longas lutas de libertação nacional como foi o caso das colónias portuguesas em África, incluindo Moçambique.

2.2 O CONTEXTO INTERNACIONAL NAS DÉCADAS DE 1950/1960 E SEU IMPACTO NAS DINÂMICAS POLÍTICAS DA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

O contexto internacional prevalecente nas décadas de 1950/60 e 1970, altura em que vários Estados Africanos alcançaram sua independência política contribuiu sobremaneira para a formatação das opções de alianças estratégicas adotadas pelas lideranças dos movimentos de

libertação e que mais tarde influenciaram as decisões de política externa dos Estados pós-coloniais na África Austral.

Talvez mais do que as alianças estratégicas estabelecidas a nível regional, o apoio dos países da OTAN ao regime colonial português, bem como aos regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia contribuíram para o afastamento dos movimentos de libertação que, na altura, combatiam aqueles regimes, para o bloco do Leste e para China. Com a notável exceção dos países nórdicos que não se coibiram de dar o apoio de que Moçambique necessitava na sua luta contra o colonialismo português e de amplos sectores da sociedade civil dos países ocidentais incluindo organização religiosas, a maioria dos países ocidentais congregados na OTAN acabou dando apoio aos esforços do governo português na sua luta contra os movimentos de libertação em África.

Após as independências das antigas colónias inglesas, francesas e belgas em África incluindo as colónias inglesas situadas na África Austral na década de 1960, as contradições se agudizavam nesta região que ainda continha uma presença massiva de regimes coloniais e minoritários. Os territórios de Angola e Moçambique ainda estavam sob dominação colonial portuguesa³⁰, enquanto a África do Sul, Namíbia e a Rodésia do Sul se encontravam sob a dominação de regimes minoritários não democráticos.

Com efeito, na África do Sul, a resistência pacífica dos Africanos contra a dominação do regime segregacionista tinha redundado num fracasso, ao mesmo tempo que aquele regime continuava a ocupar ilegalmente a Namíbia em desafio às Nações Unidas. Na Rodésia do Sul houve a declaração unilateral da independência pela minoria branca em 1965, eliminado, assim, as possibilidades de implantação de um governo democraticamente eleito naquele território.

Entretanto, as independências dos primeiros Estados Africanos em finais da década de 1950 e início da década de 1960 reforçaram a consciência nacionalista nos territórios ainda sob dominação colonial ou por regimes minoritários, tendo originado o surgimento de movimentos nacionalistas. Muitos destes movimentos procuravam, com apoio dos Estados independentes obter a independência por meios pacíficos. Porém, de um modo geral, esses apelos foram ignorados, aumentando, pelo contrário, a repressão sobre a maioria negra.

³⁰ Igualmente, estavam sob dominação colonial portuguesa os territórios da Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé Príncipe, que estão na região da África Ocidental.

Para assegurar a sobrevivência dos seus regimes, o governo colonial português estabeleceu alianças com os regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul. Um dos fatores que tornava a região da África Austral estrategicamente importante para os diferentes atores externos era o facto de nela convergirem os oceanos Atlântico e Índico e a constatação de que a rota do Cabo era de extrema importância para a África Austral após o encerramento do Canal de Suez em 1956.

Naquela altura, grandes quantidades de investimento fluíram de países como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Japão para a África do Sul e para as antigas colónias de alguns destes países. O governo português, por seu turno, tinha grande interesse em manter as suas possessões coloniais em África e apelou ao apoio dos outros países ocidentais colocando o conflito na região da África Austral como um reflexo da guerra-fria. Com efeito, afirmações de Alberto Franco Nogueira, Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, em 1968, contidas em Mondlane (1975, p.245) são demasiado elucidativas desta situação³¹:

A penetração naval russa no Oceano Índico ocupará grande parte das zonas abandonadas pela Grã-Bretanha, e muitas bases e portos serão negados ao Ocidente. Estamos em África porque é o nosso direito, o nosso dever e o nosso interesse. Mas estamos em África porque isso é também o interesse geral do mundo livre. Se as bases e ilhas e portos e aeroportos e as linhas costeiras não estivessem em mãos portuguesas firmes, pode-se perguntar: em que mãos estariam? Mas em qualquer caso, esses novos ocupantes não ofereceriam ao Ocidente o que nós, se quisermos, estaremos em condições de oferecer.

Torna-se evidente, nestas palavras, o arrastamento do conflito regional para o âmbito da guerra-fria e a colocação das necessidades geopolíticas e geoestratégicas das potências ocidentais como catalizadoras de conflitos na região da África Austral. O Ministro Português é ainda citado como tendo argumentado que a independência dos territórios coloniais portugueses seria seguida de caos e ameaça de tomada de poder pelos comunistas e defendia que as “províncias” portuguesas em África constituíam os últimos bastiões da “civilização ocidental” naquela parte do Mundo. Com este raciocínio, o governo português indicava que o Ocidente tinha razões mais do que suficientes para ajudar Portugal em África (MONDLANE, 1975, p.246).

Por isso, e com vista a assegurar a sobrevivência de seus regimes, o governo português firmou uma aliança informal com a África do Sul e a Rodésia na qual Portugal e a Rodésia

³¹ Segundo Mondlane (1975, p.247), Nogueira desenvolveu extensivamente este tema no seu livro *The Third World* (Johnon Publications, 1968).

protegiam a África do Sul contra o resto do continente já independente constituindo uma “zona tampão” e dificultando o apoio aos movimentos de libertação naquele país. Portugal e a Rodésia do Sul recebiam a necessária proteção pela África do Sul que estava na posição mais forte, sendo o país mais rico, com um exército e a polícia mais bem apetrechados (ABRAHAMSON; NILSON, 1992; MONDLANE, 1975).

No que concerne a Moçambique, este país era de grande importância para a África do Sul pois era o maior fornecedor de mão-de-obra para as minas e indústria de ouro. Angola, por seu turno, pela sua situação geográfica, estava em posição de afetar grandemente a questão do Sudoeste Africano (atual Namíbia), onde recursos extremamente importantes estavam já sob controle sul-africano. Por isso a África do Sul se envolveu ativamente nas lutas dos países vizinhos (ABRAHAMSON; NILSSON, 1992; MONDLANE, 1975).

Consoante Mondlane (1975) como colónia portuguesa, Moçambique mantinha relações de dependência mútua com a Rodésia do Sul desde a Declaração Unilateral da Independência (DUI) em 1965. Essas relações permitiam à Rodésia do Sul escapar às sanções decretadas pelas Nações Unidas usando o Porto da Beira, os principais rios, estradas e caminhos-de-ferro deste país para alcançar a costa. Em contrapartida, Moçambique recebia 10% do seu rendimento nacional bruto a partir dos serviços prestados à Rodésia.

O surgimento dos movimentos nacionalistas na região da África Austral fez com que o governo português e os regimes minoritários aumentassem a sua cooperação nas áreas de defesa, relações económicas e outras. Vários acordos foram assinados sendo alguns deles secretos afirmando a necessidade de defesa comum da África Austral, considerada a parte do continente africano onde ainda prevalecia a dominação europeia. Considerava-se, por isso, necessário defender a região, daquilo que designavam de subversão nacionalista e comunista.

Segundo Mondlane (1975), no âmbito do fortalecimento das relações entre o regime colonial português e os regimes minoritários na região da África Austral foi celebrado o acordo final sobre a barragem de Cahora Bassa entre a África do Sul e Moçambique em 1967 e realizaram-se trocas de visitas e conversações entre os dirigentes governamentais sul-africanos e portugueses.

Como foi anteriormente referido, em resultado destes acordos a Rodésia obteve auxílio para evitar as sanções através da aliança com a colónia portuguesa de Moçambique. Em contrapartida Moçambique aceitava moeda e passaportes rodesianos, além de constituir via de

acesso da Rodésia ao mar. Na senda desta aliança, consoante Mondlane (1975), metade do petróleo necessário à Rodésia chegava-lhe através de Lourenço Marques (atual Maputo), para além da cooperação a nível das forças de defesa e segurança dos regimes minoritários na África Austral.

Torna-se assim evidente, como Mondlane (1975) constata, que enquanto Portugal manteve suas possessões coloniais na África Austral, a aliança deste país com os regimes minoritários da região era crucial para a sua sobrevivência. As alegações de estarem a representar os interesses do “mundo civilizado” e a possibilidade de caos e invasão comunista na região constituíram justificativas que, aliadas a interesses geopolíticos ligados à confluência dos oceanos Atlântico e Índico, ofereceram argumentos para persuadir os países ocidentais a canalizarem apoio substancial para o regime colonial português e os regimes minoritários instalados na região.

No entanto, as alianças de Portugal no ocidente eram significativamente mais decisivas para os desenvolvimentos das suas colónias africanas do que as alianças com os regimes minoritários da região. Como membro da OTAN, Portugal beneficiava-se de apoio financeiro para as despesas do seu exército, libertando, assim, recursos para o esforço de guerra em África.

Com efeito, embora os equipamentos e financiamentos da OTAN fossem para ser usados exclusivamente na área da OTAN, os dirigentes portugueses consideravam que o seu país se estendia até as “províncias ultramarinas”. Assim, o apoio da OTAN a Portugal afectava diretamente as guerras nas colónias em África. Seus oficiais eram treinados pela OTAN e não havia qualquer limitação nas forças que se destinavam a combater em África. Além disto, Portugal conseguia enviar ilegalmente quantidades apreciáveis de armas para África (MONDLANE, 1975).

De referir ainda que as relações de Portugal com os outros Estados membros da OTAN permitiu o estabelecimento de relações individuais com vários deles que lhe vendiam armas ou autorizavam a sua produção no país. A Grã-Bretanha e Alemanha Federal venderam armas e equipamento militar a Portugal alegadamente no âmbito do apoio entre os aliados na OTAN. Estes equipamentos incluíam aviões, helicópteros e outro equipamento bélico que acabava chegando às colónias portuguesas em África para combater os nacionalistas africanos.

Para os países da OTAN, Portugal era estrategicamente importante e muitos países ocidentais (França, Alemanha e Estados Unidos) tinham bases naquele país, para além de outros empreendimentos militares. Consoante Mondlane (1975) a França vendeu a Portugal helicópteros

Alouette utilizados em África, e construiu fragatas para o país, tendo sido feita a concessão duma estação de rastreio de mísseis nos Açores³². Os países da OTAN acordaram, ainda, em manter bases nos Açores e Portugal exercia pressão chegando a afirmar que não iria hesitar em sair desta aliança e romper a ligação com os Estados Unidos se os interesses portugueses em África não fossem considerados³³.

Torna-se, por isso, evidente que o apoio que Portugal recebia por parte dos seus aliados na OTAN era decisivo para a manutenção da guerra nas suas colónias africanas. Assim, embora as alianças do governo português com os regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul fossem importantes na sua estratégia de dominação da maioria negra, as alianças no ocidente eram, de longe, mais significativas e determinantes.

De salientar que ao nível regional, desde finais da segunda guerra mundial que a África do Sul se tinha feito rodear de alguns Estados-tampão, que eram favoráveis ao seu governo. A ocidente estava a Namíbia, ocupada pela África do Sul, que por sua vez fazia fronteira com a colónia portuguesa Angola. A norte, o país fazia fronteira com a colónia britânica da Rodésia e a Oriente com a colónia portuguesa de Moçambique. Todas as economias destes países-tampão estavam ligadas à África do Sul e eram dependentes dela (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Segundo Abrahamson e Nilsson (1994), os Estados politicamente independentes mais próximos da África do Sul, nomeadamente o Botswana, o Lesoto e a Suazilândia eram dirigidos por regimes conservadores negros, que eram completamente dependentes da África do Sul e, na prática, funcionavam como enclaves económicos sul-africanos. Neste contexto, a estratégia sul-africana tinha por objetivo ligar economicamente essas zonas cada vez mais à economia sul-africana, mantendo, dessa forma, a dominância da África do Sul em toda a região. Foi no âmbito destes desenvolvimentos que se formulou a teoria sobre Constelação de Estados da África Austral (CONSAS), na segunda metade da década de 1970, como um ramo da política externa do Primeiro-Ministro Vorster (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

De referir, no entanto, que este período de vigência da política de desanuiamento de John Vorster foi de uma relativa estabilidade e permitiu um crescimento económico e consolidação da política do *apartheid*. Porém, este ambiente veio a ser interrompido com as independências das antigas colónias portuguesas de Angola e Moçambique durante a segunda

³² *The Times*, 24 de Março de 1966, *apud* MONDLANE, 1975.

³³ George Sherman, no *Washington Evening Star*, de 20 de Agosto de 1965 *apud* MONDLANE, 1975, p.254.

metade da década de 1970. A nível interno ocorreu a insurreição no Soweto em 1976, que veio influenciar significativamente o desenvolvimento político da África do Sul. No âmbito desta insurreição, milhares de jovens sul-africanos negros deixaram o país para se juntarem ao *Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do CNA, na Tanzânia.

De 1975 em diante, diversos eventos deram forma às relações interestatais na região da África Austral. A independência de Moçambique e Angola deu um grande impulso à luta contra o sistema do *apartheid* na África do Sul. O levantamento no Soweto em Junho de 1976 constituiu um importante ponto de viragem na correlação de forças na região. Num período de cinco anos, a situação colonial na região mudou pois, em 1980, o Zimbábue alcançou sua independência. Os países da região não só se tornaram independentes com governos da maioria mas também se tornaram em partidos marxistas dirigentes dos Estados em sistemas monopartidários (ABRAHAMSON; NILSON, 1994).

No âmbito da guerra-fria, a União Soviética adoptou um política mais ativa após a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, fortalecendo suas alianças com países do “terceiro mundo” que passaram a ser denominados “países de orientação socialista”. As relações com Angola e Moçambique encontravam-se no contexto desta estratégia adoptada pela União Soviética em 1976.

Enquanto a análise anterior tinha sido baseada na percepção de que a transformação socialista não estava na agenda nas lutas de libertação nacional, a situação em meados dos anos 1970 abriu a possibilidade para uma estratégia socialista, baseada na aliança operário-camponesa dirigida por uma nova liderança radical no terceiro mundo. Isto coincidiu com a necessidade da URSS em fortalecer sua posição geoestratégica no vácuo entre uma retirada americana e uma possível expansão chinesa. Estas circunstâncias foram características importantes do ambiente no qual a guerra se desenvolveu em Moçambique (ABRAHAMSON; NILSSON, 1992; NILSSON, 1999).

A política de desanuviamento do Primeiro Ministro John Vorster e o seu projeto de criação de uma Constelação de Estados da África Austral viriam, no entanto, a redundar em fracasso diante do distanciamento dos Estados Africanos recém-independentes na África Austral. Este fracasso se tornou mais evidente quando o Zimbábue alcançou a sua independência em 1980 e, juntamente com os outros Estados da região criaram a SADCC.

Entretanto, na África do Sul, uma elite militarista assumiu a liderança do regime em finais da década de 1970 e a política de desanuviamento de John Vorster viria a ser substituída pela “estratégia total” implementada pelo regime sul-africano, agora sob a liderança de Pieter Botha. A “estratégia total” consistiu na utilização de todos os meios ao alcance do regime sul-africano para assegurar a continuidade da sua existência e incluía a coersão política, económica e militar aos países vizinhos que fossem considerados como ameaça ao regime.

Considerações de segurança tornaram-se característica dominante de todas as atividades da sociedade sul-africana que passou a conhecer uma militarização sem precedentes. Consoante Nilsson (1999) a “estratégia total” era a resposta a uma análise que concluiu que a África do Sul estava enfrentando uma possível extinção, através de um *total onslaught*, considerado essencialmente como uma conspiração comunista.

Para este autor, dois aspectos estavam na base retórica do *total onslaught*, nomeadamente: Uma percebida ameaça proveniente da comunista União Soviética, agindo na região através de Moçambique e Angola independentes, bem como através do CNA e da SWAPO. A outra era a luta contra o sistema do *apartheid* e por um sistema político baseado em “um homem-um voto”.

Assim, se havia vastos segmentos mesmo nas sociedades ocidentais que condenavam o sistema do *apartheid*, a invocação da “ameaça comunista” na região contribuiu para a atração tanto do mundo ocidental como de todo o eleitorado bóer em torno da “estratégia total”. Como Nilsson (1999) afirma, a dimensão ideológica da percepção da ameaça constituiu um fator preponderante no agravamento da situação militar da região. No âmbito da militarização da sociedade sul-africana, o complexo militar-industrial da África do Sul cresceu passando a produzir desde armas ligeiras até à montagem de aviões de combate *Mirage* franceses e, mais tarde à produção do seu próprio avião de guerra denominado *Cheeta*.

De referir ainda que, consoante Nilsson (1999), a formulação da “estratégia total” na África do Sul coincidiu com o período em que os conflitos de baixa intensidade era o conceito estratégico predominante para as intervenções militares ocidentais no terceiro mundo. Este tipo de conflitos era visto como distinto da guerra convencional, na qual o objetivo primário é derrotar as forças militares do inimigo, sendo destinados mais a minar a vontade política do inimigo e a sua estrutura interna de apoio. É neste contexto que se enquadrou a desestabilização sistemática a que os países da região estiveram sujeitos, especialmente Angola e Moçambique.

De referir que, no caso de Moçambique, o regime de Vorster tinha evitado um envolvimento direto em atividades contrarrevolucionárias durante o período de transição para a independência em Junho de 1975. Porém, esta situação viria a alterar-se dramaticamente em finais da década de 1970, perante a recusa dos Estados Africanos vizinhos da África do Sul de aderirem ao projeto CONSAS.

A subida de Pieter Botha à liderança do Estado Sul-Africano e a adopção da “estratégia total” transformaram a região da África Austral num complexo de segurança no qual o regime do *apartheid* usou todos os meios ao seu dispor para desestabilizar os países vizinhos. O estabelecimento de regimes do tipo socialista em Angola e Moçambique foram vistos como comportando a ameaça do *total onslaught* comunista na região, transformando-se, o conflito regional num conflito inserido no âmbito da guerra-fria.

2.3 DINÂMICAS DOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL

Apesar das grandes potências coloniais europeias terem cedido as independências dos territórios que se encontravam sob seu domínio em África, Portugal manteve-se intransigente na sua posição de continuar a dominar as suas possessões coloniais. Com efeito, a França, Inglaterra e a Bélgica desenharam diferentes estratégias para fazerem face às manifestações anticoloniais mas acabaram concedendo a independência às suas antigas colónias.

De acordo com Schmidt (2013), inicialmente nenhuma destas potências coloniais se mostrava disposta a ceder pacificamente a independência dos territórios colonizados, o que originou o surgimento de movimentos de libertação nestes territórios. Consoante este autor, muitos destes movimentos anticoloniais usaram métodos não violentos para alcançarem a independência, mas outros não tiveram outra alternativa senão o recurso à luta armada.

A França e a Inglaterra concederam as independências dos territórios coloniais através de negociações consideradas, de uma maneira geral, como tendo sido pacíficas, embora a França tenha repreendido violentamente as manifestações independentistas em Madagáscar, Tunísia, Camarões e Costa do Marfim, e levou a cabo guerras prolongadas contra movimentos nacionalistas na Indochina e na Argélia para impedir a sua ascensão à independência (SCHMIDT, 2013).

A Inglaterra, por seu turno, reprimiu violentamente a insurgência dos Mau Mau no Quênia tendo provocado enormes danos às populações civis que viviam nas áreas controladas pelos rebeldes. Não obstante, tanto a França como Inglaterra acabaram cedendo às demandas independentistas em África e adoptaram estratégias para continuarem a defender seus interesses nos territórios anteriormente ocupados, essencialmente através da transferência do poder político para elites africanas que pudessem salvaguardar seus interesses económicos e políticos.

No entanto, a Bélgica e Portugal, potências colonizadoras relativamente mais fracas mostravam ainda muito pouca disposição de cederem às pressões independentistas dos movimentos de libertação e das Nações Unidas. Porém a Bélgica acabou cedendo às pressões internacionais na sequência de manifestações populares tendo concedido a independência do Congo em 30 de Junho de 1960.

Contudo, consoante Schmidt (2013), a Bélgica estava determinada a manter o controlo dos processos políticos e económicos antes e depois da independência, garantindo o seu acesso continuado aos numerosos recursos minerais do Congo. Por isso, nos meses anteriores à independência, a Bélgica transferiu as lucrativas possessões das empresas coloniais geridas pelo Estado para empresários privados belgas. Assim, depois da independência os administradores belgas permaneceram no país para proteger os seus interesses económicos e 1.000 oficiais do exército belga tomaram conta do exército congolês (SCHMIDT, 2013). Em consequência destas ações deliberadas da antiga potência colonizadora que, pouco depois da independência teve uma intervenção militar no território, o Congo não conseguiu, até o momento, alcançar a almejada paz e estabilidade política, económica e social.

De referir, no entanto, que Portugal foi a potência colonizadora que mais resistiu às pressões independentistas e levou a cabo guerras prolongadas em Angola, Moçambique e Guiné – Bissau. Isto se deveu, como Schmidt (2013) depreende, à percepção da sua incapacidade de manter a sua influência e dominação económica destes territórios no pós-independência. A este respeito, Schmidt (2013, p.20) afirma:

Como a Bélgica, Portugal não tinha intenção de abdicar do controle das suas lucrativas colónias. Um país empobrecido, parcialmente industrializado, Portugal não podia sobreviver à competição do mercado mundial. Estava determinado a manter o controlo político das suas colónias africanas de modo a assegurar o acesso a matérias-primas baratas e mercados para os seus produtos manufaturados. Como resultado, levou a cabo uma guerra prolongada, altamente dispendiosa contra os movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa, que levaram à deposição do regime autoritário de Lisboa em 1974.

Com efeito, o regime colonial português resistiu até às últimas consequências, dado o seu carácter totalitário, com inúmeros sacrifícios de vidas de militares portugueses que, nas suas colónias africanas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique eram obrigados a combater os guerrilheiros nacionalistas. A ditadura do regime constituía um enorme fardo tanto para os povos colonizados quanto para o próprio povo português que estava sujeito a uma situação de enorme privação devido à repressão fomentada através das suas forças policiais, especialmente a polícia secreta, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que foi sucedida, em 1969 pela Direção Geral de Segurança (DGS) até à derrocada do regime de Marcelo Caetano em 1974.

Foi no auge da saturação do povo português e dos militares que sofriam enormes derrotas nas colónias africanas que os militares portugueses derrubaram o regime colonial-fascista em 25 de Abril de 1974 abrindo, deste modo, o caminho para a independência das colónias portuguesas em África.

2.3.1 O Nacionalismo Negro na África Austral e as Independências das Antigas Colónias Britânicas na Região.

A implantação do *apartheid* com a vitória do partido Nacionalista em 1948 na África do Sul e a discriminação subsequente que esta política representou para a maioria negra na África do Sul abriu espaço para o surgimento do nacionalismo negro naquele país. No entanto, como Pereira (2011) constatou, a segregação antecede essa data em muito, e vários analistas localizam suas raízes no século XIX.

Consoante Pereira (2011), a ideologia da superioridade branca e da discriminação racial era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os *Africâneres*, pois praticavam uma agricultura atrasada e pouco lucrativa em comparação com a cultura extensiva que a burguesia inglesa desenvolvia nas províncias do Cabo e Natal. Para esta autora, o pragmatismo mercantil dos britânicos considerava a escravidão como um obstáculo à formação de um mercado consumidor, mas não deixava de estabelecer barreiras rígidas para a ascensão social e econômica dos negros. Assim, à medida que as autoridades sul-africanas estruturavam o seu sistema do *apartheid*, este processo foi acompanhado por uma luta antirracista levada a cabo por vastos segmentos de população de cor que este sistema discriminava.

Foi neste contexto que, em 1912, foi fundado o CNA, primeira organização política dos negros sul-africanos, criada por egressos das escolas mantidas por missionários europeus, muitos deles com estudos e títulos obtidos em universidades norte-americanas e europeias. Eles estabeleceram um programa inicialmente conciliador pois acreditavam que poderiam discutir com os *Africâneres* o conteúdo injusto das leis de segregação racial e pensavam também convencer os liberais britânicos a admitir a coparticipação dos negros nas questões políticas (PEREIRA, 2011).

Consoante Pereira (2011), na década de 1940, o CNA adotou uma estratégia de resistência não-violenta em relação às leis segregacionistas e, em 1955, conseguiu ampliar a frente antirracista através da chamada Carta da Liberdade, subscrita também pelos movimentos de indianos, mulatos, de liberais e de socialistas. A Carta apresentava uma denúncia radical do *apartheid* e discutia a sua abolição, bem como defendia a redistribuição da riqueza, demandas que não encontravam acolhimento por parte do regime sul-africano, no poder.

Foi na sequência destes desenvolvimentos que se formou a Liga da Juventude do CNA, em 1944, tendo como principais líderes Nelson Mandela, Walter Sisulu e Oliver Tambo. A Liga defendia um movimento não-violento de massas, contra a segregação racial na África do Sul mas, como Matusse (2009) constata, a confrontação seria mais tarde inevitável não só por causa da intransigência das autoridades racistas sul-africanas mas também pela intensidade da opressão que infligiam à maioria negra, sobretudo após a ascensão ao poder do Partido Nacional, conservador e racista, em Maio de 1948.

Segundo Matusse (2009), depois da vitória eleitoral do Partido Nacional, este iniciou o projeto de condensação de toda a legislação e práticas discriminatórias dos trezentos anos anteriores em sistemas monolíticos e omnipresentes em toda a sociedade sul-africana. No entanto, fracassada a primeira tentativa de não-violência e do diálogo com as autoridades sul-africanas lançada pela sua juventude em 1944, o CNA viria a lançar a Campanha de Desafio, em 1952, modelada no movimento de Mahatma Gandhi, a qual também não logrou surtir os efeitos alcançados na Índia.

Vendo esta opção inviabilizada, o CNA começou a preparar-se para responder à violência pela violência, tendo formado o *Umkhonto we Sizwe*, a “Lança da Nação”, o seu braço armado, em 1961. Foram seus membros fundadores entre outros, Nelson Mandela, Walter Sisulu, Denis Goldberg, Govan Mbeki, Raymond Mhlala e Joe Slovo. Alguns destes líderes do CNA foram

detidos e acusados de crimes puníveis com a pena de morte, no julgamento de Rivónia, que culminou, no entanto, com a sua condenação à prisão perpétua³⁴ (MANDELA, 2013; (MATUSSE, 2009).

Foi nesse julgamento que Nelson Mandela, um dos acusados leu uma longa declaração, do banco dos réus, que entrou para a história como o seu testamento político. No seu texto. Mandela explica a razão da revolta dos Africanos contra a opressão e a discriminação racial e condena igualmente o racismo quer seja de brancos como de negros. Mandela reafirma a sua luta por um ideal de uma sociedade livre e democrática na qual todas as pessoas convivam em harmonia e com oportunidades iguais (MANDELA, 2013; MATUSSE, 2009).

Os ideais do CNA bem como a própria denominação serviram de inspiração para vários movimentos nacionalistas que emergiram em vários países da África Austral. Com efeito, como Matusse (2009) afirma, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), em 1934 foi fundado o Congresso Nacional Africano da Rodésia do Sul³⁵ por Enock Dumbutshena e Stanlake Samanke. Este movimento político foi revitalizado mais tarde por Joshua Nkomo após um grande período de inatividade, tendo sido eleito seu Presidente em 1948 e reeleito em 1957.

Entretanto, o CNA da Rodésia do Sul, dirigido por Nkomo foi banido em 1959 e mais de 500 partidários seus foram presos. Tempos depois, Nkomo tornou-se Presidente do Partido Nacional Democrático³⁶ que viria também a ser banido no mesmo ano. Porém, com persistência, Nkomo acabou formando a União Africana do Povo do Zimbábue (ZAPU)³⁷, igualmente banido em 1962 e, em 1964, foi preso tendo sido liberto 10 anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1974. Entretanto a ZAPU, de Joshua Nkomo viria a tomar parte decisiva na luta contra o regime minoritário rodesiano, tendo sido um protagonista importante na luta pela independência do Zimbábue.

Outro movimento político surgido no Zimbábue foi o Conselho Nacional Africano Unido (UANC)³⁸ criado em 1971 pelo Bispo Abel Muzorewa e outro reverendo, Cannan Banana. No entanto, consoante Matusse (2009), Muzorewa mais tarde, em 1974, seria aceite como presidente

³⁴ No final do Julgamento Nelson Mandela, Walter Sisulu, Govan Mbeki, Raymond Mlaba, Elias Matsoaledi, Andrew Mlangeni, Ahmed Kathrada e Denis Goldberg foram condenados à prisão perpétua. Da Ilha de Roben onde se encontravam encarcerados, eles seriam a fonte de inspiração dos combatentes da liberdade na África do Sul, na África Austral e em muitas partes do mundo (MATUSSE, 2009, p.34).

³⁵ De sua denominação em língua inglesa *Southern Rhodesian African National Congress*.

³⁶ De sua denominação em língua inglesa *National Democratic Party*.

³⁷ De sua denominação em língua inglesa *Zimbabwe African People's Union*.

³⁸ De sua denominação em língua inglesa *United African National Council*.

de um ressurgido CNA que integraria a ZANU de Ndabaningi Sithole, a ZAPU, de Joshua Nkomo e a Frente para a Libertação do Zimbábue (FROLIZI)³⁹, de James Chikerema, numa aliança que não chegou a funcionar, tendo se desintegrado, subseqüentemente.

Na Zâmbia, a influência do CNA também se fez sentir. De acordo com Matusse (2009), neste país, 14 organizações cívicas, formaram, em 1946, a Federação das Sociedades de Bem-Estar⁴⁰ que em 1948 se transformou em Congresso da Rodésia do Norte⁴¹. Este nome viria a mudar, em 1951, para Congresso Nacional Africano da Rodésia do Norte⁴², sob a presidência de Harry Nkumbula.

Em 1953 Keneth Kaunda foi nomeado Secretário-geral do Partido e, em 1958, não houve consenso se o Congresso Nacional Africano da Rodésia do Norte devia ou não participar nas eleições legislativas nas quais apenas uma minoria de negros poderia participar. Kaunda não concordou e, no mesmo ano, fundou o Congresso Nacional Africano da Zâmbia (ZANC)⁴³, que seria banido no ano seguinte e Kaunda foi preso. Porém, após a sua libertação, Kaunda criou o Partido Unido para a Independência Nacional (UNIP)⁴⁴, o partido que em 1962 liderou a campanha para o fim da Federação das Rodésias e Niassalândia e ganhou as eleições, formando o governo daquilo que se passou a chamar de República da Zâmbia, tornando-se no seu primeiro Presidente na data da independência a 24 de Outubro de 1964 (MATUSSE, 2009).

No Malauí, o primeiro partido no cenário político foi o Congresso Nacional Africano do Niassalândia⁴⁵, criado em 1944 e presidido por Frederick Sangala, contando com a colaboração de outras figuras proeminentes de então como são os casos de Charles Matinga e de Sydney Somanje. Com o banimento deste Partido, em 1959, surge, no mesmo ano, o Partido do Congresso do Malauí (MCP)⁴⁶, presidido por Orton Chirwa. Depois da sua libertação, em 1960, da cadeia de Gweru, no atual Zimbábue, o Dr. Kamuzu Banda receberia a Presidência deste partido, continuando a fazer as mesmas exigências que teriam levado o Congresso Nacional Africano do Niassalândia ao banimento pelas autoridades coloniais. Banda viria a assumir os destinos do Malauí à independência a 6 de Julho de 1964 (MATUSSE, 2009).

³⁹ De sua denominação em língua inglesa *Front for the Liberation of Zimbabwe*.

⁴⁰ De sua denominação em língua inglesa *Federation of Welfare Societies*.

⁴¹ De sua denominação em língua inglesa *Northern Rhodesian Congress*.

⁴² De sua denominação em língua inglesa *Northern Rhodesian African National Congress*.

⁴³ Da sua denominação em língua inglesa *Zambian African National Congress*.

⁴⁴ Da sua denominação em língua inglesa *United National Independence Party*.

⁴⁵ Da sua denominação em língua inglesa *African National Congress of Nyasaland*.

⁴⁶ Da sua denominação em língua inglesa *Malawi Congress Party*.

No Lesoto, foi formado, em 1952, o Congresso Nacional Africano do Basutholândia (BAC)⁴⁷ pelo Dr. Ntsu Mokhehle, que em 1957 mudou-se para Partido do Congresso de Basutholândia (BCP)⁴⁸ mantendo-se, porém, coerente com a sua agenda de autodeterminação e independência do Lesoto da Coroa Britânica. Porém, seria o Partido Nacional de Basutholândia (BNP)⁴⁹, de Leabua Jonathan Molapo, que ganharia as eleições de 1965 e dirigiria o primeiro Governo do Lesoto cuja independência foi proclamada a 4 de Outubro de 1966 (MATUSSE, 2009). A Suazilândia, antigo protetorado britânico desde 1903 viria a obter a sua independência em 6 de Setembro de 1968 como uma monarquia constitucional, dirigida pelo Rei Sobhuza II.

Em Moçambique também foi fundado, por volta de 1920, o Congresso Nacional Africano (CNA) local. A frente deste movimento estiveram João Tomás Chembene, Samson Chambale, Lindstron Matite e Benjamin Moniz. Chembene, ascendente familiar do antigo Chefe do Estado de Moçambique Armando Guebuza (Chembene) foi seu presidente tendo, o mesmo movimento, publicado um jornal “Sol de África”⁵⁰ (MATUSSE, 2009, p.49).

Consoante Chissano (2012), houve também o Congresso Nacional Africano de Moçambique (MANC)⁵¹, liderado por Kamba Simango, mas este movimento não teve muita repercussão e quase que desapareceu muito cedo, apagado pelo aparecimento de novos movimentos. De acordo com este autor, alguns membros residuais do MANC vieram a aderir à FRELIMO após sua fundação em 1962.

De referir, no entanto, que enquanto os movimentos nacionalistas nas antigas colónias britânicas da África Austral conseguiram levá-las à independência na década de 1960 com a exceção da África do Sul sob o regime do *apartheid* que ocupava ainda ilegalmente a Namíbia, os desenvolvimentos na Federação das Rodésias e Niassalândia levaram à independência da Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e do Niassalândia (Atual Malaui) em 1964.

Entretanto, a percepção de que o governo britânico estava concedendo o poder político à maioria negra nas suas antigas colónias, levou a que na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), os descendentes europeus assumissem o poder político em 1965 através de uma Declaração Unilateral da Independência (DUI). Deste modo, a minoria branca rodesiana deixou de se submeter à coroa britânica e estabeleceu, no território, um sistema de dominação da minoria

⁴⁷ Da sua denominação em língua inglesa *Basutholand African National Congress Party*.

⁴⁸ Da sua denominação em língua inglesa *Basutholand Congress Party*.

⁴⁹ Da sua denominação em língua inglesa *Basutholand National Party*.

⁵⁰ Do original em língua Ronga, *Dambu Dja África*.

⁵¹ Do original em Inglês *Mozambique African National Congress*.

branca à maioria africana, em violação dos princípios preconizados pela ONU. Instalou-se, assim, um regime minoritário ilegal na Rodésia do Sul, que foi alvo de sanções internacionais. Porém, os países ocidentais incluindo a Grã-Bretanha passaram a apoiar tacitamente aquele regime, em detrimento da imposição de um regime democraticamente eleito através da regra da maioria naquele território.

Nesta conformidade, a luta pelo estabelecimento de um regime de maioria na Rodésia e na África do Sul e pela libertação da Namíbia ilegalmente ocupada viria a ganhar outros contornos ao longo das décadas seguintes até à implantação de um governo democraticamente eleito em 1980 (na Rodésia, atual Zimbábue). A Namíbia só viria a ficar independente em 1990. Um governo democraticamente eleito viria a ser estabelecido na África do Sul em 1994 após a erradicação do regime do *apartheid* naquele país.

2.4 O NACIONALISMO NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS EM ÁFRICA

O apoio dado ao governo do Dr. António de Oliveira Salazar pelos países ocidentais tornou imprescindível a aproximação entre os movimentos nacionalistas que clamavam pela independência nacional. Na África Austral o mesmo apoio era dado aos regimes minoritários que na África do Sul, Namíbia e Rodésia do Sul subjugavam a maioria das populações daqueles territórios. Esta situação era igualmente válida para os territórios do império português do Oriente no qual se incluíam os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli (CHISSANO, 2010; MONDLANE, 1975).

Foi neste contexto que estes movimentos se congregaram na CONCP visando coordenar ações de luta contra a dominação colonial: A FRELIMO em Moçambique, o MPLA em Angola e o PAIGC na Guiné-Bissau incrementaram a cooperação cuja gênese já remontava dos anos 1920, quando se criou, em Lisboa a Liga Africana, que integrava intelectuais radicais africanos de todos os territórios.

Em 1957 estudantes nacionalistas africanos provenientes das colónias portuguesas criaram o Movimento Anticolonialista (MAC) na clandestinidade que, em 1959, foi renomeado Comité de Libertação dos Territórios Africanos sob o domínio português, na sequência de uma reunião realizada com Marcelimo dos Santos em Paris.

Em Janeiro de 1960, durante a Conferência dos Povos Africanos, em Túnis, Amílcar Cabral, Hugo de Menezes, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Holden Roberto, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade, entre outros delegados das colónias portuguesas, fundaram a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN)(MATUSSE, 2009).

O MAC e a FRAIN foram os precursores da CONCP, criada numa reunião realizada em Casablanca, Marrocos, de 18 a 20 de Abril de 1961. A CONCP assumiu a liderança como organismo unitário de coordenação da luta política dos movimentos de libertação. Na sua reunião constitutiva participaram representantes dos movimentos de libertação de Angola, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde, Moçambique e Goa (MATUSSE, 2009).

Quadro 1 - Movimentos de Libertação e Organizações das Antigas Colónias Portuguesas Presentes na Reunião Constitutiva da CONCP

Colónia	Organização	Representante (s)
Angola	Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	Mário Pinto de Andrade (Presidente) Viriato Cruz (Secretário-Geral)
	União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA)	Pascoal Luvualu (Secretário-Geral)
S. Tomé e Príncipe	Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP) ⁵²	Miguel Trovoada (Presidente)
Guiné-Bissau e Cabo Verde	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)	Alfredo Bangoura e Adriano Araújo (membros do Bureau Político) Malan N'Diaye (membro do Comité Diretor)
Moçambique	União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) ⁵³	Adelino Gwambe (Presidente) Marcelino dos Santos ⁵⁴ (membro)
GOA	<i>National Congress</i> de Goa	Pundlik Gaitondé (Presidente)
	<i>Goan People's Party</i>	George Vaz (Chefe) e Aquino de Bragança (Membro)
	<i>Goa League</i>	João Cabral (Secretário-Geral).

Fonte: Elaboração própria, com base na informação obtida em Matusse (2009, p.55).

⁵² O CLSTP foi formado no Gana, em 1960 e tomaria o nome de Movimento para a Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP), em 1972 já sob a presidência de Manuel Pinto da Costa;

⁵³ Fundado na Rodésia do Sul em 1960 por Adelino Gwambe, Lopes Tembe, Jaime Rivaz Sigauque, Aurélio Bucuane, José Nkovane, David Chambale, Feliciano Gundana, Fanuel Mahluza e Calvino Mahlayeye, entre outros. (Matusse, 2009, p.54).

⁵⁴ O moçambicano Marcelino dos Santos seria eleito Secretário-Geral desta Organização.

Moçambique foi representado pela UDENAMO na reunião constitutiva da CONCP em 1961. A FRELIMO veio a aderir à CONCP após a sua criação em 1962 e, em resolução do seu Primeiro Congresso aprovou os princípios e as decisões adotadas. A UDENAMO, movimento político que juntamente com a UNAMI e o MANU constituíram a FRELIMO esteve representada ao mais alto nível por Adelino Gwambe, seu presidente e Marcelino dos Santos, que viria a ser o secretário-geral da CONCP e um dos dirigentes superiores da FRELIMO.

Vale recordar que enquanto ocorria a descolonização nas colónias britânicas, francesas e belgas em África, as colónias portuguesas continuavam sob um regime ditatorial e fascista instalado em Portugal. Este regime teimava em permanecer naqueles territórios com o beneplácito dos países ocidentais que o tinham como seu parceiro estratégico na Europa e na defesa dos seus interesses na África Austral.

Neste contexto, somente no início da década de 1960 se verificou um movimento nacionalista consistente em Moçambique, com a criação da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) movimentos políticos criados por emigrantes moçambicanos na Rodésia do Sul e Malawi respectivamente. Estes movimentos, à semelhança de outros movimentos nacionalistas da região mudaram-se para a Tanzânia, cujo presidente, Julius Nyerere se destacou no apoio aos movimentos nacionalistas africanos⁵⁵. Sob a liderança do Dr. Eduardo Mondlane, aqueles movimentos juntaram-se à União Nacional Africana de Moçambique (MANU)⁵⁶ formando a FRELIMO em 25 de Junho de 1962.

O apoio da Tanzânia aos movimentos de libertação na África Austral foi de grande importância para o processo de libertação dos países da região tanto do jugo colonial como da dominação por regimes minoritários. Seu Presidente, Julius Nyerere foi um grande entusiasta desta causa, tendo oferecido uma retaguarda segura aos movimentos de libertação dos países da

⁵⁵ A independência do Tanganhica foi liderada pela União Nacional Africana do Tanganhica (TANU, na sua sigla em Inglês), criada em 1954 por Julius Nyerere. Para Twadle (2010) *apud* Schultz (2015) um dos motivos para a rápida ascensão do Tanganhica à independência, se comparado com outros países da Federação da África Oriental (que incluía também o Uganda e o Quênia) é a própria figura de Nyerere: Ele contava com grande prestígio na ONU e soube aproveitar-se das ideias anti-colonialistas presentes no seio da instituição. A sua popularidade se reflectiu na vitória massiva da TANU nas eleições para o conselho legislativo, em 1960, quando conquistou 70 das 71 cadeiras. No ano seguinte o Tanganhica torna-se independente, tendo Julius Nyerere como Primeiro-Ministro. Alguns anos após a independência do país, em 1964, fruto da união entre o Tanganhica e o protetorado britânico do Zanzibar, surge a República Unida da Tanzânia (SCHÜLTZ, 2015, p.52).

⁵⁶ Do Inglês *Mozambique African National Union*.

região. Numa demonstração de grande coerência em relação à libertação de África, Nyerere chegou a ameaçar retirar-se da *Commonwealth* se esta organização constituísse um obstáculo à unidade africana que lutava pela libertação do continente (MATUSSE, 2009).

Em Angola, território igualmente sob a dominação colonial portuguesa, os três principais movimentos nacionalistas emergiram nos anos 1950 e 1960 assentando raízes em diferentes grupos etnolinguísticos. Assim, o MPLA foi fundado em Luanda em 1956 e tinha o seu apoio essencialmente dos *Mbundus*, o segundo maior grupo étnico do país.

Atraiu também alguns intelectuais mestiços que foram proeminentes na liderança até finais da década 1970, tendo iniciado sua luta de libertação com um ataque a uma prisão em Fevereiro de 1961. O Movimento foi quase rechaçado da capital mas a partir daí, um pequeno grupo de guerrilha iniciou a sua campanha nas florestas de Dembos para o nordeste de Luanda. Muitos dos seus líderes foram ao exterior para organizar a guerrilha e a partir das fronteiras do país (ABOTT; RODRIGUES, 1988).

O Exército do MPLA, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) começou a infiltrar-se a partir do Congo (*Brazzaville*) para Cabinda a partir de 1963 e da Zâmbia para o Leste de Angola a partir de 1966. Estas eram áreas escassamente povoadas e áreas não-*Mbundu* e, até ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal, o MPLA tinha pouco contato direto com a parte central do território *Mbundu*. Porém, contrariamente aos outros movimentos, o MPLA tinha uma grande influência Marxista embora fosse um movimento nacionalista de base ampla. Recebeu armas e assistência diplomática da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outros países do bloco do Leste desde 1960.

A Noroeste de Angola, território densamente povoado pelos *Bakongo* a rebelião também começou em 1961 e foi organizada pela União das Populações de Angola (UPA) que foi um descendente de um movimento explicitamente nortenho chamada União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) fundado por emigrantes *Bakongo* em Kinshasa nos anos 1950. Os *Bakongos* são o terceiro maior grupo étnico de Angola e constituem, também, a grande maioria das populações das vizinhas Repúblicas do Congo e da República Democrática do Congo (RDC).

Um ataque a fazendeiros portugueses no nordeste de Angola em 15 de Março de 1961 é considerado como sendo o início da insurreição armada contra o colonialismo português em Angola. Porém, a barbaridade com que foi cometido o massacre dos fazendeiros portugueses não

se compadece com a tipologia de combates que os outros movimentos de libertação africanos utilizaram naquela época.

Baseada em Kinshasa, e dirigida por Holden Roberto, a UPA criou uma frente nacionalista conhecida como Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e um Governo Revolucionário no exílio (GRAE) em 1962. A FNLA levou a cabo uma guerrilha de baixa intensidade no Noroeste de Angola, apoiado por bases no Zaire onde tinha o apoio do antigo Chefe do Estado, Mobutu Sese Seko (ABOTT; RODRIGUES, 1988).

Outro movimento surgido em Angola em 1966 foi a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Este movimento surgiu em resultado da dissidência de Jonas Savimbi, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA, desencantado com a liderança de Holden Robert. A UNITA tinha as suas forças armadas majoritariamente recrutadas das populações *Ovimbundu*, da parte central de Angola, tendo começado a receber apoio dos chineses e operado a partir da Zâmbia. Subsequentemente o movimento foi expulso da Zâmbia em 1968 por ter destruído a linha férrea de Benguela, que transportava o Cobre daquele país para a costa (ABOTT; RODRIGUES, 1988).

A despeito de ter a sua base de apoio nas populações *Ovimbundu*, o maior grupo étnico de Angola, a UNITA não tinha ainda mobilizado numa grande extensão como o tinha feito o MPLA e a FNLA. No entanto, este movimento, sob a liderança do seu fundador, Jonas Savimbi, viria a protagonizar uma das mais prolongadas e violentas guerras civis em África, após a proclamação da independência de Angola em 1975.

De referir que havia também um pequeno movimento, dedicado a alcançar a independência de Cabinda, um enclave rico em petróleo separado do resto de Angola por um pequeno estreito de território que dá à República Democrática do Congo, o acesso ao mar. Este movimento denominava-se Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), que mais tarde se dividiu em muitos grupos faccionais alguns dos quais persistem até hoje, reivindicando o direito à independência daquele enclave, oficialmente considerado como sendo parte da República de Angola.

Ainda durante a luta anticolonial as lideranças dos três movimentos angolanos mostraram-se incapazes de criar uma frente unida e, na altura, chegaram mesmo a combater-se mutuamente, o que enfraqueceu seriamente o movimento anticolonial que, em princípios dos anos 1970 não tinha uma grande expressão naquele território.

Na Guiné- Bissau foi também criado o partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1956 por Amílcar Cabral e outros nacionalistas africanos dos quais se destacam Aristides Pereira, Luís Cabral, Inácio Júlio Semedo, Fernando Fortes e Elisée Turpin. Este movimento nacionalista procurava obter a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, dois territórios sujeitos à dominação colonial portuguesa na altura (CARVALHO, 2016).

Foi o sucesso dos movimentos de libertação em Moçambique e Guiné-Bissau que eventualmente trouxe a queda do regime de Salazar e Marcelo Caetano, criando assim o caminho para a independência de todas as colónias Portuguesas em África.

Vale ressaltar, como Mondlane (1975) constatou, que a luta dos movimentos de libertação das colónias portuguesas era feita contra um regime não democrático, não representando, por isso, o povo português pois dentro de Portugal havia uma forte oposição clandestina ao Governo, o que oferecia mais um campo de cooperação; as forças que se opunham à ditadura em Portugal lutavam contra um inimigo comum.

A Frente de Libertação Portuguesa (FLP) tinha a sede em Argel, assim como a CONCP, e ambas mantinham contato. Por isso, como Mondlane constatou, “Se um Governo de natureza radicalmente diferente pudesse substituir a ditadura, seria possível alcançar a independência por negociações pacíficas” (MONDLANE, 1975, p.260).

No entanto, esta suposição não se materializou, mesmo com a subida do Dr. Marcelo Caetano ao poder em 1968, em substituição do Dr. António Oliveira Salazar, o que levou à radicalização das posições dos movimentos de libertação e a continuação da luta até ao derrube, em 1974, do regime colonial fascista em Portugal. A CONCP continuou a desempenhar um papel de grande relevo na coordenação das acções dos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África.

Constata-se da análise feita nesta seção que o período posterior à Segunda Guerra Mundial conheceu um grande ímpeto no desenvolvimento do nacionalismo em África. Estudantes africanos na Europa, assimilados e mulatos que tinham um contato permanente com a realidade do sistema colonial nos territórios africanos colonizados, constituíram os fundamentos dos movimentos nacionalistas que mais tarde levaram à independência dos territórios africanos.

Este movimento nacionalista contou ainda com a participação de operários africanos que através de greves nas plantações, portos e caminhos de ferro, mostraram a sua oposição ao

tratamento que lhes era atribuído por um sistema colonial repressivo, humilhante, discriminatório e essencialmente explorador.

A criação da CONCP em 1961 parece ter representado a etapa decisiva da luta contra a dominação colonial através de uma ação mais consistente e coordenada dos movimentos nacionalistas em todas as colónias africanas e não só. O esforço empreendido pela CONCP viria a ser coroado de êxito com o alcance da independência das colónias portuguesas em África em meados da década de 1970.

3 MOÇAMBIQUE E SUAS POTENCIALIDADES NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

Moçambique encontra-se localizado na parte oriental de África e partilha fronteiras com a África do Sul e Suazilândia, a sul; com a Tanzânia, Norte; com o Malawi e Zâmbia a Noroeste; com o Zimbábue, a Ocidente e com o Oceano Índico, a Leste. Tem uma área de 799.390 Quilómetros quadrados e 1.867 Quilómetros de comprimento, com um litoral de cerca de 2.470 Quilómetros; O clima é tropical mas suas temperaturas e chuvas variam de região para região. O país tem essencialmente duas estações: quente e húmida (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003).

A localização de Moçambique junto ao Oceano Índico e numa área anteriormente dominada por regimes minoritários na África Austral, tornou-o estrategicamente importante a nível internacional. Com três importantes portos em Maputo, Beira e Nacala, Moçambique ocupa uma posição considerada ideal para o estabelecimento de bases navais, tendo por isso sido cobiçado pelas grandes potências mundiais durante a guerra fria. O país tem sido assediado por diversos atores externos, pois a partir de seus portos se pode controlar o comércio ao longo do Oceano Índico e alterar o equilíbrio do poder na África Austral.

Moçambique possui uma vasta costa marítima e uma localização geográfica que lhe confere vantagens comparativas na área de serviços de transporte na região austral de África. Os portos e os corredores de desenvolvimento permitem um acesso aos países do *hinterland*, sendo, os países que usam os portos moçambicanos, o Malawi (Portos da Beira e Nacala); Zimbábue (Portos da Beira e Maputo); Zâmbia (Portos da Beira e Maputo); República Democrática do Congo (Portos da Beira e Maputo); África do Sul (Porto de Maputo). O Ministério da Indústria e Comércio, MIC (2005) afirma ainda que a maior parte das mercadorias transportadas é destinada ou proveniente da República da África da Sul (RAS), (52%), Suazilândia, Zimbábue e Malawi.

Moçambique tem um potencial hidroelétrico estimado em 12.000 Mw, dos quais 80% ocorrem no Vale do Zambeze, onde está instalada a Hidroelétrica de Cahora - Bassa (HCB) com uma capacidade de produção instalada de 2.075 Mw. O país tem ainda recursos naturais inexplorados e uma abundante força de trabalho. Segundo o MIC (2005) a localização geográfica faz do país uma das portas de entrada e saída ideais para os produtos que circulam na região, facilitando o acesso a um mercado regional potencial de cerca de 230 milhões de consumidores.

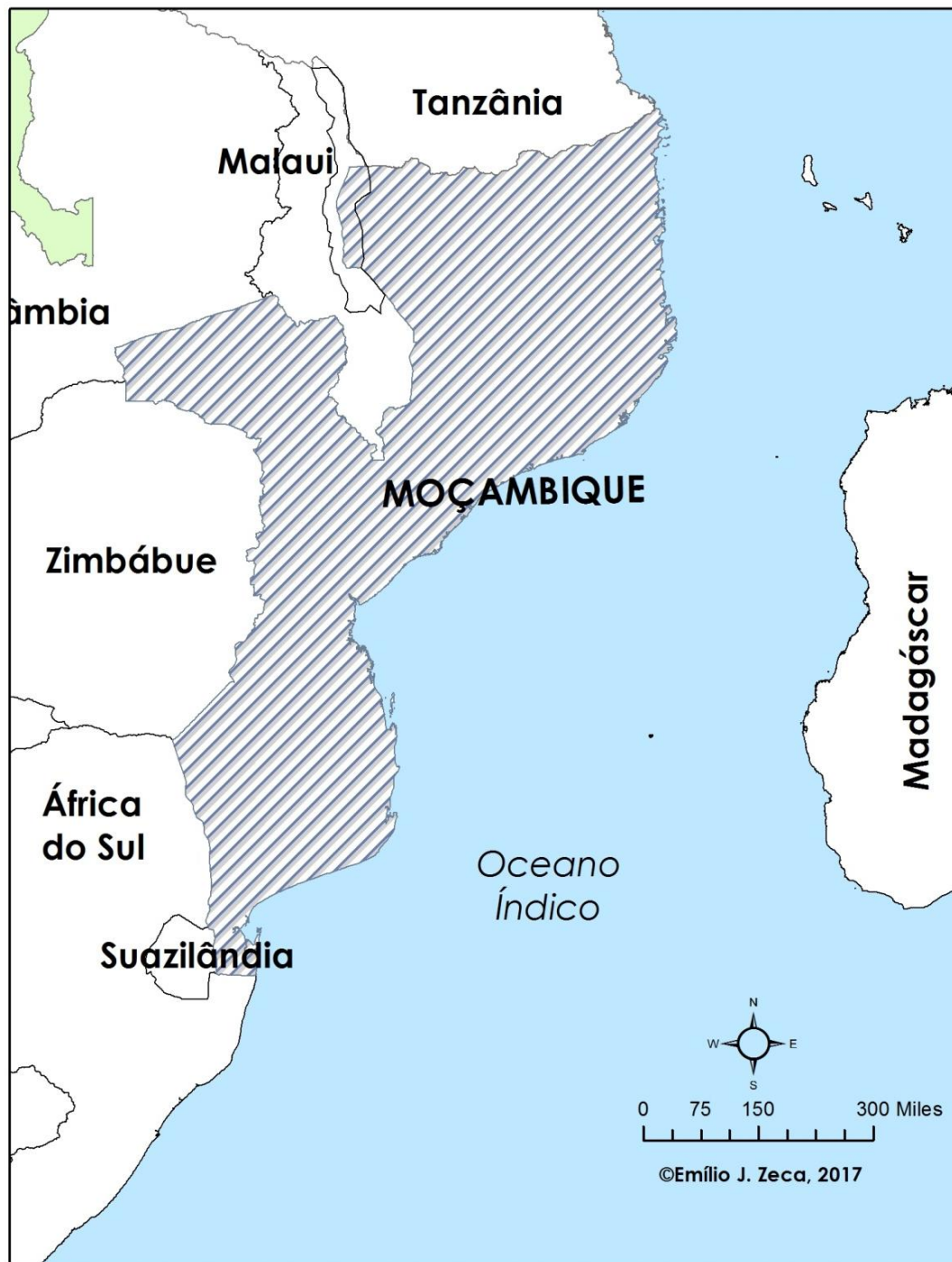
A sua proximidade com a África do Sul e o Zimbábue (antiga Rodésia do Sul) permitiu-lhe assumir um grande protagonismo no processo de descolonização e derrube dos regimes

minoritários na África Austral e no processo de integração regional ainda em curso na região. Além da sua localização geográfica, Moçambique tem uma grande importância estratégica devido ao seu enorme potencial em recursos minerais, pois possui a maior reserva do mundo de columbo-tantalite, na Zambézia e é o segundo produtor mais importante de berilo, um outro mineral estratégico altamente procurado.

Moçambique possui, também, enormes reservas de carvão e, consoante Isaacman e Isaacman (1983), tem atraído a atenção de países carentes de energia tais como a Itália, França, Japão e Alemanha. A barragem de Cahora Bassa, a maior de África tem o potencial de atender grande parte das necessidades de energia da África Central e Austral e, na óptica destes autores, a descoberta e exploração de grandes depósitos de gás natural e a crescente probabilidade de existir petróleo no mar reforça o papel de Moçambique como produtor de energia.

Estas características contribuem para uma maior atratividade de Moçambique ao investimento direto estrangeiro sendo demandado por investidores de vários países ávidos em explorar os abundantes recursos naturais de origem agrícola, florestal e mineral não somente para obterem lucros abundantes, mas também para exportarem esses recursos para os seus países. A grande competição entre atores externos verifica-se especialmente na área de recursos energéticos como o carvão e o gás natural onde se assiste atualmente à participação de empresas norte-americanas, inglesas, francesas, chinesas, indianas, italianas, tailandesas, sul-africanas entre outras, para alimentar as indústrias estratégicas de seus países.

Mapa 3 - Moçambique e Suas Fronteiras na África Austral



Fonte: UFRGS (2017).

Na fase inicial da colonização portuguesa em Angola e Moçambique o governo português procurou aplicar uma política de isolamento em relação às outras potências europeias. As rivalidades entre estas potências e a competição pela ocupação de territórios em África aumentavam a aversão do governo português em relação à participação de outros atores na exploração de suas colónias.

Assim, como Mondlane (1975) afirma, apesar dos círculos financeiros internacionais terem despertado a respeito de Angola e Moçambique nos anos 1930, durante mais de trinta anos os portugueses aplicaram uma política de restrições de investimentos estrangeiros nestes territórios. Porém, conforme este autor, em finais dos anos 1950 o estado de rebelião em Angola começou a preocupar o Governo Português e provocou uma revisão da política Portuguesa em África.

Portugal apercebeu-se que teria dificuldades em manter o domínio dos territórios Africanos sem o concurso de outros atores económicos tendo, por isso, abandonado a política de restrições ao investimento externo. Em seu lugar adoptou uma política de “portas abertas” para permitir o afluxo de capital estrangeiro às colónias, que aliviaria a sobrecarga financeira e atrairia apoio político dos grupos estrangeiros interessados.

Com efeito, a adopção da política de “portas abertas” atraiu investimento estrangeiro de forma maciça para Moçambique com a entrada, no território, de companhias poderosas como a *Gulf*, *Firestone* e a *Anglo-American*, despertando-se deste modo o interesse por estes territórios coloniais (MONDLANE, 1975; ZOTOV; MALIKH, 1990).

Assim, após o estabelecimento do aparelho administrativo colonial em Moçambique, o Governo Português colocou os recursos naturais de Moçambique à disposição de exploradores interessados. Na sequência destas medidas, grandes extensões territoriais de Moçambique foram entregues a companhias estrangeiras as quais não só adquiriam direitos sobre os recursos naturais, mas tinham também o direito de controlar diretamente as vidas de todos os africanos que viviam nessas áreas.

Como Mondlane (1975) constatou, as populações locais estavam, assim, sujeitas a uma múltipla subordinação devido à justaposição de governos: a autoridade colonial portuguesa, e as companhias concessionárias locais. Estas tinham amplos poderes para forçar todos os homens válidos, e por vezes, mulheres e crianças, a trabalhar nas suas plantações mediante um pagamento nominal.

No âmbito dessas concessões, as companhias que mais se destacaram em Moçambique foram: Companhia da Zambézia, Companhia de Moçambique, Companhia do Açúcar de Moçambique (*Mozambique Sena Sugar Company*), Companhia do Boror, Companhia do Búzi, Companhia do Madal e Companhia do Niassa (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003; MONDLANE, 1975; ZOTOV; MALIKH, 1990).

Quadro 2 - Companhias Concessionárias em Moçambique Durante o Período Colonial

Designação da Companhia	Origem do Capital	Principal Atividade	Área abrangida ⁵⁷	Observação
Companhia da Zambézia	África do Sul, Alemanha, Grã-Bretanha, França e Portugal	Pecuária, agricultura e plantações de palmeiras	Prazos de Coalane, Mavilembo, Rafael, Indigo, Namerrumo, Tongue, Maquival, Marrongane, São Domingo e Timbue	Cessação de atividades em 1932
Companhia de Moçambique	Grã-Bretanha e França	Produção de arroz, algodão, borracha e cana sacarina; extração de ouro, diamantes, e sal. Teve várias fábricas e desenvolveu empresas industriais e comerciais e desenvolveu a pecuária.	Entre os rios Zambeze e Luenha e o paralelo 22°.	Autorizada em 21 de Novembro de 1890. Abolida em 1941
Companhia do Açúcar de Moçambique (<i>Mozambique Sena Sugar Company</i>)	Predominantemente da Grã-Bretanha	Produção da açúcar	Áreas de Tete, Bárue e Quelimane incluindo os prazos de Bárue, Mazaro, Mopeia e Sena.	Aprovada em 1890
Companhia do Boror	Subconcessão da Companhia da Zambézia	Destacou-se na plantação de cacau e sisal e ainda na produção de açúcar.	Sede em Macúze. Operou principalmente nos antigos prazos de Boror, Tivie, Macuze, Licungo bem como na Maganja, Baixo Molócue, Ligonha, Bulubuda, Vila Ribeiro, Colocote, Meluli, Larde, e Nhamareda.	Autorizada em Novembro de 1899. Abolida em 1930

⁵⁷ Algumas denominações do tempo colonial dos antigos prazos, bem como de distritos e localidades foram naturalmente alterados no período pós-independência.

Designação da Companhia	Origem do Capital	Principal Atividade	Área abrangida ⁵⁷	Observação
Companhia do Búzi	Subconcessão da Companhia de Moçambique	Plantação de cana sacarina e a extração de açúcar. Estava ainda autorizada a exercer qualquer atividade industrial e comercial, exploração florestal e caça.	Área de Búzi, onde controlava cerca de 135.000 hectares de terra.	Aprovada em 1 de Abril de 1898. Terminou em 1940
Companhia do Madal	Predominantemente da França	Produção de açúcar	Área de Quelimane	Autorizada em 1904
Companhia do Niassa	Predominantemente da Grã-Bretanha	Não desenvolveu uma atividade específica.	localizada entre os rios Rovuma, Lúrio e o Lago Niassa. concessão de cerca de 200.000 Quilómetros Quadrados (para explorar em 35 anos)	Criada em 26 de Setembro de 1891. Liquidada por estatuto em 1932

Fonte: Elaboração própria, com base em informação obtida em Azevedo, Nnodzie e João, 2003.

Como se pode depreender da análise do quadro 2, os investimentos feitos nas companhias concessionárias em Moçambique muitas vezes não eram provenientes de Portugal mas de outros países tais como a Grã-Bretanha, França, Alemanha, a África do Sul, entre outros. Cada uma delas dispunha de uma enorme porção de território dentro da qual podia extrair e explorar os recursos minerais e agrícolas nela existente, para além de possuir o monopólio do comércio, exploração de minas, construção, serviços postais e direito de transferir propriedade na área concessionada (AZEVEDO; NNODZIE; JOÃO, 2003; MONDLANE, 1975).

Como Mondlane (1975) afirma, cada companhia tinha ainda o direito exclusivo de lançar impostos o que evidencia o seu poder sobre as populações locais, e dispunha da mão-de-obra local. Para este autor, a finalidade destas companhias era a exploração e não o desenvolvimento o que se tornava patente na desproporção entre a vastidão dos territórios concessionados e a exiguidades dos capitais oferecidos pelas companhias ao Governo. Elas não faziam qualquer provisão da construção de hospitais ou escolas ou qualquer beneficiação social para os habitantes do território.

Mondlane (1975) afirma ainda que existia também uma quantidade de pequenas companhias, a maior parte das quais total ou parcialmente de propriedade estrangeira, que entraram em cena para a construção de portos e caminhos-de-ferro e fazer a prospecção de

minerais no Sul de Moçambique, mas as suas atividades não tiveram o impacto desejado na produção de lucros. Os imensos recursos minerais de Moçambique não tinham ainda sido descobertos, e a vizinha África do Sul, com sua abundância em ouro e outros minerais era uma proposta bem mais atraente.

Outras corporações multinacionais estiveram envolvidas na exploração de recursos minerais e energéticos em Moçambique no período colonial, algumas das quais foram responsáveis pela descoberta de recursos como o gás natural que se encontra actualmente em exploração na região de Pande e Temane, e Inhambane e em diferentes fases de prospecção em outras áreas tais como a bacia do Búzi, em Sofala. As actividades realizadas por essas corporações serão analisadas em capítulos posteriores deste trabalho, onde se analisa o impacto da exploração dos recursos minerais e energéticos sobre a política externa de Moçambique.

3.1 O NACIONALISMO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique as ideias nacionalistas se desenvolveram numa pequena minoria predominantemente urbana essencialmente constituída por assimilados africanos e mulatos, composta de intelectuais e assalariados. O contato permanente que esta minoria tinha com os colonizadores nas cidades fazia lhes compreender a essência do colonialismo e a exploração a que a maioria dos africanos estava sujeita. Estes grupos formaram sociedades e criaram jornais nos quais conduziram campanhas contra os abusos do colonialismo, exigindo direitos iguais, até que, a pouco e pouco, começaram a denunciar todo o sistema colonial (MONDLANE, 1975).

Como precursora das organizações nacionalistas nas colónias portuguesas foi criada em Lisboa, a Liga Africana, uma organização que unia os poucos estudantes africanos e mulatos, cujo objetivo principal era a coordenação de ações com vista a aglutinar os colonizados numa frente organizada. A Liga pugnava, não somente pela unidade nacional, como também a unidade entre as colónias contra o mesmo poder colonial, uma unidade africana mais alargada contra todas as forças coloniais, e a unidade entre todos os povos negros oprimidos do mundo (MATUSSE, 2009; MONDLANE, 1975). Porém, como Mondlane (1975) constatou, era uma organização fraca, composta apenas por vinte membros e situada em Lisboa, longe do teatro possível de ação.

Ainda no princípio dos anos 1920 formou-se, em Moçambique, uma organização denominada Grémio Africano, que mais tarde se transformou em Associação Africana mas esta organização foi alvo de perseguições, intimidação e infiltração por parte dos colonos favorecidos pelo governo colonial fascista, tendo se mostrado ineficiente. Formaram-se ainda nessa altura, o Instituto Negrófilo, a Associação Africana e o Centro Associativo dos Negros (PARTIDO FRELIMO, 2012; MONDLANE, 1975).

Outra organização formada neste contexto foi a Associação dos Naturais de Moçambique, inicialmente concebida como meio de defender os direitos dos brancos nascidos em Moçambique que a partir dos anos 1950 passou a permitir a entrada de outros grupos étnicos, tendo mais tarde se tornado bastante ativa na luta contra o racismo. Consoante Mondlane (1975) esta associação deu algum contributo para melhorar a instrução africana por meio de bolsas de estudo.

Outras associações similares foram formadas por grupos de interesse menor, como os africanos muçulmanos ou diferentes grupos indianos e todas realizavam ação política a coberto de programas sociais, assistência mútua e atividades culturais ou desportivas. Em paralelo com estes movimentos desenvolveu-se uma imprensa de protesto, encabeçada pelo Jornal *o Brado Africano*, fundado pela Associação Africana e dirigido pelos irmãos Albasini que foi amordaçada e censurada pelas autoridades portuguesas mas até então constituiu um porta-voz relativamente efetivo de revolta (MONDLANE, 1975).

Para Mondlane (1975) esta fase do nacionalismo africano era fundamentalmente de denúncia e exigência de direitos iguais consideradas necessários ao desenvolvimento de uma consciência política que iria conduzir à exigência da independência e, só depois de estas exigências preliminares terem sido rejeitadas, se tomaram posições mais radicais. Consoante este autor, a instituição do “Estado Novo” de Salazar e a repressão política que se lhe seguiu acabaram com esta onda de atividade política. Mais ainda, a corrupção e as dissensões internas fomentadas pelo Governo transformaram as organizações em clubes burgueses, que eram frequentemente requisitadas pelas autoridades para tomarem parte na vassalagem a Salazar e seu regime.

O nacionalismo nas antigas colónias portuguesas ganhou novo ímpeto no período posterior à Segunda Guerra Mundial, na qual os africanos também participaram ao lado dos exércitos dos seus colonizadores (MATUSSE, 2009). Com a derrota dos principais poderes fascistas verificou-se o ressurgimento do nacionalismo em África o que se repercutiu nas colónias

portuguesas (MONDLANE, 1975). Consoante este autor, apesar dos esforços do governo colonial-fascista português para impedir o acesso à informação sobre o que se passava em outras partes do continente, uma pequena minoria culta de moçambicanos acompanhava os acontecimentos e assim passou a compreender a essência do fenómeno colonial.

Emergiu, assim, uma nova geração decidida a lutar pela conquista da independência nacional. Nesta fase se destacam, em Moçambique, os pintores Malangatana e Craveirinha, Luís Bernardo Honwana e os poetas José Craveirinha, Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos, entre outros. Eles ilustravam temas de libertação e da violência colonial e denunciavam, através de textos, a violência do regime colonial. Muitos destes artistas foram perseguidos ou presos pela polícia política portuguesa, a PIDE. Outros, como Marcelino dos Santos exilaram-se na Europa, tendo após longo período de exílio, se juntado ao movimento de libertação. Estes artistas influenciaram igualmente a muitos jovens que se juntaram ao movimento de libertação (CHISSANO, 2010, MONDLANE, 1975).

Em 1949, foi formado o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM)⁵⁸, que estava ligado ao Centro Associativo dos Negros de Moçambique. A coberto de atividades sociais e culturais, o NESAM realizava uma campanha política no seio da juventude, espalhando a ideia da independência nacional e incitar à resistência contra a dominação colonial portuguesa.

No entanto, sendo constituído apenas por estudantes negros das escolas secundárias cujo número era reduzido, e à semelhança de todas as outras organizações do período inicial de contestação ao regime colonial português, a eficácia do NESAM eram muito limitada. Contudo, de acordo com Mondlane (1975), o NESAM contribuiu para a revolução pelo menos de três maneiras: Comunicou ideias nacionalistas aos jovens africanos instruídos; conseguiu certa revalorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos portugueses para levarem

⁵⁸ Eduardo Mondlane foi o mentor da criação do NESAM em colaboração com outros compatriotas dos quais se destacam Georgete Libombo, Sidónio Libombo, Herbert Stefan Matsolo, Inês Xavier, Eulália Maximiano, Almeida Penicela, Sarmiento José, num total de dez pessoas. Provavelmente Caifaz Muzima tenha sido um dos membros. Mais tarde foram membros dirigentes do NESAM outros moçambicanos incluindo Fernando Machungo (pai de Mário da Graça Machungo que foi Primeiro Ministro de Moçambique e depois Presidente do Conselho da Administração do Banco Internacional de Moçambique – Millennium Bim), Américo de Castro Ferreira, Gabriel Simbine, Alberto Massavanhane, Inácio Mabote, Moisés David e Caetano Filipe James, entre outros. Em 1949 Mondlane acabava de regressar da África do Sul donde fora expulso nesse ano, pelo Governo de Malan, da Universidade de Witwatersrand por ser negro [...]. A sua expulsão discriminatória ter-lhe-á sugerido a necessidade de uma união e entejuda dos estudantes negros moçambicanos (CHISSANO, 2010, p.151-155).

os estudantes africanos e desprezarem e abandonarem o seu próprio povo; deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique sem ser como um apêndice de Portugal.

No entanto, como Mondlane (1975) afirma, o mais importante contributo do NESAM talvez tenha sido o de fortalecer contatos entre os jovens estudantes, estabelecendo uma rede de comunicação a nível nacional, entre pessoas de todas as idades. Esta rede de contatos veio, mais tarde a ser utilizada na formação clandestina dos movimentos de libertação.

Em Portugal, os poucos estudantes negros ou mulatos que atingiam o nível superior reuniam-se na Casa dos Estudantes do Império e também estabeleciam ligações, através do Clube dos Marítimos, com marinheiros das colónias que iam frequentemente a Lisboa. Em 1951, membros do CEI fundaram o Centro de Estudos Africanos (CEA). Apesar das medidas opressivas da polícia política portuguesa, o CEI trabalhou ativamente na difusão de informação sobre as colónias portuguesas pelo mundo e fortaleceu a ideia da independência nacional consolidando, assim, as ideias nacionalistas no seio da juventude (CHISSANO, 2010; MATUSSE, 2009; MONDLANE, 1975).

Em 1961, um grande grupo destes estudantes, frustrado e finalmente ameaçado fugiu pela fronteira e conseguiu chegar à França e à Suíça, cortando pública e irreversivelmente com o regime português. Muitos destes estabeleceram imediatamente contatos abertos com os seus movimentos de libertação e muitos destes antigos estudantes do “império Português” se tornaram líderes nos movimentos de libertação incluindo a FRELIMO (CHISSANO, 2010; PARTIDO FRELIMO, 2012; MONDLANE, 1975).

Os estudantes Moçambicanos exilados em França criaram, em 1961, a União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO) em Paris, que veio igualmente a ser parte integrante da FRELIMO após a sua fundação em 1962. Destes estudantes se destacam Joaquim Chissano e Pascoal Mocumbi os quais, influenciados pelos ideais de Eduardo Mondlane, vieram a tomar parte ativa na unificação dos movimentos políticos moçambicanos materializada na FRELIMO (CHISSANO, 2010; PARTIDO FRELIMO, 2012; MONDLANE, 1975).

No entanto, de acordo com Mondlane (1975), apesar da influência que os intelectuais africanos tiveram, foram os operários urbanos que realizaram as primeiras experiências da resistência ativa organizada. A concentração da mão-de-obra dentro e perto das cidades e as terríveis condições de trabalho e pobreza constituíram o ímpeto fundamental para a revolta.

Porém, na ausência de sindicatos, eram apenas os grupos políticos clandestinos que podiam dar a necessária organização.

Porém, como Mondlane (1975) constatou, tanto a agitação dos intelectuais como as greves da força de trabalho urbana redundaram em fracasso pois em ambos os casos era apenas a ação de um pequeno grupo isolado. Tornava-se, por isso, fácil para o governo português neutralizar a ação destes grupos isolados de resistência, sobretudo porque este governo se tinha colocado contra a democracia e estava disposto a usar de extrema brutalidade contra qualquer forma de oposição.

No entanto, estes focos de resistência, apesar de terem fracassado, assim como a grande repressão exercida contra os intelectuais, operários e outros segmentos da sociedade moçambicana prepararam terreno para a emergência de movimentos nacionalistas mais consistentes, assentes na mobilização de amplas camadas da população moçambicana.

3.1.1 O Surgimento da Frente de Libertação de Moçambique e a Evolução da Luta Armada

A forte repressão exercida pelas autoridades coloniais portuguesas em Moçambique após a independência dos primeiros Estados africanos fez com que as primeiras tentativas de se criarem movimentos nacionalistas radicais ao nível de todo o país fossem feitas por moçambicanos residentes nos países vizinhos, fora da alçada imediata da PIDE, a polícia política portuguesa.

Ao princípio, foram criados três movimentos políticos separados em Moçambique: A União Democrática Nacional de Moçambique, formada em Bulawayo em 1960⁵⁹; A União Nacional Africana de Moçambique, constituída em 1961 a partir de vários pequenos grupos já existentes de moçambicanos que trabalhavam no Tanganhica e no Quênia, sendo um dos maiores a União Maconde de Moçambique; e a União Africana de Moçambique Independente⁶⁰, iniciada

⁵⁹ Segundo Lopes Tembe, um dos fundadores da UDENAMO, esta foi fundada a 18 de Outubro de 1960 em Bulawayo, antiga Rodésia por emigrantes moçambicanos residentes em Bulawayo e Salisbúria (actual Harare) (PARTIDO FRELIMO, 2012, p.51).

⁶⁰ Consoante Inácio Nunes, membro fundador do UNAMI, esta organização foi formada em 1958 por si juntamente com outros nacionalistas como Baltazar da Costa Chonga'nga, Mateus Cerejo e outros, por influência dos desenvolvimentos nacionalistas ocorridos no Niassalândia (actual Malawi), onde se tinha formado o *Malawi Congress Party* (MCP) por jovens nacionalistas incluindo Canyama Chiume, Chiciza e Mandiwa (PARTIDO FRELIMO, 2012, p.63).

por exilados da região de Tete e residentes no Malawi (PARTIDO FRELIMO, 2012; MONDLANE, 1975).

Com efeito, a ascensão de muitas antigas colônias à independência no fim dos anos 1950 e no princípio dos anos 1960 favoreceu a formação de movimentos no exílio e, para Moçambique, a independência do Tanganhica, em 1961, pareceu abrir novos caminhos. Assim, os três movimentos políticos formados por exilados Moçambicanos tiveram acolhimento naquele país estabelecendo centros separados em Dar es Salaam. De acordo com Chissano (2010), o ambiente político em Moçambique era demasiado tenso, com um aumento de repressão por parte das autoridades coloniais portuguesas.

[...] O mais certo é que depois de 1960 ninguém continuaria a ser tão ousado ou tão incauto. A questão de Goa já tinha sido tão quente e a do Congo estava acesa. Tinha havido o massacre de Mueda em 16 de Junho de 1960. Em Dezembro de 1960 passava-se, nas Nações Unidas a famosa resolução XV 1415 sobre a descolonização [...] desde a ascensão da Índia à independência, o seu Primeiro-Ministro Jawarlal Nehru vinha reivindicando todas as colônias portuguesas na Índia (Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli) como partes integrantes daquele novo Estado Independente. O Governo Português recusava-se a negociar a integração daqueles territórios na União Indiana, bem como rejeitou propostas do Movimento de Libertação de Goa para uma passagem pacífica desta colónia ao estatuto de Estado Independente através de um processo negocial. Perante esta intransigência, a Índia viria a ocupar aqueles territórios pela força, tendo Goa vindo a cair nas mãos dos indianos em Dezembro de 1961 (CHISSANO, 2010, p.174).

A revolta dos africanos em Angola em 1961 constituiu o ponto de ruptura nas relações entre os portugueses e os seus súbditos em todas as colônias portuguesas em África. Na sequência desta revolta houve uma intensificação ainda maior da repressão, o que provocou uma afluência massiva de refugiados para os países vizinhos, especialmente ao Tanganhica (atual Tanzânia). De acordo com Chissano (2010), estes exilados recentes do interior, muitos dos quais não pertenciam ainda a qualquer das organizações existentes, exerceram forte pressão no sentido de formação de um movimento unido.

Condições externas tais como criação da CONCP em 1961, foi uma forte chamada à união dos movimentos nacionalistas contra o colonialismo português. Uma conferência de todos os movimentos nacionalistas, convocada pelo presidente do Gana, Kwame Nkrumah, também estimulou a formação de frentes unidas, e no Tanganhica, o presidente Nyerere exerceu pressão pessoal sobre os movimentos formados no território para que se unissem. Assim, em 25 de Junho de 1962, foi criada a FRELIMO através da unificação dos três movimentos políticos existentes: A

UDENAMO, a MANU e a UNAMI. A criação da FRELIMO mudou drasticamente a situação em Moçambique⁶¹.

Foi, no entanto, o grande empenho e visão de Eduardo Mondlane que permitiu criarem-se os alicerces da unidade dos moçambicanos em torno de um ideal de construção de um país independente, cujos cidadãos estivessem dotados de uma nacionalidade moçambicana. Com efeito, Eduardo Chivambo Mondlane, que na altura era funcionário da Organização das Nações Unidas e Professor da Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos da América foi eleito presidente da FRELIMO.

Eduardo Mondlane tinha já estabelecido contatos com todos os movimentos de libertação exilados mas tinha se recusado a juntar-se a qualquer deles, preferindo lutar fortemente pela unidade, à volta de um ideal de construção de uma nação moçambicana. Com um grande apoio de Julius Nyerere e outros líderes africanos, Mondlane liderou a formação de uma frente unida na luta contra o colonialismo português em Moçambique⁶² (JESUS, 2010).

Consoante Jesus (2010), Mondlane teve uma importante atividade no meio cristão protestante designadamente como catequista, e conseguiu ir estudar para a Universidade de Lisboa, entre 1950 e 1951 tendo frequentado o curso de Ciências Históricas e Filosóficas. Porém, dadas as circunstâncias difíceis que encontrou em Portugal, conseguiu uma bolsa americana da *Phelps-Stokes Fund of New York* e ingressou, em 1951 no *Oberlin College*, nos EUA, onde se graduou em 1953. Foi como assistente para a Universidade *Roosevelt* em Chicago em 1954, antes de ingressar na *Northwestern University* onde viria a obter os graus de Mestre e de Doutor em Sociologia e Antropologia em 1960 quando já trabalhava como funcionário das Nações Unidas.

⁶¹ Segundo Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, aquando da criação da FRELIMO em 25 de Junho de 1962 no Centro Comunitário de Anato em Dar es Salaam, Tanganhika, a primeira direcção eleita deste movimento era composta por: Doutor Eduardo Mondlane como Presidente, o reverendo Uria Simango, como vice-Presidente, David Mabunda, Secretário-Geral, Paulo Gumane, Secretário-Geral-Adjunto, Matias Mole, Tesoureiro, John Maweda, Tesoureiro-Adjunto, e outros, segundo as necessidades. in:PARTIDO FRELIMO, 2012, p.26.

⁶² Nascido em 20 de Junho de 1920, Eduardo Mondlane era filho de um chefe tribal *tsonga* de língua e cultura banto. Iniciou os seus estudos primários numa escola calvinista suíça perto de onde nascera e depois, em Lourenço Marques (actual Maputo), onde fundou, em 1949 o NESAM, de que foi presidente. Dadas as dificuldades em conseguir entrar num liceu em Lourenço Marques (actual Maputo) continuou a estudar algum tempo numa escola de uma missão suíça, antes de ir para África do Sul, tendo mesmo frequentado um ano a Universidade de Witwatersrand em Sociologia como um dos poucos negros que alí estudavam. Depois da implantação radical do *apartheid*, pelo Partido Nacionalista, regressou a Moçambique, onde participou de novo na organização do associativismo estudantil, através do NESAM (JESUS, 2010).

De acordo com Jesus (2010), Mondlane foi um brilhante professor universitário de antropologia na Universidade de Siracusa tendo se casado, em Outubro de 1965 com uma senhora branca, americana de origem sueca, Janet Rae Johnson, sua colega de Oberlin. Em 1957 Mondlane ingressou no Secretariado das Nações Unidas como *Associate Social Scientist*, investigador no Conselho de Tutela onde preparava documentos e estudos nas áreas económicas, políticas e sociais, relativos aos territórios sob tutela, do Sudoeste Africano (atual Namíbia), Camarões britânicos e Tanganhica.

Este é o perfil do fundador da FRELIMO em 1962, que viria a iniciar a luta armada para a libertação de Moçambique em 25 de Setembro de 1964, gorados os esforços para a obtenção da independência por meios pacíficos. De referir, no entanto, que a FRELIMO, enquanto movimento de libertação nacional, passou por inúmeras dificuldades. Problemas com o tribalismo, regionalismo e racismo, bem como a diferença de opiniões na definição do inimigo e no tipo de sociedade no futuro Estado independente constituíram sérios obstáculos no desenvolvimento da luta de libertação de Moçambique.

No que concerne à definição do inimigo, de acordo com Nilsson (1999), um sentimento espontâneo entre os moçambicanos negros que se juntaram à FRELIMO era que os brancos portugueses eram o seu inimigo principal. Assim sendo, eles procuravam, em primeiro lugar, alcançar o poder político e económico para os moçambicanos negros, a despeito do dos brancos. Pelo contrário, os revolucionários dentro da FRELIMO defendiam que o inimigo não eram os indivíduos mas sim o sistema colonial. Esta questão se colocava na própria FRELIMO em que se questionava se os brancos deviam ou não ser membros do movimento.

Depreende-se, assim, que havia na FRELIMO os que consideravam o inimigo como sendo simplesmente o homem branco. Porém havia outros que já tinham estado com brancos de diferentes países e não partilhavam desta opinião pois havia muitos brancos que apoiavam a luta pela independência nacional e ajudavam o movimento anticolonial.

Outro problema que emergiu nos momentos iniciais da luta de libertação em Moçambique em 1964 relacionava-se com o tipo de sociedade que a FRELIMO iria criar nas zonas que ia libertando da dominação colonial portuguesa. Como Nilsson (1999) afirma, embora o objetivo comum de todos os que se encontravam no movimento de libertação fosse o alcance da independência nacional, logo que a FRELIMO foi forçada a tomar responsabilidade de

administrar as zonas libertadas, diversas percepções emergiram sobre o tipo de política económica que devia ser implementada e o tipo de sociedade a ser criada.

Foi neste contexto que se demarcaram dois grupos colocando de um lado os “revolucionários” e, de outro, os “reacionários” na linguagem oficial da FRELIMO. Os “revolucionários” na liderança da FRELIMO recomendavam uma transformação radical da sociedade. De acordo com a versão da FRELIMO, uma forma espontânea de organização foi desenvolvida onde a reciprocidade entre esta e os camponeses, bem como a forma de produção coletiva constituíam pré-condições para a sobrevivência tanto da guerrilha como dos camponeses (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, NILSSON, 1999).

Os “reacionários”, por seu turno, desenvolveram uma política completamente diferente a respeito de como a economia rural devia ser organizada. A principal assumpção deste grupo era a de que os membros da FRELIMO deviam tomar o lugar dos portugueses após a independência, sem qualquer mudança social básica (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, NILSSON, 1999).

As forças “reacionárias” argumentavam ainda que um sistema privado de comércio devia ser colocado nas zonas libertadas que podia comprar o excedente dos camponeses e trocá-lo por bens de consumo. Para Nilsson (1999), a posição dos “revolucionários era baseada não apenas no facto de que a disponibilidade dos bens de consumo era importante para a mobilização política da população, mas também que o controle das redes de transporte nas zonas libertadas era crucial para o transporte de armas de munições. Por isso, “quando alguns membros da FRELIMO começaram a construir suas próprias redes de comércio privado nas zonas libertadas isto tinha, também implicações militares” (NILSSON, 1999, p.59).

Neste contexto, alguns membros da ala “reacionária” deixaram a FRELIMO e passaram a colaborar com as autoridades portuguesas, enquanto outros foram para o exílio em diferentes países em África, Europa e América do Norte. Porém muitos outros permaneceram na FRELIMO e subordinaram-se às decisões da maioria.

Outra questão relacionava-se com as tensões de natureza étnico-tribal que emergiram durante a luta de libertação. A estrutura de liderança da FRELIMO na altura era descrita como uma aliança entre a liderança intelectual proveniente do sul de Moçambique e os nacionalistas *Macondes* do Norte. Esta situação criava algum desconforto nos elementos que não se sentiam adequadamente representados nesta aliança. No entanto era evidente que qualquer movimento político que tentasse penetrar o planalto dos *Macondes* partindo das bases do sul da Tanzânia

necessitaria de uma aliança com a liderança *Maconde* (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, NILSSON, 1999).

Segundo Abrahamson e Nilsson (1994) e Nilsson (1999), uma outra tensão com conotações regionais foi a tentativa falhada da FRELIMO de abrir uma frente na Província da Zambézia logo após a sua abertura bem sucedida em Cabo Delgado e Niassa em 1964. Depois de um espaço de tempo muito curto, a FRELIMO teve que se retirar da Zambézia e não foi capaz de reassumir a luta até depois do golpe do Estado militar em 1974 em Portugal. Consoante estes autores, a súbita interrupção da luta na Zambézia foi devido à inadequada preparação da FRELIMO nesta província. O elevado número de deserções entre os seus simpatizantes, é ilustrativo desta realidade dado que 2.000 guerrilheiros com raízes na Zambézia desertaram da FRELIMO durante a luta de libertação⁶³.

Em adição, muitos dos dirigentes dissidentes que foram identificados com a ala “reacionária” durante a luta de libertação tinham suas raízes familiares na região central de Moçambique. Alguns tinham participado no recrutamento de jovens para a FRELIMO através de um trabalho clandestino em internatos dirigidos pela Igreja Católica. Contudo, a Igreja Católica estava intimamente ligada ao Estado colonial, o que é assumido como tendo influenciado a educação dos recruta. Em contraste, muitos dos líderes da FRELIMO provenientes do sul adquiriram sua educação em escolas de missões protestantes. Esta dimensão religiosa também penetrou nos padrões das tensões políticas e significou que um traço comum entre o grupo educado pelos católicos, com raízes na Beira podia se sentir como sendo visto com suspeição pela liderança (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, NILSSON, 1999).

No entanto, consoante Abrahamson e Nilsson (1994) e Nilsson (1999), estas tensões que a FRELIMO descreve usualmente como o conflito entre duas linhas eram, na realidade, muito complexos. Para estes autores, as descrições de antagonismos políticos e económicos limitara-se à dicotomia entre facções, ocultando o facto de que havia também desacordos em assuntos regionais, étnicos e raciais. Os autores acrescentam que as posições tomadas pelos membros não eram obviamente “revolucionárias” ou “reacionárias” como costumavam ser descritas pois um “revolucionário” económico podia ao mesmo tempo ser um “reacionário” nas dimensões étnica/regional/racial destas tensões internas e vice-versa.

⁶³ Boletim Informático da Agência de Informação de Moçambique (AIM) *apud* Nilsson, 1999, p.59.

Para Abrahamson e Nilsson (1994) e Nilsson (1999), é provável que uma grande proporção de simpatizantes da FRELIMO, membros e guerrilheiros, tenha contado com elementos de todas estas diferentes posições para moldar as suas percepções políticas. Consoante estes autores, os conflitos internos durante a luta de libertação foram conseqüentemente resolvidos apenas ao nível ideológico e dentro da organização. No que se refere ao resto, todas as causas do conflito permaneceram vivas na sociedade moçambicana e, após a independência, foram reproduzidas numa escala nacional, tanto dentro como fora do partido FRELIMO. A base material para estes conflitos tinha sido fortalecida durante os dez anos de luta de libertação.

De referir ainda que um certo padrão regional era também visível entre os primeiros movimentos procurando obter a independência de Moçambique, a UDENAMO, o MANU e a UNAMI. Consoante Nilsson (1999), não houve uma fusão formal destes movimentos para criarem a FRELIMO mas os membros dos três movimentos juntaram-se na reunião constitutiva em Tanzânia. Assim, estas organizações nunca foram dissolvidas e alguns membros que não concordaram com a criação da FRELIMO continuaram com suas organizações e tentaram, de diferentes maneiras, manter-se como forças políticas. Na senda destas divergências, Adelino Gwambe, líder da UDENAMO, um dos grupos que se uniu para formar a FRELIMO, foi um dos primeiros a abandonar o movimento, mesmo antes de ser formalizada a sua unificação, tendo criado uma nova UDENAMO.

A este respeito, Mondlane (1975) afirma que pouco tempo depois da formação da FRELIMO houve tendências individuais para reclamar a representatividade de Moçambique e para formar grupelhos. Este facto parecia principalmente devido à conjugação de certas ambições pessoais com as manobras dos Portugueses e outros interesses ameaçados pelo movimento de libertação. Nas palavras de Mondlane (1975, p.158):

Logo ao princípio apareceu o COSERU (Comité Secreto de Restauração da UDENAMO) e deu lugar a uma nova UDENAMO que, por sua vez, se dividiu em Nova UDENAMO-ACCRA e Nova-UDENAMO-Cairo; Ambas desapareceram já. Depois surgiu uma nova UNAMI (já desaparecida), uma nova MANU e mais variações sobre o tema. As pessoas que formavam estas diferentes organizações eram muitas vezes as mesmas.

De recordar que estas eram tendências de se recriarem as organizações políticas que se tinham juntado formando a FRELIMO em 25 de Junho de 1962, sob a liderança do Dr. Eduardo Mondlane, nomeadamente a UDENAMO, o MANU e a UNAMI. Outros grupos surgidos nessa

altura incluem o *Mozambique Revolutionary Council* (MORECO) mais tarde renomeado COREMO. Este grupo quase imediatamente sofreu mais modificações quando os vários dirigentes se expulsaram uns aos outros. Formou-se, nesse contexto um COREMO em Lusaka e outro no Cairo. A COREMO-Lusaka dividiu-se outra vez, de que resultou a formação de ainda mais um grupo chamado União Nacional Africana da Rombézia (UNAR), com sede em Blantyre, cujo programa era enfraquecer o trabalho da FRELIMO na área entre os dois principais rios do Norte de Moçambique, o Zambeze e o Rovuma (MONDLANE, 1975, p.159).

Para Christie (1988), o facto de a FRELIMO possuir guerrilheiros formados em diferentes países constituía, também, fonte de diferenças de opiniões sobre a estratégia a adoptar na luta. Havia guerrilheiros formados na Argélia e em vários países socialistas, o que criava um verdadeiro desafio para a construção de um verdadeiro exército nacional de guerrilha.

Havia também divergências no que se referia à natureza da luta de libertação com uns, especialmente os “velhos” que vieram do exílio na África Oriental e no Malawi a defenderem uma luta pacífica à semelhança do que tinha acontecido nos países onde viviam, e outros a optarem pela luta armada. Descrevendo a situação prevalecente na FRELIMO nessa altura, Jacinto Veloso, veterano da luta de libertação nacional, na sua obra “Memórias em Voo Rasante” escreveu:

O que aconteceu foi, essencialmente, um confronto entre duas linhas: Uma que julgava ser desnecessária uma guerrilha prolongada, com muitas mortes e sacrifícios, preferindo todo o tipo de ações espetaculares e políticas para alcançar com rapidez a independência. De qualquer maneira, nunca através da luta armada. Os partidários dessa linha julgavam que seria cada vez mais difícil chegar à independência por meios violentos (VELOSO, 2007, p.65).

Esta posição era contraposta pelos dirigentes “revolucionários” do movimento liderados por Eduardo Mondlane, Samora Machel, Marcelino dos Santos e outros, que advogavam “[...] uma luta de guerrilha prolongada, sem limites de tempo, recorrendo a uma intensa mobilização popular para a realização das tarefas militares e de reconstrução nas zonas libertadas” (VELOSO, 2007, p.65).

De acordo com Christie (1988), Eduardo Mondlane usou a sua influência diplomática para tentar convencer as autoridades portuguesas a negociarem mas todo o esforço se tinha mostrado inútil ante a intransigência do regime colonial fascista do Dr. António de Oliveira Salazar. A esse respeito, Mondlane (1975, p.149) afirmou:

O próprio carácter do governo português torna improvável uma solução pacífica. Em Portugal o governo não promoveu nem sólido crescimento económico nem bem-estar social, e alcançou pouco respeito internacional. O facto de possuir colónias ajudou a esconder estes fracassos; as colónias contribuem para a economia; aumentam a importância de Portugal no mundo, particularmente o mundo da finança; criaram um mito nacional de império que contribui para neutralizar o descontentamento duma população fundamentalmente insatisfeita. O Governo sabe que só com grave transtorno pode perder as colónias.

Foi dentro deste ambiente que se desenrolou a luta armada de libertação nacional, inicialmente em quatro províncias de Moçambique nomeadamente: Cabo Delgado e Niassa, ao longo da fronteira com a Tanzânia; Zambézia fazendo fronteira com o Malauí, e Tete que faz fronteira com o Malauí, Zâmbia e o Zimbábue.

A luta de libertação iniciou-se com um ataque dos guerrilheiros na Província de Cabo Delgado e o mais celebrado ataque foi direccionado contra um posto administrativo numa pequena Vila de Chai mas vários outros ataques tiveram lugar nesse tempo. No entanto, as evidências apontam que os primeiros tiros foram feitos em Chai por Alberto Chipande que dirigia um grupo de doze dos duzentos e cinquenta guerrilheiros que a FRELIMO possuía nessa altura.

Enquanto as ações em Cabo Delgado e Niassa foram facilitadas pela colaboração do governo de Julius Nyerere, na Tanzânia, que permitia a infiltração de homens e abastecimentos, o mesmo não aconteceu com as Províncias da Zambézia e Tete. Nestas províncias a infiltração se tornou difícil pois a Zâmbia estava ainda consolidando a sua independência dos britânicos e não podia, por isso, conceder na plenitude todo o apoio necessário; o Zimbábue era ainda dirigido pelos colonos Rodesianos e o Governo do Dr. Banda em Malauí estava colaborando com os portugueses.

Esta situação, obrigou a FRELIMO a fechar as suas frentes de combate em Tete e na Zambézia dentro de poucos meses, sobretudo devido à hostilidade do governo Malauiano, dirigido pelo Dr. Banda. Com efeito, os dirigentes Malauianos estavam a colaborar com as autoridades portuguesas e, por esta via, a PIDE prendia e matava os guerrilheiros que recusassem para o Malauí. No entanto, em relação à Província da Zambézia, a fraca mobilização da população e ressentimentos de natureza étnico-tribal poderão ter tido um peso considerável, conforme afirmado em ocasiões anteriores.

Como foi acima referido, as contradições entre as duas alas antagónicas na FRELIMO durante a luta armada criaram inúmeras convulsões que resultaram em ondas de agitação no seio

do movimento. Com efeito, estas convulsões originaram, em particular, uma onda de agitação no seio de estudantes e professores do Instituto Moçambicano criado pela FRELIMO na Tanzânia, uma instituição na qual o Padre Gwengere era um dos professores. Esta agitação tomou contornos particularmente violentos que levaram à morte de Mateus Sansão Muthemba, um dos membros da FRELIMO.

O Padre Gwengere era um missionário que, nas missões da Igreja Católica na parte central de Moçambique, essencialmente em Manica e Sofala, recrutava estudantes daquelas missões a aderirem à FRELIMO. Porém, a sua estratégia de mobilização consistia no aliciamento dos recrutas com promessas de atribuição, pela FRELIMO, de bolsas para continuação de estudos no estrangeiro, o que se mostrou contraproducente e contrastava com a estratégia de mobilização deste movimento de libertação.

Evidentemente que a FRELIMO apostava na formação de quadros para a construção do futuro Moçambique e, através do seu Presidente, Eduardo Mondlane, um eminente académico, enviou vários bolsistas para o estrangeiro. No entanto, atribuía igualmente a maior prioridade ao esforço da luta armada e de educação das populações nas zonas libertadas. Assim, grande parte dos estudantes aliciados pelo padre Gwengere ficaram frustrados diante da necessidade do seu maior envolvimento nas tarefas que lhes eram cometidas pela FRELIMO, tendo oferecido grande resistência.

De referir que o Padre Gwengere havia chegado à FRELIMO fugindo do colonialismo tendo pedido a proteção deste movimento de libertação que o acolheu e o colocou na docência no Instituto Moçambicano, na Tanzânia. Porém, mais tarde se distanciou da linha política da FRELIMO e, em aliança com Lázaro Nkavandame e outros elementos existentes no seio do movimento de libertação, manifestou atitudes que puseram em causa a continuidade da existência daquele movimento de libertação.

Como Christie (1988) afirma, Gwengere e Nkavandame conscientemente tentaram virar o governo tanzaniano contra Mondlane, Machel e o resto dos revolucionários, fornecendo informações deturpadas ao Governo Tanzaniano visando criar desconfiança em relação àqueles dirigentes da FRELIMO. Neste contexto, Gwengere alertava as autoridades tanzanianas contra uma possível infiltração de brancos moçambicanos na escola da FRELIMO alegando tratar-se de espiões portugueses, o que fez com que o Governo Tanzaniano expulsasse três moçambicanos de raça branca, que tiveram que se exilar na Argélia, após diligências diplomáticas da FRELIMO.

Jacinto Veloso, um dos abrangidos pela expulsão por parte das autoridades tanzanianas, na sua obra “Memórias em Voo Rasante”, explica o sucedido nos seguintes termos: “[...] As autoridades tanzanianas também se dividiram, apoiando esta ou aquela posição, o que levou à expulsão de alguns professores, mais concretamente os pertencentes ao grupo dos moçambicanos brancos: O Hélder Martins e a esposa, o Fernando ganhão e eu.” (VELOSO, 2007, p.67).

Consoante Veloso (2007), Eduardo Mondlane lamentou profundamente a decisão do governo tanzaniano, e numa reunião realizada a 31 de Maio de 1968, na companhia de outros membros da FRELIMO, dirigindo-se aos professores do Instituto Moçambicano que se viam obrigados a deixar o país “lastimou bastante a decisão tomada pelo governo da Tanzânia”, acrescentando logo em seguida: “Vocês compreendem perfeitamente a dificuldade de qualificarmos essa decisão, por isso apenas diremos que ela é incompreensível.” (VELOSO, 2007, p.68).

Lázaro Nkavandame, um ancião Maconde que tinha alcançado proeminência no seio da comunidade Maconde⁶⁴ como líder do associativismo nas cooperativas de cultivo de algodão, veio, mais tarde, a pertencer à cúpula da liderança da FRELIMO. Nkavandame alcançou o posto de Secretário Provincial de Cabo Delgado, posição que lhe assegurava grande poder de decisão naquela Província. No entanto, veio a assumir posições que entravam em colisão com a estratégia da FRELIMO naquela altura, nomeadamente a sua tentativa de criar um sistema de comércio privado nas zonas libertadas em seu próprio proveito e a sua oposição à integração de mulheres na luta armada.

Em conluio com o Padre Gwenzere, Nkavandame tentou, em determinado momento, explorar o facto de Nyerere ter apoiado o movimento secessionista do Biafra na guerra civil nigeriana argumentando que um Estado *Maconde* independente em Cabo Delgado era um alvo que a FRELIMO devia desejar, dado que era aquela a província onde a luta estava mais avançada (CHRISTIE, 1988). Porém, não teve apoio das autoridades tanzanianas e suas pretensões secessionistas fracassaram.

Entretanto, as divergências no seio da FRELIMO contribuíram sobremaneira para corroer o prestígio deste movimento de libertação originando o encerramento do Instituto Moçambicano e mesmo o assassinato de dirigentes do movimento como foi o caso de Mateus Sansão Mutemba,

⁶⁴ Os *Macondes* constituem um grupo étnico de origem banto que povoa o planalto de Mueda em Moçambique, tendo parte considerável desta etnia na outra margem do Rovuma, na República Unida da Tanzânia.

Filipe Samuel Magaia, Paulo Samuel Khankhomba, entre outros. O ponto culminante da crise foi o assassinato, a 3 de Fevereiro de 1969, do Dr. Eduardo Mondlane, pouco menos de um mês após a expulsão de Nkavandame da FRELIMO. O assassinato de Mondlane foi descrito na *Mozambique Revolution*, revista da FRELIMO em língua inglesa, nos seguintes termos:

Naquele dia, de manhã cedo, o nosso Presidente foi ao escritório e trabalhou com vários camaradas. A cerca das 10 horas da manhã ele recolheu toda a sua correspondência do escritório e foi para a casa de uma amiga, um lugar calmo, para ser capaz de trabalhar sem ser perturbado. Entre a correspondência que ele levou consigo havia um livro envolto e endereçado a ele. Uma vez em casa ele começou a abrir a sua correspondência. Ele levou o livro e arrancou o papel envolto. Quando ele abriu o livro, houve uma grande explosão, matando o nosso Presidente. No decurso das investigações, a C.I.D da Tanzânia constatou que dentro do livro havia uma bomba, inserida de uma maneira tal que ela explodiu quando o livro foi aberto (*Mozambique Revolution*, apud CHRISTIE, 1988, p.57) (tradução nossa)⁶⁵

Investigações levadas a cabo pelas autoridades tanzanianas em colaboração com a Interpol e a FRELIMO não levaram ao esclarecimento definitivo do assassinato do Dr. Eduardo Mondlane. Porém, após a sua expulsão da FRELIMO, Lázaro Kavandame se entregou às autoridades coloniais portuguesas, tendo anunciado o fim da luta de libertação nacional conforme se pode depreender das afirmações de Christie (1988, p.57): “Em princípios de Abril de 1969 Nkavandame anunciou que sua deserção significava que a guerra tinha acabado e os *Macondes* deviam depor as armas. Panfletos assinados por ele foram lançados aos milhares sobre Cabo Delgado, a partir de aviões portugueses” (Tradução nossa)⁶⁶.

Diversas hipóteses foram levantadas sobre os autores da morte de Mondlane incluindo a que foi produzida por uma equipa de investigação que apontava Casimiro Monteiro como tendo sido o homem que enviou o livro-bomba que ceifou a vida de Mondlane. Monteiro era apontado como tendo sido igualmente o autor do assassinato do líder antifascista português, Humberto Delgado, na Espanha, em 1965. Mais tarde, Monteiro foi reportado como estando na África do

⁶⁵ *On that day, early in the morning, our President went to the office and worked with several comrades. At about 10 a.m. he collected all his mail from the office and went to the home of a friend, a quiet place, to be able to work undisturbed. Among the mail he took with him was a book, wrapped and addressed to him. Once at the house he started opening his mail. He took the book and tore off the paper wrapping. When he opened the book, there was a great explosion, killing our President. In the course of the investigations, the C.I.D. of Tanzania found that inside the book was a bomb, inserted in such a way that it exploded when the book was opened.*

⁶⁶ *At the beginning of April 1969 Nkavandame announced that his defection meant the war was over and the Makondes should lay down their arms. Leaflets signed by him were dropped by the thousand over Cabo Delgado from Portuguese planes*

Sul onde se juntou à RENAMO na sua luta de resistência contra o governo de Moçambique independente.

No entanto, como Christie (1988) afirma, há indicações de que a PIDE tinha cúmplices dentro da FRELIMO para levar a encomenda para o escritório e assegurar que Mondlane pessoalmente a abrisse. Conforme este autor, ninguém foi levado para julgamento mas afirmou-se que a polícia tanzaniana tinha dois suspeitos, nomeadamente Lázaro Nkavandame e Silvério Nungu, o secretário administrativo no escritório da FRELIMO em Dar es Salaam. De acordo com Christie (1988), o artigo do jornal *Observer* onde estas informações estavam inseridas afirmava que Silvério Nungu foi preso tentando desertar para os portugueses e morreu numa greve de fome.

No entanto, de acordo com Jesus (2010, p.373), das várias hipóteses levantadas em face do assassinato de Mondlane pode se concluir que o seu desaparecimento tenha sido subjetivamente benéfico para:

- a) os membros da FRELIMO ou outros grupos que se opunham à sua orientação “independente”;
- b) a URSS pois, não via em Mondlane um testa de ferro das suas ambições em África;
- c) a China dos “guardas vermelhos” que o consideravam mais do que um revisionista, um intelectual independente;
- d) uma ala ultraconservadora que se movimentava em Portugal e estava preocupada com uma possível liberalização caetanista.

A morte de Mondlane continua, assim, envolta em mistério, não tendo sido reivindicada por alguma organização ou indivíduo. Portugal, por seu turno, não reconhece o seu envolvimento no assassinato, pelo menos a nível oficial, embora admita que a título privado, alguma organização ou grupo português o possa ter feito.

O facto porém, é que Mondlane era um político independente cuja orientação intelectual deixava alguns ressentimentos mesmo no seio da FRELIMO, organização por ele criada através do esforço de unificação dos antigos agrupamentos políticos que clamavam pela fim do colonialismo em Moçambique. Na realidade, o próprio processo de formação da FRELIMO evidenciou a existência de dissidências ilustradas pelo facto de um dos líderes da UDENAMO,

por sinal o mais bem estruturado movimento político dos três que constituíram a FRELIMO, não ter participado no processo.

Mais ainda o facto de, pouco depois da criação da FRELIMO, Adelino Gwambe ter criado uma nova UDENAMO é suficientemente elucidativo do desagrado com que encarou a unificação dos movimentos e a Assumpção, por Eduardo Mondlane, do papel de Presidente da FRELIMO, para o qual foi eleito na reunião constitutiva.

Os eventos ocorridos nas vésperas e após a realização do II Congresso da FRELIMO em 1968 também evidenciam a existência de importantes divergências que poderão ter sido aproveitadas para a consumação do assassinato de Mondlane. Como se pode depreender das palavras de Raimundo Pachinuapa⁶⁷, em alusão ao momento posterior à realização do II Congresso da FRELIMO:

Nesta reunião, se Mondlane não fosse militante firme e dirigente político sólido, teria resignado do seu cargo, dada a complexidade da situação. Quando se disse que a decisão do II Congresso era a continuação da luta pela emancipação da mulher, produção intensiva, guerra prolongada e que Mondlane tinha que continuar Presidente, houve oposição a todas essas decisões. E procurou-se saber, em especial, porquê não queriam Mondlane. Uns diziam que não se sentiam valorizados por Mondlane, alegavam também que não conduziria à vitória rápida[...] (PACHINUAPA, 2012).

As suspeitas recaem também sobre ambos os lados envolvidos no conflito ideológico da guerra-fria e também nas principais potências do bloco socialista: a China e a União Soviética. Mondlane realizava visitas constantes aos Estados Unidos e outros países ocidentais, o que lhe valia a conotação de aliado da superpotência imperialista pelos seus inimigos tanto na FRELIMO como em outros quadrantes do mundo mas principalmente nos países socialistas.

Como Jesus (2010) afirma, Mondlane discordara com algumas opiniões de Che Guevara aquando da visita deste a Dar es Salaam em 1965. Desde essa visita e um encontro que teve com Mondlane, que se verificaram diferenças de opiniões entre os dois quanto ao modo de levar a cabo a revolução. Enquanto Che defendia uma revolução baseada na classe operária, Mondlane alegava que em Moçambique quase não existia uma classe operária, mas sim uma enorme sociedade agrícola, pelo que a revolução no país se basearia muito mais numa reforma social e numa autonomia substantiva que deveria passar pela transformação das estruturas coloniais.

⁶⁷Apresentação de Raimundo Pachinuapa, antigo comandante da FRELIMO durante a luta de libertação de Moçambique no âmbito do Simpósio dos 50 anos da FRELIMO, contido em (PARTIDO FRELIMO, 2012, p.96).

Neste contexto, jornais de alguns países socialistas e de outros países do bloco do Leste acusaram Mondlane de ser um “lacaio” do imperialismo americano, sobretudo porque “tinha cometido a heresia de discordar de alguns pontos dos dogmas afirmados por Che e por não ter aceite um convite para ir a Cuba.” (JESUS, 2010, p.316).

A versão que aponta para uma ação dos serviços secretos portugueses agindo por sua própria conta ou em colaboração com elementos infiltrados na FRELIMO no assassinato de Mondlane é a que tem sido mais seriamente veiculada ao nível do discurso oficial. Obviamente que enquanto não forem produzidas evidências aceitáveis sobre este assassinato, tudo não passará de mera especulação. Os autores deste bárbaro assassinato continuarão sem serem conhecidos.

De referir, no entanto, que em Março de 1968 os guerrilheiros da FRELIMO tinham reaberto a frente de Tete, um ato de grande significado estratégico, não somente porque iria dispersar as forças armadas portuguesas mas porque a província estava sendo desenvolvida como um pivô para a dominação racista e colonialista na África Austral. Tinham sido desenhados planos para se construir a maior barragem em África, o esquema de Cahora Bassa sobre o rio Zambeze e, em Julho, o contrato de construção foi atribuído à Zamco, um consórcio organizado pela *Anglo-American Corporation* e a África do Sul, com o envolvimento de firmas da Alemanha Ocidental, França e Suíça (CHRISTIE, 1988).

Os objetivos do projeto eram fornecer energia hidroelétrica a África do Sul, atrair capital ocidental para Moçambique e trazer um milhão de colonos imigrantes brancos para o Vale do Zambeze. Por essa altura o Presidente Keneth Kaunda da Zâmbia passou a permitir que a FRELIMO usasse o seu território, que passou a constituir ponto de infiltração de guerrilheiros para a província de Tete.

Esta ação constituiu um grande impulso à moral da FRELIMO que se encontrava arruinada pela crise interna. A FRELIMO passou, assim, a demonstrar que o seu exército de guerrilha era capaz de agir numa região que preocupava economicamente os portugueses para além de contrariar o mito de que a guerra de FRELIMO era pouco mais do que uma revolta dos Macondes, tradicionalmente considerados belicistas (CHRISTIE, 1988).

Após a morte de Mondlane, foi criado um triunvirato constituído pelo seu vice-presidente Uria Simango, pelo Chefe do Departamento de Defesa, Samora Machel e pelo Secretário para as Relações Exteriores, Marcelino dos Santos para dirigir o movimento de libertação. Entretanto, em

Novembro de 1969, Simango publicou um documento intitulado “Triste Situação na FRELIMO” expressando simpatia por Gwenjere, Nkavandame e outros dissidentes e acusando seus colegas da liderança em conspirar para matá-lo. Consoante Christie (1988), ele era particularmente hostil para com Samora Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Aurélio Manave, bem como a viúva de Mondlane, Janet.

A FRELIMO afirmou, mais tarde, que Simango tinha sido o líder de um grupo contrarrevolucionário consciente que incluía Nkavandame e Gwenjere mas não conseguiu ter o apoio da liderança tanzaniana. Na sequência destes eventos, Uria Simango foi expulso da FRELIMO em Maio de 1970 tendo Samora Machel sido eleito Presidente e Marcelino dos Santos Vice-Presidente do movimento.

Entretanto, consoante Christie (1988), as autoridades coloniais portuguesas tinham estado a assistir às traumáticas convulsões na FRELIMO muito de perto e agiam de tempos a tempos para piorar a crise que se tinha tornado mais notável com o assassinato de Mondlane. Assim, em 1970, lançaram a maior ofensiva contra as forças da guerrilha. Esta operação foi denominada *Nó Górdio* e era dirigida pelo General Kaúlza de Arriaga, que foi nomeado como o novo comandante militar para Moçambique, e colocado no quartel-general avançado português em Nampula, em Março daquele ano.

A operação *Nó Górdio* destinava-se a dar o golpe de morte à FRELIMO e era constituída por 35.000 homens de combate bem equipados e treinados, 15.000 toneladas de bombas e dezenas de aviões e helicópteros. Porém, o contingente militar Português em Moçambique era muito maior do que aquele efetivo; os 35.000 homens eram apenas do *Nó Górdio*, que é considerada a maior força de choque sempre lançada numa operação contra um exército africano de guerrilha (CHRISTIE, 1988, p.50).

Com efeito, de acordo com Mondlane (1975, p.171), pelo lado português, os constantes aumentos dos efetivos do exército e do orçamento militar são a prova do impacto já obtido pela guerra. Este autor afirma que em 1964 havia cerca de 35.000 soldados portugueses em Moçambique; pelos fins de 1967 havia entre 65.000 e 70.000 soldados portugueses operando em Moçambique.

O comandante da operação *Nó Górdio*, General Kaúlza de Arriaga era um reconhecido perito em contra insurgência, que tinha criado os sapadores portugueses e reorganizado a força aérea e os paraquedistas; era um engenheiro qualificado, um homem de negócios, uma autoridade

no uso estratégico de energia nuclear e uma figura-chave por detrás da cena na política portuguesa. Arriaga foi nomeado chefe das forças terrestres em Moçambique em 1969 tendo em seguida levado a cabo sua famigerada operação contra a FRELIMO.

Kaúlza de Arriaga descreveu, mais tarde, a sua operação contra os guerrilheiros da FRELIMO como uma operação de cinco fases que começou em Maio de 1970 com uma contraofensiva contra a parte sul de Cabo Delgado onde a FRELIMO se tinha confinado. A segunda fase começou em Junho e almejava cortar as rotas de abastecimento da Tanzânia, e o terceiro estágio em Julho envolvia ataques em grande escala visando a destruição e ocupação das bases da FRELIMO. A quarta fase, em Agosto envolveu uma redução na atividade militar enquanto tropas frescas eram trazidas de Portugal, mas havia uma intensiva operação de lançamento de paraquedistas. A quinta fase e final começou em Setembro e tinha tido o objetivo final de evitar que a FRELIMO se reagrupasse. Esta era a teoria. E cabeçalhos proclamando a derrota da FRELIMO começaram a aparecer na imprensa mundial. Na visão de alguns observadores, o *Nó Górdio* tinha sido como um trabalho cronometrado (CHRISTIE, 1988, p.62).

No entanto, a operação *Nó Górdio* fracassou a grande custo para a moral dos militares portugueses mas as pessoas que estavam no momento dos bombardeamentos estão ainda hoje sofrendo de trauma psicológico infligido por aquele pesadelo (CHRISTIE, 1988). Nas palavras de Jacinto Veloso “A operação, envolvendo milhares de soldados, tropas especiais, aviação e artilharia [...] veio a revelar-se um completo fracasso. Na realidade, a guerra de guerrilha veio a intensificar-se e a estender-se para outras zonas do território nacional”(VELOSO, 2007, p.69). E como afirma Christie (1988), os homens e mulheres que sobreviveram à ofensiva *Nó Górdio* mudaram o curso da história da África Austral.

De referir que, como Christie (1988) constata, o golpe do Estado de Lisboa em 25 de Abril de 1974, foi em grande medida, o resultado do fracasso da administração de Marcelo Caetano em lidar com as guerras coloniais. Para este autor, entre os movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África, a FRELIMO foi o principal espinho no corpo de Caetano. O autor acrescenta que, numa Angola economicamente importante, o MPLA estava numa posição militar menos favorável, de traição interna e uma bem-sucedida guerra química de campanha pelos portugueses. Entretanto, em relação à Guiné-Bissau, o autor acrescenta que o PAIGC estava numa posição militar mais forte e tinha mesmo declarado a independência, mas o país é muito pequeno e tinha uma pequena importância estratégica ou económica para Portugal.

No entanto, em Moçambique, a FRELIMO estava numa posição militar mais forte do que antes, após a derrota da campanha de *Nó Górdio*, de Kaúlza de Arriaga, em 1970. As forças da FRELIMO tinham pressionado a sul, de forma cada vez, mais profunda no coração economicamente importante, drenando homens e dinheiro do já enfraquecido Portugal. A liderança da FRELIMO tinha identificado corretamente as contradições na hierarquia portuguesa e constatado que o regime colonial iria desmoronar-se mais cedo ou mais tarde.

A FRELIMO tinha constatado que os portugueses estavam investindo mais e mais numa guerra que eles não tinham que fazer, e lucrando menos e menos a partir do seu jogo colonial. “Como um jogador infeliz numa maré de derrotas desafiando um prudente oponente que faz poucos erros, eles iriam eventualmente ter que atirar suas cartas para diminuir as perdas”(Tradução nossa)⁶⁸ (CHRISTIE, 1988, p.81).

De referir, no entanto, que apesar de a luta de libertação de Moçambique ter sido um evento finito de dez anos, Christie (1988) considera que seria enganador considerá-la como uma guerra sem conexão com o conflito que emergiu no período pós-independência. Com efeito, para este autor, um certo ramo de jornalismo simplista, principalmente mas não somente no Ocidente, tende a apresentar a visão de que a FRELIMO estava enfrentando quatro conflitos separados: primeiro contra o regime colonial português, depois, após a independência, contra o regime rodesiano, as autoridades sul-africanas e o movimento rebelde anticomunista moçambicano.

Neste cenário, como Christie (1988) constata, esses analistas consideram que Samora Machel estava certo quando lutava pela independência de Moçambique mas meteu-se em problemas posteriormente por se imiscuir nos assuntos dos seus vizinhos e trazendo uma guerra civil através de um mau governo. Consoante este autor, os mesmos analistas apontam ainda o fator Malauiano entrando no cenário perto do fim da vida de Machel como ainda outro exemplo de um problema que ele próprio criou.

No entanto, como Christie (1988) explica, na realidade, os fascistas portugueses, a África do Sul, a Rodésia, o Malauí e os rebeldes Moçambicanos consistentemente trabalhavam contra a luta da FRELIMO pela independência Moçambicana dos anos 1960 em diante. Para este autor, após a independência de Moçambique em 1975, estas forças mantiveram uma aliança entre as

⁶⁸ *Like a hapless gambler on a losing streak, playing a cautious opponent who makes few mistakes, they would eventually have to throw in their cards to cut their losses.*

várias forças anti-FRELIMO que se iam substituindo entre si enquanto o exército Moçambicano, dirigido por Machel era uma constante (CHRISTIE, 1988).

Depreende-se da análise deste autor, que a luta de libertação em Moçambique e os conflitos internos e externos que se verificaram no seu decurso e no período posterior à independência constituem a continuação de uma luta pela negação do direito à liberdade pela qual os guerrilheiros da FRELIMO se bateram, contra um inimigo que usava diversas estratégias para inviabilizar o desempenho, por Moçambique, do papel que lhe cabia na determinação dos seus destinos e dos outros Estados da região da África Austral. Por isso Christie (1988, p.31) esclarece:

Os 22 anos de guerra de Machel podem ser vistos como uma prolongada guerra militar contra um inimigo camaleão mais do que uma série de separadas guerras. As forças do colonial-fascismo português, o exército sul-africano, o exército e segurança rodesianas, os rebeldes Moçambicanos e o Governo Malauiano de Hastings Banda todos parecem mais ou menos adversários permanentes de Machel na sua luta contra a dominação colonial e racista na África do Sul e à espreita, sempre estavam forças ricas e poderosas do Ocidente (tradução nossa)⁶⁹.

Fracassada a operação “Nó Górdio” e com o prosseguimento da luta nas outras colónias portuguesas, os militares portugueses, fatigados de uma guerra que não dava indícios de vir a ser ganha depuseram o regime colonial dirigido pelo Prof. Dr. Marcelo Caetano que substituiu ao Dr. António Salazar na chefia do governo português, em 1968. Na sequência destes eventos, um acordo de cessar-fogo e transferência do poder para a FRELIMO foi assinado a 7 de Setembro de 1974. A independência seria finalmente proclamada a 25 de Junho de 1975.

De referir, no entanto, que a queda do regime colonial português e a transferência do poder para a FRELIMO como único e legítimo representante do povo Moçambique originou uma onda de contestação no seio de certos segmentos de elites que se sentiam no direito de concorrer para o exercício do poder político. Com efeito, consoante Matusse (2009), vários grupos políticos emergiram após a queda do governo colonial-fascista em Portugal, podendo se destacar o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), liderado pelo Dr. Máximo Dias que mais tarde veio a fundar e liderar o Movimento Nacionalista de Moçambique (MONAMO) e pela Dra. Joana Simeão, uma

⁶⁹ *Machel's 22 years of war can be seen as one prolonged military struggle against a chameleon enemy rather than a series of separate wars. The forces of Portuguese colonial-fascism, the South African military, the Rhodesian army and security, Mozambican hirelings and Hastings Banda's Malawian government - all appear as more or less permanent adversaries to Machel in his fight against colonial and racist rule in southern Africa. And lurking in the background always were rich and powerful forces in the West.*

intelectual moçambicana que antes militou no Conselho Revolucionário de Moçambique (COREMO).

Joana Simeão veio associar o GUMO a um outro agrupamento político denominado Congresso Nacional de Moçambique (CNAM), formando a Frente Comum de Moçambique (FRECOMO). “Esta organização defendia fundamentalmente a realização de um referendo para decidir o figurino político de Moçambique, nomeadamente a possibilidade de uma opção federalista” (MATUSSE, 2009, p.173).

Outros partidos políticos surgidos nessa altura incluem a União dos Povos de Moçambique (UNIPOMO), de Lázaro Kavandame, o dissidente da FRELIMO expulso em 1969, A Frente Independente Africana (FREINA), liderada pelo Padre Mateus Gwengere, outro ex-militante da FRELIMO, expulso desta organização sob acusação de “agitação racista”. Negociações realizadas mais tarde entre a FRECOMO e o COREMO de Uria Simango viriam a resultar na formação de uma ampla coligação nacionalista para enfrentar a FRELIMO, denominada Partido da Coligação Nacional (PCN) partido no qual também fazia parte Paulo Gumane, outro dissidente da FRELIMO (MATUSSE, 2009, p.174).

Havia ainda outros partidos de menor expressão mas todos tinham em comum, a necessidade de tomarem parte nos assuntos políticos de Moçambique em concorrência com a FRELIMO que se considerava como sendo o único e legítimo representante do povo Moçambicano. Com efeito, muitos destes partidos políticos seriam suprimidos pela conjuntura política reinante após a independência nacional, tendo a FRELIMO se consolidado como partido único na determinação dos destinos do Estado e do povo moçambicano.

De realçar que, como se pode constatar da análise até aqui realizada, alguns partidos políticos tinham sido formados por antigos membros da FRELIMO que por diversas razões tinham deixado esta organização ou dela tinham sido expulsos pelo que se tornava impensável, na altura, admitir a possibilidade de se permitir a sua inclusão nas estruturas governativas de Moçambique independente.

As convulsões verificadas no período de transição para a independência de Moçambique que incluíram uma tentativa de golpe de Estado a 7 de Setembro de 1974, exatamente o dia da assinatura dos Acordos de Lusaka entre as autoridades portuguesas e a FRELIMO são reveladoras do clima de tensão que se viveu naquele período de transição. Descendentes dos portugueses, receosos da sorte que lhes esperava num país dirigido pela FRELIMO e influenciados pela forte

propaganda anti-FRELIMO que o governo português e os regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul tinham produzido ao longo de muitos anos influenciou bastante os eventos ocorridos naquela data.

Com efeito, como Abrahamson e Nilsson (1994, p.37) afirmam, durante os últimos anos da luta de libertação, uma grande parte dos colonizadores portugueses brancos tinha começado a abandonar Moçambique. Para estes autores, quando a independência chegou, calcula-se que mais de 185.000 portugueses, dum total de 200.000, tenham retornado a Portugal ou se tenham refugiado na África do Sul. Os autores acrescentam que a mensagem pouco clara sobre reconciliação política dada pela FRELIMO durante a luta de libertação, tinha-os tornado receptivos à propaganda intensa feita pela Rodésia e pela África do Sul sobre o destino horrendo que esperava a população branca durante um regime de maioria negra.

Os eventos ocorridos neste período constituíram fatores adicionais para o processo de desestabilização que Moçambique sofreu por parte dos regimes da Rodésia e da África do Sul, bem como para a criação e subsequente apoio ao MNR criado nas vésperas da independência, que levou a cabo uma das mais sangrentas guerras civis registadas em África após a segunda guerra mundial.

4 POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo analisa-se a política externa de Moçambique, procurando se identificar os fatores internos e externos que foram determinando o processo de sua formulação ao longo do tempo. Como Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam, ao mesmo tempo que os fatores externos muitas vezes provocam reações locais e impedem o desenvolvimento interno, é também a estrutura interna do poder a nível nacional e local que decide a força e o impacto dos fatores externos.

Fatores como a recusa do governo colonial português em aplicar a resolução 1514 das Nações Unidas⁷⁰ sobre o direito dos povos à autodeterminação e independência, o apoio que Portugal recebia dos países da OTAN, o conflito ideológico inerente à guerra-fria, entre outros, constituíram fatores relevantes nas decisões de política externa tomadas pela FRELIMO enquanto movimento de libertação. Outros fatores como a opção política e económica adotada pela FRELIMO após alcançar o poder em Moçambique e a proximidade deste país com os regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul tiveram igualmente influência nas decisões de política externa, tanto do movimento de libertação quanto do Governo de Moçambique independente.

Tomaremos a definição de política externa adotada por Neack (2008) como aquela que mais se adequa ao sentido que pretendemos atribuir nesta tese. Assim, para esta autora, uma política é um programa que serve como um guia para o comportamento e destina-se a realizar as metas que uma organização definiu para si mesmo. Assim sendo, “[...] a política externa é um guia de ações tomadas para além das fronteiras do Estado para promover os objetivos do Estado.” (NEACK, 2008, p.9, tradução nossa)⁷¹.

Consideramos igualmente útil a definição sugerida por Gerner (1995) segundo a qual a política externa são “[...] as intenções, declarações e ações de um ator, muitas vezes, mas nem sempre um Estado, direcionado para o mundo externo e a resposta de outros atores a estas

⁷⁰ Trata-se da Resolução 1514 da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1960, intitulada “Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais”, que ficou conhecida como a “Carta da Descolonização”. Esse texto afirma expressamente que “a falta de preparo nos âmbitos político, económico e social e no âmbito do ensino não deverá jamais servir como pretexto para retardar a independência”, além de apresentar o direito à descolonização como um princípio absoluto, válido para todos os Estados, e relativo aos territórios não autónomos e aos territórios sob tutela (RAMINA, 2010).

⁷¹ [...] *Foreign policy is thus a guide to actions taken beyond the boundaries of the state to further the goals of the State.*

intenções, declarações e ações” (tradução nossa)⁷². Esta definição complementa a precedente ao preconizar a existência de outros atores, para além dos Estados, envolvidos na formulação e implementação da política externa como sejam as organizações da sociedade civil, os movimentos de libertação, as organizações não-governamentais entre outras.

Segundo Neack (2008), a complexidade da caracterização da política externa é reconhecida por vários estudiosos desta área, devido aos seguintes motivos:

- a) a política externa é feita e conduzida em ambientes domésticos e internacionais complexos;
- b) a política externa resulta do trabalho de coalisões de atores e grupos domésticos e internacionais interessados;
- c) os assuntos de política externa são muitas vezes ligados e desligados, refletindo a força de várias partes e suas preocupações particulares;
- d) os assuntos da política externa derivam de assuntos de política doméstica bem como das relações externas;
- e) a análise de política externa necessita de ser feita a vários níveis e de forma multifacetada de modo a confrontar as complicadas fontes e natureza da política externa.

Como Neack (2008) afirma, os estudos de política externa podem ser feitos através dos níveis individual, do Estado e do sistema. “O nível de análise individual foca em tomadores individuais de decisão, como eles tomam as decisões, que percepções e equívocos tiveram, a maneira como os principais decisores interagem em grupos pequenos, do topo, etc.” (NEACK, 2008, p.9, tradução nossa)⁷³.

No nível de análise Estado se examinam os fatores societários e governamentais que contribuem para a formulação da política externa num Estado particular. Caracterizando o nível sistémico de análise e formulação de política externa, esta autora afirma:

⁷² [...] *the intentions, statements, and actions of an actor—often, but not always, a state—directed toward the external world and the response of other actors to these intentions, statements and actions.*

⁷³ [...] *The individual level of analysis focus on individual decision makers, how they make decisions, what perceptions and misperceptions they hold, the ways key decision makers interact in small, top-level groups, and so on.*

[...] assuntos de Estado *versus* Estado ou preocupações geoestratégicas sobre inclinações regionais do poder, ou Estados agindo através de organizações internacionais, são todos colocados ao nível de análise do sistema. O nível de análise do sistema explora relações bilaterais (Estado para Estado) assuntos regionais e assuntos globais e interações multilaterais entre Estados. A este nível também consideramos o papel desempenhado pelas organizações regionais e internacionais e por atores não-estatais tais como as organizações não governamentais transnacionais (NGOs) que têm uma influência direta nas políticas externas dos Estados (NEACK, 2008, p.11, tradução nossa)⁷⁴.

Tendo em consideração alguns dos aspectos de natureza conceitual acima descritos, torna-se pertinente afirmar que na análise da política externa de Moçambique procuramos visualizar tanto os fatores internos como os externos que estiveram presentes aquando da sua formulação. De referir ainda que as análises feitas situam-se sobretudo ao nível do Estado, embora no período anterior à independência nacional a FRELIMO, entanto que movimento paraestatal⁷⁵ foi o ator principal através dos seus líderes, nomeadamente Eduardo Mondlane e Samora Machel.

Assim, para Lhalbahadur e Otto (2013), a moldura conceitual sob a qual se pode enquadrar a política externa de Moçambique tem, no seu cerne, o não-alinhamento que tem sido temperado pela compreensão do país das suas limitações em termos de tamanho e estatura, o que lhe tem permitido a habilidade de ser flexível em face dos desafios da arena internacional. Na ótica destes autores, esta abordagem é parcialmente o resultado do pragmatismo introduzido pelo primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, que tinha trabalhado nas Nações Unidas e estabeleceu relações com líderes e instituições de várias partes do mundo.

Consoante Lhalbahadur e Otto (2013), a consistência do não-alinhamento na política externa de Moçambique começou no terceiro congresso da Frelimo⁷⁶ que teve lugar em 1977, dois anos após a independência, durante o qual a Frelimo adoptou formalmente este princípio, que veio a estar refletido no primeiro *white paper* do governo sobre a política externa e a

⁷⁴ *These questions about state versus state, or geostrategic concerns about regional power tilts, or states acting through international organizations, are all posed at the system level of analysis. The system level explores bilateral (state-to-state) relations, regional issues and interactions, and global issues and multilateral interactions between states. At this level we also consider the role played by regional and international organizations and by nonstate actors such as transnational nongovernmental organizations (NGOs) that have a direct influence on the foreign policies of states.*

⁷⁵ “Movimentos paraestatais podem ser definidos com os movimentos políticos e/ou militares [...] que prefiguram futuros Estados independentes e procuram, em concorrência com as potências coloniais, representar os seus territórios, tanto a nível bilateral como multilateral, designadamente nas Nações Unidas.” (JESUS, 2010, p.67).

⁷⁶ Usamos a denominação FRELIMO para nos referirmos à Frente de Libertação de Moçambique até à sua transformação em partido de vanguarda marxista-leninista, no Terceiro Congresso, em 1977. Daí em diante usamos a denominação Frelimo, em alusão ao partido Frelimo.

cooperação internacional desde independência, que foi publicado em junho de 2010 que delineia a estratégia de “fazer mais amigos, promover mais parcerias”.

Vale referir que a política externa de Moçambique conheceu distintas fases, começando do período da luta armada de libertação nacional quando a FRELIMO, no seu segundo Congresso em 1968, delineou as principais linhas, que tiveram continuidade no período pós-independência. Esta fase anterior à independência de Moçambique é analisada nesta tese como sendo a fase da diplomacia da FRELIMO, que constituiu os alicerces sobre os quais assentou a política externa de Moçambique independente.

Durante a luta de libertação de Moçambique se distinguem duas fases correspondentes ao período em que este movimento esteve sob a liderança de Eduardo Mondlane e de Samora Machel, respectivamente. O alcance da independência nacional determinou o acesso da FRELIMO ao poder político, tendo iniciado a construção do Estado Moçambicano, e adoptado uma política externa fortemente determinada pelos constrangimentos da guerra-fria e da existência, na vizinhança de Moçambique, de dois regimes minoritários fortemente hostis ao seu governo.

A guerra de desestabilização, que evoluiu para uma espécie de guerra civil, contribuiu largamente para a manutenção das alianças estratégicas do governo de Moçambique, situação que se viria alterar drasticamente perto de meados dos anos 1980. Nesta altura registou-se uma viragem da política externa, com a adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Esta mudança determinou, também, o início de uma nova abordagem na política externa, influenciada também por eventos que ocorreram ao nível da região, nomeadamente o fim do regime do *apartheid* na África do Sul, e, a nível internacional, o fim da guerra fria, em finais da década de 1980. Estes eventos concorreram para o fim da desestabilização económica, política e militar de Moçambique e da guerra civil que, por cerca de dezesseis anos, dilacerou o país e determinou a introdução de profundas alterações a nível interno e externo, que estiveram na base daquilo que denominamos como política externa contemporânea de Moçambique.

Assim, podemos afirmar que durante o período da luta de libertação, a FRELIMO orientou-se por uma diplomacia visando garantir o sucesso na luta contra o colonialismo português que era apoiado pelos países ocidentais congregados na OTAN. A FRELIMO

procurava, ao mesmo tempo, contrapor-se à aliança informal existente entre o regime português e os regimes minoritários existentes na região, nomeadamente na África do Sul e na Rodésia.

Alcançada a independência nacional, o governo de Moçambique continuou a orientar-se por uma política externa virada para a luta pela sua soberania, enfrentando uma guerra de desestabilização e uma rebelião interna inserida na estratégia rodesiana e sul-africana de desestabilização do país. Esta situação só se veio a alterar com as profundas mudanças ocorridas a nível da região e no sistema internacional com a queda do regime do *apartheid* no início da década de 1990, ao mesmo tempo que o conflito bipolar tinha conhecido o seu término em finais da década anterior.

Assim, com o fim da guerra civil no país, com o Acordo Geral de Paz assinado em Roma entre o governo de Moçambique e a RENAMO, a 4 de Outubro de 1992, seguiu-se um período caracterizado pela necessidade de consolidar a paz e trazer estabilidade no país, o que necessitava de um crescente envolvimento e integração na região, reforçado pelo apoio proveniente da comunidade doadora. Na fase seguinte, observou-se uma ligeira mudança no foco para a diversificação e mobilização de apoio internacional para atrair investimento direto estrangeiro para o setor mineiro, indústria e agricultura como as pedras basilares da economia nacional com vista a enfrentar os diversos desafios de desenvolvimento do país.

4.1 A DIPLOMACIA DA FRELIMO DURANTE A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Nesta seção analisa-se a ação externa da FRELIMO, enquanto movimento de libertação, que constituiu a gênese da política externa que Moçambique veio a dar continuidade após o alcance da independência nacional. Trata-se, de facto, de ações de política externa levada a cabo por uma entidade paraestatal mas que preferimos considerar como ações de diplomacia para não conflitar com a conceituação clássica de política externa, considerada por alguns académicos como sendo apanágio exclusivo de Estados soberanos.

De referir, neste âmbito, que na fase da luta armada de libertação nacional, a FRELIMO adoptou uma política externa orientada para a procura da autonomia e não-alinhamento, além de ter mantido relações especiais com os países socialistas. Nesse contexto, estabeleceu relações de cooperação com nações não-alinhadas, especialmente Egito, Argélia, Tunísia, Zâmbia e

Tanzânia, que forneceram aos guerrilheiros da FRELIMO as primeiras armas e formação. À medida que a guerra se intensificava, os países socialistas, principalmente a China e a União Soviética, tornaram-se as maiores fontes de apoio financeiro, armas e apoio diplomático, contrapondo-se ao apoio massivo que a OTAN fornecia ao regime colonial Português.

Esta configuração de alianças internacionais contribuiu para a radicalização da FRELIMO e para a sua aproximação aos países considerados progressistas do terceiro mundo assim como aos países socialistas, que passaram a apoiá-la na sua luta contra o colonialismo. O Ocidente, por seu turno, apoiava a manutenção do *status quo*, com a notável exceção dos países escandinavos (Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Finlândia) que apoiavam o movimento de libertação. Não obstante, vastos segmentos da sociedade civil dos países ocidentais incluindo os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e a Alemanha Federal, entre outros, deram o seu apoio à luta de libertação nacional em Moçambique.

Constata-se, no entanto, que a FRELIMO procurou prosseguir uma política autónoma, de não-alinhamento, livre de pressões externas de modo a maximizar suas opções e ir de encontro com os autênticos objetivos moçambicanos. Assim, ao longo da luta de libertação, recusou-se a tornar-se envolvida na cisão Sino-Soviética, não obstante a pressão exercida por cada uma destas potências socialistas para que a FRELIMO estivesse do seu lado.

De referir que as características do colonialismo português e o apoio que os países ocidentais, através da OTAN, forneceram ao poder colonial durante a luta de libertação levada a cabo pela FRELIMO, influenciou fortemente a arquitetura da política externa da FRELIMO durante a luta de libertação nacional e determinou sobremaneira a política externa Moçambique independente. Por outro lado, como Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam, a posição geopolítica de Moçambique, com dois países vizinhos dirigidos por minorias brancas, nomeadamente a África do Sul e a Rodésia, foi um fator crucial na determinação da política externa, tanto da FRELIMO como do Estado Moçambicano independente.

De salientar que, apesar do enorme esforço desenvolvido pela liderança da FRELIMO para colocar a sua luta anticolonial fora do contexto da confrontação ideológica Leste-Oeste, esta acabou determinando sobremaneira as opções de política externa de Moçambique. Constrangimentos inerentes ao contexto da guerra-fria foram um fator determinante nas decisões de política externa da FRELIMO bem como de Moçambique pós-colonial.

4.1.1 A Diplomacia da FRELIMO sob a presidência do Dr. Eduardo Mondlane

Durante a luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO, um movimento que, em concorrência com o regime colonial português reivindicava a soberania de partes do território que ia libertando, uma ativa diplomacia foi levada a cabo por este movimento. O facto de ser um movimento dirigido por Eduardo Mondlane, antigo professor universitário nos Estados Unidos da América e antigo funcionário da Organização das Nações Unidas conferia ao movimento uma visão estratégica importante sobre a política externa do país após a independência.

Como funcionário das Nações Unidas e lidando com assuntos ligados à descolonização e sendo um professor universitário, Mondlane estava a par das dificuldades que o povo moçambicano enfrentava, criadas pelo sistema colonial português e procurou, numa primeira fase, por meios pacíficos, persuadir o governo português a mudar de política em relação a Moçambique. Mondlane aproveitou o seu trabalho nas Nações Unidas para estabelecer contatos com várias personalidades incluindo diplomatas portugueses, alguns dos quais tentaram influenciar positivamente a decisão do governo de Salazar para com as colónias Portuguesas em África.

Neste âmbito, estabeleceu relações cordiais com Adriano Moreira, que mais tarde se tornou Ministro do Ultramar no governo Português e foi responsável pela introdução de reformas consideradas arrojadas naquela altura, embora não tivesse alterado as relações políticas e sociais entre colonizadores e colonizados em Moçambique. Outros diplomatas portugueses com que Mondlane estabeleceu contatos quando iam às Nações Unidas em missões diplomáticas incluem Franco Nogueira, José Manuel Frago, Teixeira Pinto e outros que desempenharam importantes funções no governo português naquela altura.

De acordo com Jesus (2010), Eduardo Mondlane acreditou até tarde que uma solução negociada com Portugal poderia garantir três condições fundamentais para o futuro de um Moçambique independente:

Primeiro, evitar uma guerra que sacrificaria vidas e traria miséria e desgraças para os seus conterrâneos moçambicanos e para o povo português, que ele estimava e de quem era amigo; em segundo lugar e, como consequência da primeira, evitar que a questão da independência de Moçambique fosse integrada no quadro da guerra-fria, arrastando desse modo a intromissão das grandes potências, contra quem Moçambique e Portugal não tinham alavancagem para resistir; em terceiro lugar, proporcionar tempo e paz para a

tarefa que considerava prioritária, a criação de vastas elites intelectuais moçambicanas com formações diversas, capazes - não só de fazer a guerra, se necessário, de gerir um país em tolerância e para o progresso (JESUS, 2010, p.101).

Constata-se, da análise da estratégia de Mondlane apresentada por Jesus (2010) que ele manteve uma atividade diplomática global para angariar a simpatia externa e assegurar independência ideológica da luta. Para Mondlane, os EUA eram considerado um ator que podia desempenhar um papel importante na resolução do problema das antigas colónias portuguesas, podendo agir como mediador entre o governo português e os povos africanos.

Para esse efeito após a visita que efetuou a Moçambique em princípios de 1961 Mondlane manteve vários contatos no Departamento de Estado tendo apresentado um relatório que produziu um grande impacto na Administração Norte-Americana. O relatório intitulado “Condições Atuais em Moçambique”⁷⁷, resultou na emissão de um documento secreto pelas autoridades norte-americanas contendo importantes recomendações nas quais se destaca: A ida de um enviado de alto nível a Lisboa para “convencer” Portugal a aceitar o princípio da autodeterminação, a ação no subcomité para a África e a realização de pressão junto do Conselho da OTAN.

Outras medidas sugeridas no documento americano incluem a utilização do Conselho de Segurança para induzir Portugal a mudar de atitude; estar preparado para um eventual reconhecimento de um Governo provisório de Angola, caso haja uma mudança de governo em Lisboa; solicitar ajuda do Reino Unido e da França, do Vaticano, do Brasil e da Espanha⁷⁸.

De acordo com Jesus (2010), Mondlane considerava que os Estados Unidos tinham a vantagem de ter relações de amizade de longa data com Portugal, exemplificados por muitos tratados de amizade e ajuda mútua. Por outro lado, os Estados Unidos não pareciam ter tantos interesses económicos nas colónias portuguesas em África como os outros países ocidentais, o que os tornava menos vulneráveis a sofrerem quaisquer sanções económicas por Portugal. Mais ainda, o facto de ambos pertencerem à OTAN, era um fator visto por Mondlane como sendo susceptível de favorecer a intermediação, pelos Estados Unidos, de uma solução negociada com Portugal para o conflito colonial.

Outro fator considerado importante para que os EUA pudessem exercer o papel de mediador entre Portugal e suas colónias africanas era a dependência económica e militar de

⁷⁷Do original em Inglês: *Present Conditions in Mozambique*. Relatório de Mondlane sobre Moçambique apresentado à Administração Kennedy em 1961.

⁷⁸Informações obtidas em Jesus (2010), do Arquivo Pessoal de Wittney Schneidman (IPRI), “*Report of the Chairman of the Task Force on the Portuguese Territories in Africa*” de 4 de Julho de 1961.

Portugal em relação aos Estados Unidos da América. Com efeito, consoante Jesus (2010, p.125), Portugal dependia quase totalmente dos Estados Unidos para a sua força militar pois em 1960 recebeu aproximadamente dezessete milhões de dólares americanos em ajuda militar. Na mesma altura, Portugal recebeu mais de vinte e cinco milhões de dólares de ajuda dos Estados Unidos para o seu desenvolvimento económico. Estes são alguns fatores que representavam ligações entre os dois países que podiam facilitar a sua comunicação, em prol de uma solução pacífica e negociada para as colónias portuguesas em África.

Na prossecução deste objetivo, Mondlane manteve boas relações com a Administração Kennedy, durante os primeiros anos da década de 1960, tendo sido recebido por altas personalidades do Departamento de Estado incluindo Subsecretários de Estado, Subsecretário de Estado – Adjunto, Conselheiro Nacional para a Segurança Nacional e teve apoio financeiro da Fundação Ford para as atividades do Instituto Moçambicano, criado pela FRELIMO na Tanzânia. Este apoio viria, mais tarde, a ser interrompido na sequência de protestos que o Governo Português amiúde emitia contra os países que apoiavam a FRELIMO.

Consoante Jesus (2010), a estratégia americana para com a questão das colónias portuguesas em África foi posta em prática em 1962. Nesta altura realizou-se um encontro entre Dean Rusk, Secretário de Estado Norte-Americano⁷⁹ e o Ministro Brasileiro Santiago Dantas na qual se chegou a alvitrar a criação de uma “Comunidade Lusitana”⁸⁰, incluindo Portugal, Brasil e outros territórios portugueses em África.

Entretanto, apesar do enorme esforço diplomático levado a cabo por Mondlane para obter uma solução negociada para a independência de Moçambique estes não foram coroados de êxito. Foi neste contexto que em 1964, “convicto de que tinha esgotado todas as possibilidades de diálogo, optou pela luta armada, mantendo-se sempre fiel ao objetivo fundamental de não deixar que a luta por um Moçambique independente ficasse no âmbito da guerra-fria e fosse herdeira das suas sequelas” (JESUS, 2010, p.131).

Vale realçar que, contrariamente a outros movimentos de libertação que se tinham constituído em governos no exílio e, por essa via, tiveram o reconhecimento de instituições internacionais como a ONU e a OUA, a FRELIMO, através do seu primeiro Presidente Dr. Eduardo Mondlane insistia em ser o governo legítimo das zonas libertadas no território nacional,

⁷⁹ David Dean Rusk foi Secretário de Estado Norte-Americano de 1961 a 1969 sob a presidência de John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson.

⁸⁰ Do Inglês *Lusitanian Community*.

representando, deste modo, o povo de Moçambique. É nessa qualidade que estabeleceu relações de amizade com muitos Estados e organizações internacionais.

A FRELIMO adoptou a estratégia de luta armada prolongada, com carácter revolucionário, procedendo gradualmente à implantação das estruturas económicas e sociais necessárias à sobrevivência das populações do território sob seu controle. Um Comité Executivo tinha sido constituído agindo como governo das zonas libertadas onde se procedeu à construção de escolas, hospitais e instituições de administração do território, o qual ia aumentando à medida que a luta armada decorria.

A FRELIMO era assim, um movimento paraestatal, chamando para si a definição da política externa de Moçambique ao mesmo tempo que o governo Português levava a cabo a sua política colonial. No Segundo Congresso da FRELIMO realizado em julho de 1968 na Província do Niassa, Norte de Moçambique, foram traçadas as linhas orientadoras da política externa de Moçambique que se materializou através de ações diplomáticas levadas a cabo por este movimento de libertação, que foi aceite em algumas organizações internacionais, especialmente as consideradas progressistas.

Assim sendo, durante a luta de libertação nacional a FRELIMO tornou-se membro de várias organizações internacionais incluindo as seguintes: Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas; Organização da Unidade Africana; Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos; Organização de Solidariedade dos povos Afro-Asiáticos e Latino-Americanos; Conselho Mundial da Paz (CMP) (MONDLANE, 1975).

De acordo com Christie (1988), Eduardo Mondlane adoptou uma política que formou parte da armadura diplomática da FRELIMO até aos dias de hoje. Essa política era “fazer mais amigos e poucos inimigos” e significava procurar aliados em qualquer canto, enquanto fosse para reduzir o apoio internacional de Portugal. “Mondlane tinha constatado que as únicas fontes de armamentos e formação militar da FRELIMO eram os países socialistas e africanos. Ele foi capaz de ultrapassar a divisão Sino-Soviética e obter tal apoio tanto de Moscovo como de Pequim (atual Beijing).” (CHRISTIE, 1988, p.69) (Tradução nossa)⁸¹.

Mondlane desenvolveu uma intensa atividade diplomática durante os anos em que foi Presidente da FRELIMO tendo visitado a China em 1963 naquilo que é considerado como a sua

⁸¹*Mondlane had found that the only sources of armaments and military training for Frelimo were socialist and African countries. He was able to bridge the Sino-Soviet divide and obtain such support from both Moscow and Peking. Machel maintained this policy.*

primeira grande visita fora dos Estados Unidos. Como afirma Jesus (2010, p.169), nessa altura “a China ganhava a sua expressão geoestratégica própria no confronto com a União Soviética e nas difíceis relações com os Estados Unidos da América, constituindo-se como um dos três grandes atores estatais em África [...] e fornecia ajuda à África no âmbito geral da sua política externa”.

Esta aproximação à China é vista como resultado do fracasso das tentativas de Mondlane, com grande envolvimento dos Estados Unidos, de conseguir uma solução negociada para as colónias portuguesas em África. Estes esforços foram particularmente intensos durante a Administração Kennedy mas, de um modo geral, falharam. Interesses americanos de manutenção de uma base da OTAN nos Açores instalada após a II Guerra Mundial, estrategicamente importante para o controle da Europa tornavam difícil aos Estados Unidos adoptarem uma posição de dureza para com o seu aliado Europeu, Portugal.

No âmbito da sua estratégia, Mondlane realizou visitas regulares aos Estados Unidos entre 1961 e 1962 onde expunha suas ideias geoestratégicas e manteve contatos com outros nacionalistas africanos como Bourguiba, da Tunísia e Holden Roberto, de Angola. Consoante Jesus (2010), os nacionalistas africanos manifestavam, nos seus encontros, os seus receios de que a URSS viesse a tornar-se na nova potência colonizadora do continente africano, o que tranquilizava aos americanos que partilhavam os mesmos receios. Na sua visita à China em 1963 Mondlane escalou a Alemanha Federal visando equilibrar os contatos naquela zona pois até então só tinha mantido contatos com a Alemanha do Leste.

Na China, Mondlane manteve contatos com importantes personalidade com as quais realizou “conversações amigáveis”. Essas personalidades incluíam o vice-presidente Chinês Dong Bi Wu e a Vice-Presidente da República Song Qing Lin, para além dos dirigentes do Instituto de Relações Exteriores da China. Foi igualmente recebido por Xie Feng, subdiretor do Departamento África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.

A visita de Mondlane à China em 1963 tinha como principal propósito sensibilizar aquele país para a existência e para os objetivos da FRELIMO e, desde logo, garantir auxílio e treino militar para o futuro, caso a opção preferida de solução negociada fracassasse como cada vez se lhe afigurava mais provável. Vale realçar que consoante Jesus (2010, p.256) “Mondlane repetirá, com frequência, ao longo dos anos seguintes, nomeadamente nos Estados Unidos e em Londres que a FRELIMO se coloca fora do âmbito não só da guerra-fria mas também da questão China-

URSS. A FRELIMO recebe ajuda de quem a conceder. O objetivo era tão somente derrubar o colonialismo português”.

Mondlane realizou também visitas ao norte de África, nomeadamente à Argélia, Tunísia e Egito. Estes países lhe deram diferentes tipos de apoio para a implementação da sua estratégia de luta, com os Estados Unidos no “vértice” deste triângulo. A Tunísia de Bourguiba fornecia apoio político-diplomático e financeiro, a Argélia concedia apoio na formação militar e o Egito que não convinha hostilizar devido ao seu papel pró-soviético. O outro polo de apoios eram os países nórdicos (JESUS, 2010).

Na Argélia a FRELIMO tinha aberto, desde 1963, uma representação dirigida por João Munguambe e deu formação militar aos primeiros guerrilheiros da FRELIMO. Naquele país se tinha instalado um Centro de Estudos Moçambicanos de Argel que Mondlane mandou encerrar. Em 1967 manteve conversações com o então Coronel Boumedienne, primeira figura militar da FLN, responsável pela formação dos guerrilheiros da FRELIMO. Mondlane realizou diversas visitas a Argel no âmbito da cooperação que este país dava à FRELIMO.

A Tunísia é outro país do norte de África visitado por Mondlane. Para além da ajuda em armas que a FRELIMO eventualmente tenha recebido da Tunísia, este país oferecia ajuda diplomática financiando passagens aéreas e concedendo passaportes a líderes dos movimentos de libertação africanos incluindo Eduardo Mondlane. “Mondlane apostava nos países africanos de que mais esperava ajuda pois, da Europa só podia esperar, politicamente, pouco mais do que abstenções na ONU ou diminuição da ajuda da OTAN a Portugal”(JESUS, 2010, p.260).

Os países que davam apoio à FRELIMO sob a Presidência de Mondlane incluem a Tanzânia, a Argélia, a Tunísia, a Guiné e o Egito. A Índia, a China, o Iraque, e a Síria são também apontados como tendo apoiado a FRELIMO nessa altura e, no Leste, particular destaque é dado à Checoslováquia. Mondlane refere-se igualmente aos EUA, o Canadá e os países escandinavos, mas nestes casos sublinha mais a ajuda de Comités Não-Governamentais.

Com efeito, segundo Jesus (2010), no âmbito da sua campanha diplomática, Mondlane visitou os países nórdicos (Suécia, Noruega, Dinamarca Holanda e Finlândia) sendo a Suécia o país que constituiu maior fonte de apoio da FRELIMO, particularmente depois da interrupção do apoio da Fundação *Ford* ao Instituto Moçambicano na sequência de protestos apresentados à administração americana pelo Governo Português. Relações pessoais amigáveis que Mondlane mantinha com Olof Palme, então Ministro sem Pasta e que veio a ser o Primeiro-Ministro da

Suécia, bem como o posicionamento do governo e do parlamento suecos contribuíram para o sucesso da campanha diplomática de Mondlane nos países nórdicos, em geral.

Vale recordar que a Suécia é o país onde sua esposa Janet Mondlane tem raízes familiares, o que terá contribuído para a adoção de uma atitude bastante proativa daquele país em relação ao projeto de Mondlane em Moçambique. Com efeito, o Instituto Escandinavo de Estudos Africanos cujo Presidente era o Reitor da Universidade de Uppsala, o Prof. Torgny Segerstedt, concedia bolsas de estudo para Moçambique desde 1964 (JESUS, 2010).

Nos países nórdicos, destino frequente de Mondlane ele proferiu palestras em universidades e outras instituições de ensino suecas, não obstante os protestos de Portugal junto do governo daquele país e, em geral, junto de todos os países visitados por Mondlane. Neste contexto, participou, em Abril de 1966, como observador, na Décima Reunião da Internacional Socialista realizada na Suécia e nas diversas reuniões e manifestações que a rodearam, tendo concedido entrevistas inéditas.

Nesta ocasião, Mondlane teve a oportunidade de interagir com importantes personalidades políticas da época, entre os quais o Primeiro-ministro Sueco, Tage Erlander, Harold Wilson, da Grã-Bretanha, Willy Brandt da República Federal da Alemanha, Henri Spaak da Bélgica, Gui Molet da França, Bruno Kreisky da Áustria, Golda Meier e outros (JESUS, 2010, p.271). Na sessão de encerramento do Congresso da Internacional Socialista, de Uppsala, Mondlane é citado por Jesus (2010, p.272) como tendo afirmado:

Certos governos que se encontram nas mãos dos socialistas e membros da Internacional Socialista continuam, no quadro da OTAN, a fornecer armamento a Portugal utilizado na repressão contra os negros das colónias. Como podem vocês chamar-nos “camaradas” e convidar-nos a nos juntarmos a vós, contra a opressão e a exploração, quando muitos de vós equipam o nosso inimigo através do armamento que ele necessita para nos destruir?

Tratava-se, pois, de uma crítica inserida na visão realística que Mondlane tinha da política internacional, e uma denúncia a vários governos que através da OTAN apoiavam o governo colonial português. Isto porque, como Jesus (2010) constatou, citando Mondlane, sem o apoio da OTAN Moçambique seria, naquela altura, um país independente.

Ainda em 1966 Mondlane visitou a Alemanha Federal, a convite da Fundação Friedrich Ebert, que apoiava os movimentos emancipalistas através da formação de sindicalistas. Na ocasião afirmou que a FRELIMO contava com 5000 homens em armas e estava recebendo

armamento dos países do Leste mas também da Holanda e da própria República Federal Alemanha (RFA), que transitava por terceiros, via Kuwait. Dos Estados Unidos recebia medicamentos, roupa e alimentação para os refugiados, especialmente por parte de meios ligados à Igreja Católica (JESUS, 2010, 273).

De um modo geral, o objetivo destas visitas era angariar o necessário apoio à luta contra a ocupação colonial em Moçambique e a repressão que o governo colonial português exercia sobre as populações africanas naquele território. Vale no entanto, referir que a postura de Mondlane não denotava qualquer inclinação ideológica em relação aos blocos em confronto na guerra-fria mas apenas pretendia conseguir todo o apoio necessário, viesse de onde viesse, para a luta de libertação de Moçambique.

Mondlane visitou, por diversas vezes a Grã-Bretanha tendo participado em conferências em Londres no *African Center* e no *Royal Institute of International Affairs* ou *Chatham House*, na Câmara dos Comuns, nas universidades de *Sussex*, *Swansea* e outras, no *Church Hall*, na *London School of Economics*, entre outras instituições, não obstante os protestos, sem sucesso, dos diplomatas portugueses junto dos seus aliados britânicos, repudiando estas visitas.

De referir que o *Chatham House* é uma instituição dotada de grande prestígio internacional e era, na altura, presidida por Colin Legum, conceituado especialista em assuntos africanos. Com efeito, Mondlane apresentou, no *Chatham House*, uma intervenção que, como o relatório apresentado no Departamento do Estado em 1961, foi considerado a mais importante intervenção da sua análise da situação e estratégia, referente ao enquadramento geopolítico que se deparava à FRELIMO em 1968 (JESUS, 2010).

No entanto, com o recrudescimento da luta armada em Moçambique e à medida que as ajudas militares escasseavam, Mondlane adotou uma estratégia que constituiu uma viragem para o bloco do Leste a fim de obter deles a necessária ajuda militar. Essa estratégia, denominada por Jesus (2010, p.283) como sendo de dupla vertente consistia em: procurar o *soft power* do Ocidente, na formação e educação das elites futuras, assim como na ajuda humanitária; e obter o *hard power*, que o Ocidente lhe nega, nos países comunistas, diversificando, mesmo aí entre o bloco soviético e a República Popular da China. O autor acrescenta que a URSS e os países do bloco do Leste estavam sempre prontos a fornecer essa ajuda no quadro da guerra-fria.

Em 1964 Mondlane realizou uma visita à União Soviética, acompanhado de Marcelino dos Santos, Secretário para as Relações Exteriores, no âmbito da Segunda Conferência de

Solidariedade para com os povos Africanos. Mais tarde, em 1967 encabeçou uma delegação da FRELIMO efetuou uma visita a Moscovo, acompanhado do seu vice-presidente, Uria Simango, para negociar matérias de fornecimento de armamentos.

Consoante Jesus (2010), sob a Presidência de Mondlane, o programa da FRELIMO estava assente nos seguintes pilares: Criar uma ampla base de apoio; aumentar a resistência armada contra os colonialistas portugueses; e, na frente diplomática, desmascarar o salazarismo e fortificar os laços com os povos progressistas do mundo, com os países irmãos africanos e também com os socialistas.

No âmbito da sua campanha diplomática pelo mundo, Mondlane visitou também a Jugoslávia em 1965 onde se reuniu com a Junta Federal da Aliança Socialista. Em 1968, numa intensa campanha diplomática visitou a Roménia, a Bulgária, o Congo Brazaville, a Argélia, e a Tunísia. No regresso a Dar es Salaam passou por Londres e Genebra, naquilo que constituiu a última etapa da sua atividade política pois é assassinado em 3 de Fevereiro de 1969 (JESUS, 2010).

De referir que parte da atividade diplomática de Mondlane teve a sua continuação com sua esposa Janet Mondlane, que conseguiu assegurar a continuidade das atividades do Instituto Moçambicano que era, na altura, financiado pelos governos sueco e indiano, pelo Conselho Mundial das Igrejas, por organizações eclesásticas inglesas, pela *Rowntree Social Services Fund*, pela Oxfam, pela *War on Want* e *Canon Collins* (JESUS, 2010, p.385). Consoante este autor, Janet continuou a defender seriamente os ideais de Mondlane tendo se tornado numa pessoa bastante odiada pela polícia secreta portuguesa, a DGS que procurou, de diversas formas denegrir a sua imagem. Não obstante ela continuou empenhada na busca do ideal pelo qual o marido sacrificara a vida tendo assistido à derrocada do regime colonial português estando a participar ativamente na construção do Estado Moçambicano independente.

Depreende-se, do acima descrito, que Mondlane desenvolveu uma política externa muito abrangente, tanto no ocidente como no leste, com o objetivo essencial de alcançar a independência de Moçambique. Na primeira fase e com o apoio dos Estados Unidos procurou alcançar uma solução negociada para a questão da independência de Moçambique e não só, aproveitando as relações de cooperação que os EUA mantinham com Portugal.

Entretanto, goradas as tentativas de solução negociada para o conflito que se agudizava, Mondlane continuou com o seu esforço diplomático no ocidente e nos países nórdicos de onde

teve grande apoio moral e material, bem como de países progressistas de África e Ásia, do Movimento dos Não-Alinhados e de diversas organizações da sociedade civil dos países ocidentais.

Diante da recusa do governo português que recebia o apoio tácito dos seus parceiros da OTAN, Mondlane adoptou uma estratégia de dupla vertente procurando o apoio possível do ocidente mas também e sobretudo da China, União Soviética e dos países do bloco do Leste, em geral. Procurou também o apoio de vários países africanos e asiáticos considerados progressistas muitos deles ligados ao movimento dos não-alinhados.

Através destas ações diplomáticas, Mondlane procurava obter o apoio que necessitava para a libertação de Moçambique do domínio colonial português. Não sendo comunista, aceitou o apoio tanto do ocidente como da China, União Soviética e países do bloco do Leste. Em suma, Mondlane procurava obter apoio de todos quanto se dignassem fornecê-lo, desde que fosse para combater ou isolar o regime colonial Português. Mondlane é considerado o arquiteto da unidade nacional tendo desempenhado um papel crucial na inserção internacional de Moçambique e na construção de uma nação moçambicana reconhecida e respeitada no concerto das nações.

4.1.2 Diplomacia da FRELIMO sob a Presidência de Samora Machel

A diplomacia da FRELIMO teve a sua continuação com Samora Machel que sucedeu a Eduardo Mondlane após seu assassinato em 1969. Nesta altura, a FRELIMO continuou a ter apoio da União Soviética, China, países nórdicos e vários países socialistas. Pouco tempo depois teve mesmo apoio do Vaticano. Com efeito, uma delegação dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas representadas por Marcelino dos Santos, Vice-Presidente da FRELIMO, Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC e Agostinho Neto Presidente do MPLA respectivamente, manteve uma audiência com o Papa Paulo VI em 1 de Julho de 1970.

Em retaliação “o Governo Português retirou o seu embaixador e, embora ele retornasse mais tarde, as relações entre Lisboa e a Santa Sé nunca mais voltaram a ser as mesmas.” (CHRISTIE, 1988, p.68) (tradução nossa)⁸². Para este autor, a audiência foi também um encorajamento para os missionários católicos perturbados pela brutalidade do regime colonial,

⁸² *The Portuguese government withdrew its ambassador at the Vatican and, although he later returned, relations between Lisbon and the Holy See were never quite the same again.*

que se dissociaram do Estado colonial e começaram a denunciar as barbaridades do regime colonial português para com o povo Moçambicano.

A diplomacia da FRELIMO colocava um esforço consistente para acabar com o apoio dos governos ocidentais para o colonialismo português. Neste contexto conseguiu obter o apoio dos países escandinavos em material não militar e algumas medidas económicas contra o colonialismo português. A Holanda tornou-se, mais tarde, o primeiro governo ocidental a dar assistência à FRELIMO sem condicionalidades, embora o governo Holandês dissesse que a ajuda seria direcionada para fins menos controversos.

No entanto, diante do continuado apoio militar e assistência económica que as potências da OTAN davam ao governo português, especialmente os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Ocidental, a FRELIMO tentava encorajar o estabelecimento de associações de solidariedade com Moçambique. Encorajava, também, a grupos de pressão e campanhas para mudanças através das Nações Unidas e outras organizações internacionais.

Pode se afirmar que Samora Machel deu continuidade à política externa iniciada pelo seu predecessor, Eduardo Mondlane, tendo constatado, igualmente que as únicas fontes de armamentos e formação militar da FRELIMO seriam principalmente os países socialistas e os países africanos. Conseguiu, igualmente manter o apoio tanto da União Soviética como da China, as duas potências socialistas que na altura se encontravam em cisão.

Na prossecução deste objetivo, o novo presidente da FRELIMO visitou também alguns países europeus nomeadamente a Bulgária, a Roménia, a União Soviética, a Alemanha Oriental e a Itália. No âmbito da sua estratégia diplomática, a FRELIMO trazia jornalistas dos países amigos, especialmente a União Soviética e seus aliados para provar que a FRELIMO estava realmente a rechazar a ofensiva do exército português, principalmente após a morte de Mondlane e as clivagens internas que se verificaram naquele movimento em 1969.

Samora Machel visitou também a China em 1971, numa altura em que as divergências entre este país e a União Soviética se agudizavam. Consoante Christie (1988), a China descrevia, na altura, a União Soviética como um perigo maior que o imperialismo. No âmbito desta confrontação político-ideológica, as relações da China e União Soviética com os movimentos de libertação tendiam a ser diametralmente opostas.

Como Christie (1988) afirma, a União Soviética tendia a apoiar os movimentos de libertação ou organizações que considerava autênticos em cada um dos países africanos

abrangidos, excluindo a todos os outros que não cabiam nesta categoria. Nesta conformidade, os movimentos de libertação considerados autênticos eram: O CNA da África do Sul, a SWAPO, da Namíbia, a FRELIMO em Moçambique, o MPLA em Angola, o PAIGC na Guiné-Bissau, a ZAPU no Zimbábue, e o Movimento Nacional de Libertação das Comores (MOLINACO).

Neste período de crise nas relações entre a China e a União Soviética nos anos 1960, a China era menos previsível. Apesar de ter dado apoio aos movimentos considerados autênticos, a China apoiava publicamente outros grupos, somente para contrariar a União Soviética. Porém, como Christie (1988) constatou, este não era o critério mais acurado para avaliar tanto a legitimidade como a efetividade de um movimento de libertação. Com efeito, para obterem aprovação ou apoio chinês, agentes da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, da inteligência portuguesa e do regime sul-africano do *apartheid* miraculosamente se transformaram em Maoístas.

Vale realçar que apesar dos líderes chineses terem mantido seu apoio aos autênticos “sete”, eles igualmente apoiaram outros movimentos “não autênticos” como foi o caso da ZANU, do Zimbábue. Foram os chineses que forneceram as armas e treinamento aos guerrilheiros daquele movimento, que foi vital para o derrube do regime rodesiano e o alcance da independência do Zimbábue.

Assim sendo, a FRELIMO, apesar de ser considerado um movimento “autêntico” tinha que gerir as suas relações com a China para alcançar seus objetivos, dada a imprevisibilidade do comportamento dos chineses naquela altura. Na óptica de Christie (1988) a atitude da liderança chinesa para com Moçambique era, no mínimo, controversa pois havia informações dando conta de que diplomatas chineses em Lusaka tinham desembolsado oito mil dólares americanos em apoio ao COREMO, um grupo de exilados moçambicanos com ligações à UNITA em Angola e, obviamente inimigo da FRELIMO. A China forneceu também armas e treinamento àquele movimento e ao PAC da África do Sul, também considerado um movimento “ não autêntico”.

Depreende-se, do acima descrito, que as relações da FRELIMO com a China eram de grande desconfiança mútua, com os chineses a mostrarem simpatia para com o COREMO e, com alguns dissidentes da FRELIMO a pretenderem jogar a “cartada Chinesa”. Este era o caso do Reverendo Urias Simango, antigo vice-presidente da FRELIMO que em 1971 se tinha tornado secretário-geral do COREMO.

Tratava-se, pois, de uma situação deveras embaraçosa para a FRELIMO dado que por essa altura, a China gozava de grande popularidade na Tanzânia e Zâmbia, principalmente porque estava financiando e ajudando a construir a estratégica linha férrea a partir do cinturão de Cobre Zambiano para o porto de Dar es Salaam. A FRELIMO tinha, também, a Tanzânia e a Zâmbia como seus principais aliados e constituíam a retaguarda segura deste movimento de libertação.

Não obstante, como Christie (1988) constata, a FRELIMO conseguiu manter em bons termos as relações com a China da qual obteve uma grande parte do seu equipamento militar e assessoria na sua luta. Tal como aconteceu com os soviéticos, jornalistas chineses também visitaram as zonas libertadas de Moçambique tendo elogiado o trabalho da FRELIMO que consideraram de uma situação revolucionária excelente.

Na sua visita à China, Machel estabeleceu contatos com o Primeiro Ministro Chou En-Lai e outros líderes chineses. O dirigente Chinês manifestou muito interesse durante o encontro com a delegação da FRELIMO “[...] uma indicação de que ele estava interessado em ouvir uma versão particular da FRELIMO sobre a luta em Moçambique.” (CHRISTIE, 1988, p.74) (tradução nossa)⁸³.

A ofensiva diplomática da FRELIMO incluiu também a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte (na altura). Em Pyongyang, a FRELIMO estabeleceu laços duradouros de solidariedade com a liderança Norte-Coreana em 1971, tendo recebido assistência militar desde essa altura, que continuou no período posterior à independência.

Assim, por volta de princípios de 1972, Machel tinha consolidado as relações da FRELIMO com ambos os lados do mundo socialista, não obstante a disputa sino-soviética. Armas, munições e outras formas de apoio fluíram da China e dos países do Pacto de Varsóvia e a FRELIMO manteve-se distante da rivalidade das superpotências socialistas.

Como afirma Christie (1988), embora tenha sido Mondlane a estabelecer os fundamentos da política externa da FRELIMO, considera-se que Machel teve uma abordagem muito independente sobre os assuntos ideológicos e práticos da política marxista. Isto permitiu que a FRELIMO continuasse com a neutralidade num mundo socialista crescentemente polarizado.

No entanto, enquanto decorriam essas ações diplomáticas junto aos países socialistas, os Estados Unidos, sob a administração de Richard Nixon, estavam aumentando seu apoio

⁸³[...] *an indication that the Chinese Premier was interested in hearing a complete Frelimo account of the struggle in Mozambique.*

financeiro para o colonialismo português. Com efeito, o Departamento de Estado Norte-Americano anunciou a assinatura de um acordo para 435 milhões de dólares americanos em crédito do *export-import bank* para Portugal. Como membro da OTAN, Portugal também beneficiou de apoio militar ocidental, que teoricamente não era suposto usar em África mas na prática o fez de uma forma bem sistemática (CHRISTIE, 1988).

Entretanto, tentativas pelos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África de persuadir as potências ocidentais a apoiarem a luta pela liberdade tinham resultado em fracasso. Em Janeiro de 1971 os Estados Unidos e a Grã-Bretanha retiraram-se do Comité de Descolonização das Nações Unidas alegadamente porque o comité não estava cumprindo com o seu mandato e que estava sendo irresponsável por advogar a violência. Isto se referia ao reconhecimento de movimentos de libertação como a FRELIMO em Moçambique (MONDLANE, 1975).

Como Christie (1988) afirma, na primeira metade dos anos 1970, a FRELIMO procurava arduamente mobilizar o apoio ocidental e virar a opinião pública a seu favor e contra o colonialismo português. Neste contexto, a *Mozambique Revolution*, revista em língua inglesa da FRELIMO, expandiu a sua circulação no ocidente e a cooperação com grupos de solidariedade ocidentais foi aumentada assim como a pressão sobre os governos nas Nações Unidas e outros fora internacionais.

Por outro lado, uma campanha diplomática estava em curso no ocidente tendo atraído para as zonas libertadas um número considerável de jornalistas ou grupos de ativistas de solidariedade. De acordo com Christie (1988), apesar desta campanha não ter tido grande impacto nas grandes potências da OTAN, ela teve alguns resultados muito positivos pois, uma companhia Sueca foi forçada a sair do esquema de Cahora Bassa; a Holanda forneceu ajuda “sem condicionalidade” enquanto os países escandinavos continuavam a dar o seu apoio à FRELIMO. Além disso, a FRELIMO teve grupos permanentes de apoiantes leais em muitas cidades ocidentais.

Como Mondlane (1975) esclarece, o apoio que as potências da OTAN davam ao regime português, especialmente os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Ocidental, através da colaboração militar e assistência económica fez com que a FRELIMO se distanciasse dos países ocidentais na sua política externa durante a luta de libertação nacional. As Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana e outras organizações internacionais constituíam o

centro privilegiado para a atividade diplomática da FRELIMO, situação esta que prevaleceu mesmo durante os primeiros anos da independência de Moçambique.

De referir ainda que durante a luta armada, a FRELIMO, através do seu Presidente Samora Machel procurou obter apoio dentro da OUA usando os canais e mecanismos próprios desta organização para consolidar ligações com governos individuais, especialmente a Tanzânia e a Zâmbia. Esta situação veio a melhorar significativamente em 1972, na cúpula anual da OUA realizada em Rabat, Marrocos, quando a FRELIMO e outros movimentos de libertação passaram a ser admitidos dentro da sala de conferências.

Isto revelava uma mudança radical da atitude dos líderes africanos que por volta dos anos 1960 partilhavam uma visão comum de que os movimentos de libertação eram grupos de exilados incapazes, mergulhados em querelas internas. Tornou-se evidente que esta visão estava desaparecendo rapidamente com o surgimento de líderes como Samora Machel, de Moçambique, Agostinho Neto, de Angola e Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que tinham ganho um prestígio e respeito, assim como os movimentos que eles dirigiam (CHRISTIE, 1988).

Vale referir que nas relações entre os Movimentos de libertação e a OUA, o Comité de Libertação desta organização continental desempenhou um papel considerado relevante na canalização da ajuda àqueles movimentos. Com efeito, uma delegação deste Comité chefiada pelo seu secretário executivo, Hashim Mbita visitou, em 1972, as zonas libertadas de Cabo Delgado, Norte de Moçambique.

De acordo com Christie (1988), com esta visita, o Comité de Libertação da OUA assegurou-se que o dinheiro e as armas que estavam sendo canalizados para a FRELIMO não estavam sendo usados para uma causa perdida. Para este autor, Machel apercebeu-se de que Estados Africanos congregados na OUA podiam fazer muito mais para ajudar, e quando foi à reunião do Comité em Accra em Janeiro de 1973 fez um vibrante apelo à consciência africana:

Nós precisamos do vosso apoio material. O inimigo gasta cerca de dois milhões de dólares por dia para financiar a sua guerra contra nós. Seus aliados da OTAN, nomeadamente os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental estão desesperados no seu apoio financeiro, económico e militar para o colonialismo português. Nós temos de confrontar exércitos modernos, bem equipados, combativos, com séculos de experiência em guerras de agressão [...] (CHRISTIE, 1988, p.77) (tradução nossa)⁸⁴

⁸⁴ *We need your material support. The enemy spends about two million dollars per day to wage their war against us. Their NATO allies, namely the US, Great Britain, France and West Germany, are unsparing in their financial, economic and military support for Portuguese colonialism. We have to confront modern armies, well-equipped, combative, with a centuries-old experience of wars of aggression [...].*

O presidente da FRELIMO pretendia, assim, mobilizar apoio moral, político, diplomático e material para a causa da luta e defendia a necessidade do envolvimento dos países africanos independentes pois, em sua opinião, a luta do povo moçambicano através da FRELIMO devia ter apoio de África. Não se devia apelar à solidariedade estrangeira enquanto os próprios africanos não praticavam a solidariedade entre seus povos.

Podemos afirmar que a política externa de Moçambique independente teve fortes alicerces na política externa da FRELIMO enquanto movimento de libertação. Com Eduardo Mondlane, a política externa da FRELIMO buscou insistentemente obter a independência de Moçambique e dos outros territórios coloniais portugueses em África, especialmente Angola, através de uma ativa diplomacia junto às potências ocidentais bem como os países do bloco do Leste, numa abordagem que procurava sempre afastar a luta de libertação, da influência ideológica Leste-Oeste.

O objetivo principal desta abordagem era, numa primeira fase e com apoio dos Estados Unidos, dos países nórdicos e de vastos segmentos da sociedade civil dos países ocidentais, obter a independência dos territórios africanos colonizados, por via da negociação. Procurou ainda obter o apoio dos países socialistas incluindo a União Soviética, a China, a Bulgária, a Roménia, a Checoslováquia, a Jugoslávia e outros países do bloco do Leste.

Entretanto, fracassados os esforços para a obtenção da independência por via negocial, o apoio de países progressistas africanos incluindo a Tanzânia, a Zâmbia, a Argélia, a Tunísia e o Egito, bem como outros países não alinhados incluindo a Índia, o Iraque, a Síria e outros, afigurou-se pertinente para a implementação da estratégia de Eduardo Mondlane que viu o recurso à luta armada como uma opção incontornável. Esta política teve a sua continuação com Samora Machel que sucedeu a Eduardo Mondlane após o seu assassinato em Fevereiro de 1969, embora se note uma demarcação mais acentuada em direção ao bloco do Leste e a uma maior radicalização da luta armada em Moçambique.

4.2 A POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE (1975-1986)

A ascensão de Moçambique à independência, em 25 de Junho de 1975 e a sua constituição em República Popular de Moçambique, um Estado que denotava fortemente a sua inclinação ao bloco socialista, colocou o país como um peão do conflito ideológico Leste-Oeste. A constituição de um governo dirigido pela FRELIMO como partido único na direção dos destinos do país e a adoção da economia centralmente planificada do tipo socialista foram fatores que determinaram fortemente as decisões de Moçambique em matéria de política externa.

Sob a direção da FRELIMO, antigo movimento de libertação cujo presidente, Samora Machel passou a dirigir o novo Estado desde 1975 até à sua morte em 1986, não era de se esperar que outra orientação fosse atribuída à política externa de Moçambique independente que não fosse a continuação das alianças forjadas na luta de libertação nacional. A política externa adotada durante a presidência de Mondlane, de “fazer mais amigos e poucos inimigos” para isolar o regime colonial português conheceu, assim, um grande revês com a inclinação deliberada aos países do bloco do Leste feita durante a presidência de Machel.

A existência de dois regimes minoritários na vizinhança de Moçambique que viram a independência de Moçambique e Angola como uma ameaça à sua sobrevivência criaram dificuldades acrescidas aos Estados recém-independentes. Na adoção da sua estratégia defensiva, os regimes minoritários iniciaram um processo de desestabilização política e económica dos novos Estados. Essa estratégia incluiu o apoio ou a criação de grupos rebeldes que se insurgiram contra os governos instituídos, nomeadamente, a UNITA em Angola e o MNR, mais tarde denominado RENAMO, em Moçambique.

Neste último país, o processo de desestabilização, na sua fase inicial, incluía ações diretas das forças rodesianas e da RENAMO. Assim, o novo Estado ficou profundamente afetado pelo contexto internacional da guerra-fria e de instabilidade regional que o mergulhou num conflito prolongado com características de guerra de desestabilização que evoluiu para uma prolongada guerra civil.

Lhalbahadur e Otto (2013) afirmam que a eclosão da guerra civil em Moçambique em 1977 foi consequência de um súbito vácuo criado pela partida do regime colonial português, que veio como uma surpresa para todos os atores da região. Assim, a África do Sul e a Rodésia

ficaram privados de um aliado regional na sua luta contra os movimentos de libertação domésticos.

Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam que no Terceiro Congresso da Frelimo em 1977 onde a política externa de Moçambique foi formulada, foi salientada a importância do não-alinhamento, com uma inclinação nítida e clara para uma posição anti-imperialista que colocasse Moçambique entre os países radicais do movimento dos não-alinhados. Consoante estes autores, foi também salientada a necessidade de uma diminuição da dependência dos países da região em relação à África do Sul. Afirmam ainda que o apoio à luta por regimes de maioria nos países vizinhos era um princípio importante (ABRAHAMSON; NILSON, 1994).

A adoção, pela FRELIMO, da estratégia de um governo de partido único de vanguarda em Moçambique, a marginalização das autoridades tradicionais, a hostilização da igreja, entre outras ações, concorreram para a criação de um ambiente propício à mobilização política e instrumentalização de segmentos consideráveis da sociedade moçambicana para uma oposição ao governo. Por outro lado, isto forneceu aos governos minoritários da África do Sul e da Rodésia um veículo com o qual desestabilizar Moçambique através do seu apoio ao movimento de resistência contra o governo instituído.

Neste contexto, a eclosão do conflito armado logo nos primeiros anos da independência, forçou o governo a procurar apoios para frustrar as ações dos rebeldes do MNR que, apoiados pelos governos minoritários da Rodésia e da África do Sul, tinham iniciado uma guerra de desestabilização de Moçambique. Assim, o governo dirigido pela Frelimo procurou garantir o apoio dos seus antigos aliados, a China, a União Soviética e outros países do bloco do Leste, visando consolidar o seu poder militar a nível doméstico. Foi este apoio que mais tarde se materializou em acordos de defesa que permitiu ao Governo de Moçambique enfrentar a RENAMO e a desestabilização sul-africana.

No Terceiro Congresso da FRELIMO em 1977 se reafirmou a necessidade de se estabelecerem relações mais fortes com os países socialistas, considerados “aliados naturais”, bem como a ligação de Moçambique à Organização da Unidade Africana (OUA) e ao Movimento dos Não-Alinhados (MNA). Expressou-se, ainda, a vontade de estabelecer relações mutuamente benéficas com todos os Estados independentemente do seu sistema económico e social.

Como membro da OUA e do MNA, Moçambique juntou-se aos Estados considerados progressistas no ataque ao imperialismo ocidental e na defesa da posição de que o não-alinhamento não deve ser igualado à neutralidade. Reforçou, também, suas ligações com o bloco socialista enquanto tentava expandir as ligações económicas e promover as relações diplomáticas com o Ocidente, diversificando, assim, as opções políticas (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Assim, Moçambique usou a OUA e o MNA como arenas internacionais nos quais gerava o apoio para as lutas de libertação na África Austral e para articular posições anti-imperialistas mais amplas. Evocando a tradição anticolonial de Nehru, Tito, Nkrumah e Nasser, Moçambique se juntou consistentemente aos membros progressistas de ambas as organizações para condenar o imperialismo ocidental e o neocolonialismo.

De acordo com Isaacman e Isaacman (1983), Moçambique adoptou uma posição radical de não-alinhamento na sua política externa e criticou vigorosamente a intervenção ocidental, apoiando movimentos de guerrilha em luta contra os regimes coloniais e neocoloniais, e votando com os governos que definia como sendo progressistas. Neste contexto, atacou as relações Estados Unidos-Pretória, a intervenção francesa no Zaire e no Chade, e o apoio britânico ao regime da Rodésia.

Desde a sua independência em 1975, Moçambique desempenhou um autoproclamado compromisso internacionalista tendo apoiado a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), os guerrilheiros em El Salvador, e os sandinistas de Nicarágua, com os quais manteve e desenvolveu relações extremamente próximas subsequentemente desenvolvidas. Moçambique desempenhou também um papel de grande relevo a nível internacional, na defesa da luta da Frente de Libertação de Timor Leste Independente (FRETILIN) contra a ocupação Indonésia de Timor Leste, desde finais dos anos 1960.

Moçambique apoiou também a causa da Frente Polisário e, juntamente com a Argélia e a Líbia, advogavam a independência imediata do Sahara Ocidental. Para Isaacman e Isaacman (1983), a posição internacional mais controversa dos dirigentes moçambicanos foi o seu apoio mudo à intervenção soviética no Afeganistão. Consoante estes autores, funcionários do Ministérios dos Negócios Estrangeiros tomaram a posição de que o Afeganistão, uma nação soberana, tinha o direito de procurar apoio a partir de qualquer fonte que ele escolhesse e sugeriram uma analogia com a decisão do governo Angolano de convidar tropas cubanas para ajudar e proteger contra a invasão sul-africana.

No entanto, analistas consideram que a situação prevalecente na África Austral, onde o regime do *apartheid* realizava ataques sistemáticos a Moçambique e outros países da região e a dependência de Moçambique para com a União Soviética no seu sistema de defesa aérea foi um fator determinante. Com efeito, segundo Isaacman e Isaacman (1983) o apoio proveniente dos países socialistas representava a única possibilidade de contrabalançar ao poder sul-africano.

Moçambique apoiou ainda o Governo de Heng Samrin, em Kampuchea, bem como o Vietnã, o que é considerado como uma demonstração da grande dependência que o governo de Moçambique tinha da União Soviética. Neste assunto, a posição de Moçambique foi diferente da China, seu aliado de longa data, que apoiou o deposto regime de Pol Pot.

Moçambique estabeleceu ainda relações de cooperação com o Iraque, a Líbia, a Argélia e a Índia, considerados como alguns dos países mais militantes dos não-alinhados. Neste contexto, o Iraque tornou-se no principal fornecedor de petróleo a Moçambique, tendo firmado, em 1978, um acordo para fornecer petróleo a um preço abaixo do preço mundial. Com a Índia, foi também assinado um acordo em 1982 envolvendo 14 milhões de Dólares Americanos em crédito, assistência técnica para a modernização das estradas moçambicanas, e um projeto conjunto de Alumínio no qual Moçambique iria fundir bauxite fornecido pela Índia usando a energia de Cahora Bassa (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

No entanto, como Abrahamson e Nilsson (1994) afirmam, a importância do não-alinhamento não deve ser compreendida a partir da necessidade de um equilíbrio mais tradicional entre o leste e o oeste, que caracterizava muitos países do terceiro mundo. Para Moçambique, o equilíbrio entre a União Soviética e a China era mais importante dado que uma parte da liderança da FRELIMO encontrava-se, do ponto de vista ideológico, perto da China. Consoante estes autores, tanto os escritos de Mao Zedong como as teorias do General Giap sobre a guerra do Vietnã tinham impressionado o Presidente Samora Machel.

Abrahamson e Nilsson (1994) consideram que a União Soviética era um aliado político importante para Moçambique e representava esperanças de uma cooperação considerável na área militar e técnica. No entanto, como estes autores constataram, a capacidade diplomática de Moçambique foi alvo de adversidades durante o conflito rodesiano em que a rivalidade sino-soviética em relação à influência em África era muito notória. Neste contexto, a Frelimo, apesar das pressões do Leste, tornou-se aliada da ZANU e Mugabe, que eram apoiados pela China,

enquanto que a União Soviética ofereceu o seu apoio a Nkomo e à ZAPU (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, p.40).

Constata-se, assim, que as alianças iniciadas nos tempos da luta de libertação tiveram sua continuação no período pós-independência. Neste contexto, foram os países socialistas que asseguraram o fornecimento do material para a defesa do país contra as investidas dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul bem como para conter as ações dos rebeldes do MNR que levavam a cabo uma guerra altamente destrutiva em Moçambique.

Os países não-alinhados e países progressistas africanos desempenharam igualmente um papel crucial no apoio ao Governo de Moçambique, no desempenho do seu papel histórico tanto na região como no mundo. Foi essencialmente esta a política externa de Moçambique durante a governação de Samora Machel (1975-1986) que constituiu uma política de continuidade da diplomacia da FRELIMO iniciada durante a luta de libertação nacional.

A aliança de Moçambique aos países do bloco do Leste e à China colocaram o país como um peão no confronto ideológico Leste-Oeste, situação que mereceu o aproveitamento político pelos regimes minoritários da região que usaram este fator para angariarem apoio do ocidente no processo de desestabilização consequente e sistemática que Angola e Moçambique sofreram desde os primórdios do surgimento destes Estados da África Austral.

Na análise da historiografia da FRELIMO enquanto movimento de libertação nacional constata-se que o apoio dos países ocidentais congregados na OTAN ao governo colonial português concorreu para o afastamento daquele movimento para o Leste, em busca do apoio moral e material que o ocidente lhe recusava. Como foi analisado nesta tese, esforços empreendidos durante a liderança de Mondlane, com o notável envolvimento dos Estados Unidos não conseguiram convencer o governo português a aceitar a negociação pacífica da questão colonial em Moçambique. Interesses estratégicos americanos em Portugal impediram os Estados Unidos de adoptarem uma posição de força em relação ao governo português tanto a nível bilateral como a nível multilateral.

Estes fatores concorreram para a aproximação da FRELIMO à União Soviética e aos países do bloco do Leste e à China sem se envolver nas contradições existentes entre as duas potências socialistas, na altura. Contribuíram igualmente para a radicalização das posições da FRELIMO que se aprofundou durante o liderança de Machel (1969-1974) e que formataram a política externa de Moçambique independente no período de 1975 a 1986.

No entanto, a aproximação aos países socialistas foi considerada como causa do afastamento dos países ocidentais para com a FRELIMO e do conseqüente apoio que aqueles países deram tanto ao regime colonial português como aos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, na região da África Austral. Com efeito, aqueles regimes foram tolerados, no seu processo de desestabilização política, económica e militar de Moçambique pelos países ocidentais e pelas instituições multilaterais por eles controladas, devido à opção política socialista adoptada por Moçambique que hostilizava a propriedade privada e ao seu sistema de governação através do modelo de partido de vanguarda marxista-leninista. Por isso, para os regimes minoritários na altura existentes na região, Moçambique e Angola foram considerados como sendo portadores da ameaça comunista que, para a África do Sul seria consubstanciada num *total onslaught* comunista contra o seu país.

Segundo Veloso (2007)⁸⁵, a vontade do governo de Moçambique em conseguir um rápido desenvolvimento para o país e satisfazer as necessidades básicas da população num tempo muito curto, levou o governo de Moçambique a alinhar com aqueles que chamavam de seus “aliados naturais”, os mesmos que os apoiaram e foram solidários com a FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional.

Nessa altura, sob influência do bloco do Leste e da análise marxista-leninista, o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, representava a grande ameaça imperialista. Com efeito, o imperialismo era considerado o inimigo número um do desenvolvimento independente dos povos e era sinónimo da “exploração do homem pelo homem” (VELOSO, 2007, p.118). Este autor reconhece, no entanto, que esta opção levou ao distanciamento em relação aos objetivos principais que se pretendia alcançar ao afirmar que:

Ao nos ligarmos essencialmente ao campo socialista para a solução dos nossos problemas internos, relegando para segundo plano e até hostilizando os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados mais próximos, estávamos momentaneamente a perder de vista o objetivo estratégico central, o interesse nacional vital, que era exatamente o desenvolvimento do país. O interesse nacional passou a ser definido em relação a

⁸⁵ Autor da Obra “Memórias em Voo Rasante” (2007), Jacinto Soares Veloso é um moçambicano de origem portuguesa que aderiu à FRELIMO no início de 1963. Piloto da Força Aérea Portuguesa, Veloso desertou em 1963 juntamente com João Ferreira, pilotando um avião da Força Aérea Portuguesa tendo se juntado à FRELIMO na Tanzânia. Participou activamente na luta de libertação nacional, tendo cumprido diversas e arriscadas missões no exterior. Após a independência ocupou diversos cargos governativos, tendo igualmente integrado e liderado comissões de negociações que levaram ao Acordo de Nkomati em 1984. Actualmente, além de suas atribuições no partido FRELIMO e no Estado Moçambicano, lidera uma equipa governamental em negociações com a Renamo para o alcance de uma paz efectiva em Moçambique .

objetivos de curto prazo e em oposição à superpotência que são os EUA (VELOSO, 2007, p.12).

As relações com os países socialistas iniciadas no período da luta armada, foram fortalecidas após a independência, tendo sido assinado um tratado de amizade válido por vinte anos com a União Soviética, em 1977. Três anos depois, Moçambique abriu uma embaixada em Moscovo, sendo a segunda fora do continente Africano, o que evidenciava a grande prioridade que Moçambique atribuía nas relações com os seus “aliados naturais”.

De referir que, pouco tempo depois da independência nacional, a URSS substituiu a China como o principal fornecedor de material de guerra, tendo montado um sistema de defesa SAM para proteger a capital e outros locais estratégicos. Forneceu ainda aviões Mig-17, tanques e artilharia, bem como formação militar aos moçambicanos.

Essas relações com os países socialistas, especialmente com a URSS e a Alemanha Oriental cresceram significativamente mas eram complexas e caracterizadas por periódicos desentendimentos em questões de interesse vital para Moçambique. As armas fornecidas pela URSS eram caras e ultrapassadas mas representavam a principal linha de defesa contra a África do Sul.

A Alemanha do Leste forneceu equipamento militar e um sistema de radar e telecomunicações, e ajudou a reorganizar as forças de segurança do país. A Hungria e a Bulgária, fizeram contribuições mais modestas, muitas vezes como donativos. Cuba forneceu conselheiros militares estimados em algumas centenas, embora a maioria dos Cubanos estivessem empregados em sectores económicos, especialmente a agricultura e a planificação (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Após os ataques realizados pelas forças de defesa e segurança sul-africanas à Matola, arredores da capital moçambicana em Janeiro de 1981, a URSS enviou, dias depois, dois navios de guerra para o Porto de Maputo. Isto revelou, consoante Isaacman e Isaacman (1983), o significado potencial das ligações de segurança moçambicana com a União Soviética.

A escalada do conflito na África Austral, caracterizada pelo recrudescimento das ações de desestabilização de Moçambique pelas forças de defesa e segurança sul-africanas e o crescente apoio sul-africano à Renamo, levaram ao aumento da dependência de Moçambique para com a União Soviética reduzindo, assim, a sua liberdade de ação na arena internacional.

O apoio económico das nações socialistas na forma de ajuda direta e investimento de capital foi de longe menos significativa que sua assistência militar. Contudo, através de acordos de escambo Moçambique adquiriu equipamento industrial pesado, camiões, ferramentas, e peças sobressalentes muito necessárias em troca pelo fornecimento de castanha de caju, citrinos, carvão, algodão, sisal, camarão e peixe. Esses acordos transformaram o *déficit* anual de Moçambique a partir dessas trocas em empréstimos de longo prazo em moeda forte e taxas algo abaixo dos níveis internacionais (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Para Isaacman e Isaacman (1988), esta estratégia da Europa do leste, capacitou Moçambique a adquirir os bens de capital muito necessários, sem ter que utilizar os seus limitados recursos em moeda forte e forneceu ao país novos mercados. Ajudou, também, a reduzir, se não a reverter dependência de Moçambique em relação à África do Sul. Para estes autores, enquanto em 1975 o comércio com as nações do Pacto de Varsóvia era negligível, em 1979 ele contou para aproximadamente 15 por cento do comércio de Moçambique e, por volta de 1982, a Alemanha do Leste tinha se tornado o quarto maior parceiro comercial de Moçambique. Acrescentam ainda que durante o mesmo período, as importações provenientes da África do Sul declinaram significativamente.

Desde 1980 a URSS e a Alemanha Oriental aumentaram a ajuda não-militar, que era negligível até este momento e ambos ajudaram a financiar a exploração mineral, uma incipiente indústria têxtil de Moçambique e algumas indústrias pesadas, incluindo uma fábrica de montagem de camiões e tratores. Nessa altura, o tratado de amizade Moçambique - URSS Moscovo permitiu a Moçambique obter um empréstimo de 35 milhões de dólares americanos e uma grande doca flutuante, que permitiu a reparação de navios domésticos pela primeira vez na história de Moçambique e permitiu ao país a obtenção da tão necessária moeda corrente (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

De referir, no entanto, que a assistência técnica dos países socialistas era substancial em comparação com o apoio financeiro direto. Agrónomos búlgaros desempenharam um papel crucial no sector agrícola estatal; técnicos soviéticos ajudaram a construir empresas agrícolas na Beira e Nampula, bem como uma fábrica na Beira para produzir utensílios. Engenheiros de minas da Alemanha Oriental estiveram envolvidos na produção do carvão e exploração geológica, e técnicos cubanos ajudaram a reabilitar as indústrias de açúcar e químicos.

Em adição, os países socialistas forneceram um grande contingente de médicos, planificadores e professores e ofereceram milhares de bolsas de estudo para os Moçambicanos no exterior. Com efeito, em 1982 mais de 900 estudantes estavam estudando na Alemanha Oriental e 1.200 estavam em Cuba, países com os quais Moçambique desenvolveu um relacionamento crescentemente próximo (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Entretanto, de acordo com Isaacman e Isaacman (1983), apesar desta grande intensidade nas relações com os países do bloco do Leste, a política externa de Moçambique era guiada pelo interesse nacional, não mostrando nenhuma semelhança com a dos seus aliados socialistas. Acrescentam ainda que Moçambique defendia a desmilitarização do Oceano Índico, um compromisso reiterado em diversas ocasiões, realçando-se que o mesmo era destinado, tanto para a presença naval soviética quanto dos Estados Unidos da América.

De referir que, não obstante a pressão exercida pela União Soviética para a instalação de bases navais na costa do Oceano Índico, o governo moçambicano recusou insistentemente esta pretensão. Para o governo de Moçambique, isto constituiria uma violação da sua soberania nacional. Em 1975, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, é reportado como tendo reprovado publicamente o embaixador soviético numa recepção diplomática a respeito deste assunto.

Em 1978, o Presidente Samora Machel igualmente rechaçou rumores movidos pelos sul-africanos segundo os quais Moçambique teria aceite as demandas soviéticas para a instalação das aludidas bases navais, tendo convidado os diplomatas ocidentais a sobrevoarem as ilhas de Bazaruto, local das reputadas bases soviéticas, para verem por si mesmos que as ilhas estavam desabitadas. Esta situação levou a que muitos diplomatas ocidentais sugerissem subsequentemente que o modesto apoio da URSS fornecido a Moçambique em comparação com o apoio fornecido à Etiópia e ao Iémen do Sul fosse resultado dessa recusa de Moçambique em permitir a instalação das pretendidas bases navais soviéticas (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Vale, no entanto realçar, que as relações entre Moçambique e os países do Leste eram complexas e caracterizadas por desentendimentos em vários assuntos. A questão Zimbabuanas foi demasiado elucidativa a este respeito. Enquanto a FRELIMO desenvolvia relações fortes com a ZANU, os países do bloco do Leste preferiam a ZAPU. A este respeito, eles rejeitaram os apelos moçambicanos para uma assistência militar soviética à ZANU por causa das relações históricas desta última com a China.

Em relação à questão da Namíbia, diplomatas moçambicanos apoiaram, desde 1978, a resolução 432 das Nações Unidas clamando por uma eleição neste território enquanto a União Soviética apenas veio a manifestar seu apoio em 1981. Em relação à Etiópia, enquanto a URSS e Cuba apoiaram o governo marxista Etíope contra os guerrilheiros Eritreus, meios de comunicação social moçambicanos mostravam simpatia com a Frente de Libertação do Povo da Eritreia (EPLF), apelando para uma solução negociada da crise. Consoante Isaacman e Isaacman (1983), o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique indicou, em 1982, que seu país apoiaria uma nação Eritreia progressista e independente se um acordo para tal fosse alcançado através de negociações.

Outros desentendimentos reportados nas relações entre Moçambique e seus aliados do socialistas se referem à rejeição do pedido feito por Moçambique para a construção de uma fábrica de aço no país. Os soviéticos afirmaram, na altura, que esse empreendimento não era apropriado para o nível de desenvolvimento socialista de Moçambique. Por outro lado, ideólogos da Europa do Leste são reportados como tendo manifestado relutância em concordar com o estatuto de partido de vanguarda sugerido pela FRELIMO. Eles manifestaram preocupações de que o progresso dos países de orientação socialista é obstruído por sérios obstáculos de natureza objetiva e subjetiva. .

De referir, contudo, que a dinâmica da política internacional no contexto da guerra-fria originou um declínio considerável do apoio chinês e soviético à Frelimo. Diante da recusa da aceitação de Moçambique pelo Conselho para a Assistência Mútua, em 1982, o governo deste país viu-se obrigado a procurar fontes alternativas de financiamento, no ocidente. Isto constituiu o ponto de viragem da política externa de Moçambique que passou, assim, a aproximar-se dos Estados Unidos da América e os países ocidentais tendo permitido o seu envolvimento com a sociedade civil moçambicana.

Pode se afirmar que a política externa de Moçambique durante a Presidência de Samora Machel (1975-1986) foi uma continuação da política externa iniciada nos tempos de luta de libertação nacional, caracterizada essencialmente pela aliança aos países socialistas, aos países não-alinhados e aos países progressistas africanos. A contraposição ao ocidente, considerado bastião do colonialismo e do imperialismo, símbolo da exploração do homem pelo homem, constituiu característica essencial desta fase na qual Moçambique se distanciou profundamente

do seu objetivo principal, a prossecução do interesse nacional, em benefício de alinhamentos ideológicos ao bloco do leste, o que lhe valeu a hostilidade da maioria dos países ocidentais.

Esta política viria a sofrer um grande revês por volta de 1982 quando o governo de Moçambique constatou a incapacidade da associação económica dos países do bloco do Leste congregados na COMECON, de satisfazerem suas demandas em face da crise política, económica e social que o país enfrentava, em resultado do processo de desestabilização a que estava sujeito por parte dos regimes minoritários da região e da Renamo.

Foi assim que, ainda na vigência da presidência de Samora Machel se iniciou um processo de aproximação ao ocidente e ao regime da África do Sul com o qual assinou um acordo de não-agressão e boa vizinhança em 1984 e, nesse mesmo ano, iniciou negociações com as instituições de Bretton Woods, (o FMI e o Banco Mundial) que culminaram com a implantação, no país, da economia do mercado e do pluralismo político. Isto constituiu um processo de viragem para o ocidente no que, quanto a nós, constituiu o início de uma nova fase da política externa de Moçambique que viria a ter a sua continuidade sob a Presidência de Joaquim Alberto Chissano (1986-2005), que sucedeu a Samora Machel na liderança do país após a sua morte a 19 de Outubro de 1986⁸⁶.

⁸⁶ A morte de Samora Machel acontece numa altura em que se verificava o recrudescimento das acções de desestabilização económica e militar de Moçambique pela África do Sul e pela Renamo após o Acordo de Nkomati. A infiltração de guerrilheiros para Moçambique a partir do Malauí criou uma grande preocupação aos países da Linha da Frente e ao Presidente Samora Machel em particular. Visando resolver a situação de insegurança na região da África Austral, sucessivos encontros do presidente moçambicano com os homólogos da Linha da Frente e uma visita de força ao Malauí, ao encontro de Kamuzu Banda, terminariam com o encontro de 19 de Outubro de 1986 em Mbala, Zâmbia. Neste encontro no qual participaram os presidentes José Eduardo dos Santos de Angola, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Mobutu Sese Seko, do Zaire e Samora Machel de Moçambique foram discutidos assuntos ligados à segurança na região. Foi no regresso desse encontro que a aeronave presidencial, de fabrico russo (Tupolev – 134 B) teria se despenhado nas colinas de Mbuzini, em território sul-africano, próximo da vila fronteiriça moçambicana de Namaacha, a pouco mais de 70 Quilómetros em linha recta do aeroporto de Maputo, causando a morte do Presidente Samora Machel e de 33 membros da sua delegação. As reais causas até agora não foram encontradas, embora o governo de Moçambique tenha apontado o dedo acusador ao seu arqui-inimigo, o regime racista da África do Sul, na altura. Entretanto, como Oliveria (2006, p.177) afirma, mais tarde começaram a surgir de várias fontes especulações ou indícios sobre o que de facto poderá ter acontecido em Mbuzini, o local onde se despenhara a aeronave presidencial. Fala-se de um VOR (rádio ajuda omnidireccional) falso, operando na mesma frequência do de Maputo. Consoante este autor, as próprias luzes e ajudas-rádio, inclusivé o VOR de Maputo, terão sido desligados enquanto foi activado um VOR “pirata” em Mbuzini. Este voo nocturno proveniente de Lusaka teria sido desviado “para direita” pelo rádio-farol “pirata”, e que o encaminhou para as montanhas dos Libombos, umas elevações com cerca de 900 metros de altitude, enquanto a altitude do aeroporto de Maputo ronda apenas os 50 metros. Os pilotos iniciaram uma aproximação à zona montanhosa, desorientados pela falsa rádio-ajuda, aguardando em breve um contacto visual, pensando que estavam a descer para a zona plana nos arredores da capital de Moçambique quando se deu o embate da aeronave com a montanha o que e resultou na morte do presidente Samora Machel e de outros membros da delegação presidencial. Porém, Cabrita (2005) refuta a tese de “terrorismo de Estado” por parte da África do Sul apresentada por alguns dirigentes do governo moçambicano e avança outras hipóteses sobre este

Investigações em torno da morte de Samora Machel se tornaram inconclusivas. Uma Comissão Internacional de Inquérito sobre este incidente não trouxe dados convincentes sobre os autores do despenhamento da aeronave presidencial, um assunto que continua envolto em diferentes especulações que incluem:

- a) a possibilidade de existência, na região de um VOR “falso” alegadamente colocado pelas autoridades sul-africanas para desviarem o avião e lançá-lo sobre a montanha;
- b) a participação da União Soviética na eliminação física do Presidente Moçambicano diante da viragem iniciada para o ocidente;
- c) a participação de elementos moçambicanos na facilitação do acidente.

No que se refere à possibilidade de participação de elementos moçambicanos, considera-se que esta pode ter incluído a sabotagem de partes sensíveis do avião que teriam alertado sobre a aproximação perigosa para o solo; a colocação do VOR do aeroporto de Maputo fora da ação na hora dos factos; a falta de tomada de medidas adequadas de segurança do voo presidencial feito à noite; a seleção inadequada da rota, passando deliberadamente pelo território do inimigo numa altura de relações tensas, entre outros (CABRITA, 2005; OLIVEIRA, 2006).

De salientar que, apesar da vontade de implantação de paz na região, que esteve implícita na aproximação entre o Moçambique e a África do Sul através do acordo de Nkomati, o processo de desestabilização de Moçambique consubstanciado no aumento do fornecimento de apoio moral e material à Renamo continuou, e a situação político-militar na região se deteriorou. Por outro lado, a infiltração massiva de guerrilheiros da Renamo a partir do Malauí para a região centro-nordeste de Moçambique constituiu um fator preocupante para os líderes da região, que os

“acidente” incluindo erro humano, supostamente praticado pelo tripulação soviética, negligência das autoridades moçambicanas, sabotagem deliberada para facilitar o acidente e muitos outros factores. Porém o mais importante a reter é que a Comissão Internacional de Inquérito para o efeito criada não reportou ter encontrado evidências da existência de VOR “falso”. De acordo com Cabrita (2005), o afastamento eminente de Moçambique para o Ocidente terá sido um facto que não agradou à União Soviética que não terá hesitado em eliminar o presidente moçambicano. Defendendo esta tese, Cabrita (2005) afirma que, entre os defensores da teoria da conspiração há os que alegam que o desastre de Mbuzini foi planeado pela KGB em virtude de Samora Machel se ter iniciado um afastamento da zona de influência da União Soviética. A visita de Machel aos Estados Unidos em 1985, onde foi recebido com pompa e circunstância por uma administração que, por insensatez, vinha projectando a imagem dum presidente moçambicano capaz de romper com o bloco comunista, terá selado o seu destino (CABRITA, 2005).

levou à convocação da cúpula da Linha da Frente na Zâmbia, no regresso da qual o presidente Samora Machel pereceu.

Embora a versão oficial do governo de Moçambique aponte o regime sul-africano da autoria material do despenhamento do avião presidencial e da morte do presidente Moçambicano, diversas outras hipóteses são colocadas, incluindo o fator Malauí, o envolvimento da União Soviética, dadas as tendências demonstradas por Machel de se afastar do bloco soviético, aproximando-se do Ocidente e também a participação de moçambicanos na facilitação do plano. A morte do presidente Samora continua, por isso, envolta em mistério mas somos inclinados a concordar com a versão oficial segundo a qual o regime sul-africano terá sido o principal mentor deste acidente.

4.3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE (1975- 1986) E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA

Como foi já referido nesta tese, o apoio da OTAN ao governo colonial-fascista Português radicalizou a ação da FRELIMO enquanto movimento de libertação nacional e condicionou as opções estratégicas de alianças. Isto concorreu para que a FRELIMO buscasse apoio nos países socialistas, nos países não-alinhados e nos países progressistas africanos. Esta situação se manteve até o alcance da independência em 1975 tendo os países ocidentais continuado a ser vistos como inimigos da pátria e da revolução moçambicana.

O contexto internacional prevaemente por volta do tempo da independência de Moçambique favoreceu a adopção de um regime do tipo socialista neste país, o mesmo acontecendo em Angola, uma opção que acabou levando a que estes países fossem considerados “satélites” comunistas na África Austral. Isto trouxe consequências desastrosas para estes países, que passaram a ser considerados como portadores da ameaça comunista, tendo sido alvos de desestabilização sistemática e consequente por parte dos regimes minoritários da região.

Ao nível interno, as experiências do tempo colonial, caracterizadas por um poder colonial fascista e repressivo, o trabalho forçado na agricultura, o comércio de produtos agrícolas e as suas injustas condições de troca representavam para a Frelimo e para a população um sistema humilhante. Isto, aliado ao facto de o governo colonial ter recebido um apoio considerável dos países ocidentais fez com que a luta anticolonial se tornasse, para a FRELIMO, sinónimo da luta

contra o capitalismo ocidental. Por isso, na altura da independência de Moçambique, o único tipo de sociedade psicologicamente aceitável para a direção da FRELIMO era a sociedade socialista (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

Assim, a estratégia de desenvolvimento socialista adoptada, essencialmente assente no controle da economia pelo Estado e o desencorajamento das ações do sector privado e a aposta na modernização da agricultura em detrimento do desenvolvimento do sector familiar constituíram medidas que levaram ao declínio dos indicadores macroeconómicos de Moçambique na segunda metade dos anos 1980. A União Soviética e os países da Europa do Leste passaram a ter grande influência nas decisões de planificação e gestão económica do país mas não conheciam a realidade moçambicana no que tange à sua cultura e comportamento das famílias camponesas e a sua maneira de cultivar a terra levaram a que as medidas tomadas se distanciassem da realidade moçambicana.

Entretanto, a euforia da independência fez com que no período entre 1975 e 1981 os níveis de produção se mantivessem relativamente estáveis, tanto na agricultura como na indústria. Com efeito, segundo Abrahamson e Nilsson (1994), durante o ano de 1981 a produção de maior parte de bens de consumo e de produtos de exportação aumentou, tendo atingido os níveis mais altos do período pós-independência, o mesmo acontecendo com as exportações que aumentaram em 83% entre 1977e 1981. Essa euforia da independência permitiu a mobilização política da população que aderiu às campanhas e ao trabalho voluntário.

Verificou-se, também, uma expansão do sistema educacional tendo, o número de professores aumentado de dez para vinte mil até 1982; em cinco anos, o analfabetismo diminuiu de 93% para cerca de 70%; o sistema de saúde foi alargado especialmente nas áreas rurais em que o número de postos de saúde aumentou quatro vezes durante os primeiros sete anos de independência e o número de habitantes por instituição de saúde local diminuiu de cerca de 26.000 para 10.000. No âmbito da saúde materno-infantil, foi levada a cabo uma das mais louváveis campanhas de vacinação do mundo em que, a bem dizer, todas as crianças foram atingidas (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Entretanto, esta tendência verificada nos primeiros anos da independência começou a declinar progressivamente. Fatores como a mudança da estrutura de produção, a falta de mão-de-obra qualificada, a insuficiência de conhecimentos de gestão e dificuldades de organização,

administração e nível tecnológico concorrem para uma diminuição dos níveis de produção tanto na agricultura como na indústria.

As agressões rodesianas e a desestabilização económica por parte da África do Sul concorreram para agravar este quadro sombrio de desenvolvimento económico e social de Moçambique. Neste contexto, a África do Sul reduziu em cerca de um terço, o recrutamento dos mineiros, o que diminuiu as receitas em moeda convertível, para além de contribuir para o aumento do desemprego em Moçambique. Em 1978, a África do Sul rescindiu o acordo que tinha com Moçambique, e que o Governo de Moçambique dirigido pela Frelimo tinha herdado dos portugueses, sobre o pagamento de salários em ouro (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

A utilização, por parte da África do Sul, dos caminhos de ferro e dos portos diminuiu drasticamente porque quantidades cada vez maiores de mercadorias passaram a ser transportadas através de portos sul-africanos. Por outro lado, o encerramento da fronteira com a Rodésia em 1976 e a consequente interrupção do funcionamento do oleoduto e do caminho de ferro entre Beira e Rodésia diminuíram as receitas que o país obtinha pelos serviços supracitados pois o tráfego internacional por Moçambique foi reduzido a metade (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

Outras medidas que concorreram para a deterioração da situação económica e social de Moçambique após 1981 incluem a estratégia de modernização adoptada, que não obteve os resultados desejados. Pelo contrário, a produção agrícola comercializada diminuiu devido ao abandono da atividade de comércio rural pelos comerciantes portugueses e indianos.

A prioridade atribuída às empresas agrícolas estatais em detrimento da reconstrução da rede comercial e do estímulo à produção familiar teve também efeitos adversos na economia doméstica. Havia falta de enxadas e de outros instrumentos de produção, e também falta de sementes, o que diminuía as possibilidades de as famílias camponesas poderem produzir para o seu consumo próprio (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Diante desta realidade, tornava-se necessário o recurso a empréstimos a nível internacional para se equilibrar a balança de pagamentos e pagar os juros, o que denotava a necessidade de uma reorientação da política económica, tanto a nível nacional como internacional. As críticas ao modelo de desenvolvimento adotado começaram a surgir mesmo ao nível da FRELIMO cujos membros se manifestaram indignados, durante o quarto Congresso, com os fracos resultados resultantes da estratégia de desenvolvimento. A aposta nos campos

agrícolas estatais não tinha dado resultado e a população das zonas rurais não tinha logrado nenhuma melhoria nas suas condições de vida.

Visando reverter esta situação, uma série de ações de política económica foi adoptada no âmbito do que foi denominado Programa de Ação Económica (PAE) adoptado em 1983, com vista a revitalizar a economia em decadência: as despesas do Estado e a quantidade de dinheiro em circulação tinha que se adequar à capacidade produtiva do país; reduzir ao mínimo os aumentos de salários e subvenções, para além de se operarem outras modificações a longo prazo.

No entanto, como Abrahamsson e Nilsson (1994, p.48) constataram, o PAE nunca foi realizado tal como se tinha planeado e, por isso, não deu os resultados esperados; o crescimento continuou a ser negativo e o aumento da produção agrícola foi insignificante; a produção local só podia satisfazer 10% das necessidades que o mercado tinha de bens alimentares; a indústria trabalhava a cerca de 20-40% da sua capacidade instalada; os preços do mercado paralelo eram 20-40 vezes mais altos do que os preços oficiais; entre 1981 e 1986 o produto nacional bruto tinha diminuído 30%; o consumo por pessoa tinha sido reduzido ainda mais, visto que a população tinha aumentado ao mesmo tempo.

Esta situação foi agravada pela seca que no início da década de 1980 assolou o país e pela dependência do país em remessas dos trabalhadores das minas da África do Sul, que permitiam às populações compensar a sua baixa produção comprando bens alimentares no mercado. Porém, na altura da independência, o número de trabalhadores nas minas sul-africanas tinha sido reduzido drasticamente de cerca de 120.000 para 40.000, facto que, aliado ao colapso da rede comercial criou uma vulnerabilidade nas províncias que dependiam grandemente das remessas dos trabalhadores das minas como foi o caso de Inhambane (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

De realçar que as agressões militares a que o país estava sujeito desde a independência, a estratégia de desenvolvimento socialista adotada pela FRELIMO em 1977, a participação ativa do país na SADCC bem como o apoio de toda a região a um regime de maioria negra na África do Sul, constituíram fatores adicionais para o clima de vulnerabilidade a que o país esteve submetido naquela altura. Esta estratégia adoptada pelo governo de Moçambique foi considerada muito desafiadora para o governo sul-africano e para vários grupos de interesse em Portugal e nos Estados Unidos.

A estratégia socialista adotada pela FRELIMO fez com que Moçambique sofresse um isolamento político e diplomático por parte dos grande doadores ocidentais, situação agravada

pela expulsão de alguns diplomatas americanos em 1981 acusados de espionagem. Assim, apesar dos repetidos pedidos feitos pelo Governo de Moçambique para uma ajuda de emergência para cerca de 15 Milhões de moçambicanos passou mais de um ano até que os primeiros fornecimentos chegassem às populações.

A expulsão dos diplomatas americanos de Moçambique influenciou tanto os doadores ocidentais como os órgãos de apoio bilateral. Assim, o Programa Mundial de Alimentação (PMA), um órgão das Nações Unidas recusou mandar ajuda alimentar para a Província de Inhambane até os problemas políticos com os EUA estarem solucionados.

Entretanto, grandes esforços foram empreendidos pelo governo de Moçambique visando encontrar novos aliados no ocidente tendo, durante 1983, melhorado as relações com os EUA. A necessidade urgente de ajuda alimentar internacional e de novos créditos internacionais, juntamente com a necessidade de apoio internacional político e diplomático para a luta contra o regime de minoria branca da África do Sul, fizeram com que Moçambique alterasse as suas alianças internacionais, virando-se para o Ocidente.

Foram, no entanto, impostas condições para Moçambique ter acesso à ajuda alimentar internacional, bem como o aumento do acesso a créditos internacionais e a prorrogação do prazo de pagamento das dívidas. Estas exigências incluíam a necessidade de introdução duma economia de mercado cuja estabilidade pudesse ser aprovada pelo FMI, a exigência incondescendente de negociações de paz com a África do Sul e de cessação do apoio de Moçambique ao CNA. Assim, em 1983, Moçambique deu início às negociações de paz com o regime minoritário da África do Sul (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

Outra condição para Moçambique receber ajuda alimentar internacional era que o governo pudesse garantir que os bens alimentares chegavam realmente aos grupos alvo e que a distribuição fosse feita por estruturas paralelas, separadas do Estado. Neste contexto, a organização não-governamental americana CARE (*Concerned Americans for the Reconstruction of Europe*) foi autorizada a ter uma responsabilidade executiva pela distribuição de ajuda alimentar de emergência. Isto aconteceria no âmbito da instituição moçambicana, existente, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN), e com subsídios para uma assistência técnica considerável. No entanto, vários observadores, especialmente os doadores multilaterais, não viram com bons olhos a grande influência que a CARE e os americanos iriam

ter na distribuição de bens de emergência e durante longo tempo circularam, em Maputo, rumores sobre ligações entre a CARE e a CIA (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

Estava-se, pois, perante o fracasso evidente da estratégia de desenvolvimento económico adotada pelo Governo, cujas consequências eram a crescente perda da legitimidade do Governo da FRELIMO e o desespero que se ia apoderando de vastas camadas da população, essencialmente nas zonas rurais.

Evidentemente que o desconhecimento da realidade sobre as práticas populares na realização da produção por parte dos gestores e planificadores da União Soviética e dos países da Europa do Leste e também dos países nórdicos e a destruição sistemática dos fatores de produção ocorrida através da desestabilização rodesiana e sul-africana, aliadas às calamidades naturais contribuíram para a frustração das expectativas em torno da estratégia adoptada pelo governo no pós-independência. Tornava-se imperiosa a necessidade de adopção de outra estratégia que pudesse pôr fim ao enorme sofrimento a que as populações moçambicanas estavam votadas.

Foi neste contexto que se iniciou um processo de aproximação à África do Sul com vista a pôr fim ao processo de desestabilização, que levou à assinatura, em Março de 1984, do Acordo de Nkomati. Por outro lado, verificou-se uma aproximação aos países ocidentais numa tentativa de estabelecimento de uma aliança com estes países para permitir o relançamento da economia moçambicana em moldes distintos dos adotados aquando da independência em 1975. Porém, como Abrahamson e Nilsson (1994) constata, apesar das medidas adoptadas pelo governo moçambicano a desestabilização continuou sem sequer ter diminuído de intensidade e a continuação da seca piorou ainda mais a situação de Moçambique.

4.3.1 A Mudança de Estratégia Política e Económica: A Aproximação ao Ocidente

As relações entre Moçambique e os países ocidentais foram profundamente marcadas pelo apoio concedido ao governo colonial português pelos países da OTAN durante a luta contra os movimentos nacionalistas em África. Em Moçambique, este apoio concorreu para a radicalização das posições da FRELIMO que passou a procurar o apoio à sua luta nos países progressistas africanos, no movimento dos não-alinhados e nos países socialistas.

Esta configuração de alianças se manteve até à proclamação da independência em cujas celebrações muitos países ocidentais, incluindo os Estados Unidos e a Alemanha Federal não

foram convidados, para além de terem sido encerrados os seus consulados em Moçambique; Outros países da OTAN, embora presentes, foram tratados superficialmente.

Pelo contrário, vários grupos considerados progressistas dos países da OTAN foram entusiasticamente recebidos, em reconhecimento ao apoio por eles concedido durante a luta de libertação nacional. A FRELIMO demonstrava, assim, a distinção entre o povo e os governos dos países, no que concerne ao papel desempenhado por cada uma destas entidades no apoio à luta de libertação nacional.

Este clima de tensão manteve-se ao longo dos primeiros anos da independência de Moçambique tendo sido caracterizado por manifestações de hostilidade entre o governo de Moçambique e os países ocidentais alegadamente devido às ligações económicas e militares entre os países da OTAN e a África do Sul. A presença de mercenários ocidentais no exército rodesiano, uma campanha anti-Moçambicana nos *media* ocidentais, e o banimento pelo Congresso dos EUA da assistência económica a Moçambique levantou animosidades em relação aos países capitalistas avançados.

Pelo contrário, a sociedade civil dos países ocidentais permitiu o recrutamento de centenas de cooperantes provenientes da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá, que vieram preencher o vazio criado pela fuga de técnicos, médicos, professores e engenheiros portugueses. Notável distinção deve igualmente feita ao apoio moral e material dado pelos países nórdicos que no decurso da luta de libertação nacional, tendo continuado no período pós-independência.

De acordo com Isaacman e Isaacman (1983) os países nórdicos forneceram 55 Milhões de Dólares em subvenções à agricultura, considerada a maior subvenção atribuída por aqueles países, a um país do terceiro mundo. Consoante estes autores, a Suécia concedeu uma assistência bilateral adicional que a tornou no mais importante doador para Moçambique.

Entretanto, por volta de 1978, o Governo de Moçambique se mostrava interessado em estabelecer melhores relações com os EUA e seus aliados tendo, os pronunciamentos oficiais, começado a enfatizar a sua disponibilidade em desenvolver relações amigáveis e cooperativas com todos os Estados, independentemente do seu sistema social, na base da estrita igualdade, respeito absoluto pela soberania e integridade territorial, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios.

No âmbito destas diligências junto ao Ocidente, o presidente Moçambicano Samora Machel manteve um encontro com o Presidente norte-Americano Jimmy Carter tendo

manifestado o desejo de esquecer o apoio que os Estados Unidos tinham dado a Portugal durante o período colonial. Para Samora Machel relações bilaterais com o Estados Unidos deviam ser estabelecidas pois o Presidente Carter, em contraste com o seu predecessor, tinha desenvolvido uma política Externa que podia dissociar os Estados Unidos das injustiças do colonialismo, racismo e *apartheid* (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

A abertura de Moçambique ao Ocidente se deveu a vários fatores, entre os quais o crescente reconhecimento de que as posições do Ocidente a respeito da questão rodesiana e a ocupação ilegal da Namíbia não eram necessariamente incompatíveis com as de Moçambique, assim como a necessidade de estender seus laços comerciais com os países ocidentais constituíram fatores determinantes para esta aproximação. Com efeito, a diversificação das suas relações externas evitaria a dependência em relação a qualquer dos blocos em confronto na guerra-fria.

No entanto, de acordo com Isaacman e Isaacman (1983), o fator mais significativo foi a constatação de que os países socialistas eram incapazes ou não estavam dispostos a fornecer capital e tecnologia avançada na escala que Moçambique necessitava. Efetivamente, os ambiciosos projetos de desenvolvimento que Moçambique possuía, estimados em um bilião de dólares americanos necessitavam de um grande investimento estrangeiro que somente os países capitalistas avançados eram capazes de dar.

Quadro 3 - Acordos de Empréstimos Fornecidos pelos Países Ocidentais a Moçambique de 1980 a 1982

País de Origem	Valor do Empréstimo (em USD)	Fim a que se destina
Grã-Bretanha	40 Milhões	Não especificado
Holanda	15 Milhões	Pacote de empréstimo (negociado)
Itália	140 Milhões	ajuda aos sectores agrícolas e industrial (por 10 anos)
França	450 Milhões	Financiar uma fábrica de camiões e um projecto de algodão
Canadá, Portugal, França	170 Milhões	Reabilitação de ferrovias
Grécia e Países Baixos	Não Especificado	Assistência para a reabilitação do Porto da Beira

Fonte: Compilação Própria, com base em informação contida em Isaacman e Isaacman (1983, p.186).

No mesmo período, não obstante a proibição do Congresso norte-americano de ajuda bilateral e não-humanitária a Moçambique, os Estados Unidos garantiram o fornecimento de locomotivas da *General Electric*, produzidas no Brasil. De referir ainda que com o apoio dos países do ocidente esperava-se, também, encorajar os membros da OTAN a pressionar a África do Sul a limitar as atividades do MNR, que movia uma guerra de destruição em grande escala no país.

Isaacman e Isaacman (1983) afirmam que Moçambique e a Suécia assinaram, em 1981, um acordo comercial que conferia aos dois países o estatuto de nação mais favorecida no seu comércio bilateral. Outros acordos bilaterais com países da Europa Ocidental prometiam fundos para serem utilizados na segunda fase da construção da imensa Hidroelétrica de Cahora Bassa, no alargamento das linhas eléctricas ao norte de Moçambique e na construção de fábricas têxteis em cada uma das províncias do país.

Para Isaacman e Isaacman (1983), o financiamento da fábrica têxtil em Mocuba por um consórcio de capital francês, italiano e romeno sugere que Moçambique estava ansioso em transcender a divisão Leste-Oeste, a fim de atingir os seus objetivos de desenvolvimento. Várias grandes empresas também assinaram contratos de exploração de petróleo e gás mas apesar destes acordos, Moçambique ainda não tinha capital estrangeiro suficiente para implementar muitos dos seus grandes projetos de desenvolvimento.

Além dos acordos económicos assinados com países ocidentais, Moçambique aceitou uma oferta de assistência militar de Portugal para ajudar a frustrar ataques do MNR e incursões sul-africanas como parte de um acordo mais amplo assinado em 27 de Abril de 1982. O compromisso militar de Portugal, na sequência da bem-sucedida visita do Presidente António Ramalho Eanes a Moçambique seis meses antes, assinalou uma grande melhoria nas relações de Moçambique com a antiga potência colonial e marcou a primeira vez que se voltou para o Ocidente para qualquer assistência militar. O acordo incluía tanto material de guerra quanto treinamento para oficiais moçambicanos em Portugal. Em Junho, chegou um carregamento de armas e uniformes portugueses, que o governo distribuiu imediatamente às forças armadas (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

No segundo semestre de 1983, o Presidente Samora Machel realizou a sua primeira visita a Portugal tendo igualmente visitado a França e a Grã-Bretanha. Para Ratilal (2006)⁸⁷, foram certamente os encontros com o Presidente François Mitterrand e com a Primeira Ministra Margareth Thatcher que facilitaram a visita que o Presidente de Moçambique viria a realizar aos Estados Unidos em 1985, a convite do Presidente Ronald Reagan.

De referir, no entanto, que embora a abertura ao ocidente tenha acrescentado uma nova dimensão à política externa de Moçambique, esta não alterou, de forma alguma o seu alinhamento internacional básico por volta de 1982. As relações com os Estados Unidos, em particular, deterioraram-se acentuadamente devido à dura postura anticomunista e pró-África do Sul, da administração Reagan. Por outro lado, a expulsão de vários funcionários da Embaixada dos Estados Unidos considerados agentes infiltrados da CIA e acusados de terem fornecido informações que facilitaram ataques por parte das forças de defesa sul-africanas aos subúrbios de Maputo em 1981 vieram a agravar o clima de tensão entre os dois países.

De realçar ainda, consoante Isaacman e Isaacman (1983) que na sequência dos eventos supracitados, a administração Reagan recusou-se a substituir o embaixador dos Estados Unidos que tinha partido vários meses antes; as relações bilaterais pioraram e, o governo americano recusou insistentemente permitir a compra de aviões Boeing 707 e de material agrícola que Moçambique tanto necessitava.

Autoridades moçambicanas criticaram os esforços ocidentais para tirar Moçambique da alçada do campo socialista ou de violar sua soberania tão bruscamente quanto as táticas usadas pelos soviéticos para obterem uma base naval no território. No caso mais célebre, Moçambique rejeitou publicamente uma subvenção de 10 milhões de dólares e a oferta de uma estação de satélite terrestre da Alemanha Ocidental porque o acordo continha uma cláusula exigindo o reconhecimento de que Berlim Ocidental é um Estado da Alemanha Ocidental (ISAACMAN; ISACMAN, 1983).

Entretanto, encarando sérios problemas estratégicos e económicos, Moçambique viria a assinar relutantemente, em 1982, a “Cláusula Berlim” como parte de um acordo comercial com a Alemanha Ocidental, facto que não agradou à Alemanha Oriental. Este acordo abriu o caminho

⁸⁷ Palestra proferida por Prakash Ratilal, antigo Governador do Banco de Moçambique que desempenhou várias funções governamentais durante a presidência de Samora Machel. A palestra foi proferida em 6 de Outubro de 2006, na Sala de conferências Joaquim Chissano, em Maputo. Disponível em Macua.blogspot.com/Moçambique_para_todos/2006/10/romper_o_cerco.html. Acesso em Novembro, 2016.

para maiores acordos económicos com o Governo de Bona e, em Agosto de 1982, uma delegação moçambicana de alto nível visitou a Alemanha Ocidental procurando ajuda para o seu sistema de transportes e comunicações.

De referir que nessa altura Moçambique rejeitou sugestões de que devia pedir empréstimos nas instituições financeiras internacionais controladas pelo ocidente nomeadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O governo moçambicano acreditava que as exigências que aquelas instituições fazem aos países recipientes como condição para a sua assistência iriam comprometer a autonomia económica de Moçambique.

De acordo com Isaacman e Isaacman (1983), esta postura das autoridades moçambicanas tinha igualmente se verificado em relação à assinatura da Convenção de Lomé que iria ligar Moçambique à Comunidade Económica Europeia (CEE). Para estes autores, as autoridades moçambicanas afirmavam que iriam continuar a privilegiar acordos bilaterais com os países ocidentais, em detrimento dos acordos multilaterais.

Vale realçar que até 1982, o governo de Moçambique procurava formular uma política externa na qual a autonomia, o não-alinhamento e relações especiais com os países socialistas continuaram a definir o quadro ideológico para políticas específicas. Neste contexto, as mais altas prioridades do país continuavam a ser o fortalecimento das suas capacidades de segurança, diversificação das suas relações económicas e redução da influência regional da África do Sul

Nesta altura, havia sinais de que Moçambique estava sendo empurrado mais profundamente para os países socialistas mas, por outro lado, havia uma crença profunda de que o país podia prosseguir mais efetivamente os seus objetivos por diversificar as suas relações internacionais, mantendo a sua identidade socialista.

No entanto, a situação catastrófica em que Moçambique se encontrava por volta de 1983 e a recusa dos países do COMECON em fornecer o apoio que Moçambique necessitava para fazer face à crise em que se encontrava levaram o país a procurar uma maior aproximação aos países ocidentais. Esta situação levou o governo de Moçambique a recorrer às instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) tendo remetido um pedido de adesão a estas instituições em 1984.

Estas instituições internacionais apresentaram como condição prévia a necessidade de um acordo sobre um programa de reabilitação económica (PRE), que o governo moçambicano apresentou, em Janeiro de 1987, tendo se chegado a acordo com estas ainda no mesmo ano. O

PRE foi alargado, em 1990, no encontro do grupo consultivo de Paris passando a ter mais em consideração as dimensões sociais da reabilitação económica passando a designar-se Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). De acordo com Abrahamson e Nilsson (1994), os objetivos deste programa eram os seguintes: Parar a diminuição da produção; Assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo; Reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do *déficit* orçamental; e Reforçar a balança de transações correntes e a balança de pagamentos.

Para a materialização destes objetivos foram delineadas várias medidas políticas a nível financeiro, monetário e comercial incluindo:

- a) a reestruturação e/ou privatização das empresas estatais;
- b) a priorização da agricultura privada e em pequena escala;
- c) a liberalização do comércio;
- d) a abolição do sistema de preços fixos;
- e) o aumento das receitas do Estado através de tributação eficiente;
- f) a diminuição das despesas através da abolição de subvenções aos consumidores, entre outras medidas (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p 50).

Podemos afirmar, em suma, que o PRES constituiu o mecanismo para a introdução da economia de mercado, em substituição da economia centralmente planificada adoptada logo após a independência de Moçambique. Esta alteração da política de desenvolvimento comportou naturalmente um elevado custo social que devia ser pago a curto prazo, principalmente entre a população das cidades.

De referir, no entanto, que com a implementação do PRES verificou-se, nos primeiros anos, um abrandamento da descida da produção no período compreendido entre 1983-86. Assim, nos anos 1987-89 verificou-se um crescimento anual de cerca de 5% que, no entanto foi interrompido em 1990, situação que prevaleceu durante 1991. Porém, de um modo geral se tem verificado um aumento do PIB desde a introdução da economia de mercado em Moçambique (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

No âmbito político, torna-se necessário realçar que a transformação da FRELIMO em partido de vanguarda marxista-leninista, em 1977 talvez tenha sido um dos mais graves erros

cometidos por esta organização que, através de um sistema monopartidário, passou a governar Moçambique. Esta decisão atraiu o ódio das forças mais extremistas do ocidente que passaram a considerar Moçambique como um satélite da União Soviética.

Como constatou Veloso (2007), esta decisão facilitou a ação dos chamados “falcões”, sectores mais agressivos do mundo ocidental contra Moçambique, incluindo os regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia. Assim sendo, Moçambique passou a ter uma fronteira de mais de mil quilómetros permeáveis à ação destes dois regimes hostis e muito violentos, além do regime de Banda, no Malawi, que era considerado igualmente hostil ao governo de Moçambique dirigido pela Frelimo.

Tendo constatado a ineficácia da estratégia política e económica adoptada após a independência, paralelamente à implementação do PRES foram tomadas várias medidas de índole política. Estas medidas culminaram com a aprovação, em 1990, de uma nova constituição que preconizava o abandono da via de desenvolvimento socialista e a introdução de um sistema multipartidário e a economia de mercado (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994).

Com a aprovação da constituição de 1990 o país passou a designar-se “República de Moçambique” em substituição da denominação “República Popular de Moçambique” adoptada aquando na proclamação da independência. Subsequentemente foram introduzidos todos os elementos caracterizadores de um sistema político democrático e multipartidário no país, nomeadamente a realização de eleições gerais para o cargo de Presidente da República, dos deputados da Assembleia da República, entre outras medidas.

Estes desenvolvimentos ocorrem ao mesmo tempo que, entre meados de 1990 e Outubro de 1992 decorriam, em Roma negociações entre o governo de Moçambique e a RENAMO para pôr fim à guerra em Moçambique. Assim, a RENAMO apresentou exigências que foram incorporadas na nova constituição, possibilitando a sua participação nas eleições como um partido político. A 4 de Outubro de 1992 foi assinado, em Roma, o Acordo Geral de Paz pondo fim a cerca de dezesseis anos de guerra que tinha contornos de guerra de desestabilização de origem externa e de guerra civil.

Constata-se, deste modo, que a política externa de Moçambique independente teve determinantes internas e externas. O contexto de guerra-fria em que foi proclamada a independência do país, no qual a FRELIMO se mostrou inclinada para os países socialistas, bem como a existência, na região, de dois regimes minoritários e racistas, são fatores que contribuíram

sobremaneira para o fortalecimento das alianças iniciadas no período da luta de libertação nacional.

A determinação da FRELIMO enquanto partido único no governo de Moçambique, de apoiar os movimentos de libertação no Zimbábue, África do Sul e Namíbia e a subsequente desestabilização económica, política e militar levada a cabo pelos regimes minoritários da Rodésia e África do Sul constituíram fatores determinantes das opções de política externa que influenciaram as decisões do governo moçambicano naquela altura.

Fatores internos incluem a estratégia de desenvolvimento socialista adoptada pelo governo de Moçambique que implicavam a sua determinação em estreitar os laços estabelecidos desde os tempos da luta de libertação nacional com os países do bloco do leste, considerados “aliados naturais”. Por outro lado, a decisão de se transformar a FRELIMO em partido marxista-leninista de vanguarda, a hostilização da igreja e das autoridades tradicionais foram fatores que estiveram por detrás da prolongada instabilidade registada no país e da exacerbação dos alinhamentos internacionais que só vieram a conhecer o seu fim com as mudanças económicas e políticas iniciadas na primeira metade dos anos 1980.

Com a adopção de um sistema político do tipo socialista, Moçambique tornou-se, na prática, um peão na guerra-fria, tendo os países ocidentais de uma maneira geral como seus adversários. O aproveitamento desta opção por parte dos que lutavam contra a FRELIMO tanto dentro como fora do país concorreu para o clima de desestabilização política, económica e social que se assistiu desde os primórdios da independência até ao término da guerra civil em 1992.

Saliente-se ainda que a opção política e económica da FRELIMO ao tomar partido nas superpotências em luta durante a guerra-fria, nomeadamente ao aproximar-se da URSS em oposição aos EUA constituiu um retrocesso em relação à política externa deste movimento durante a luta de libertação nacional, conforme se pode depreender das afirmações de Veloso (2007, p.14):

Se tivéssemos prosseguindo com a linha política de defesa do interesse nacional, seguida durante a luta de libertação, isto é, aumentar sempre o número de amigos e reduzir os inimigos, princípio que levou ao completo isolamento do colonialismo português, seria seguramente um “talvez sim” (Sic.). Para isso teríamos que fixar objetivos estratégicos de longo prazo, claramente definidos e assumidos por todos, que seriam a erradicação da miséria, da fome, da ignorância e da doença. Todas as políticas teriam que ser feitas para implementar a defesa destes objetivos nacionais prioritários.

Entretanto, Veloso (2007, p.14) evidencia os seus receios em relação à União Soviética e os países do Leste afirmando que qualquer líder que definisse esta estratégia de longo prazo se arriscaria a sofrer a inevitável hostilidade do Leste e dos seus aliados, e no mínimo ser acusado de “lacaio do imperialismo”. Foi o que fizeram para tentar isolar Eduardo Mondlane, acusando-o de ser um agente do imperialismo americano ainda nos primórdios da luta de libertação nacional. Estas revelações tornam patente o dilema em que se encontravam os tomadores de decisão sobre a política externa de Moçambique na vigência da guerra-fria. Esta situação concorria sobremaneira para a fragilização de quaisquer atributos de soberania dos países africanos por parte dos países mais fortes de ambos os lados em confronto.

Vale realçar que no processo de tomada de decisões em política externa os conceitos de autonomia e soberania dos Estados assumem uma importância particular tanto nos atores não-estatais como nos Estados Africanos pós-coloniais. Suas decisões eram constrangidas por vários fatores tanto internos como externos. Os fatores externos tais como a confrontação Leste-Oeste pelo controle de zonas de influência e as limitações financeiras impostas a estas entidades concorreram sobremaneira para formatar grande parte das decisões tomadas pelos seus líderes em matéria de política externa, corroendo consideravelmente a sua soberania. A definição de um Estado soberano feita por Brucan (1971) é bastante elucidativa a este respeito:

Um Estado é soberano, visto de fora, se as suas decisões não podem ser comandadas ou revertidas dependentemente do seu ambiente; visto de dentro, é soberano se possui um mecanismo estável e coerente de tomada de decisão dentro das suas fronteiras. Para se estar certo, a soberania da Nação-Estado tem duas facetas: um poder supremo no interior e independência de fora, que é o direito exclusivo de decidir livremente, sem nenhuma interferência de fora, sua política interna e externa. É por isso que a soberania é inseparavelmente ligada com a noção de igualdade entre os Estado seja qual for o seu tamanho e poder, e com a noção de não interferência nos assuntos internos dos Estados (BRUCAN, 1971, p.197, tradução nossa)⁸⁸.

Estes pressupostos, aplicados à realidade dos Estados Africanos revelam as grandes fragilidades que têm no que se refere à sua soberania plena. De um modo geral, estes Estados são constrangidos, no seu processo de tomada de decisão em política externa pelas decisões dos Estados política e economicamente mais fortes.

⁸⁸ *A state is sovereign looked at from the outside if its decisions cannot be commanded or reversed dependably from its environment; looked at from the inside, it is sovereign if it possesses stable and coherent decision making machinery within its boundaries. To be sure, nation-state sovereignty has two facets: supreme power inside and independence outside, that is, exclusive right freely to decide, without any outside interference, its domestic and foreign policy.*

Na prática, as grandes potências tendem a corroer a soberania das nações pequenas (ou mais fracas) e a interferir nos seus assuntos internos, impondo sua dominação ou vontade. Assim, a política externa dos Estados mais fracos é, muitas vezes, influenciada pelos interesses dos Estados mais fortes enquanto o que é vital para uma nação é que suas decisões sejam feitas dentro, e não impostas ou revertidas a partir de fora (BRUCAN, 1971).

Esta foi a realidade de Moçambique durante a vigência da guerra-fria, no que concerne à formulação e implementação da sua política externa. Suas decisões eram estrangidas pelos Estados mais fortes de ambos os blocos em confronto. O facto de ter optado pela adopção de um sistema socialista colocou o país em oposição a todos os Estados que não aprovam aquele sistema o que concorreu para o insucesso dos seus esforços iniciais na sua inserção tanto na região como no mundo.

Entretanto, o fim da bipolaridade no sistema internacional em finais da década de 1980 bem como o colapso do regime do *apartheid* na África do Sul facilitaram o processo de mudanças já iniciados durante a governação de Samora Machel e que tiveram sua continuação durante a governação de Joaquim Chissano (1986-2005). Apesar de ter dado continuidade à política iniciada na presidência de Machel na qual era Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chissano continuou com os alinhamentos anteriores mantendo o apoio da China, da União Soviética, dos países não-alinhados e dos países progressistas africanos, numa abordagem que reafirmava o carácter colegial das decisões tomadas pelo governo de Moçambique na altura.

Com efeito, tornava-se patente que a aliança aos países socialistas não era apenas uma decisão do líder proeminente, Samora Machel, mas resultado de consensos entre as coalisões existentes na FRELIMO e no Estado Moçambicano. Por isso, mesmo depois da morte de Samora Machel a luta contra o regime do *apartheid* bem como contra a Renamo continuou por cerca de seis anos, até à assinatura do Acordo geral de Paz em Roma, em 1992.

Evidentemente que a alteração da correlação de forças a nível do sistema internacional a partir de finais da década de 1980 e, a nível da região da África Austral a partir de inícios da década de 1990 contribuiu sobremaneira para o envolvimento de vários atores internos e externos na procura de uma solução pacífica para o conflito na África Austral, em geral, e Moçambique em particular. Por isso, foi no período de governação de Joaquim Chissano (1986-2005) que se verificam esforços mais consistentes para a resolução do conflito em Moçambique com o envolvimento de atores tanto ocidentais como do resto do mundo na busca da paz para o país.

De referir que o advento da democracia e da economia de mercado marcaram o afastamento total das alianças formadas no contexto da guerra-fria e a abertura de Moçambique ao ocidente e ao mundo. A partir desta altura, a política externa de Moçambique passou a ser diversificada, embora numa primeira fase estivesse virada para a resolução dos graves problemas políticos, económicos e sociais em que o país se encontrava atolado após décadas de guerra.

O relançamento da economia através da atração de investimentos e o estabelecimento de parcerias com vários países incluindo os países da Europa Ocidental congregados no G19, bem como o envolvimento de economias emergentes como a China, a Índia, o Brasil, a África do Sul, os Emirados Árabes Unidos e muitos outros parceiros constituiu característica fundamental da política externa de Moçambique nesta fase.

A nível regional, a abordagem anterior traçada no contexto da procura de redução de dependência em relação à África do Sul foi alterada a partir do início da década de 1990 com a criação da SADC, uma comunidade virada para a promoção do desenvolvimento dos países da região da África Austral. O grande protagonismo demonstrado por Machel nos Estados da Linha da Frente passou a ser substituído pelo grande envolvimento de Joaquim Chissano nos assuntos de integração regional. Este envolvimento, tanto como dirigente da cúpula da SADC e do seu Órgão para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança bem como no desempenho de importantes funções na resolução de conflitos inter ou intraestatais na região constituíram atos relevantes de política externa de Moçambique na região durante a governação de Chissano.

A nível interno, Chissano notabilizou-se pelo seu empenho na busca da paz para o país após constatada a impossibilidade de se chegar à vitória contra a Renamo por via militar. Tendo chegado à mesma conclusão, o líder da RENAMO, Afonso Dlakama viria a assinar, com Chissano, o Acordo geral de Paz em 1992, em Roma, colocando-se, deste modo, como um obreiro da paz juntamente com Chissano. Com efeito, durante cerca de vinte anos viveu-se, em Moçambique, um clima de paz, que foi propício para o relançamento da economia do país e da promoção do seu desenvolvimento político, económico e social, que o tornou uma referência no mundo no que se refere ao crescimento económico sustentável e à promoção da paz e da democracia.

Este clima de paz viria, no entanto, a ser quebrado em princípios da década de 2010 durante a presidência de Armando Emílio Guebuza (2005-2015). Antigo Comissário Político Nacional nos tempos da luta de libertação nacional, que mais tarde desempenhou diversos cargos

governamentais, Guebuza levou uma política externa eminentemente liberal, alargando a colocação de Moçambique como um destino privilegiado de todos quantos nele quisessem investir permitindo, deste modo, a criação de riqueza para o país e para os investidores.

No entanto, a nível interno, Guebuza era considerado pouco aberto ao diálogo, tendo apostado fortemente no fortalecimento do seu partido, a FRELIMO, e no reforço da capacidade defensiva do país. Isto levou ao aumento de hostilidades com a Renamo, cujo líder se retirou para as matas de onde reiniciou um processo de intimidação e ataques.

Armando Guebuza continuou, no entanto, a mostrar um grande entusiasmo pela causa da região da África Austral e veio, também, a protagonizar um facto digno de realce nas relações com a antiga potência colonial. Tratou-se da reversão da Barragem de Cahora Bassa em 2006 para a jurisdição nacional através de negociações amigáveis com Portugal e outros investidores envolvidos na exploração daquela importante infraestrutura económica. Manteve, também, relações de amizade com vários países, tanto ocidentais como do resto do mundo, num contexto de liberalismo económico crescente no país.

A sua governação viria, no entanto, a ser manchada por escândalos ligados à descoberta de dívidas consideradas “ocultas” contraídas para a formação de empresas alegadamente viradas para o reforço da segurança e soberania nacionais através da exploração de recursos pesqueiros como o atum e garantia de proteção costeira e assistência marítima aos navios que demandam a costa moçambicana ou que estejam envolvidas na exploração de recursos como gás natural e outros, nas bacias fluviais e nas águas marítimas e interiores de Moçambique. Na prossecução deste objetivo, dívidas avultadas foram contraídas à revelia das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e outros parceiros de cooperação como G19, o que levou ao cancelamento dos créditos concedidos por estas instituições a Moçambique.

Armando Guebuza viria a ser sucedido, na condução dos destinos do país por Filipe Jacinto Nyusi em eleições realizadas em Outubro de 2014 naquilo que é considerado como a ruptura da liderança do país com a geração da luta de libertação nacional. A contestação dos resultados eleitorais de 2014 por parte da Renamo e do seu líder, levou ao reatamento das hostilidades entre o governo e o antigo movimento rebelde, o que constituiu um grande desafio para a governação de Nyusi.

A principal reivindicação do líder da Renamo apresentada após a eleição de Nyusi é a governação das cinco províncias do centro e norte de Moçambique onde a Renamo supostamente terá ganho as eleições de 2014. Diversas iniciativas para a resolução deste diferendo não surtiram os desejados efeitos, incluindo a criação de comissões de negociação compostas pelas partes desavindas com o envolvimento de observadores nacionais e, mais tarde, de mediadores internacionais. Somente em finais de 2016, na sequência de iniciativas individuais do Presidente Nyusi junto do líder da Renamo se logrou o alcance de uma trégua que se espera seja o prenúncio de uma paz longa e duradoira em Moçambique.

Apesar da tomada de decisões ao nível do Estado ser feita por coalisões e grupos de interesses diversos que podem dificultar a governação de Nyusi, a aversão à guerra por parte de vastos segmentos da sociedade moçambicana e a necessidade de continuação da promoção do crescimento económico que está sendo experimentado desde meados da década de 1980 constitui um fator bem mais atraente do que o recurso à guerra.

De referir que após a sua eleição em 2014 Nyusi realizou visitas a Itália, Portugal, Estados Unidos, Tanzânia, Zâmbia, África do Sul, Zimbábue, Índia, Alemanha, Angola, Bélgica. Pode-se depreender que o Chefe do Estado moçambicano está apostado em continuar a dirigir uma política externa diversificada de uma forma incremental na busca de “mais amigos e mais parcerias” conforme preconizado na política externa de Moçambique oficialmente promulgada pela primeira vez em 2010.

5 POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA (1986-2016)

Na primeira metade da década de 1980 a situação política, económica e social de Moçambique era deplorável. A devastação provocada pela guerra de desestabilização e uma seca debilitante, aliada ao declínio substancial do apoio dos principais parceiros económicos do país originaram a procura de fontes alternativas de financiamento no ocidente. Foi assim que o governo de Moçambique sob a liderança de Samora Machel iniciou um processo de viragem com a aproximação aos países ocidentais após ter constado a incapacidade dos países socialistas em satisfazerem as demandas do governo moçambicano para fazer face às consequências da guerra de desestabilização e da seca.

Foi contudo, na vigência da governação de Joaquim Chissano (1986-2005) que essas mudanças se tornaram efetivas e irreversíveis, facilitadas pelo fim da guerra-fria em finais da década de 1980 e pela queda do regime do *apartheid* na África do Sul no início da década de 1990. Assim, por volta de 1984, Moçambique passou a receber assistência de doadores ocidentais, cuja influência levou à introdução de várias medidas de reforma económica, o que culminou com a adopção da economia orientada para o mercado em 1987 (LHALBAHADUR; OTTO, 2013). Conforme estes autores, estas medidas eventualmente abriram caminho para um abrangente processo de paz, que levou à cessação da guerra civil em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992 e às eleições democráticas realizadas de 27-29 de Outubro de 1994.

Como foi anteriormente referido, o envolvimento com atores ocidentais surgiu da necessidade de resolver a paralisante crise humanitária, surgida da combinação da guerra e da seca, enquanto simultaneamente o governo de Moçambique lutava por uma maior autonomia da África do Sul do *apartheid*. O apoio de doadores para o processo de paz em Moçambique fez provisões para o desmantelamento das forças da Renamo e a integração de suas tropas num exército nacional unificado. O AGP também assegurou a reforma e a desmobilização de várias forças de segurança e a reintegração do território dirigido pela Renamo numa única administração estatal e abriu caminho à realização das primeiras eleições multipartidárias desde a independência. Nessas eleições a Frelimo ganhou 53% de votos enquanto o principal partido de oposição, Renamo ganhou 33.7% (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

Para Lhalbahadur e Otto (2013), a cessação das hostilidades e a realização das eleições estabeleceu o sentido de legitimidade que a Frelimo tinha estado a procura através da guerra, e permitiu ao novo governo, forjar um novo caminho para o desenvolvimento de Moçambique baseado em princípios de capitalismo de livre-mercado e democracia multipartidária. Para estes autores, a cessação das hostilidades também levou a uma fase distinta na política externa de Moçambique, na qual o envolvimento internacional era atraído para apoiar os suas necessidades imediatas, de médio e longo prazo.

De realçar que após a guerra civil terminada com o Acordo Geral de Paz assinado em Outubro de 1992, Moçambique era um país devastado por uma guerra que produziu mais de um milhão de mortos e cerca de cinco milhões de deslocados para além de inúmeras infraestruturas económicas e sociais destruídas. Esta situação originou uma grave crise humanitária, exacerbada pela seca devastadora que assolou o país no início da década de 1980 (LHALBAHADUR; OTTO, 2013).

De acordo com Lhalbahadur e Otto (2013), o produto nacional bruto *per capita* de Moçambique era de 374 Dólares Americanos, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.202, o que o colocava como o quarto país menos desenvolvido no mundo em 2013. Como estes autores constatarem, o fim da guerra necessitou da reconstrução em todas as facetas da vida em Moçambique, o que incluía a necessidade do estabelecimento de instituições e normas para o envolvimento político do país e evitar o ressurgimento da guerra civil.

Moçambique abriu-se ao investimento direto estrangeiro promovendo as potencialidades económicas do país e criando facilidades para a atração do investimento para assegurar a sustentabilidade económica a longo prazo. Iniciou, também, um processo de reconstrução e criação de infraestruturas económicas e sociais para promover o desenvolvimento e aumentar o acesso à educação, saúde e bens de consumo para as comunidades.

De referir ainda que, embora a assistência dos doadores internacionais tenha ajudado a enfrentar os esforços imediatos de reconstrução pós-conflito, Moçambique também procurou estabelecer relações mais próximas na região, assegurando sua segurança a longo prazo. Como afirmam Lhalbahadur e Otto (2013), no período imediato após a guerra civil, o governo de Moçambique recebia assistência de uma coalisão de apoio canalizado primeiro através da Operação das Nações Unidas para Moçambique (UNOMOZ) e o G19, ao mesmo tempo que se integrava mais à região da África Austral.

O mandato da UNOMOZ, que entrou em efeito após o acordo geral de paz (AGP) foi assinado em 1992 e compreendia componentes de intervenção política, militar, eleitoral e humanitária. Fortes intervenções bilaterais a partir da comunidade doadora reforçaram a atividade da UNOMOZ. Muitos doadores – particularmente os países nórdicos – tinham ao longo de décadas experiência em trabalhar com Moçambique, e ofereceram apoio flexível e *ad-hoc* à UNOMOZ em ultrapassar as dificuldades de implementação. Estas intervenções tornaram possível enfrentar rapidamente as necessidades de desmobilização, desarmamento e reintegração e a desminagem das zonas rurais.

Após a resolução das primeiras tarefas pós-guerra, a assistência ao desenvolvimento começou a ser desembolsada através do apoio geral ao orçamento, de acordo com os princípios da Declaração de Paris, que encoraja uma cooperação maior e a delimitação das atividades entre os doadores e o governo (LALBAHADUR; OTTO, 2013). Para estes autores, em Moçambique isto significava que o governo tinha, em princípio, tomado o papel de liderança na coordenação e implementação de amplas estratégias de alívio à pobreza enquanto aderiria aos princípios de democracia, transparência e boa governação, com considerável supervisão proveniente do G19.

A adesão aos princípios de democracia e liberalismo económico não ocorreu sem sobressaltos pois registaram-se problemas de prestação inadequada de contas, falta de transparência, crescente intolerância política e limitações na participação da sociedade civil. Embora se tenha enfatizado a transparência e prestação de contas aos doadores, o mesmo não pode ser dito para a prestação de contas e transparência entre instituições do Estado ou entre o Estado e a sociedade. As lacunas legais existentes incluíam a ausência de um papel formal para a Assembleia da República desenhar os objetivos estratégicos sob os quais o governo pudesse prestar contas, ou no desembolso e uso do dinheiro (LHALBAHADUR; OTTO, 2013).

Torna-se necessário salientar que estas lacunas legais concorreram para a ocorrência de problemas na gestão económica do país, principalmente durante o último mandato do Presidente Armando Guebuza que terminou em Outubro de 2014, em relação à aquisição de barcos para a Empresa Moçambicana do Atum (EMATUM), que despoletou um aceso debate na sociedade moçambicana. Mais tarde se constatou que existem outras dívidas contraídas pelo governo no mesmo período que não foram reportados nem às instituições nacionais como a Assembleia da República, nem às instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o

Banco Mundial (WB)⁸⁹ e os parceiros de cooperação ocidentais. As instituições financeiras internacionais acabaram suspendendo o apoio financeiro que davam a Moçambique, o mesmo acontecendo com os parceiros europeus congregados no G19.

A polémica resultante deste endividamento, acabou levando os representantes do governo encabeçados pelo Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário a deslocarem-se a Washington-DC, em Abril de 2016, e, mais tarde, o Chefe do Estado, Filipe Nyusi, para prestarem os devidos esclarecimentos sobre a natureza das dívidas “ocultas” contraídas pelo Governo. Na ocasião, o governo tornou públicas as dívidas contraídas para a criação das empresas Proíndicus e Mozambique Assets Management (MAM), para além da dívida com a EMATUM à revelia das instituições nacionais como a Assembleia da República, o Banco de Moçambique e a sociedade civil, em geral.

Isto demonstra as grandes fragilidades existentes no funcionamento das instituições moçambicanas e evidencia a fraca participação da sociedade civil. Por isso, Lhalbahadur e Otto (2013) consideram ser imperativo para Moçambique tomar um papel mais forte na coordenação e aproveitamento do apoio internacional para o desenvolvimento do país.

No entanto, o governo tem tentado aumentar sua autonomia da comunidade internacional através da participação regional visando fortalecer sua independência económica. Para Lhalbahadur e Otto (2013), a participação regional do país neste período está bifurcada em duas estratégias. A primeira é a tentativa de construir fortes relações bilaterais com seus vizinhos imediatos, focando no comércio e resolvendo desafios partilhados de desenvolvimento através do desenvolvimento das infraestruturas. A segunda é sua contribuição para a paz e segurança através da SADC.

Refira-se, no entanto, que Moçambique tem dado primazia às relações com países africanos, que se reflete no facto de que um terço das missões diplomáticas estão baseadas no Continente Africano. Com efeito, das 35 embaixadas que Moçambique opera pelo mundo, 11 estão baseadas em África nomeadamente em Angola, Botswana, Egito, Etiópia, Quênia, Malawi, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, cobrindo todos os seus vizinhos imediatos e outros parceiros-chave incluindo a União Africana e a SADC (LHALBAHADUR; OTTO (2013).

⁸⁹ Do Inglês *World Bank*. Optamos pela abreviação WB para não se confundir com a do Banco de Moçambique (BM).

De referir que a política externa de Moçambique conheceu um carácter muito pragmático desde os tempos da luta armada de libertação nacional até o ano de 2010 quando foram publicados dois *white papers*⁹⁰ sobre a política externa e sobre a cooperação internacional. Segundo estes documentos, os princípios da política externa de Moçambique incluem a defesa da soberania, a promoção da democracia, direitos humanos, o Estado de Direito e o desenvolvimento socioeconómico, manutenção de laços especiais de amizade, o estabelecimento de novas amizades baseadas no respeito mútuo, solidariedade, contribuir para o esforço global para a paz e segurança por reconhecer a primazia da resolução negociada de conflitos e usar a força somente em casos de autodefesa (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2011).

No *white paper* sobre a política externa de Moçambique, publicado em 2010, esta é definida como sendo “fazer mais amigos, promover mais parcerias” e tem como visão defender o interesse nacional, fazer mais amigos e diversificar parcerias no mundo, contribuir para a paz e o progresso da humanidade, projetando sempre o bom nome e a boa imagem de Moçambique na arena internacional.

A missão da política externa de Moçambique é implementar uma ação diplomática proativa com vista a contribuir para a consolidação da paz e estabilidade, a erradicação da pobreza, a promoção da democracia e dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável em Moçambique, na África e no mundo (BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE, Nº 34, 2010).

Analisando a política externa de Moçambique apresentada em 2010, Lhalbahadur e Otto (2013) consideram que o país procura avançar uma agenda orientada para o desenvolvimento e dedica uma abordagem cooperativa e multilateral. Estes autores consideram ainda que o país orienta-se no sentido de fazer uma “contribuição modesta” para o alcance da paz e prosperidade na região austral de África (LALBAHADUR E OTTO, 2013, p.6).

Na prossecução dos interesses nacionais de preservação da paz e estabilidade, de consolidação da democracia e de promoção do desenvolvimento socioeconómico, científico e cultural, a política externa de Moçambique preconiza a necessidade de continuar a ser um ator ativo no contexto regional e internacional em prol da paz, democracia e progresso. Estes objetivos serão conseguidos através da promoção do diálogo e desenvolvimento das relações de amizade e de cooperação mutuamente vantajosas com Estados, organizações internacionais e outros atores internacionais com base no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial,

⁹⁰ Boletim da República I Série Nr.34, de 30 de Agosto de 2010, 4º Suplemento

igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios (BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE, Nº 34, 2010).

Tendo em consideração o atual contexto nacional e internacional, a política externa de Moçambique guia-se pelas seguintes linhas de ação estratégicas, entre outras:

- a) definição das prioridades e interesses de Moçambique em relação a cada país, região geográfica e organização internacional;
- b) maximização e capitalização das relações especiais com os países da região;
- c) aprofundamento das relações de amizade e cooperação com os diferentes países;
- d) realização de uma diplomacia económica forte e proativa com vista à identificação e aproveitamento de oportunidades de cooperação e parcerias multiformes existentes nas diferentes regiões do mundo;
- e) promoção da imagem positiva de Moçambique, nomeadamente através da divulgação das potencialidades económicas e socioculturais do país no exterior;
- f) interação permanente e regular com organizações não--governamentais, instituições académicas, órgãos de comunicação social, sector privado e outros atores da sociedade civil (BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE, Nº 34, 2010).

Para a implementação da política externa do país, a Constituição da República preconiza que o Presidente da República orienta e dirige a política externa e que compete à Assembleia da República legislar sobre as questões básicas da política externa do país. Ao Governo cabe a realização da política externa através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação que a coordena e executa. Nesse sentido, impõe-se uma coordenação institucional cada vez mais eficaz, na qual o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação assume um papel de liderança de forma a garantir a observância dos princípios e a materialização dos objetivos da política externa de Moçambique (BOLETIM DA REPÚBLICA, I SÉRIE, Nº 34, 2010).

De acordo com o *white paper* de 2010, a execução da política externa deve garantir a implementação dos compromissos internacionais assumidos, consubstanciados em acordos, memorandos, decisões, resoluções e recomendações emanadas dos entendimentos bilaterais e multilaterais. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação é o fiel depositário de todos os instrumentos jurídicos de natureza político-diplomática e de cooperação internacional de que

Moçambique é parte. A implementação da política externa deve ser feita através da ação diplomática, pautando-se, tanto por mecanismos bilaterais e multilaterais como também pela integração regional.

Os mecanismos bilaterais serão levados a cabo através de troca de visitas a todos os níveis, consultas bilaterais, comissões mistas, comissões técnicas de cooperação, negociações, entre outros. Os mecanismos multilaterais incluem a participação ativa nas atividades das organizações internacionais de que Moçambique é membro, privilegiando a concertação política-diplomática e o diálogo. A priorização de uma forte ação politico-diplomática com vista à implementação das políticas de integração regional da SADC é outro mecanismo previsto na implementação da política externa de Moçambique.

Segundo o documento da política externa de Moçambique, este país prosseguirá a sua política externa de “fazer mais amigos, promover mais parcerias” na salvaguarda do seu interesse nacional e com os ajustamentos que forem necessários, tendo em conta a dinâmica e os desafios globais, particularmente o seu impacto na região da África Austral, no continente Africano e no mundo em geral.

Na sua estratégia de procurar mais amizades, Moçambique tem defendido aspirações pacíficas. Esta posição é também impulsionada pela *realpolitik* que é necessária para um pequeno Estado como Moçambique. Contratos difusos reduzem a dependência de Moçambique e uma vulnerabilidade a qualquer entidade, uma lição aprendida durante a era da Guerra Fria quando foi forçado a recorrer a fontes alternativas de apoio em face da diminuição das relações sino-soviéticas (LHALBAHADUR; OTTO, 2013).

De acordo com Lhalbahadur e Otto (2013), hoje isso é melhor ilustrado pelo fato de que o país não só regista uma forte presença de doadores predominantemente ocidentais, mas também parceiros emergentes como a China e Brasil, mantendo fortes ligações com a África do Sul e seus vizinhos imediatos. O compromisso de Moçambique com o engajamento diversificado é sublinhado pela sua participação em diversas organizações culturais, linguísticas e políticas.

É membro fundador da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), membro observador da organização Internacional da Francofonia; e membro da *Commonwealth*, da Comissão do Oceano Índico e da Conferência Islâmica. De todas estas, a filiação na *Commonwealth* ecoou mais fortemente o seu desejo de se envolver externamente de uma forma

pragmática, servindo, deste modo, o s interesses nacionais de um país em mudança (LHALBAHADUR; OTTO, 2013).

Para Lhalbahadur e Otto (2013), a filiação na *Commonwealth* serviu para facilitar a interação regional de Moçambique, encorajou ofertas de assistência técnica e formação e assinalou o compromisso do país em manter uma diversidade de relacionamentos. Os autores acrescentam que embora oficialmente tenha saudado a decisão de Moçambique na *Commonwealth*, Portugal foi particularmente posto ao lado desta decisão dado que ele procura ser a força unificadora do mundo lusófono através da CPLP. Afirmam ainda que a Rainha da Inglaterra só levou a cabo a sua primeira visita a Moçambique em 1999, quatro anos após a adesão do país à *Commonwealth*, no que foi percebido como deferência aos sentimentos portugueses.

De realçar que os envolvimento políticos e económicos multilaterais do país em África têm se limitado à União Africana, e à SADC. Com efeito, em 1997, Moçambique deixou o Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA)⁹¹ em favor do seu envolvimento apenas na SADC. Ligações históricas do país à SADC, instituição que sucedeu à SADCC de que Moçambique é membro fundador terão pesado mais do que considerações de natureza económica nesta escolha.

Com a limitação do seu envolvimento regional, Moçambique passou a desempenhar um papel importante na burocracia e atividades da SADC tendo já desempenhado as funções de Presidente da Cimeira da SADC. Liderou, também a *troika* do Órgão para a Cooperação em Política, Defesa e Segurança. Para além da liderança das *troikas* da Cimeira e do Órgão, exerceu também a vice-presidência. Tomaz Salomão, antigo Ministro do Plano e Finanças foi apontado como Secretário Executivo da SADC em 2005 e reeleito em 2009 tendo cessado em 2013.

No âmbito da prevenção e resolução de conflitos, Moçambique tem desempenhado um papel importante em diversas iniciativas de manutenção de paz na região. Através da facilitação do antigo Presidente Joaquim Chissano, contribuiu para a resolução do conflito interno em Madagáscar como mediador e, mais recentemente, se envolveu na mediação do conflito potencial entre o Malawi e a Tanzânia. Consoante Lhalbahadur e Otto (2013), isto está em linha com o compromisso de política externa de Moçambique de “resolução negociada de conflitos”, um princípio que para estes autores, emana provavelmente do seu próprio passado violento.

⁹¹ Do Inglês *Common Market for Eastern and Southern Africa*.

De referir que a política externa de Moçambique publicada em 2010 incorpora uma política de cooperação internacional, que constitui o segundo *white paper* publicado na mesma altura, considerado como sendo um instrumento vital na materialização do programa do Governo.

A política de cooperação internacional de Moçambique assume que esta esteve sempre associada à promoção, estabelecimento e fortalecimento de relações de amizade com povos, Estados e organizações internacionais e na mobilização de recursos essenciais para a implementação dos principais objetivos da agenda de desenvolvimento do país.

Os princípios fundamentais da política de cooperação internacional como parte integrante da política externa assentam em vantagens mútuas, complementaridade e equidade nas relações internacionais. Neste contexto, a política de cooperação internacional guia-se pelos seguintes princípios fundamentais:

- a) a promoção de relações de amizade e de cooperação com todos os Estados, baseadas no respeito mútuo, no respeito pela soberania e integridade territorial, na igualdade, na não interferência nos assuntos internos e na reciprocidade de benefícios;
- b) o respeito, observância e aplicação das normas do Direito Internacional incluindo os-princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, do Ato Constitutivo da União Africana (UA) e do Tratado da SADC;
- c) a instauração de uma ordem económica mais justa e equitativa nas relações internacionais.

Pode-se afirmar, de uma maneira geral, que a política externa de Moçambique guia-se pelos princípios fundamentais consagrados na Constituição da República, conforme os Artigos 17º a 22º da mesma. Assim sendo, a política externa pauta-se pelos seguintes princípios os quais, pela sua importância julgamos conveniente elencar na íntegra:

- a) estabelecimento de relações de amizade e cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios;
- b) observância e aplicação dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da União Africana;

- c) solidariedade para com a luta dos povos e Estados africanos, pela unidade, liberdade, dignidade e direito ao progresso económico e social;
- d) busca e reforço das relações com países empenhados na consolidação da independência nacional, da democracia e na recuperação do uso e controlo das riquezas naturais a favor dos respectivos povos;
- e) luta pela instauração de uma ordem económica justa e equitativa nas relações internacionais;
- f) apoio e solidariedade com a luta dos povos pela libertação nacional e pela democracia;
- g) concessão de asilo aos estrangeiros perseguidos em razão da sua luta pela libertação nacional, pela democracia, pela paz e pela defesa dos direitos humanos;
- h) manutenção de laços especiais de amizade e cooperação com os países da região, com os países de língua oficial portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes moçambicanos;
- i) prosseguimento de uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa;
- j) defesa e primazia da solução negociada dos conflitos; Defesa do princípio do desarmamento geral e universal de todos os Estados;
- k) contribuição para a transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz (MINEC, 2010⁹², CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2011, p.9-11).

Em consonância com estes princípios, o Governo prossegue com a materialização dos seus objetivos plasmados no Programa Quinquenal para a vertente externa, cuja linha de orientação é a luta contra a pobreza e a promoção do desenvolvimento económico. Neste contexto, como foi já afirmado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) apresenta-se como a instituição que assegura a implementação da política externa, sob a liderança do Chefe de Estado (MINEC, 2010).

⁹²http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=95 acesso em Junho de 2016

Conforme o MINEC (2010), a República de Moçambique mantém relações de cooperação com Estados e governos de várias partes do mundo, sendo os principais parceiros de apoio ao orçamento do Estado denominados Parceiros de Apoio Programático (PAPs), também denominados G19 os seguintes: Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia e Suíça.

Outros parceiros de cooperação incluem a África do Sul, Austrália, Brasil, China, Coreia, EUA, Índia, Japão e Vietnã. As Nações Unidas (NU) e os EUA são membros associados pois, embora não providenciem apoio ao orçamento, eles participam nos processos de planificação, monitoria e avaliação.

Para a operacionalização da sua política de cooperação internacional, funciona, em Moçambique o Grupo de Parceiros de Desenvolvimento (DPG)⁹³, que é um fórum onde encontram-se todos os parceiros de desenvolvimento (bilateral e multilateral) a nível de embaixadores para efeitos de coordenação. O DPG é presidido pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas (escritório de coordenador residente) e não interage diretamente com o Governo. Constitui apenas um fórum de concertação entre os doadores estando convidados para este fórum, todos os chefes de cooperação incluindo dos parceiros emergentes como a China, Brasil, Rússia, África do Sul, etc. (MPD, 2013, p.16).

O G19 elege anualmente uma *troika* composta por três agências bilaterais e dois membros permanentes, sendo os membros multilaterais (Banco Mundial e União Europeia) que os coordenam e representam. Cada agência bilateral faz parte da *troika* por três anos, assumindo a chefia no segundo ano.

As instituições responsáveis pela cooperação em assuntos económicos em Moçambique são: O Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), o Ministério da Economia e Finanças, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e o Banco de Moçambique. Este grupo é denominado *Joint Steering Committee*, sendo presidido pelo MPD e procede ao acompanhamento do processo de cooperação internacional nos seus diversos aspectos, faz a proposta do *Aide Mémoire* e prepara as reuniões do Diálogo Político (MPD, 2013).

Segundo o MPD (2013), Moçambique faz parte dos países que recebem maior parte dos fundos de doadores. Tomando em conta a média do período 2009-2011 a Organização Europeia

⁹³ Do Inglês *Development Partners Group*.

para a Cooperação e Desenvolvimento (OECD) classifica Moçambique como o 4º maior receptor da ajuda externa em África, tendo recebido uma média anual de cerca de 2 bilhões de USD. Dentre os Países em Desenvolvimento, Moçambique foi no mesmo período (2009 – 2011), o 10º maior receptor de ajuda externa, numa lista encabeçada pelo Afeganistão, Congo e Etiópia.

O facto de Moçambique constituir ainda um dos maiores receptores da ajuda para o desenvolvimento em África, reflete em parte a necessidade de financiamento dos recorrentes *déficits* orçamentais que o país tem enfrentado. Em consequência, a tendência da ajuda oficial ao desenvolvimento tem se demonstrado crescente desde os anos 1970 até o presente.

Em Moçambique existe também um fórum no quadro da cooperação com parceiros externos denominado Diálogo Político, onde são apreciados pontos importantes agendados pelos parceiros de cooperação. Nele são discutidos assuntos que pela sua natureza, não devem ser discutidos ao nível técnico e por último influenciar possíveis reformas. As reuniões do Diálogo Político realizam-se 4 vezes por ano, entre Ministros e Embaixadores.

De referir ainda que como parte integrante dos dois processos, decorrem as sessões de Observatórios de Desenvolvimento onde o Governo interage com a sociedade civil sobre o seu desempenho bem como, as suas propostas do Plano e Orçamento. O anexo 1 desta tese ilustra as diversas organizações internacionais com que Moçambique mantém relações de cooperação.

Depreende-se, da análise feita nesta seção, que a política externa de Moçambique assentava no pragmatismo, desde os primórdios da independência nacional. Profundamente constrangida pelo contexto regional e internacional predominante nessa altura, a aliança aos países considerados “aliados naturais” desde o período da luta de libertação nacional, bem como aos países não-alinhados e países progressistas africanos constituiu a única alternativa disponível.

Esta estratégia se contrapunha ao apoio que os países ocidentais concederam ao governo colonial português e aos regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul que tinham Moçambique como seu principal inimigo na região. A estratégia política de partido único assim como a opção pela economia centralmente planificada do tipo socialista contribuíram sobremaneira para a marginalização de Moçambique pelos países ocidentais que canalizaram apoio massivo para os seus aliados na região, nomeadamente os regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul e apoiaram sub-repticiamente à Renamo e outras entidades que se opunham ao governo de Moçambique dirigido pela Frelimo.

Em consequência deste ambiente envolvente, Moçambique viria a enfrentar graves dificuldades políticas, económicas e sociais que levaram à alteração de sua política externa, por volta de 1984, virando-se para o ocidente após constatar a impossibilidade de continuar a receber o apoio dos seus antigos aliados, principalmente a União Soviética. O fim da bipolaridade no sistema internacional em finais da década de 1980 e o colapso do regime do *apartheid* no início da década de 1990 contribuíram muito para a alteração da correlação de forças na região da África Austral e para a adopção, por Moçambique, de uma economia liberal e do pluralismo político no país.

Em resultado destas mudanças a nível interno, da região e do mundo, foi adoptada a política de economia aberta que permitiu a atração de investimento estrangeiro e o relançamento da cooperação com parceiros de todo o mundo, de acordo com os superiores interesses de Moçambique. A diversificação de parceiros de cooperação internacional no contexto de uma política externa extrovertida passaram a constituir as principais características do envolvimento externo de Moçambique.

Relacionamentos diversificados com parceiros do ocidente, da Europa do Leste, da Ásia, África, América Latina, Médio Oriente, bem como o envolvimento com os economias emergentes do Brasil, Índia, África do Sul bem como o relançamento da cooperação com a Rússia, China e países outrora pertencentes ao bloco do Leste passaram a constituir características essenciais da política externa contemporânea de Moçambique.

5.1 O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE

Durante a fase de implementação da estratégia de desenvolvimento socialista assente na planificação centralizada da economia nacional, Moçambique procurou obter investimentos estrangeiros mesmo dos países ocidentais para a promoção do seu desenvolvimento económico e social. No entanto, várias condições tinham que ser satisfeitas pelos investidores que escolhessem Moçambique como destino de seus investimentos.

Consoante Isaacman e Isaacman (1983), os líderes moçambicanos procuravam investimentos estrangeiros a partir de diversas fontes, tanto do ocidente como dos países socialistas, para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, definida como a base do

desenvolvimento socialista, e de uma base industrial forte, considerada como o fator dinamizador da economia. O facto de procurarem investimentos nos países ocidentais se baseava na sua avaliação de que os países socialistas eram incapazes ou não queriam fornecer o capital necessário, que os países ocidentais tinham maior capital de investimento disponível e superioridade tecnológica em certos sectores estratégicos. Consideravam ainda as vantagens potenciais de entrar em acordos com países capitalistas.

Apesar de estarem ansiosos por atrair capitais estrangeiros, os dirigentes de Moçambique recusaram-se a pôr em risco a soberania. De acordo com Isaacman e Isaacman (1983) os investimentos estrangeiros só seriam aprovados se impulsionassem o plano económico de Moçambique, assegurassem uma adequada transferência de tecnologia, garantissem a formação de trabalhadores moçambicanos e permitissem a nacionalização no final de um período especificado no contrato inicial.

Em consonância com esta posição, Moçambique rejeitou propostas de investidores ocidentais e países do bloco oriental para extrair os seus pegmatitos altamente valorizados. Apesar de estas exigências rigorosas, desde 1980, Moçambique assinou importantes acordos com empresas suecas, italianas, francesas, belgas, portuguesas, britânicas, norueguesas e da Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental, Romênia, União Soviética, China e Bulgária. Em termos de capital global, a Suécia e depois a Itália e a França eram os maiores investidores (ISACCMAN; ISAACMAN, 1983).

A abertura da economia moçambicana às forças do mercado impôs a necessidade de regulamentação dos investimentos privados, nacionais e estrangeiros em Moçambique. Assim, a partir de 1984 foram publicados vários decretos visando criar-se um quadro legal orientador do processo de realização de empreendimentos económicos no país.

Neste contexto foi aprovada a Lei nº 4/84, de 18 de Agosto e, através do decreto nº 8/87, de 30 de Janeiro, o regulamento do Investimento Direto Estrangeiro. Vários outros decretos complementares foram publicados posteriormente até que um instrumento mais abrangente foi publicado em 1993, a Lei nº 3/93 de 24 de Junho de 1993.

Assim, a partir desta altura, a diplomacia económica de Moçambique materializada através de ações de promoção das potencialidades económicas do país levadas a cabo pelas diferentes representações diplomáticas de Moçambique no mundo e, particularmente pelo Centro

de Promoção de Investimentos (CPI), permitiu atrair um grande número de investidores privados nacionais e estrangeiros provenientes de várias partes de mundo para Moçambique.

Por volta de 2010, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em Moçambique rondava os 578,8 Milhões de dólares americanos, sendo proveniente de quarenta países dos quais se destacam Portugal, África do Sul, Itália, Bélgica, China, Espanha, Reino Unido, Singapura, Quênia e Suíça. Outros países que investiram em Moçambique nessa altura incluem: Índia, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Japão, Holanda, Paquistão, Turquia, Zimbábue, etc. (CPI, 216).

Pode se constatar a enorme diversidade de origens do investimento direto estrangeiro em Moçambique por essa altura pois, dos quarenta países investidores em 2010, 11 eram países europeus, 7 asiáticos incluindo o Japão, a Índia e a China, 13 Africanos, 5 do Oriente Médio, 2 da América do Norte e 1 da Austrália.

Ainda em 2010, o Investimento Direto Nacional (IDN) foi de cerca de 648,5 Milhões de Dólares perfazendo um total de 3.090,0 Milhões de Dólares. Estes investimentos no seu todo criaram cerca de 28.245 empregos majoritariamente no sector da agricultura e agroindústrias com 52.35%, seguido do sector da indústria com 19.73% e o sector de serviços, com 7.35%. A tabela que a seguir se apresenta ilustra a situação do investimento em Moçambique no ano de 2010.

Tabela 1 - Investimento Aprovado por Sectores, em 2010

Sectores	Nº de Projetos	Valores (US\$)				Emprego		
		IDE	IDN	Sup/Emp	Total	%	Nº	%
Agricultura e Agroindústrias	37	222,963,344	8,853,625	156,286,548	388,103,517	12.56%	15,118	53.52%
Aquacultura e Pescas	3	694,286	2,311,105	3,258,559	6,263,950	0.20%	491	1.74%
Banca e Seguradoras	3	39,696,000	5,413,600	30,000,000	75,109,600	2.43%	877	3.10%
Construção e O. Públicas	21	23,753,069	1,851,184	12,633,457	38,237,710	1.24%	1,985	7.03%
Indústria	76	113,824,767	22,217,868	33,159,447	169,202,082	5.48%	5,572	19.73%
Energia	1		570,000,000	1,330,000,000	1,900,000,000	61.48%	170	0.60%
Transp. e Comunicações	10	13,811,400	2,345,288	32,092,269	48,248,957	1.56%	768	2.72%
Turismo e Hotelaria	39	33,209,515	25,591,102	75,216,530	134,017,147	4.34%	1,189	4.21%
Serviços	44	130,857,227	9,957,925	190,256,240	331,071,392	10.71%	2,075	7.35%
Total	234	578,809,608	648,541,697	1,862,903,050	3,090,254,355	100.00%	28,245	100.00%

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos (CPI, 2016).

Vale realçar que os investimentos diretos nacionais e estrangeiros em Moçambique tendem a aumentar consideravelmente desde a introdução da economia de mercado em Moçambique, acompanhados por uma melhoria crescente dos indicadores macroeconómicos do país. Contudo, ainda se observa uma dependência considerável dos financiamentos externos para o orçamento do Estado.

No entanto, ciente do desafio de reforçar a autonomia orçamental do país, o Governo preconizou na sua política de cooperação internacional, a gradual redução destes níveis da dependência. O Orçamento do Estado foi, em 2008, majoritariamente financiado por recursos externos (56%) mas, a partir de 2010, o cenário começou gradualmente a se inverter, com a dependência orçamental a reduzir para menos de 50%.

Segundo Lhalbahadur e Otto (2013) até 2010, seis dos investidores top-10 em Moçambique pertenciam consistentemente ao G19 e eram: Portugal, Itália, Reino Unido, Bélgica e Espanha com a Noruega e a Suíça alternando posições no top-10 em 2008 e 2010. Para estes autores, a crise financeira global de 2008 e subsequente instabilidade na zona do Euro uma vez mais trouxeram ao de cima a necessidade de Moçambique diversificar os seus compromissos externos.

Além de investir em Moçambique, o G19 também fez contribuições substanciais para apoiar o orçamento geral. Em 2010, contudo, isto foi abruptamente interrompido quando emergiram preocupações sobre governança. Estes desenvolvimentos levaram à subida global dos preços dos alimentos, originando manifestações urbanas em Setembro de 2010, que evidenciavam a emergência de preocupação em relação à governança moçambicana.

Com efeito, de acordo com Lalbahadur e Otto (2013), em 2013 a Bélgica, a Holanda e a Espanha retiraram o seu financiamento de apoio ao orçamento geral pressionando por causa de várias realidades políticas e económicas domésticas. Isto aliou-se com um desejo crescente do país de se tornar mais independente do G19 e uma crescente tendência global de investir no país, permitiu ao governo diversificar seus envolvimento externos.

Vale realçar que antigos aliados como a China, economias emergentes como a Índia e o Brasil, e parceiros mais inconvencionais como os Emirados Árabes Unidos (EAU) estão se tornando atores importantes em Moçambique. A tabela que a seguir se apresenta ilustra os principais investidores (*top-ten*) em Moçambique no período compreendido ente o ano de 2010 e o primeiro semestre de 2016.

Quadro 4 - Principais Países de Origem do Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique no Período de 2010 a 2016 (Primeiro Semestre)

Posição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portugal	China	EAU	África do Sul	Emirados	Espanha	China
2	África do Sul	África do Sul	Portugal	China	Maurícias	China	RAS
3	Itália	Portugal	RAS	Portugal	África do Sul	Emirados	Maurícias
4	Bélgica	Maurícias	Maurícias	Suíça	Portugal	Portugal	Reino Unido
5	China	EUA	China	Alemanha	China	África do sul	Portugal
6	Espanha	Reino Unido	Reino Unido	Emirados A. Unidos	Reino Unido	Índia	Turquia
7	Reino Unido	E.A.Unidos	Brasil	Uganda	Macau	Maurícias	Itália
8	Singapura	Noruega	Índia	Maurícias	Turquia	Singapura	Índia
9	Quénia	Austrália	Itália	Itália	Quénia	Austrália	Espanha
10	Suíça	Índia	Lesoto	Reino Unido	França	Turquia	EUA

Fonte: Compilação própria com base em dados fornecidos pelo Centro de Promoção de Investimentos em Moçambique (CPI), 2016.

Como se pode constatar do quadro 4, a partir de 2011 outros investidores aparecem a investir em Moçambique e assumindo a liderança até então exercida pelos países pertencentes ao G19. Em 2011 a China atingiu o topo na liderança do investimento em Moçambique e, no ano seguinte, os Emirados Árabes Unidos conseguiram igualmente realizar essa proeza.

O Brasil é outro investidor a ter conta como país de origem de parte considerável do investimento direto estrangeiro em Moçambique. Investimentos no Corredor de Nacala, no valor de \$205 milhões (EUR 152 milhões) são encabeçados pela mineradora Vale Moçambique, com capitais majoritariamente pertencentes à mineradora brasileira Vale do Rio Doce. Vários outros investimentos nos sectores da saúde, educação, obras públicas, agricultura, etc. foram feitos por este país que o colocam numa posição de destaque nos esforços de cooperação com Moçambique.

Como afirmam Dúran e Chichava (2013), importantes grupos económicos brasileiros estão agora presentes em Moçambique. Para além dos investimentos da Vale do Rio Doce que obteve a concessão para explorar a maior mina de carvão existente no país em Moatize, outras empresas como as construtoras Odebrecht e Camargo Correa implementam importantes projetos em Moçambique. A Odebrecht, por exemplo, é responsável pela construção do novo aeroporto internacional de Nacala, no norte de Moçambique, um empreendimento avaliado em cerca de 102 milhões de dólares, o equivalente a 73 milhões de Euros.

De referir, no entanto, que a intensificação dos laços tem sido liderada acima de tudo pelo governo. Os maiores programas de cooperação (como a fábrica Fiocruz para a produção de anti-retrovirais ou o Pro Savana para desenvolver o potencial agrícola do Corredor de Nacala), para além de constituírem sinais de um crescente ativismo, são também sinais da importância de Moçambique para a estratégia internacional do Brasil para o século XXI (DÚRAN; CHICHAVA, 2013).

Na área da educação superior, o Brasil tem sido um dos maiores fornecedores de bolsas de estudo para estudantes africanos, com especial destaque para os níveis de pós-graduação (mestrado e doutorado). No âmbito do programa CAPES (PEC-PG) das 76 bolsas oferecidas em 2016 para a frequência de cursos de Doutorado no Brasil, mais de 50% dos selecionados foram Moçambicanos (CCBM, 2017)⁹⁴.

Vale realçar, no entanto, que o G19 continua a ser um dos mais importantes parceiros internacionais de Moçambique, sobretudo devido ao apoio que este fornece para o orçamento do Estado. A parceria é regida por um Memorando de Entendimento que estabelece os “princípios básicos” que devem prevalecer em Moçambique como condição para a continuidade dos desembolsos de AGO, incluindo a salvaguarda da paz, processos políticos democráticos, a independência do judiciário, o Estado de direito, direitos humanos, a boa governação, prioridade à luta contra a pobreza, políticas macroeconómicas sólidas e sistemas eficazes de gestão de finanças públicas (MPD, 2012).

Constata-se, do acima descrito, que a diplomacia económica de Moçambique tem estado a contribuir para a atração de investimentos diretos estrangeiros de várias partes do mundo, no contexto de uma política externa caracterizada pela diversificação de parcerias internacionais na prossecução do interesse nacional. Uma política externa extrovertida, virada para a criação de parcerias tanto nos países ocidentais como nos países emergentes e no resto do mundo tem sido adoptada pelo governo de Moçambique na busca da melhor forma de salvaguardar o seu interesse nacional e promover o seu desenvolvimento económico e social.

⁹⁴ Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM), Bolsas de Estudo CAPES, PEC-PG, 2017.

5.2 OS RECURSOS MINERAIS E ENERGÉTICOS E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE

A descoberta de grandes quantidades de recursos minerais em Moçambique nas primeiras décadas do Século XXI, que vieram adicionar-se aos recursos naturais já em exploração deram um novo ímpeto à inserção internacional do país. Com efeito, corporações internacionais vindas de vários cantos do mundo passaram a colocar Moçambique como destino de avultados investimentos no que constitui mais uma etapa no seu processo de inserção internacional desde a independência.

De referir que desde os anos 1960 que começaram a fluir investimentos para a exploração de recursos minerais em Moçambique. Esta era uma nova fase de investimentos que se seguiu aos investimentos feitos pelas companhias concessionárias monopolistas, viradas essencialmente para a exploração agrícola e florestal. Esta nova fase passou a ser dominada pela África do Sul e pelos Estados Unidos, embora também fossem importantes os investimentos da Grã-Bretanha, França e Japão, bem como de outros países europeus ocidentais tais como a Bélgica, a Suécia e a Suíça. Nesta fase, a extração de minério e pequenas indústrias de processamento e manufatura adquiriram predominância sobre a produção agrícola.

Quadro 5- Principais Empresas Estrangeiras Envolvidas na Prospecção de Recursos Energéticos e Minerais em Moçambique nos anos 1960

Companhia Estrangeira	Origem da Capital	Principal Atividade realizada	Ano da Concessão	Área Envolvida
<i>Gul Oil</i>	Estados Unidos da América	Prospecção de petróleo	Prospecção iniciada em 1953. Atribuídos direitos de concessão em 1958	Sul de Moçambique. Descobriu Jazigos de gás natural em Pande
<i>Pan American International Oil Corporation</i>	Estados Unidos da América	Prospecção de petróleo	Prospecção nos anos 1960/67	Fez perfurações da área do rio Búzi
<i>Sunray Mozambique Oil Company, Clark Mozambique Oil Company e Skelly Mozambique Oil Company</i>	Grupo de Companhias Americanas	Prospecção de petróleo	Concessão atribuída em 1967	Área não especificada
<i>Anglo-American Corporation of South Africa, Societé Nationale de Petroles d'Aquitaine e Entreprises</i>	Grupo de empresas sul-africanas e	Prospecção de petróleo	Concessionado em 1967	14.000 Milhas ao longo da costa

Companhia Estrangeira	Origem da Capital	Principal Atividade realizada	Ano da Concessão	Área Envolvida
<i>de Recherches Pétrolières</i>	Francesas			
Sumitomo	Japão	Prospecção e exploração de recursos minerais	Concessão atribuída em 1967, para exploração de jazigo de Ferro de alto grau.	Zona de Porto Amélia (atual Pemba), em Cabo Delgado

Fonte: Elaboração própria com base em dados obtidos em Mondlane (1975).

Algumas destas companhias, como foi o caso da *Gulf Oil* tiveram seus direitos de concessão prorrogados várias vezes, tendo feito perfurações bem sucedidas na parte sul de Moçambique, incluindo a descoberta de gás natural em Pande, Inhambane. Vários anos após a independência nacional, a exploração de gás de Pande tornou-se uma realidade estando a ser feita pela multinacional Sul-africana Sasol, desde 2004. A Sasol procede não somente à exploração do gás de Pande, como também à sua exportação para a África do sul através de um gasoduto ligando as zonas de exploração, em Pande e Temane, à região de Secunda, na África do Sul.

Perfurações feitas na zona do rio Búzi, em Sofala, a cerca de 30 milhas do jazigo de Pande, comportavam, na altura jazigos de gás natural avaliados em 3000 milhões de metros cúbicos tendo sido igualmente feitos pela *Pan American International Oil Corporation*. Jazigos de outros minérios foram também descobertos na altura, como foi o caso de um grande jazigo de minério de ferro de alto grau descoberto perto de Pemba, Cabo Delgado, cuja concessão tinha sido atribuída ao grupo japonês Sumitomo (MONDLANE, 1975).

De acordo com Mondlane (1975), o minério com 60% de ferro e com reservas avaliadas em 360 Milhões de toneladas tinha uma produção prevista de cinco milhões de toneladas para o primeiro ano. Consoante este autor, para o processamento parcial deste minério, dois fornos de alta tensão estavam sendo construídos na Beira, em conjunto com a Sociedade Algodoeira de Fomento e pela Companhia *Sher* da Rodésia.

Torna-se, por isso, importante realçar que a abertura das portas do império português ao capital estrangeiro, permitindo às multinacionais repatriar cem por cento dos seus lucros teve como um dos principais efeitos permitir a participação do ocidente no colonialismo português, não apenas em termos económicos mas sobretudo intensificou a cooperação militar entre Portugal e os países da OTAN. Isto representou uma grande ameaça na estratégia da FRELIMO, movimento que, na altura, lutava pela libertação do território.

Saliente-se que muitas descobertas feitas naquela altura pelas empresas multinacionais da área de recursos minerais e energéticos estão atualmente sendo continuadas por empresas de vários países tais como os Estados Unidos, a França, Itália, Austrália, Portugal, Japão e outros, e constituem um ativo de grande importância estratégica de Moçambique nas próximas décadas.

Entretanto, se os investimentos realizados na década de 1960 eram importantes para impulsionar a economia de Moçambique, mais importantes se tornaram as descobertas de recursos minerais e energéticos descobertos nas primeiras décadas do século XXI. Analistas apontam para a possibilidade de promoção acelerada do desenvolvimento económico e social de Moçambique nas próximas décadas, com a diversidade e imensidão dos recursos que estão sendo descobertos, possibilitando, deste modo, a inserção benéfica do país tanto na região como no mundo. Consideram que os recursos minerais e energéticos existentes em Moçambique poderão permitir, a médio prazo, retirar o país da lista dos países mais pobres do mundo e colocá-lo no nível de países com desenvolvimento económico médio.

Um dos sectores nos quais Moçambique possui grande potencial para o seu desenvolvimento é o setor energético. Neste sector, o país possui uma grande ocorrência de recursos energéticos essencialmente o carvão mineral, as areias pesadas, a energia hidroelétrica e o gás natural. Dotado de uma das maiores barragens de África, a Hidroelétrica de Cahora Bassa, Moçambique possui potencial para fornecer energia eléctrica à grande parte dos países da África Austral e Oriental.

O sector de recursos minerais em Moçambique tem sido alvo de consideráveis injeções de investimento direto estrangeiro proveniente de várias partes do mundo, essencialmente de corporações multinacionais especializadas nos respectivos sectores. No que concerne ao carvão, foi a partir de 2008 que começaram a ganhar fama as enormes reservas de carvão em Moatize. Em 2010 começou a ser público que para além de Moatize há igualmente enormes reservas de carvão noutros distritos de Tete nomeadamente Changara e Cahora-Bassa, para além das bacias carboníferas de Cabo-Delgado, Niassa e Manica.

Companhias multinacionais especializadas na produção e comercialização do carvão no mundo estão envolvidas nesse processo em Moçambique. Diversas pesquisas apontam para a

possibilidade de Moçambique vir a pertencer à lista dos dez maiores produtores de carvão do mundo, num futuro próximo (SELEMANE, 2013)⁹⁵.

Quadro 6- Empresas Envolvidas na Pesquisa e Exploração do Carvão Mineral em Moçambique

Nome da Empresa	País de Origem	Local e Estágio do Projeto	Acionistas do Projeto	Produção anual prevista (Milhões de Toneladas)	
				Carvão de Coque	Carvão de Queima
Vale Moçambique	Brasil	Moatize 1 (a produzir) e Moatize 2 (previsão de início de produção para 2015) – em Tete	Vale do Rio Doce 85%; Estado Moçambicano 5%; e 10% reservados a investidores nacionais	17,16 em Moatize 1 e 2 (sendo 8,58 em cada projeto)	5,2 em Moatize 1 e 2 (sendo 2,6 em cada projeto)
Rio Tinto	Austrália/ Reino Unido	Benga (a produzir desde 2012) e Zambeze (previsão de início de produção para 2014) – em Tete	100% da Rio Tinto (anteriormente pertença da <i>Riversdale Mining</i> que vendeu por US\$ 3,8 biliões à Rio Tinto) Benga	Benga, 6 e Zambeze, 13,5	Benga, 4 e Zambeze, 9
<i>Jindal</i>	Índia	Changara em Tete, previsão de início de produção para 2013		3	2
<i>Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC)</i>	Reino Unido/ Cazaquistão	Cahora-Bassa, em Tete, previsão de início de produção para 2013	<i>Kazakhmys</i> 26% Alex <i>Mashkevitch</i> 14,6% <i>Alijan Ibragimov</i> 14,6% <i>Patokh Chodiev</i> 14,6% Propriedade do Estado & Comité de Privatização do Ministério das Finanças do Cazaquistão 11,6%	6	4
<i>Beacon Hill Resources</i>	Reino Unido	Minas de Moatize, a produzir desde 2011, em Tete		0,72	1,64
<i>Ncondezi</i>	Reino Unido	Ncondezi;	<i>Strata Limited</i> : 44,8 %	0	10,5

⁹⁵ Pesquisador ligado ao Centro de Integridade Pública (CIP), publicou um trabalho sobre recursos minerais e energéticos de Moçambique, no Boletim sobre o processo político em Moçambique – Número 53 – 15 de Fevereiro de 2013 – 1, numa parceria entre o CIP e a AWEPA, Parlamentares europeus para a África.

Nome da Empresa	País de Origem	Local e Estágio do Projeto	Acionistas do Projeto	Produção anual prevista (Milhões de Toneladas)	
				Carvão de Coque	Carvão de Queima
<i>Coal Mining</i>		previsão de início de produção para 2014	<i>Henderson Global Investors</i> 8,6 % <i>Investic Asset Management</i> 7,2% <i>Spearpoint</i> 6% <i>Ncondezi Trust No. 1Ogier Employee Benefit Trustee Limited</i> 5,5% <i>Evergreen Resources Holding(HK) Limited</i> 4,9% <i>Goldman Sachs Nominees</i> 3,8%		
<i>Anglo-American</i>	Reino Unido/EUA	Projeto Revuboe Previsão de início de produção para 2015	<i>Anglo-American</i> 58,9%; <i>Nippon Steel Corporation</i> 33,3% e <i>POSCO</i> 7,8%	5,1	3,4

Fonte: Selemane (2013, p.5)

Empresas como a Vale do Rio Doce (Brasil) e Rio Tinto (Austrália), as duas maiores empresas de mineração do mundo encontram-se envolvidas na exploração do carvão em Moçambique. Previa-se que até 2014, a Vale Moçambique produzisse cerca de 11 milhões de toneladas de carvão e atingir o dobro até 2017. Complementarmente estão planeados investimentos de milhares de milhões em projetos de infraestruturas, alguns dos quais já se encontram na fase de implementação. Estes projetos incluem a construção de uma nova linha férrea e dois portos (Beira e Nacala) para o transporte e carregamento de carvão - primeiramente para a Índia, China e Brasil.

Quadro 7 - Empresas Envolvidas na Exploração de Carvão Mineral e Outros Minerais na Província de Tete, Moçambique

Empresa	Área Concessionada	Referência Geográfica	Investimento Acumulado	Validade da Concessão
Vale Moçambique	23.780,00 Ha	Tete, Moatize	1880 Milhões de USD	2009-2032
Minas Moatize Limitada	260,00 Ha	Tete, Moatize	166 Milhões de USD	2005-2015
<i>Jindal Steel and Power Limited (JSPL) Mozambique Minerals</i>	17.620,79 Ha	Tete, Cahora Bassa, Chitima	180 Milhões de USD	2010-2035
Rio Tinto (Austrália) (ICVL)	5.912,86 Ha	Tete, Cidade de	850 Milhões de	2009-2034

Empresa	Área Concessionada	Referência Geográfica	Investimento Acumulado	Validade da Concessão
- Índia)		Tete	USD	
<i>Condezi Coal Company Mozambique, Limitada</i>	25.138,47 Ha	Tete, Chiúta, Kazula, Moatize, Kambulatsitsi, Zóbue	Não disponível	2013-2038
<i>ENRC Mozambique, Limitada</i>	24.355,48 Ha	Tete, Cahora Bassa, Chitima	Não disponível	2014-2039
<i>ENRC Mozambique, Limitada</i>	19.563,43 Ha	Tete, Magoé, Mphende, Mukumbura, Marávia, Fingoé, Zumbu	Não disponível	2014-2039
<i>ENRC Mozambique, Limitada</i>	24.954,60 Ha	Tete, Magoé, Chinthopo, Zumbu	Não disponível	2015-2040

Fonte: Elaboração própria com base em dados na Base de dados do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, Maputo, 2016

Vale realçar que a produção do carvão térmico⁹⁶ permite a geração de energia eléctrica pelo que, desde que a exploração de carvão de Tete começou a ganhar corpo, foi sendo avançada a possibilidade da construção de duas centrais térmicas: uma pela Vale Moçambique, com capacidade de produzir 2600 megawatts (MW), e outra pela Rio Tinto para gerar 2000 MW. Porém, atualmente fala-se da construção de apenas uma central térmica, que também depende da disponibilidade da empresa sul-africana de eletricidade Eskom em comprar tal energia (SELEMANE, 2013).

Outro projeto de construção de uma central térmica de 300 MW (com possibilidade de aumento para 1800 MW) pertence à companhia britânica *Ncondezi Coal Mining* também a operar em Tete. Segundo essa companhia, a totalidade da eletricidade a ser gerada na sua central térmica destina-se ao mercado moçambicano.

Na área de produção de energia eléctrica Moçambique é um dos maiores produtores da região de África Austral, possuindo a maior barragem hidroelétrica de África, a barragem de Cahora Bassa. Para além disso, vários projetos estão atualmente em curso visando maximizar a produção usando diferentes fontes de produção, incluindo barragens de produção de energia

⁹⁶ Da mineração do carvão resultam dois tipos de carvão: O carvão de coque que serve de matéria-prima na produção de ferro e aço, e o carvão térmico, usado na geração de electricidade (SELEMANE, 2013, p.6).

hidroelétrica, centrais termoelétricas usando carvão mineral, gás natural e gásóleo e fontes de energia solar. Estas características conferem ao país vantagens competitivas que podem ser usadas para o seu desenvolvimento económico e social além de conferirem vantagens competitivas nas relações com os países da região e do mundo.

Quadro 8 - Parque Produtor de Energia Eléctrica em Moçambique

Central	Recurso	Localização: Província (Distrito – Posto Administrativo	Rio	Potência Instalada MW
Hidroelétrica de Cahora Bassa	Hídrico	Província de Tete (Songo)	Zambeze	2075
Hidroelétrica de Corumana	Hídrico	Província de Maputo (Moamba)	Sábie	16.6
Hidroelétrica de Chicamba	Hídrico	Província de Manica	Revué	38.4
Hidroelétrica de Mavuzi	Hídrico	Província de Manica	Revué	52
Hidroelétrica de Cuamba	Hídrico	Província de Niassa	Mepopole	1.09
Hidroelétrica de Lichinga	Hídrico	Província de Niassa	Lucheringo	0.73
Hidroelétrica de Pequenos Libombos	Hídrico	Província de Maputo (Moamba)	Umbeluzi	1.5
Mini-Hidroelectrica de Sembezeia	Hídrico	Província de Manica (/Sussundenga – Posto Administrativo de Muôha)	Bonde	0.062
Mini-Hidroelectrica de Muoha	Hídrico	Província de Manica (Sussundenga – Posto Administrativo de Muôha)	Bonde	0.1
GTG1 Maputo	Gasóleo	Cidade de Maputo	NA	17
GTG2 Maputo	Gasóleo	Cidade de Maputo		36
GTG3 Maputo	Gasóleo	Cidade de Maputo		24
GTG Beira	Gasóleo	Prov. de Sofala (Cidade da Beira)		14
Central Térmica de Ressano Garcia	Gás Natural	Província de Maputo (Moamba –Posto Administrativo de Ressano Garcia)	NA	175
Central Térmica da Gigawatt	Gás Natural	Província de Maputo (Moamba –Posto Administrativo de Ressano Garcia)		120
Central Térmica da Aggreko Beluluane	Gás Natural	Província de Maputo (Moamba –Posto Administrativo de		40

Central	Recurso	Localização: Província (Distrito – Posto Administrativo)	Rio	Potência Instalada MW
		Ressano Garcia)		
Central Térmica da Aggreko Ressano Garcia	Gás Natural	Província de Maputo (Moamba –Posto Administrativo de Ressano Garcia)		50
Central Térmica da Aggreko Nacala	Gás Natural	Província de Nampula (Nacala)		18
Central Térmica de Temane	Gás Natural	Província de Inhambane (Inhassoro-Temane)		11.2
Central Térmica de Nova Mambone	Gás Natural	Província de Inhambane		0.77
Central Flutuante Karpower	Heavy Fuel Oil	Província Nampula(Nacala)	NA	115
Central Solar de Mavago	Solar	Província de Niassa (Mavago)	NA	0.5
Central Solar de Mecula	Solar	Província de Niassa (Mecula)		0.4
Central Solar de Muembe	Solar	Província de Niassa(Mumbe)		0.4
TOTAL		2807.8		

Fonte: Base de Dados do Ministério de Recursos Minerais e Energia, Maputo, Moçambique, 2016.

Os projetos que se apresentam no quadro 8 visam garantir uma autossuficiência de Moçambique na produção e consumo de energia eléctrica, podendo ainda possibilitar o aumento da sua exportação para os países da região austral e oriental de África, a preços competitivos.

No que concerne à pesquisa e exploração de hidrocarbonetos, de acordo com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)⁹⁷, esta atividade se concentra em zonas de acumulação de rochas sedimentares denominadas bacias sedimentares. No país existem seis grandes bacias sedimentares nomeadamente: A Bacia de Moçambique, a Bacia do Rovuma, a Bacia do Lago Niassa, a Bacia de Maniamba, a Bacia do Médio Zambeze e a Bacia do Baixo Zambeze.

De todas estas, as bacias costeiras de Moçambique e do Rovuma constituem as principais bacias sedimentares no país, quer em termos de volume de sedimentos acumulados, assim como ocorrência de hidrocarbonetos. É nestas bacias que atualmente se tem concentrado grande parte da atividade de pesquisa de hidrocarbonetos. A Bacia de Moçambique estende-se ao longo da

⁹⁷ <http://www.enh.co.mz>, acesso em Novembro de 2016.

planície costeira das zonas central e sul de Moçambique e possui rochas sedimentares que se depositaram-se entre o período Carbónico e Quaternário. É nesta área que se encontram as jazidas de Pande e Temane, cuja exploração se iniciou em 2004.

Quadro 9 - Localização de Projetos de Prospecção e Exploração de Gás Natural na Zona Centro e Sul de Moçambique e as Empresas Envolvidas

Local de Prospecção ou Exploração	Empresa Participantes	%	Origem da Empresa	Fase do Projeto
Sofala	Sasol	85%	África do Sul	Prospecção
	ENH	15%	Moçambique	
Búzi	Sasol	75%	África do Sul	Prospecção
	ENH	25%	Moçambique	
Bloco 16 e 19	Sasol	50%	África do Sul	Prospecção
	ENH	15%	Moçambique	
	Petronas	35%	Malásia	
Pande -Temane	Sasol	100%	África do Sul	Exploração
Pande-Temane (Inhambane)	Sasol	70%	África do Sul	Exploração
	ENH	25%	Moçambique	
	IFC	5%	Grupo Banco Mundial	
Área A	Sasol	90%	África do Sul	Exploração
	ENH	10%	Moçambique	

Fonte: ENH (2011).

Constata-se, do quadro 9, que a prospecção e exploração de gás natural na zona Centro e Sul de Moçambique é majoritariamente detida pela multinacional sul-africana *Sasol Petróleo Corporation* e suas subsidiárias, sendo o principal consumidor do gás produzido nestas jazidas, a África do Sul. Para o efeito, um gasoduto foi construído a partir da zona de produção em Moçambique para a zona de Secunda na África do Sul.

De referir que, consoante Selemene (2013) apesar das primeiras descobertas de gás natural em Moçambique datarem da década de 1960 (gás de Búzi em Sofala foi descoberto em 1962; o de Pande e Temane em Inhambane em 1961 e 1967, respectivamente), somente a partir de 2004 essa indústria ganhou importância com o arranque da exploração do gás de Pande e Temane pela companhia petroquímica sul-africana Sasol.

Dados recentes do Instituto Nacional de Petróleos (INP) indicam que as reservas de Pande e Temane possuem quantidades estimadas em 2,7 e 1,0 trilhões de pés cúbicos, respectivamente. Segundo cálculos do INP, entre 2006 e 2011, as multinacionais envolvidas em pesquisa de hidrocarbonetos no país investiram cerca de 1,1 bilhões de Dólares Americanos, 53% dos quais foram para a Bacia do Rovuma e 25% para os campos de Pande e Temane (SELEMANE, 2013).

Entretanto, é na zona Norte de Moçambique, concretamente na bacia do rio Rovuma onde se encontram localizadas as maiores reservas de gás natural. Consoante Selemene (2013) as reservas de gás recentemente descobertas em Moçambique no ano 2010 estão estimadas em 100 trilhões de pés cúbicos, com um valor aproximado de 350 mil milhões de Dólares Americanos, dos quais Moçambique pode arrecadar pouco mais de 20 mil milhões Dólares Americanos durante a vida dos campos de gás.

De acordo com Selemene (2013), essas reservas colocam Moçambique na destacável classificação de 3º país com maiores reservas de gás em África (a seguir à Argélia e Nigéria). O autor acrescenta que Moçambique poderá entrar para a lista dos 20 maiores produtores mundiais de gás natural, atrás do Cazaquistão (105 milhões de toneladas/ano) e à frente da Polónia (77 milhões de toneladas/ano) e a Colômbia (74 milhões toneladas/ano), que poderá sair da lista dos dez maiores produtores – tudo isto considerando inalterados os atuais volumes de produção.

Graças a esta dotação de gás natural, o país é atualmente demandado por empresas de vários países interessados na prospecção e exploração dos enormes jazigos de gás natural. Na lista dessas empresas podem se identificar as provenientes dos Estados Unidos, Itália, Singapura, Tailândia, França, Tanzânia, Japão, Índia, Portugal, Coreia do Sul e Malásia, além da participação da ENH, de Moçambique.

Quadro 10 - Localização de projetos de prospecção e exploração de gás natural na Bacia do Rovuma e as empresas envolvidas

Local de Prospecção ou Exploração	Empresa Participantes	%	Origem da Empresa
Rovuma Onshore	Anadarko	35.7%	EUA
	PTTEP	10%	Tailândia
	ENH	15%	Moçambique
	Maurel& Prom	24%	França
	Wentworth	15.3%	Tanzânia
Área 1	Anadarko	36.5%	EUA
	PTTEP	8.5%	Tailândia

Local de Prospecção ou Exploração	Empresa Participantes	%	Origem da Empresa
	Mitsui	20%	Japão
	Bharat	10%	Índia
	Beas	10%	Índia
	ENH	15%	Moçambique
	OVL	10%	Índia
Área 4	ENI	70%	Itália
	ENH	10%	Moçambique
	Galp	10%	Portugal
	Kogas	10%	Coreia do Sul
Áreas 2 e 5	Statoil	65%	Noruega
	Tullow Oil	25%	Grã-Bretanha
	ENH	10%	Moçambique
Áreas 3 e 6	Petronas	50%	Malásia
	Total	40%	França
	ENH	10%	Moçambique

Fonte: Compilação própria com base em informação obtida em Selemane (2013) e ENH (2011).

Outra empresa especializada na pesquisa e exploração de recursos energéticos é a norte-americana Exxon Mobil, que se encontra atualmente envolvida em negociações com a Italiana ENI, detentora de grandes participações na bacia do Rovuma, para aquisição de uma parcela que poderá render ao governo moçambicano milhões de dólares em taxas de mais-valias. Os investimentos feitos pelas principais empresas envolvidas na pesquisa de hidrocarbonetos em Moçambique encontram-se ilustrados no apêndice 2, desta tese.

De acordo com Hoffman e Martins (2012)⁹⁸, existe um grande entusiasmo das empresas internacionais envolvidas na prospecção e exploração de gás natural em Moçambique, destacando-se a americana Anadarko e a italiana ENI, que estão a atuar na exploração da bacia de Rovuma na costa da província de Cabo Delgado. Como prova desse entusiasmo, referir que somente a Anadarko planeia investir 1,8 mil milhões de dólares americanos até ao início da produção de gás líquido, previsto para 2018-2021. No total, parte-se do princípio de que serão investidos cerca de 90 mil milhões de dólares americanos nos próximos anos, incluindo a

⁹⁸Hofmann, Katarina; Martins, Adriano de Sousa (2012), Descobertas de Recursos Minerais em Moçambique, Friedrich Ebert Stiftung, Moçambique. Disponível em : <http://library.fes.de/pdf-files/iez/09356.pdf>. Acesso em Novembro, 2016.

construção de instalações de liquefação de gás no país, o que evidencia as grandes expectativas que estas empresas depositam nos projetos em apreço.

Segundo a African Century (2013)⁹⁹, a China posiciona-se como um dos futuros grandes mercados para o gás natural moçambicano com as suas petrolíferas estatais a assumirem mesmo participações nos consórcios responsáveis pela exploração. Depois de a Sinopec ter adquirido 20% numa concessão na bacia do Rovuma, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) era a principal interessada na compra de uma parcela na mesma concessão, operada pelo grupo italiano ENI, de acordo com a folha de informação África Monitor.

A CNOOC está a negociar a compra de uma parcela de 15% de participação de 50% que a ENI detém numa das principais concessões da bacia do Rovuma para a exploração de gás natural, em disputa com a Chevron, Exxon-Mobil, Shell e Total. A África Monitor considera, no entanto, que a CNOOC tem a vantagem de poder assegurar a colocação da matéria-prima, facilitando a compra futura pela China, do gás natural em produção a partir de 2018 (AFRICAN CENTURY, 2013).

As areias pesadas constituem outro recurso natural cuja exploração é considerável em Moçambique sendo feita por corporações de renome mundial. As areias pesadas podem ser definidas como sendo compostos dos quais se extraem os minérios ilmenite, zircão e rutilo e ocorrem em vários locais ao longo da costa moçambicana, de Moma em Nampula a Xai-Xai, em Gaza. A Ilmenite é um minério de Ferro e Titânio, e é utilizada na produção de pigmentos que são usados na produção de plásticos e tintas. O Zircão é usado na indústria cerâmica.

Quadro 11- Principais Operadores na Pesquisa e Exploração de Areias Pesadas em Moçambique

Nome da Empresa	País de Origem	Local e Estágio do Projeto
<i>Kenmare Moma Mining (Mauritius) Limited</i>	Irlanda	Moma, Motinhas e Angoche em Nampula, a produzir desde 2007
<i>África Great Wall</i>	China	Sangage em Angoche, Nampula, pesquisa/prospecção
<i>Pathfinder Minerals Plc</i>	Reino Unido	Areias pesadas de Moebase e Naburi, Zambézia, por começar produção
Rio Tinto	Austrália/Reino Unido	Areias pesadas de Mutamba

⁹⁹ In: <http://www.africancentury.co.mz/pt/>. Acesso em 21 de Julho de 2016

Nome da Empresa	País de Origem	Local e Estágio do Projeto
		(Inhambane), e Chilubane (Gaza), em prospecção/pesquisa
<i>Delta Zambezi Consortium</i>	Canadá/Moçambique	Areias pesadas de Chibuto, Gaza. Cancelado ¹⁰⁰

Fonte: Selemane (2013, p.8)

Constata-se, no quadro 11, que os principais intervenientes no processo de pesquisa e exploração das areias pesadas, à semelhança do carvão mineral e do gás natural, são as grandes corporações multinacionais do sector. Os elevados investimentos em capital e tecnologia bem como em recursos humanos requeridos para este tipo de empreendimentos coloca um desafio para os países Africanos em geral e Moçambique em particular, os quais ao invés de permanecerem como exportadores de matérias primas, devem participar no processo de agregação do valor dos seus recursos para maximizarem seus benefícios.

De referir que, para além dos principais recursos minerais de exportação, Moçambique possui jazigos de grafite que se encontram em exploração em Cabo Delgado e outros recursos preciosos como o ouro, os diamantes e uma diversidade de recursos minerais cuja exploração, em alguns casos tem sido, até agora, feita em moldes informais por cidadãos provenientes de várias partes do mundo. No que concerne aos diamantes, decorre o processo de adesão de Moçambique ao processo Kimberley e sabe-se que grandes quantidades deste produto incluindo turmalinas tem sido extraídas em Cabo Delgado e outras partes do território nacional e vendidos no mercado internacional.

Vale realçar como Hoffman e Martins (2012) constataam, que graças a essas descobertas de recursos naturais, as receitas estatais provenientes do sector extrativo poderão, nos próximos dez anos, atingir o nível do orçamento nacional atual. Partindo de um dos mais baixos níveis do mundo Moçambique apresenta desde há vários anos, uma média de crescimento económico de 7 por cento a 8 por cento.

¹⁰⁰ O concurso para o mega-projecto das areias pesadas de Chibuto foi cancelado pelo Governo em Janeiro de 2013. Segundo noticiado pela AIM (19Jan2013), citando a Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, a decisão governamental baseou-se no incumprimento de um dos requisitos do concurso, que preconizava a negociação e assinatura do acordo para a implementação do projecto até o dia 3 de Dezembro de 2012 (SELEMANE, 2013, p.8).

De recordar que, de acordo com Hoffman e Martins (2012), Moçambique tem estado dependente quase exclusivamente das receitas fiscais obtidas a partir dos chamados “megaprojetos”, nos quais se destaca o de produção de Alumínio pela Mozal, sem os quais a produção nacional seria extremamente baixa. Com efeito, o país é ainda considerado um dos países menos desenvolvidos do mundo no qual cerca de 40 por cento do orçamento nacional é coberto por dinheiros internacionais da cooperação para o desenvolvimento.

As descobertas de recursos minerais e energéticos poderão constituir uma solução para os problemas do subdesenvolvimento que ainda persistem em Moçambique. Porém, no que tange à produção mineira em Moçambique, a insuficiência de infraestruturas sobretudo linhas férreas e portos constitui o maior constrangimento para o escoamento do carvão tanto de Tete como de Niassa para o mercado internacional.

De referir que, consoante Hoffman e Martins (2012), as companhias mineradoras multinacionais envolvidas na extração mineira em Moçambique estão a envidar esforços para a melhoria das vias de transporte ferroviário para permitir o escoamento da produção para o mercado internacional. Neste contexto, para além da linha férrea de Sena ligando a Província de Tete ao Porto da Beira, prevê-se a construção de outras três vias férreas, nomeadamente:

- a) a linha da Vale, que irá ligar Tete a Nacala passando pelo Malauí;
- b) a linha da ENRC, também ligando Tete a Nacala mas passando completamente pelo território moçambicano; e
- c) a linha da Rio Tinto, ligando Tete a Quelimane com uma passagem pelo porto de Macuze onde se prevê a construção de um porto de águas profundas.

Podemos afirmar, em suma, que a descoberta de recursos naturais em abundância em Moçambique, principalmente as descobertas de importantes jazigos de gás natural neste país constituem um elemento que pode vir a catalisar o seu desenvolvimento económico e social nos próximos anos. Com efeito, diversos estudos apontam para a possibilidade de Moçambique vir a superar, em grande medida, os atuais níveis de desenvolvimento e situar-se, a breve trecho, na lista dos países de desenvolvimento médio.

No entanto, têm sido historicamente provado que a existência de recursos naturais abundantes e preciosos nos países africanos, ao invés de constituírem fonte de riqueza nacional e de melhoria das condições de vida das populações dos países onde esses recursos se situam, os

mesmo têm dado origem à competição exacerbada de diferentes atores, tanto nacionais como estrangeiros visando o seu próprio enriquecimento, em detrimento das populações locais. Estas, muitas vezes têm sido envolvidas em sangrentas razias e alvos preferidos dos diferentes beligerantes envolvidos na busca e exploração dos recursos naturais existentes.

A fragilidades das instituições do Estado em África e a fraqueza da economia são fatores que concorrem para o agravamento das consequências dos conflitos que têm emergido neste continente. Governos centrais e facções armadas têm explorado os recursos naturais para avançar suas respectivas agendas nos conflitos que têm suas raízes em diferenças étnicas, socioeconômicas e políticas. Nesta situação, a gestão e controle de recursos abundantes têm também caracterizado conflitos ao nível comunal, onde grupos se têm envolvido em conflitos na sua competição para maximizar as oportunidades provenientes da dotação de recursos naturais nas suas comunidades (ALAO, 2007).

Apesar de a descoberta de recursos naturais valiosos ter sido feita ainda durante o período colonial, o valor económico atualmente atribuído a esses recursos pode ser um elemento catalizador de erupções de violência em Moçambique. A importância estratégica dos recursos em alusão, principalmente o carvão mineral e o gás natural pode ser medida pelo grande número e diversidade de países de origem das corporações internacionais interessadas na sua exploração.

De referir ainda que, para além dos fatores internos que podem levar ao conflito, a cobiça de outros países pelos recursos existentes pode levar à instrumentalização de elites representativas dos diferentes grupos socioculturais em Moçambique.

Pode se depreender, da análise feita nesta seção que, a grande dotação de recursos minerais de que Moçambique pode constituir, a médio ou a longo prazo, fator impulsionador do desenvolvimento do país. A existência destes recursos tem estado a contribuir para a atração de empresas especializadas de vários países, contribuindo assim para uma diversificação de parcerias externas do país.

No entanto, torna-se imperioso recordar que embora os recursos naturais não sejam necessariamente causas de conflito, outros fatores tem se juntado a estes para originarem conflitos devastadores em África. Tentativas de enriquecimento individual ou comunal em detrimento de outros indivíduos ou comunidades têm resultado em conflitos em diversos países de África. O enfraquecimento das instituições do Estado, a corrupção, o surgimento de senhores

de guerra, a proliferação de empresas de segurança privada e de mercenários, danos ambientais são algumas das consequências dos conflitos sobre recursos naturais em África.

Problemas ligados à má gestão dos recursos naturais e à apropriação dos rendimentos destes por determinados indivíduos ou grupos em detrimento de outros tem sido a causa principal de conflitos em África. A emergência de conflitos faccionais, secessionismo e outras manifestações violentas, têm sido as principais características dos conflitos sobre recursos no continente africano.

Em Moçambique, onde recursos abundantes têm sido reportados nos últimos tempos, e que têm despertado o interesse de vários países, conflitos ligados à instrumentalização de elites representativas de grupos socioculturais devem ser acautelados. O fortalecimento das instituições do Estado e a gestão criteriosa e transparente desses recursos deve merecer uma grande atenção por parte dos gestores da coisa pública. Uma cultura de responsabilização dos agentes do Estado responsáveis pela gestão dos recursos naturais e políticas públicas visando assegurar uma distribuição equitativa dos rendimentos provenientes da exploração dos recursos naturais devem ser formuladas e implementadas.

5.3 POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

Como foi já mencionado nesta tese, a FRELIMO considerou desde o período da luta de libertação nacional, que a independência de Moçambique só seria completa com a libertação dos outros povos da região que se encontravam ainda sob dominação de governos minoritários, nomeadamente na Rodésia, África do Sul e Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

A cooperação regional foi, assim, considerada como uma prioridade, tendo Moçambique se juntado ao Botswana, Tanzânia e Zâmbia na organização informal Estados da Linha da Frente logo após a sua independência em 1975. Em 1980 foi membro fundador da SADCC e, mais tarde, da SADC em 1992. A dedicação à causa da libertação da África Austral se verificou ainda nos tempos da luta da libertação nacional caracterizada pela colaboração e apoio dado aos movimentos em luta contra os regimes minoritários na Rodésia, nomeadamente a ZANU e a ZAPU. Estes movimentos tiveram as zonas libertadas da FRELIMO em Tete como uma retaguarda segura para a realização de suas incursões para a Rodésia.

A colaboração com o CNA da África do Sul e a SWAPO da Namíbia tiveram a sua gênese nos campos de treino dos movimentos de libertação na Tanzânia, tendo ganho maior consistência após a independência de Moçambique cujo território passou a constituir um dos pontos para as infiltrações de guerrilheiros do CNA para o interior da África do Sul. Nas seções que seguem, faz-se uma descrição analítica do apoio concedido ao Zimbábue e à África do Sul no contexto da política externa de Moçambique para a região da África Austral.

5.3.1 Apoio da FRELIMO aos Movimentos de Libertação do Zimbábue (ZANU e ZAPU)

O avanço da luta armada em Moçambique, que conduziu à reabertura da Frente de Tete em 1968 criou grande preocupação no governo rodésiano, que via a possibilidade de utilização da zona Sul de Tete para infiltrações de guerrilheiros Zimbabuanos. Com afeito, a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) tinha também um interesse estratégico nesta área pois estava a enfrentar enormes dificuldades em estabelecer linhas de infiltração e abastecimento provenientes das bases recuadas na Zâmbia.

O rio Zambeze oferecia uma barreira à infiltração de guerrilheiros a partir da Zâmbia, o que impedia o acesso à Rodésia. Assim, as ações da FRELIMO em Tete criaram a possibilidade de uma nova e segura base recuada vital para os guerrilheiros da ZANU. Com efeito, foi precisamente em 1968, ano em que a FRELIMO reabriu de frente de guerra no norte de Tete, que Eduardo Mondlane e Samora Machel estabeleceram o primeiro contato com Herbert Chitepo, o Chefe da ZANU, que se encontrava baseado em Dar es Salaam.

Nessa altura, de acordo com Christie (1988), embora houvesse a percepção de que a Rodésia e Moçambique constituíam uma zona tampão protegendo o regime minoritário da África do Sul do resto do continente independente, o Primeiro-ministro Sul-Africano, John Vorster, estava tentando ditar o ritmo de um processo que levaria a uma forma de independência legal para a Rodésia aceitável para o seu regime. Para este autor, os líderes dos Estados da Linha da Frente exerciam uma grande pressão sobre o regime rodésiano que acabou libertando temporariamente os veteranos líderes nacionalistas zimbabuanos Joshua Nkomo, Robert Mugabe e Ndabaningi Sithole para discussões com Nyerere, Kaunda, Seretse Khama e Samora Machel.

Os líderes dos Estados da Linha da Frente esforçavam-se em trazer um pouco de coesão no fragmentado movimento de libertação do Zimbábue, apelando aos diversos componentes a

formarem uma coalizão conhecida como o Conselho Nacional Africano (ANC)¹⁰¹, na suposição que este Conselho iria negociar com Ian Smith para a formação de um governo da maioria. Evidências indicam, no entanto, que o regime de Ian Smith não tinha intenção de negociar tendo, pelo contrário, através dos seus serviços secretos, assassinado o líder nacionalista da ZANU Herbert Chitepo que estava exilado na Zâmbia, em Março de 1975. Este assassinato seria imputado ao comandante militar da ZANU, Josiah Tongogara¹⁰², bem como a outros altos quadros da ZANU, que foram presos pelas autoridades da Zâmbia.

A tentativa de se criar coesão ao movimento de libertação do Zimbábue não foi coroada de êxito, o que originou a paralisação temporária da luta de libertação naquele território. Esta situação criou uma grande preocupação nos estadistas africanos da região, especialmente Nyerere e Samora Machel que achavam necessário o prosseguimento da luta. Keneth Kaunda, considerava necessária a continuação da busca de uma solução negociada, tendo estabelecido contatos com Pretória através do seu enviado especial, Mark Chona (CHRISTIE, 1988).

Na sequência dessas diligências, foram realizadas conversações entre Smith e o ANC de Muzorewa em *Victória Falls*, nas quais Smith propôs negociações constitucionais que foram aceites por Muzorewa, mas tornava-se evidente que Smith não tinha intenção de negociar o fim da dominação da minoria branca na Rodésia e os esforços de mediação de Kaunda fracassaram. Poucos dias antes do fracasso das negociações de *Victória Falls*, as forças armadas da Rodésia lançaram seus primeiros ataques contra Moçambique independente, cujo objetivo principal era forçar o governo de Moçambique a deixar de apoiar as forças nacionalistas do Zimbábue.

Estes desenvolvimentos levaram a que os líderes da Linha da Frente se reunissem em Lusaka, em 15 de Setembro de 1975 tendo decidido que todos os guerrilheiros zimbabuanos treinados, exceto os detidos na Zâmbia por acusações específicas, deviam ser transferidos da Tanzânia e da Zâmbia para Moçambique. Foi neste contexto que Moçambique se tornou a retaguarda para os movimentos em luta pela libertação do Zimbábue da dominação pelo regime minoritário de Smith (CHRISTIE, 1988).

Assim, através de um acordo, todos os guerrilheiros da ZANU e da ZAPU foram para Moçambique mas os esforços para a criação de um movimento unido na luta zimbabuana

¹⁰¹ Do Inglês *African National Council*.

¹⁰² Josiah Tongogara foi o homem-chave nas operações da ZANU na Rodésia, a partir da província de Tete durante a luta de libertação do Zimbabwe (CHRISTIE, 1988). Após participar nas conversações de *Lancaster House* que culminaram com os acordos para a independência do Zimbabwe, Tongogara perdeu a vida seis dias depois, a 26 de Dezembro de 1979, num acidente de viação em Moçambique.

fracassaram. Com efeito, o Presidente de Moçambique, Samora Machel não queria dois exércitos guerrilheiros separados operando a partir de Moçambique e colocou a unidade como condição para o uso do território moçambicano.

Este era também o anseio de muitos comandantes da guerrilha do Zimbábue e, em Novembro de 1975, criaram uma comissão militar conjunta ZANU-ZAPU, que começou a enviar guerrilheiros para o Zimbábue a partir de Moçambique. Entretanto, os Rodesianos intensificaram suas operações militares em Moçambique através de ataques aéreos, artilharia e infantaria, tendo atacado as aldeias fronteiriças de Pafúri, na margem sul do Limpopo e Mavue, a sul do rio Save, em 23 e 24 de Fevereiro de 1976.

Na sequência destes acontecimentos, o Presidente de Moçambique, Samora Machel, anunciou, a 3 de Março de 1976, o encerramento imediato da fronteira com a Rodésia e o início da aplicação integral das sanções decretadas pelas Nações Unidas contra o regime minoritário rodesiano. Assim, o uso dos portos da Beira e Maputo para as exportações e importações Rodesianas foi encerrado imediatamente e a Rodésia teria que usar as rotas mais caras para o mar através da África do Sul (MATUSSE, 2009; CHRISTIE, 1988).

Em retaliação ao apoio dado por Moçambique aos movimentos de libertação do Zimbábue, o governo rodesiano intensificou os seus ataques que originaram uma resposta por parte das autoridades moçambicanas. Essa resposta consistiu na entrada das forças de defesa de Moçambique para o interior de Zimbábue e, ao lado das forças nacionalistas daquele país, combaterem o regime minoritário rodesiano.

Assim, numa ação conjunta entre os combatentes zimbabuanos e militares das forças armadas de Moçambique iniciaram-se ações de seleção e treinamento de refugiados zimbabuanos em táticas e estratégias de guerrilha. Ao mesmo tempo foi lançado um programa radiofónico denominado *Voice of Zimbabwe*, transmitido a partir dos estúdios centrais da Rádio Moçambique.

De acordo com Matusse (2009), após o encerramento da fronteira comum com a Rodésia, as forças de defesa de Moçambique desdobraram algumas companhias de guerrilha e batalhões que haviam sido treinados na Zâmbia, com a missão de reforçar a proteção da fronteira com a Rodésia do Sul. Além disso, tinham também a missão de facilitar e coordenar a infiltração de guerrilheiros zimbabuanos acompanhados por especialistas militares moçambicanos para o interior daquele território onde realizavam ações militares. Consoante este autor, as primeiras

Brigadas de Infantaria Motorizada (BRIM) desempenharam um papel significativo no processo de preparação, organização, assistência técnica e logística e infiltração de diferentes grupos de guerrilheiros que operavam na Rodésia do Sul.

Entretanto, a ZANU e a ZAPU pareciam ter chegado a um consenso, e seus guerrilheiros criaram uma nova força conjunta denominada Exército do Povo do Zimbábue (ZIPA)¹⁰³. Porém, a harmonia entre as forças Zimbabuanas não foi duradoira e, pouco tempo depois, quase todos os guerrilheiros da ZAPU deixaram Moçambique. Assim, as forças da ZIPA passaram a ser exclusivamente constituídas por homens da ZANU, que permaneceram em Moçambique.

A liderança do movimento de libertação do Zimbábue em Moçambique procurou o aconselhamento de Samora Machel a quem forneceu dados sobre a sua estrutura diretiva. Numa lista de dez nomes fornecida a Machel constava o nome do Secretário-Geral da ZANU, Robert Mugabe como o líder do movimento. As forças da ZANU eram, na altura comandadas por Rex Nhongo, leal a Mugabe coadjuvado por Dzinashe Machingura. Robert Mugabe encontrava-se exilado em Moçambique, na cidade costeira de Quelimane, longe do teatro de operações (CHRISTIE, 1988).

No entanto, Machingura defendia que a ZIPA devia se constituir numa "terceira força", um movimento guerrilheiro que estivesse acima das disputas destrutivas do passado político do Zimbábue. Esta tinha sido a noção de Machel e Nyerere quando convidaram os comandantes da guerrilha da ZANU e ZAPU a trabalharem juntos nas bases em Moçambique no final de 1975, mas a situação tinha se alterado. Com a saída da ZAPU da força conjunta, o que restou foi a ZANU (CHRISTIE, 1988).

De referir que a ascensão de Mugabe à liderança da ZANU esteve envolta em mistério pois, durante o período de distensão observado na luta de libertação do Zimbábue, os líderes dos Estados da Linha da Frente organizaram um encontro em Novembro de 1974 no qual esperavam que comparecesse o Presidente da ZANU, Ndabaningi Sithole que se encontrava em detenção na Rodésia. Porém, em seu lugar compareceu Robert Mugabe, outro prisioneiro nas prisões rodesianas, liberado no âmbito dessa dissensão, tendo se afirmado, na altura, que Sithole havia renunciado à luta e que tinha sido rejeitado pelos membros do Comité Central da ZANU na prisão. Eles haviam escolhido Mugabe como o novo líder (CHRISTIE, 1988).

¹⁰³ Do Inglês *Zimbabwe People's Army*.

Esta situação foi vista pelos líderes dos Estados da Linha da Frente como um possível golpe na liderança da ZANU, ocorrido nas prisões rodesianas, tendo Mugabe sido enviado de volta para a prisão na Rodésia. Porém, pouco tempo depois, Mugabe foi liberado da prisão como parte do processo de dissensão e, em Março de 1975 os comandantes da ZANU declararam que ele era o seu líder, o que originou a confiança de Samora Machel nele. Em Abril de 1975 voltou para Moçambique tendo passado várias semanas em campos de guerrilheiros do Zimbábue antes de ir para Quelimane onde permaneceu em isolamento virtual da luta de libertação por vários meses.

Consoante Christie (1988), o processo de Ndabaningi Sithole havia sido esclarecido e era evidente que ele tinha pouco apoio eficaz na ZANU. Entretanto reinavam contradições no seio do alto comando do ZIPA, cujos comandantes estavam divididos entre continuarem a luta sozinhos ou sob a liderança de Mugabe (CHRISTIE, 1988). Machingura, comissário político da ZIPA defendia que esta era uma entidade separada, sem lealdade a qualquer dos antigos líderes políticos. No entanto, Ré Nono, comandante militar da ZIPA era a principal figura pró-Mugabe, sendo também leal a Tongogara, preso na Zâmbia acusado de assassinar Herbert Chitepo (CHRISTIE, 1988).

Apesar das contradições internas, a guerra no Zimbábue desenvolveu-se em favor das forças ZIPA em 1976, embora fosse difícil de saber qual das alas devia merecer o apoio de Moçambique, os legalistas da ZANU ou os independentes da ZIPA declaradamente marxistas, liderados por Machinha. Até o final de 1976 Samora Machel se inclinava para Machinha mas eventos subsequentes alteraram significativamente a situação.

Em Outubro de 1976, a ZANU e a ZAPU tiveram outra iniciativa de unidade, formando a Frente Patriótica. Nessa altura Josiah Tongogara e os outros detidos da ZANU na Zâmbia foram libertados e, na ocasião, uma nova conferência sobre a independência do Zimbábue foi organizada em Genebra. Tongogara expressou seu apoio a Mugabe enquanto Machingura permaneceu distante e não queria ir para Genebra, como parte de uma delegação da ZANU (CHRISTIE, 1988).

Consoante Christie (1988), ao se declarar marxista, Machingura julgava poder contar com o apoio de Samora Machel o qual, tinha, no entanto um ponto de vista diferente pois para ele, o movimento de libertação do Zimbábue lutava pela regra da maioria, não pelo socialismo. Os líderes da ZIPA se recusaram ir para a conferência de Genebra, e começaram a compilar

documentos atacando Mugabe, denunciando Genebra e avançando planos para transformar a ZIPA em um partido político. Uma mistura complexa de conflitos ideológico, disputas tribais e pessoais estavam ocorrendo entre os líderes de ZIPA enquanto a liderança moçambicana procurava compreender o papel que cada um dos atores zimbabuanos desempenhava.

Por fim, o Presidente de Moçambique manifestou o seu afastamento em relação aos jovens líderes zimbabuanos, cuja recusa em participar na conferência de Genebra decepcionou aos líderes da Linha da Frente. Com efeito, estes haviam solicitado ao governo britânico para convocar essa conferência, na esperança de que ela abriria o caminho para a instauração de um governo da maioria no Zimbábue. Assim, a recusa da liderança da ZIPA frustraria todas as expectativas e anularia todo o esforço empreendido pelos líderes da região para a realização dessa conferência.

Moçambique depositava confiança da Frente Patriótica criada pela ZANU e ZAPU, que poderia desempenhar um papel fundamental para convencer a comunidade internacional a tomar o movimento nacionalista do Zimbábue muito a sério. Moçambique considerava o seu envolvimento na procura de solução para o caso zimbabuanos como um assunto de importância extrema, dado que o país estava sofrendo ataques das forças rodesianas e um movimento de pseudo-guerrilha tinha sido criada, o MNR, que perpetuava o sofrimento do povo de Moçambique, que acabava de sair de uma guerra de dez anos contra o exército colonial português. Neste contexto, o Governo de Moçambique tinha uma responsabilidade particular em contribuir com todos os meios ao seu alcance para a instauração de um governo de maioria no Zimbábue.

Apesar da Conferência de Genebra sobre o Zimbábue não ter resultado num acordo, o papel de Mugabe como líder da ZANU foi se consolidando. Tongogara, por seu turno retomara o seu posto de comandante militar e Nono foi mantido como seu vice comandante. A popularidade de Mugabe estava aumentando no seio dos zimbabuanos.

Entretanto, aumentavam os ataques das forças rodesianas a Moçambique e as populações do país enfrentavam enormes privações agravadas pelas calamidades naturais caracterizadas por inundações no Vale do Limpopo, em Junho de 1977. Diante desta situação, O Presidente de Moçambique enviou Marcelino dos Santos a apelar ao Conselho de Segurança da ONU para assistência militar e outros apoios de toda a comunidade internacional, em face da escalada acentuada da agressão pelo regime ilegal Rodesiano. Marcelino dos Santos afirmou, nessa altura

que Moçambique poderia tornar-se militarmente dependente da União Soviética, Cuba e outros países socialistas caso o Ocidente não o ajudassem a defender-se do regime ilegal rodesiano (CHRISTIE, 1988).

Neste contexto, uma resolução do Conselho de Segurança foi produzida convidando todos os países a ajudar Moçambique com assistência militar para defender as suas fronteiras contra os ataques de Rodésia não tendo havido nenhum país ocidental membro do Conselho de Segurança a vetar a resolução. Esta foi considerada uma grande vitória para Moçambique que sendo um país com um regime de partido único tinha conseguido esta proeza.

Em 1977 o Embaixador dos Estados Unidos na ONU, Andrew Young e o Secretário britânico das Relações Exteriores, David Owen, formularam um novo plano de regularização da situação da Rodésia que ficou conhecido como as “propostas anglo-americanas”. Contudo o plano também fracassou, à semelhança das propostas ocidentais anteriores (CHRISTIE, 1988).

Vale referir que Moçambique sentia-se na obrigação de apoiar os movimentos nacionalistas que lutavam pela implantação de um governo baseado na regra da maioria na Rodésia, à semelhança do apoio que a FRELIMO recebeu por parte dos Estados Africanos já independentes nomeadamente a Tanzânia, a Zâmbia, o Botswana, entre outros. Foi assim que Moçambique nunca hesitou em apoiar a luta do Zimbábue tendo se tornado numa retaguarda segura para Robert Mugabe e a ZANU, numa relação que se tornou a forja para a independência do Zimbábue.

Segundo Christie (1988), o Presidente de Moçambique foi um dos primeiros líderes africanos a ver o mérito das Propostas Anglo-americanas de 1977. De acordo com este autor, Samora Machel estava interessado em ligar o poder dos Estados Unidos à luta pela liberdade do Zimbábue, considerando que nem a União Soviética, Alemanha Oriental ou Cuba teriam a influência que seria necessária para derrubar Ian Smith e estabelecer um Zimbábue independente.

As propostas anglo-americanas sobre o Zimbábue fracassaram mas Machel continuou confiante no papel que a administração Carter, nos EUA podiam desempenhar para a independência do Zimbábue. Com efeito, como Christie (1988) constata, a administração Carter manteve um perfil elevado nas negociações sobre o Zimbábue de 1977 e 1978. Os EUA atribuíram ao Secretário de Estado Cyrus Vance um papel ativo no processo mas o efeito sobre Ian Smith não foi o que a Frente Patriótica ou os Estados da Linha da Frente esperavam.

Diante do aumento da pressão militar dos guerrilheiros e a pressão diplomática do Ocidente, Smith implementou algumas mudanças sem no entanto pretender abdicar do poder em benefício de um governo da maioria. Enquanto intensificava ataques em Moçambique e na Zâmbia, ele assinou um “acordo interno”, com três líderes zimbabuanos que não faziam parte dos movimentos em luta armada contra o regime: O Bispo Abel Muzorewa, Ndabaningi Sithole e Chirau.

Ao abrigo deste “acordo interno” foram programadas eleições e o país passaria a designar-se Zimbábue-Rodésia, mas o poder militar e político efetivamente permaneceria nas mãos da minoria branca. Apesar da contestação geral em relação a essas eleições as mesmas ocorreram em Abril tendo sido vencidas pelo Conselho Nacional Africano (UANC) de Muzorewa, que foi designado Primeiro-Ministro em Junho.

Como Christie (1988) afirma, o acordo de Smith foi descaradamente projetado para manter o *status quo*, tendo a ZANU e a ZAPU sido excluídas das eleições que decorreram sem nenhuma supervisão internacional e a segurança Rodesiana tinha obrigado as pessoas a irem às urnas. Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU tinha considerado o acordo interno como “ilegal e inaceitável”, mas não havia sinais de que o governo nominalmente encabeçado por Muzorewa pudesse ganhar algum reconhecimento internacional. No entanto, o Senado dos Estados Unidos estava tentando forçar Carter a levantar as sanções e o reconhecimento pela Grã-Bretanha parecia iminente após a vitória eleitoral do Partido Conservador Margaret Thatcher em Maio de 1979.

De referir que Margareth Thatcher considerava a Frente Patriótica como uma “organização terrorista” e sua equipe de observadores nas eleições do Zimbábue-Rodésia tinha considerado que as mesmas tinham sido justas. No entanto, os líderes da Linha da Frente consideraram as eleições como sendo falsas e como sendo uma tentativa de impedir a liberdade e independência do Zimbábue.

Na ocasião, Moçambique advertiu sobre “a cumplicidade externa no acordo interno e que a aceitação por Londres e Washington, significaria a continuação da guerra e do perigo de internacionalização do conflito.”(CHRISTIE, 1988, p.105). Para além dos países da Linha da frente, os países socialistas também manifestaram preocupação diante da possibilidade dos Estados Unidos e a Grã-Bretanha tentarem conferir respeitabilidade ao regime do Zimbábue-Rodésia.

Diante dessa realidade Cuba apresentou um plano para contrapor-se à ameaça ocidental, que consistia na proclamação da independência numa área do Zimbábue controlada pela ZANU, com a tomada de posse de um governo da Frente Patriótica antes que Muzorewa assumisse o cargo. De acordo com Christie (1988) isso significava que dezenas de países socialistas e não-alinhados iriam então reconhecer o governo da Frente Patriótica e o Presidente de Moçambique se mostrava disposto a embarcar nesta tentativa.

A caravana iria entrar no Zimbábue, através da fronteira de Moçambique e uma força militar mecanizada, com unidades de artilharia antiaérea seria posta em alerta para acompanhar Nkomo, Mugabe e a imprensa. Os Estados da Linha da Frente estavam convencidos que Mugabe e Nkomo poderiam transformar a Frente Patriótica, de uma aliança muito frágil, de rivais, em uma frente política. Propostas sobre a estrutura do governo da Frente Patriótica gravitavam em torno da ideia de colocar Nkomo como o expoente político máximo enquanto Mugabe comandaria os assuntos militares. Entretanto, Joshua Nkomo não gostou do plano de unidade, que assim fracassou.

Com a rejeição de Nkomo, o plano cubano caiu completamente mas apesar desse fracasso, as suas consequências não foram dramáticas visto que nenhum país reconheceu o governo do Zimbábue-Rodésia saído das eleições ao abrigo do “acordo interno”. No entanto, torna-se pertinente afirmar que se o plano Cubano tivesse ido adiante, o perigo de "internacionalização" do conflito que Machel tinha previsto teria sido real. Haveria dois governos no Zimbábue, um apoiado pelo Ocidente e seus aliados e outro apoiado pelo resto do mundo. No entanto, a África do Sul poderia ter intervindo como o defensor dos interesses do Ocidente e a catástrofe teria acontecido (CHRISTIE, 1988).

Importa referir que nessa altura o apoio de Moçambique à causa Zimbabuana tinha se transformado num assunto crucial não apenas em relação ao povo do Zimbábue mas também em relação ao de Moçambique. Nessa altura muitos rebeldes estavam sendo capturados e desenhava-se um quadro sombrio nas relações com a Rodésia e a África do Sul.

Moçambicanos que trabalhavam nas minas sul-africanas estavam sendo recrutados para treinamento militar na Rodésia, de onde eles iriam participar de ataques em Moçambique, ao lado de o núcleo da Resistência Nacional de Moçambique, que tinham sido membros das forças especiais portuguesas.

Entretanto, em 1979 a situação do Zimbábue continuava tensa ao mesmo tempo que em Moçambique o exército rebelde do MNR crescia, pondo em causa os esforços do governo para a construção de uma nação forte. As possibilidades de se sair desta crise pareciam ser cada vez mais escassas ao mesmo tempo que o povo de Moçambique estava sendo flagelado pelos ataques das forças rodesianas, do MNR e das calamidades naturais.

Uma oportunidade para sair da crise se vislumbrou quando uma conferência da *Commonwealth* foi agendada para se realizar, pela primeira vez em Lusaka, capital da Zâmbia. Samora Machel considerou oportuno aproveitar este evento para levantar a questão zimbabuana mas, pretendia ter um conhecimento profundo sobre a *Commonwealth* antes de dar qualquer passo. Assim, enviou o seu assessor especial, Fernando Honwana a Londres para investigar. Tratava-se de um homem com profundo conhecimento de assuntos sobre a Grã-Bretanha onde tinha vivido enquanto estudante universitário antes de se tornar um dos comandantes da FRELIMO.

O Presidente Moçambicano pretendia tentar persuadir as autoridades britânicas a tomarem a iniciativa em relação ao Zimbábue, embora ciente das dificuldades que teria com Margareth Thatcher que considerava a Frente Patriótica do Zimbábue como uma “organização terrorista”. Embora Samora Machel não pudesse participar na conferência, pois Moçambique não era membro da *Commonwealth*, foi agendada uma cúpula da Linha da Frente para a véspera da conferência na capital Zambiana especificamente para discutir a questão Zimbabuanas que contou ainda com a participação do Presidente Agostinho Neto, de Angola, que estava acolhendo a liderança da ZAPU no exílio em Luanda.

Na cimeira dos Estados da Linha da Frente Machel e Neto concordaram com os três Membros da *Commonwealth*, Nyerere, Kaunda e Khama, sobre as táticas para a conferência da *Commonwealth*. Acordaram que Nyerere iria expressar o sentimento dos líderes da região sobre a questão Zimbabuana invocando a necessidade da Grã-Bretanha se livrar definitivamente da questão através do apoio aos esforços para a implantação da regra da maioria através de eleições trabalhando na hipótese de que Thatcher não pôde ser tão inflexível sobre Zimbábue como seus antecessores. Afirmaria também, que o princípio da regra da maioria já tinha sido aceite por Ian Smith, quebrando o seu “juramento” feito no passado de que isso não aconteceria em mil anos (CHRISTIE, 1988).

Thatcher, a conselho de seu ministro das Relações Exteriores, Lord Carrington, aceitou a responsabilidade colonial da Grã-Bretanha para a Rodésia tendo convocado todos os interessados para uma conferência de independência em *Lancaster House*, em Londres. Efetivamente a conferência sobre a Rodésia realizou-se tendo iniciado em 10 de Setembro 1979, com um grande apoio de Moçambique à Frente Patriótica.

Este apoio visava quebrar alguma desconfiança que reinava em alguns membros da ZANU que julgavam tratar-se de uma manobra para enganá-los enquanto estavam em condições de ganhar a vitória no campo da batalha. Os líderes da Linha da Frente empreenderam um grande esforço visando encorajar os membros da Frente Patriótica a participarem na conferência de Lancaster House pois acreditavam que esta estava em condições de ganhar as eleições que viessem a ser realizadas (CHRISTIE, 1988).

Segundo Christie (1988) apesar de a conferência de *Lancaster House* ter sido um caso tortuoso que se arrastou por meses, Machel manteve uma delegação em Londres que estabelecia a ligação com Mugabe e Nkomo e, na medida do possível, com as autoridades britânicas, o que impressionou a Lord Carrington e Margaret Thatcher pela abordagem construtiva que assumiram. Por seu turno, Machel ficou igualmente impressionado com a determinação de Thatcher em resolver o problema. “Uma relação especial havia sido atingida entre o marxista Machel e a ultraconservadora Thatcher” (CHRISTIE, 1988, p.109).

Em resultado deste esforço, em 21 de Dezembro de 1979, um acordo foi assinado em Lancaster House, que preconizava a realização de eleições na Rodésia, com a implementação da regra da maioria no território. Como afirma Christie (1988) para Samora Machel o acordo de Lancaster House era mais do que um acordo para encerrar uma disputa constitucional. Era um acordo para acabar com uma guerra em que Moçambique era um participante ativo.

Vislumbrava-se, assim, o fim de um regime hostil na região e o presidente moçambicano parecia convencido que o MNR iria desaparecer junto com seu criador, o regime rodesiano. Por essa altura, Moçambique tinha procurado evitar uma hostilidade militar com o regime sul-africano e o Malauí, por seu turno apresentava-se como um potencial aliado uma vez que tinha tido acesso aos portos da Beira e Nacala em Moçambique. Parecia, por isso, que a paz tinha finalmente chegado a Moçambique.

Com efeito, as eleições realizadas no Zimbábue, em Fevereiro de 1980, deram uma estrondosa vitória à Frente Patriótica e Robert Mugabe se tornou Primeiro-Ministro do Zimbábue

independente. Contudo, o fim do regime minoritário rodesiano e a independência do Zimbábue marcaram o início de uma e mais mortal guerra contra Moçambique pois a África do Sul assumiu imediatamente a campanha de desestabilização quer através de ataques diretos, quer através do apoio massivo que prestou ao MNR que passou a estar sob sua alçada direta.

5.3.2 Apoio à Luta do Congresso Nacional Africano (ANC) contra o Regime do *apartheid* na África do Sul

As relações entre o ANC e a FRELIMO intensificaram-se nas bases recuadas em Tanzânia, país que acolheu a maioria dos movimentos nacionalistas que, na África Austral, lutavam pela libertação dos seus territórios. À semelhança da FRELIMO, os guerrilheiros do *Umkhonto We Sizwe* (MK), o braço armado do CNA também tiveram acolhimento na Tanzânia e desenvolveram relações de amizade em Kongwa, o lar provisório de combatentes de vários países naquele país.

Na Tanzânia, o CNA treinava os seus guerrilheiros para depois se infiltrarem na África do Sul onde se dividiriam em diversos grupos para diferentes destinos. Enquanto uns realizariam ações armadas nas regiões do interior, outros ficariam em zonas urbanas onde realizariam mobilização clandestina e, se fosse necessário, usariam armas.

De referir que as relações de amizade entre o CNA e a FRELIMO no exílio foram fortalecidos pelo casamento entre a exilada sul-africana e militante do CNA Pamela Beira, que se casou, na Tanzânia, com o dirigente sénior da FRELIMO, Marcelino dos Santos. Este casamento foi visto por muitos analistas como simbolizando a amizade entre os dois movimentos de libertação que mais tarde se fortaleceram quando ambos assumiram o poder político nos respectivos países. Com efeito, após a libertação de Mandela, ele viria igualmente a casar-se com Graça Machel, viúva do primeiro Presidente de Moçambique independente, Samora Machel.

De referir que pouco antes da celebração da independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975 Pamela regressou a Moçambique como a segunda dama do país pois seu marido, Marcelino dos Santos era, na altura, Vice-Presidente da FRELIMO. Nesta qualidade acolheu em sua casa muitos quadros do CNA incluindo Joe Slovo, Ruth First, Jacob Zuma, Frenny Ginwala, Esop Pahad, Lindiwe Sisulo, Josiah Jelly, Joe Gqabi entre outros.

Durante a celebração da independência, uma delegação do CNA, dirigida por Oliver Tambo esteve presente e incluía Joe Modise, Thabo Mbeki, Jacob Zuma e Lennox, tendo realizado importantes conversações e tomado decisões. Pouco depois, Lennox mudou-se para Lourenço Marques (atual Maputo), a título permanente e, nos finais do primeiro ano, a representação do ANC foi formalmente reconhecida. Lennox era o representante e Jacob Zuma como seu adjunto (MANGHEZI, 2007).

A independência de Moçambique em Junho de 1975 forneceu a grande oportunidade de se constituir numa retaguarda segura dos guerrilheiros do CNA e oferecia facilidades para a sua infiltração para o teatro das operações dada a relativa proximidade entre este país e África do Sul. Dirigentes do CNA e “combatentes da liberdade” como eram denominados os combatentes do CNA tiveram em Moçambique o necessário acolhimento e apoio, tornando-se este país virtualmente o principal inimigo da África do Sul. Por isso, o regime do *apartheid*, na África do Sul, levou a cabo um processo de desestabilização sistemática através da infiltração de comandos de mercenários e ataques aéreos a diversas zonas incluindo Maputo, a capital de Moçambique.

De referir que após o levantamento do Soweto em 1976, um grande número de jovens de ambos os sexos se refugiou em Moçambique onde se juntou aos outros militantes do CNA que já aqui residiam. Alguns destes jovens foram enviados para preparação político-militar em países do bloco do Leste como a Hungria, União Soviética ou de países africanos como Angola. Outros combatentes do CNA estavam radicados na Suazilândia, para além dos que se encontravam na Tanzânia e na Zâmbia.

Em Moçambique, o Governo dirigido pela FRELIMO, concedeu um grande apoio ao CNA que incluía alojamento e instalações para o funcionamento dos seus departamentos. Algumas residências estavam localizadas em locais nobres onde residiam igualmente os dirigentes superiores do Estado Moçambicano, como se pode depreender das afirmações de Manghezi (2007): “A Ruth First e o Joe Slovo viviam na Julius Nyerere[...] mas mais tarde foram mudados por razões de segurança, para a zona fechada onde viviam todos os Ministros da FRELIMO”. Mais tarde, o CNA passou a receber apoio logístico do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e de vários governos europeus simpatizantes ou Organizações Não-Governamentais, em particular as suecas, das quais se destaca a *Emmaus*.

Em 1979 o quartel-general do MK, braço armado do CNA era dirigido por Joe Modise, coadjuvado por Joe Slovo e incluía cinco membros da organização. Existia ainda um Conselho

Revolucionário que em 1977 estava localizado em Angola tendo mais tarde Joe Modise sido transferido para Lusaka de onde dirigia as operações especialmente as dirigidas ao Transval e ao Cabo Oriental. Outro grupo de combatentes foi enviado para o Zimbábue enquanto outro agia a partir do Lesoto, cabendo a cada um destes grupos a responsabilidade sobre uma ou mais áreas específicas do território sul-africano.

Joe Slovo foi enviado para Maputo com responsabilidades particulares nas operações no Transval Oriental, Transval Norte, Norte do Natal e Transval Central “urbano”. Algumas áreas do país, incluindo Orange Free State eram responsabilidade do grupo que estava no Lesoto, dirigido por Chris Hani (MANGHEZI, 2007).

Para Manghezi (2007) o fornecimento de material de guerra constituía um dos maiores problemas da luta tendo sido dirigido sucessivamente por Mavil Masondo, Jacob Zuma e Cassius Make. As armas eram fornecidas pelos países do Leste através de Angola sendo entregues ao CNA no Porto de Luanda. Daí eram canalizadas pelo CNA para diversos destinos passando pelos Estados da Linha da Frente de onde eram infiltradas para o interior da África do Sul, num percurso de milhares de quilómetros, de Angola ao Botswana e dali para o interior do país.

O armamento destinado aos combatentes do CNA em Moçambique seguia várias rotas variando de acordo com as contramedidas que o regime do *Apartheid* tinha instituído, e diferia de acordo com a forma como estavam as relações com as autoridades moçambicanas em cada momento. Um deles era o longo trajeto em velhos carros de Luanda até a Zâmbia. Da Zâmbia para a província de Tete e depois para Maputo.

De acordo com Manghezi, (2007), as armas eram, principalmente, de origem soviética, algumas da República Democrática Alemã (RDA) e da Bulgária, mas era tudo trazido pelos navios militares soviéticos para Angola e era da responsabilidade do CNA levar o material para o seu destino final. Em Moçambique o material de guerra eram distribuído por muitas casas do ANC, por casas de moçambicanos ou de cooperantes internacionais. Para esta autora, algumas casas recebiam apenas algumas armas mas outras tinham um arsenal completo que era renovado em intervalos regulares.

Isto evidencia o grande sacrifício consentido pelo governo de Moçambique e muitos dos seus cidadãos bem como estrangeiros que, residindo neste país apoiavam a causa do CNA, na sua luta contra o regime minoritário da África do Sul. Eram, de facto, bases do CNA instalados informalmente mesmo no coração da capital de Moçambique, Maputo, num esforço que

comportava grandes riscos para os habitantes mas que constituía a mais alta expressão de solidariedade entre o povo de Moçambique e o da África do Sul representado pelo CNA.

De referir, no entanto, que não foi apenas Moçambique a desempenhar um papel importante neste processo mas também a Suazilândia, um país que à semelhança da África do Sul tem o Inglês como língua de comunicação da maioria da população. A facilidade de comunicação dos membros do CNA na Suazilândia facilitava o trabalho das células do movimento e dificultava a identificação dos membros, permitindo a camuflagem das operações e atividades do movimento através deste país. Por isso, muitas infiltrações de combatentes para a África do Sul foram feitas a partir da Suazilândia.

Apesar do envolvimento dos outros países da região da África Austral no apoio ao combate do CNA ao regime do *apartheid* na África do Sul, foi Moçambique que mais se destacou nessa tarefa tendo, por consequência, sofrido um processo de desestabilização muito acentuado por parte das forças de defesa e segurança sul-africanas. Com efeito, a frequência e intensidade dos ataques a Moçambique, quer de forma direta como através do apoio à RENAMO acabaram levando ao relaxamento desse apoio através do acordo de Nkomati em 1984. As consequências do Acordo de Nkomati e seu impacto na região e no mundo foram objeto de análise em outro capítulo desta tese.

Podemos afirmar, de uma maneira geral, que a política externa de Moçambique na região da África Austral conheceu o seu ponto culminante com a apoio dado aos movimentos de libertação que ainda lutavam contra a dominação de regimes minoritários, como era o caso da Rodésia, África do Sul e Namíbia. Após a independência do Zimbábue, em 1980, o CNA teve, em Moçambique a sua retaguarda segura para coordenação e preparação do processo de infiltração dos combatentes da liberdade, que lutavam contra a dominação da maioria negra pela minoria branca instalada no poder naquele país. Este papel ativo de Moçambique enquadrava-se no seu autoproclamado compromisso internacionalista e no desempenho do papel que lhe cabia como Estado da Linha da Frente. O envolvimento do país na procura de solução para o conflito Angolano foi notório, tendo sido um interlocutor importante e intermediário usado pelos países interessados, incluindo os Estados Unidos, para influenciar positivamente o decurso das negociações, atendendo à afinidade existente entre a FRELIMO e o MPLA.

O Governo de Moçambique prestou também apoio incondicional à luta pela independência da Namíbia levada a cabo pela SWAPO, movimento e libertação com que a

FRELIMO forjou laços de amizade desde os tempos do exílio na Tanzânia. Neste contexto, diplomatas moçambicanos envolveram-se entusiasticamente na procura de solução para a Namíbia tendo manifestado o seu apoio à SWAPO, na luta contra a ocupação da Namíbia pela África do Sul. A independência da Namíbia em 1990 e a implantação de um regime de maioria democraticamente eleito na África do Sul seriam o corolário do esforço dos movimentos de libertação daqueles países, com o grande apoio oferecido pelos países da região, incluindo Moçambique.

5.3.3 Política Externa de Moçambique para com a África do Sul

As relações entre os povos de Moçambique e África do Sul vêm de muito tempo atrás quando contatos permanentes foram estabelecidos através de redes sociais por causa do senso de afinidade. Relações cordiais foram consistentes desde os tempos pré-coloniais e havia fortes relações comerciais e sociais até que as potências coloniais penetraram na região. O chamado M'fecane marcou essa era e deixou um mosaico cultural indelével e similar na região.

Em Moçambique, migrações principalmente a partir do Norte de Kwazulu Natal deram origem ao Estado de Gaza, limitado pelo rio Incomáti para o Sul; o rio Zambeze ao Norte; o Oceano Índico a Leste e as montanhas de Lebombo e Chimanimani a Oeste (SAÍDE, 2014).

A presença dos colonizadores em Moçambique e África do Sul reconfigurou as relações entre os dois povos. A chegada dos ocupantes europeus na África do Sul desde meados do século XVII e o subsequente desenvolvimento agrícola (trigo, vinho, frutas, açúcar de cana e criação de gado) levou à importação de mão-de-obra escrava (até o século XIX) provenientes de Moçambique, e em grande medida de Madagáscar, Índia continental e Indonésia; e mais tarde à importação de trabalhadores migrantes das atuais províncias moçambicanas de Gaza e Maputo.

Assim, pela primeira vez, Moçambique, particularmente as suas províncias do sul, estava se tornando uma parte integrante do sistema económico da África Austral. Havia também um fortalecimento da amizade e solidariedade que unia estes dois países. A descoberta de diamantes (1867) em Kimberley e ouro (1886) em Witwatersrand na República Sul-Africana deu um novo ímpeto à migração de moçambicanos. Eles se dirigiam às minas à procura de emprego que era melhor remunerado do que qualquer trabalho que eles podiam encontrar na colónia portuguesa.

Milhares de moçambicanos trabalhavam na construção de linhas férreas e nas minas sul-africanas de diamante, ouro e carvão (MONDLANE, 1975; SAÍDE, 2014).

Foi como resultado deste aumento na migração para a África do Sul e a grande demanda por trabalhadores no sector mineiro que o governo colonial Português viu a necessidade de regular a migração para a África do Sul e subsequentemente assinou acordos de cooperação nos sectores de transporte e trabalho com o governo sul-africano. As consequências deste progresso económico, juntamente com os desenvolvimentos políticos na África do Sul e na região da África Austral como um todo, tornou a África do Sul num centro político e económico da região, ligando sistematicamente áreas oficialmente segregadas do Botswana, Moçambique, Rodésia do Sul, Lesoto, Suazilândia e Malawi, fazendo com que estas colónias fossem economicamente e, em alguns casos, politicamente dependentes da África do Sul. Ao mesmo tempo, os laços de amizade, solidariedade e familiaridade entre os negros sul-africanos, moçambicanos, zimbabuanos e malauianos foram fortalecidos e consolidados, catalisados pela partilhada experiência de exploração, opressão e discriminação racial (MATUSSE, 2009; SAÍDE, 2014).

Entretanto, na vigência do regime colonial português em Moçambique e do regime do *apartheid* na África do Sul o relacionamento entre as vastas camadas da população negra e a minoria branca nestes países era caracterizado pela exploração e humilhação dos negros por aqueles regimes minoritários. Esta situação que prevaleceu até à derrocada do regime colonial português em Moçambique em 1975 continuou a caracterizar as relações entre brancos e negros na África do Sul o que contribuiu para a radicalização dos movimentos nacionalistas na sua luta contra o regime de segregação racial que veio a conhecer o seu fim no início da década de 1990.

O fim do regime do *apartheid* contribuiu para o reatamento de relações de amizade e cooperação entre os povos de Moçambique e da África do Sul que tinha passado a estar sob um governo de maioria democraticamente eleito em 1994. Foi a partir desse ano que Moçambique se envolveu num processo de normalização das relações com este país economicamente o mais forte da região da África Austral.

Por outro lado, o fim da guerra civil em Moçambique em 1992 e a instauração da democracia multipartidária em 1994 fez com que nos dois países fossem formados governos dirigidos pelo CNA e pela Frelimo, antigos movimentos de libertação aliados desde os campos de treino no exílio, na Tanzânia. Essa amizade seria posteriormente reforçada pelo apoio concedido pelo governo de Moçambique ao CNA, na sua luta contra o regime do *Apartheid*. Consoante

Lhalbahadur e Otto (2013), a afinidade entre o CNA e a Frelimo expandiu-se até ao âmbito político e encontraram expressão comum nas políticas externas dos dois países, com ambos priorizando a resolução pacífica das disputas e ligações históricas.

Neste contexto, a África do Sul tornou-se o maior investidor em Moçambique e consistentemente tem estado entre os seus três parceiros comerciais internacionais do topo. Moçambique está, por seu turno, entre os três principais parceiros comerciais africanos da África do Sul. Desde 1994 houve 68 Memorandos de entendimento assinados entre os dois países em assuntos incluindo trabalho, transporte, desenvolvimento de recursos, trocas diplomáticas, turismo e defesa; e uma comissão binacional (CBN) foi formalmente estabelecida em Dezembro de 2011. A importância da África para Moçambique é refletida pelo facto de que é apenas um de dois países que tem uma CBN, o outro sendo Portugal (LALBAHADUR E OTTO, 2013).

De acordo com Lhalbahadur e Otto (2013), até 2012, quando foi ultrapassada pela China, a África do Sul era um dos maiores investidores internacionais em Moçambique, sendo também o investidor estreado na série do pós-conflito. Alguns dos mais substantivos investimentos incluem o envolvimento da Corporação de Desenvolvimento Industrial no estabelecimento da fundição de Alumínio Mozal, o primeiro megaprojeto de Moçambique e o investimento da Sasol em 2003 num gasoduto de 865 Km entre Moçambique e a África do Sul. Os autores acrescentam que também estão sendo elaborados planos para a Sasol, em parceria com a Eletricidade de Moçambique construir uma fábrica alimentada pelo gás natural, com mais de metade da capacidade gerada destinada ao mercado moçambicano. Estes dois investimentos sozinhos totalizam 11 biliões de *Rands*.

O investimento da ESKOM de 1,26 Milhões de Dólares Americanos em turbinas de vento para a geração de energia em Inhambane – um projeto que é esperado produzir 300Kw de energia – é também acompanhado por investimentos em hidro energia. O âmbito para uma cooperação aumentada entre os dois países é esclarecido no Plano Integrado da África do Sul que reconhece que Moçambique pode desempenhar um papel importante no alívio dos próprios constrangimentos de energia da África do Sul (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

As indústrias sul-africanas de retalho e serviços também ostentam uma forte presença em Moçambique. A operadora Móvel Vodacom está presente, bem como o *First National Bank* (FNB), a cadeia de supermercados *Pickn'Pay*, lojas do departamento *Woolworths*, retalhistas gerais de mercadorias *Game*, retalhistas de vestuário *Mr. Price* e o grupo hoteleiro *Southern Sun*,

bem como pequenas e médias empresas sul-africanas que dominam a indústria de turismo (LHALBAHADUR; OTTO, 2013; MIC, 2005).

Tabela 2 - Comércio de Moçambique com a África do Sul (\$'000)

Indicador	1994	2001	2005	2010	2012
Exports. Totais	28,824	76,606	151,265	535,060	951,186
Imports. Totais	321,613	638,291	992,751	1,379,966	2,182,974
Balança Comercial	-292,789	-561,685	-841,486	-844,906	-1,231,788

Fonte: UNCTAD (UN Conference on Trade and Development), UNCTADSTAT, <http://unctadstat.unctad.org/>, accessed 12 July 2013 (restricted access), in (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

Torna-se patente, da análise da tabela 2, que a balança comercial entre os dois países é extremamente favorável à África do Sul. Porém Moçambique pode se beneficiar de várias formas, da existência de um vizinho economicamente o mais forte da região, cujos investimentos contribuem para a criação de emprego e rentabilização das infraestruturas económicas através dos serviços prestados àquele país. Mais ainda, muitos moçambicanos continuam, de maneira formal ou informal, a demandar terras sul-africanas para a realização de empreendimentos cujas remessas contribuem sobremaneira para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Outra área em que a cooperação bilateral entre os dois países é saliente é a segurança. A prevalência do crime transfronteiriço caracterizado pelo roubo de viaturas da África do Sul para serem vendidos em Moçambique, tráfico de drogas e armas ligeiras e ainda a caça furtiva de rinocerontes no Parque Nacional Kruger ao longo da fronteira com a Província de Gaza, e nas reservas de caça ao seu redor constituem problemas que os dois países procuram resolver através da cooperação bilateral na área de segurança. De acordo com Lhalbahadur e Otto (2013), a falta de um tratado de extradição entre os dois países limita severamente a dimensão da ação que pode ser tomada para resolver o crime transfronteiriço.

Constata-se, da análise feita nesta seção que as relações entre Moçambique remontam do período colonial quando os regimes no poder na altura se aperceberam das vantagens recíprocas que a cooperação entre ambos traria. Vários acordos foram celebrados desde essa altura e as relações eram prósperas mas em benefício dos regimes no poder nos dois países e, para o caso de Moçambique também para a metrópole.

Entretanto, o alcance da independência de Moçambique modificou substancialmente as relações entre os dois Estados que passaram a ser caracterizadas por uma grande hostilidade

recíproca devido à política segregacionista do *apartheid* e à condenação explícita que o governo de Moçambique fazia àquele regime bem como devido ao apoio consequente que dava ao CNA.

Terminado o regime do *apartheid* e implantado um governo de maioria, democraticamente eleito em 1994, as relações entre os dois países se normalizaram, galvanizados pela existência em ambos, de governos dirigidos por antigos movimentos de libertação que partilhavam ideais comuns desde os campos de exílio na Tanzânia. O sentimento de solidariedade e fraternidade entre o CNA e a FRELIMO foi aumentado pelo apoio incondicional que Moçambique deu ao CNA na sua luta contra o regime minoritário da África do Sul.

5.4 CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA DE MOÇAMBIQUE

A euforia pela conquista da independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975 foi coisa efémera. Um processo de desestabilização sistemática através de ataques militares por parte do regime minoritário rodésiano, liderado por Ian Smith teve lugar alegadamente para se contrapor ao apoio que o Governo de Moçambique dava aos militantes nacionalistas da ZANU e da ZAPU que lutavam pela instauração de um governo da maioria naquele país. A adesão de Moçambique às sanções impostas pelas Nações Unidas contra o regime ilegal instalado na Rodésia e o consequente encerramento de fronteiras com aquele país constituíram argumentos para justificar a escalada de ataques que o regime minoritário rodésiano levou a cabo contra Moçambique.

O apoio de Moçambique aos movimentos em luta contra o regime minoritário instaurado na Rodésia foi decisivo para o alcance da independência daquele país em 1980. Com efeito, desde o tempo da luta armada levada a cabo pela FRELIMO contra o colonialismo português, laços de amizade se estabeleceram entre este movimento e os movimentos de libertação do Zimbábue, nomeadamente a ZANU e a ZAPU. Foi porém, a ZANU que mereceu o apoio consequente da FRELIMO, o que despertou a necessidade de criação de instrumentos que permitissem lidar com a ZANU a partir das suas bases em Moçambique.

De referir que logo após o encerramento das fronteiras entre Moçambique e a Rodésia e o anúncio da aplicação integral das sanções decretadas contra o regime Rodésiano em 1976,

ataques das forças de defesa rodesianas a Moçambique passaram a ocorrer com uma frequência e intensidade cada vez maior.

Foi neste contexto que as forças de defesa e segurança rodesianas criaram o MNR como um instrumento que permitisse ao regime rodesiano lidar com o ZANLA, operando com bases a partir de Moçambique. Consoante Nilsson (1999), a criação do MNR baseou-se no que se chama pseudo-unidades¹⁰⁴, uma tática anteriormente desenvolvida pelo exército britânico e o ramo especial da polícia em várias campanhas de contra insurgência durante o período de descolonização desde os anos 1940 aos anos 1960, particularmente no Chipre, Malásia, e no Quênia para conter a rebelião Mau-Mau.

A estratégia de desenvolvimento de pseudo-unidades terroristas foi desenvolvida na Rodésia após o falhanço da operação convencional portuguesa “Nó Górdio” contra os insurgentes da FRELIMO em 1970. A percepção da ameaça de expansão da guerrilha da FRELIMO para o Sul convenceu os rodesianos da impossibilidade de ser contida pela sabedoria convencional de contra insurgência. Assim, os rodesianos sentiram uma crescente necessidade de intervenção no território moçambicano para parar com a crescente atividade do Exército de Libertação de Libertação Nacional do Zimbábue (ZANLA)¹⁰⁵ que tinha uma forte cooperação com a FRELIMO nas áreas fronteiriças entre Moçambique e a antiga Rodésia.

A cooperação entre a FRELIMO e os nacionalistas zimbabuanos criou preocupação aos rodesianos com a incapacidade dos portugueses pararem o avanço da FRELIMO, o que significava que o exército o ZANLA estava tendo acesso a faixas mais vastas da fronteira rodesiana. Como uma resposta, tanto para as dificuldades de recolha de informações como do fracasso das forças de segurança portuguesas, as pseudo-unidades rodesianas foram introduzidas para reforçar a capacidade operacional rodesiana em Moçambique.

Inicialmente, as forças rodesianas fizeram uso de antigos guerrilheiros do ZANLA ou da FRELIMO que tinham sido capturados e virados contra seus antigos colegas. O avanço dos guerrilheiros da FRELIMO para Sul em 1972 em diante originou uma reação muito cruel das

¹⁰⁴ Uma unidade pseudo-terrorista é uma unidade militar que tem todas as características de um grupo insurgente ou movimento de guerrilha mas, na realidade é uma unidade de forças de contra-insurgência, também contendo soldados de guerrilha “revoltados” ou insurgentes. Esses insurgentes capturados, dissidentes ou pessoas locais recrutadas por outros meios são virados “ideologicamente” nas mãos de forças contra-revolucionárias e reorganizadas em pseudo-unidades, com as seguintes tarefas principais: Procurar e destruir os grupos insurgentes que podem encontrar na área onde eles operam e desacreditar os insurgentes aos olhos da população apoiante, agindo violenta e arbitrariamente em nome dos insurgentes (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, NILSSON, 1999).

¹⁰⁵ Do Inglês *Zimbabwe African National Liberation Army*.

forças de segurança portuguesas. Vários tipos de unidades especiais foram criadas para tentar conter a ameaça contra as províncias de Manica e Sofala. Estes dois desenvolvimentos, o uso de pseudo-terroristas na Rodésia e o surgimento da versão portuguesa de unidades de contra insurgência, convergiram no período por volta da independência de Moçambique em 1975 e, numa virtual amalgamação física, membros das unidades especiais portuguesas nas províncias de Manica e Sofala fugiram para a Rodésia onde se integraram perfeitamente na Estratégia Rodesiana (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994; NILSSON, 1999).

Assim, após a independência de Moçambique as incursões e atividades pseudo-terroristas foram vistas como beneficiando uma causa comum. As pseudo-unidades terroristas rodesianas passaram a estar sob a alçada da Organização Central de Inteligência (CIO), dirigida por Ken Flowers. Sua estratégia era expandir o recrutamento de Moçambicanos e encorajar novos recrutas “para fazerem suas próprias coisas” em Moçambique (NILSSON, 1999, p.50).

Segundo Christie (1988) Ken Flower, tinha estado em contato com as autoridades portuguesas havia alguns anos por causa das atividades da FRELIMO em áreas fronteiriças com Moçambique. Em Abril de 1974, pouco antes do golpe de Estado Português, Flowers chegou a acordo sobre os detalhes do plano em uma reunião em Lisboa com o chefe da PIDE-DGS, Major Silva Pais mas o golpe de Estado de 25 de Abril parecia, no início, bloquear o plano.

No entanto, como Isaacman e Isaacman (1982) afirmam, de 1976 em diante, oficiais de segurança rodesiana, trabalhando com suas contrapartes sul-africanas, recrutaram colonos portugueses e mercenários, agentes secretos da polícia, brancos e negros, e antigos membros das tropas de elite do exército colonial que tinham fugido para a Rodésia após a independência de Moçambique.

Moçambicanos que tinham estado envolvidos nas forças portuguesas forneceram a base de recursos para esta tarefa. Mais notável era a participação proveniente das unidades de comandos especiais do exército português: Grupos Especiais (GÊs), Grupos Muito Especiais (GMEs) e Grupos Especiais de Paraquedistas (GEPs). Havia também antigos agentes da polícia secreta portuguesa, PIDE/DGS e dos “Flechas”, uma unidade paramilitar da PIDE/DGS. Muitos moçambicanos que tinham pertencido a estas organizações refugiaram-se na antiga Rodésia após a independência de Moçambique tendo sido integrados em unidades pseudo-terroristas que foram congregadas no MNR.

O treinamento dos elementos do MNR ficou a cargo do *Special Air Service* (SAS) da Rodésia, tendo consistido na preparação dos guerrilheiros para sabotagem, perturbação da economia, recrutamento e ataques às bases da FRELIMO. “Os objetivos da RENAMO eram, essencialmente, fornecer as oportunidades para a Rodésia lidar com o Exército Nacional de Libertação do Zimbábue (ZANLA) em Moçambique sem o fazer diretamente e perpetuar ou criar instabilidade em algumas áreas de Moçambique” (MANGHEZI 2007, p.110).

André Matsangaíssa tornou-se o primeiro líder do MNR, tendo sido morto em 1979 na Vila de Gorongosa. Foi sucedido por Afonso Marceta Dlakama que liderou o movimento desde aquela altura até à atualidade, tendo sido transformado em partido político após o Acordo geral de Paz em 1992. No entanto, o derrube do regime minoritário da Rodésia e o acesso do Zimbábue à independência em 1980 concorreram para uma mudança do papel exercido pelo MNR, que passou a estar sob a tutela directa do regime do *apartheid* na África do Sul. Com efeito, evidências apontam para o facto do MNR ter passado a ser parte integrante da “estratégia total” sul-africana contra o governo de Moçambique, logo após a independência do Zimbábue.

Na altura da independência do Zimbábue, a “estratégia total” estava em implementação e as condições na região permitiam a implementação de uma estratégia específica de guerra de baixa intensidade em relação a Moçambique. Um processo de desestabilização sistemática e consequente passou a ter lugar quer através de ataques directos das forças de defesa e segurança sul-africanas como através do apoio logístico à RENAMO que tinha passado a estar sob sua tutela após a independência do Zimbabwe.

O mais prolapado ataque direto das SADF ocorreu em 30 de Janeiro de 1981 na Matola, arredores da capital moçambicana, tendo sido mortos doze membros do CNA. O ataque às residências do CNA teria sido protagonizado por um comando sul-africano constituído por cerca de 200 elementos. Este ataque das SADF incluía mercenários rodesianos e teve requintes de grande crueldade, conforme se pode depreender dos depoimentos de um dos sobreviventes do ataque Matthews Thobela, citado por Manghezi (2007, p.171):

As pessoas que atacaram cortaram as orelhas dos meus camaradas. Sempre os descrevi como mercenários, porque tinham sido pagos para fazer aquilo. Se um soldado sul-africano voltava de uma operação tinha que provar que tinha morto um dos terroristas e só depois é que era pago. É por isso que lhes chamo mercenários. Essa noite dormi no hospital.

De referir que na sequência destes acontecimentos, o Presidente Samora Machel afirmou ter havido desleixo e subestimação do inimigo que se seguiu ao fim da guerra na Rodésia, e oito militares moçambicanos foram denunciados e sancionados por terem facilitado as ações dos sul-africanos. Alguns deles eram acusados de ter fornecido informações à embaixada dos Estados Unidos que colaborava com o regime do *apartheid* na África do Sul.

Em consequência, o governo de Moçambique expulsou seis cidadãos americanos, quatro dos quais funcionários da embaixada americana, acusados de fazerem parte de uma rede de espionagem da CIA, ligada à África do Sul. Em consequência desta medida, o governo Americano tomou a decisão de acabar com a ajuda a Moçambique (MANGHEZI, 2007, p.180).

Em Março de 1981, cerca de 100 soldados sul-africanos atravessaram a fronteira na vila turística de Ponta de Ouro, a sul de Maputo. Nesta incursão foi morto um soldado moçambicano e dois soldados sul-africanos brancos, um dos quais foi transportado de regresso a África do Sul.

De acordo com Manghezi (2007) de Dezembro a Janeiro de 1982, foram registadas 11 violações de espaço aéreo de Moçambique por aviões sul-africanos nas províncias de Maputo e Gaza, na região sul. Ao mesmo tempo, os militares sul-africanos estavam a enviar para o interior armas, abastecimentos e mercenários para apoiar o MNR e fazer espionagem aérea.

Várias incursões foram feitas pelas forças de defesa sul-africanas em Moçambique e agentes dos serviços de espionagem eram enviados para procederem a ações de sabotagem de infraestruturas ou assassinatos de cidadãos moçambicanos ou sul-africanos. Um exemplo destas práticas foi o assassinato, a 17 de Agosto de 1982 de Ruth First, nacionalista sul-africana e pesquisadora no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Ruth First foi morta ao abrir uma encomenda no seu escritório e outras três pessoas que se encontravam próximas foram seriamente feridas: Aquino de Bragança, o Diretor do Centro, Bridget O’Laughlin, colega muito próxima da Ruth, e Pallo Jordan, um intelectual do CNA, de visita, que tinha participado num seminário da UNESCO, organizado pelo Centro (MANGHEZI, 2007).

De acordo com Manghezi (2007), quase ao mesmo tempo duas casas do CNA, na Namaacha, foram atacadas e destruídas. Pouco depois, os *bôeres* foram novamente a procura do CNA em Maseru, a 10 de Dezembro tendo atacado 12 residências e massacradas 42 pessoas, incluindo Dimpo Hani, esposa de Chris Hani. Um certo número de sobreviventes veio a Maputo.

Cerca de cinco anos depois, Albie Sachs, seria igualmente vítima de um ataque à bomba em Maputo, tendo perdido um dos braços e sofrido também num dos olhos.

Outra incursão se registou em 23 de Maio de 1983 quando as forças de defesa sul-africanas atacaram uma fábrica de compota, na Matola, por oito caça-bombardeiro *Impala* e seis *Mirage* das forças de segurança sul-africanas. A 30 de Maio um pequeno avião foi abatido sobre a baía de Maputo tendo-se constatado posteriormente que se tratava de um RPV (veículo guiado à distância), de origem Israelita, fornecido com uma poderosa câmara na sua fuselagem, usada para a espionagem aérea (MANGHEZI, 2007).

Em outubro de 1983 o escritório do ANC, perto da Avenida Mao Tse Tung em Maputo, sofreu um atentado à bomba protagonizado pelo conhecido espião Dutoit – mais tarde capturado pelo MPLA em Cabinda e aprisionado - que trepou até ao terraço e colocou três cargas explosivas que rebentaram simultaneamente. Quatro membros do ANC ficaram feridos e foram hospitalizados. A explosão abriu grandes buracos no terraço do prédio e atirou com parte da parede a volta do terraço na rua.

De referir que durante os ataques sul-africanos contra Moçambique se podem distinguir três tipos (NILSSON, 1999, p.45): Ataques militares diretos em alvos bem definidos, conduzidos por unidades de comando sul-africanos e normalmente nada era feito para encobrir ou negar sua origem sul-africana; Ataques a alegados alvos do CNA, perpetrados de uma maneira tal que um máximo dano fosse feito à volta e ao lado dos alegados alvos; e ações violentas de variados tipos cometidas pela RENAMO em Moçambique, caracterizados por mortes ou mutilações indiscriminadas.

Um ataque contra depósitos de combustível na Beira é considerado como tendo tido como principal objetivo enfraquecer as economias de Moçambique e Zimbábue, e de parar outros países do *hinterland* da África Austral de usarem o Porto da Beira para o seu comércio externo.

De acordo com Nilsson (1999), o ataque na Beira aconteceu no mesmo dia em que outro ataque dos comandos contra Maseru, a capital de Lesoto onde vinte e quatro pessoas foram mortas. Ambos os ataques foram perpetrados antes de uma cúpula da SADCC ter tido lugar em Maseru. Para este autor, a mensagem diplomática sul-africana transmitida por estes ataques tinha o objetivo de intimidar todos os Estados membros da SADCC e, especificamente os seus governos para não usarem o Porto da Beira, cuja utilização estava sendo planeada visando reduzir a dependência em Portos e Caminhos de Ferro da África do Sul.

Em segundo lugar, os ataques diretos sul-africanos contra seus vizinhos muitas vezes tinham o pretexto de atacar bases do CNA. Ataques cruzando a fronteira contra o CNA era apenas um método entre outros, nos esforços da África do Sul para conter a luta contra o sistema do *apartheid* no interior da África do Sul. Uma componente dos esforços para conter o CNA longe da vizinhança imediata da África do Sul era uma tentativa de forçar os governos dos Estados vizinhos a agirem como polícias a favor da África do Sul (NILSSON, 1999).

Ambos os tipos de ataques estavam diretamente ligados à principal função das forças de defesa sul-africanas (SADFs)¹⁰⁶, de evitar a entrada dos membros do CNA na África do Sul através dos Estados da Linha da Frente e forçar o CNA a ficar tão longe quanto possível das fronteiras sul-africanas. Neste sentido, estas ações desempenharam uma função na defesa do sistema do *apartheid* na África do Sul, dentro do esquema da Estratégia Total (NILSSON, 1999).

Constata-se, assim, que o apoio dado por Moçambique aos movimentos de libertação da região, bem como a opção política socialista adoptada após a independência tornou-o num dos principais alvos de um processo de desestabilização sistemática e consequente por parte dos regimes minoritários da região. Com a ascensão do Zimbábue à independência em 1980 na sequência do derrube do regime minoritário rodesiano, a África do Sul levou a cabo uma estratégia de desestabilização política, militar e económica sistemática e consequente contra Moçambique cujas consequências se fazem sentir até hoje.

Com foi acima referido, para além dos ataques diretos feitos pelas SADF, o apoio à RENAMO foi uma característica dominante das actuações do regime sul-africano em Moçambique. Com efeito, pouco tempo antes da proclamação da independência do Zimbábue em 1980 a África do Sul herdou da Rodésia todo o aparato do MNR. Assim, este movimento bem como os seus homens, armamento e mesmo a estação de rádio “Voz da África Livre” foi transferido da Rodésia para a África do Sul em Abril de 1980. Daí em diante passou levar a cabo a guerra em Moçambique com as operações dirigidas a partir do território sul-africano, em operações coordenadas com as SADF.

A transferência do MNR foi feita com o acompanhamento de oficiais da inteligência rodesiana, tendo sido instalados em Phalaborwa, na província sul-africana de Transval. Neste país, a coordenação das atividades diárias do movimento ficou a cargo do Brigadeiro van Tonder

¹⁰⁶ Do Inglês *South African Defense Forces*.

e seu subordinado, o Coronel Charles van Niekerk, que tinham já realizado visitas aos campos de treino do MNR¹⁰⁷ em Odzi, na Rodésia durante o ano de 1979 (NILSSON, 1999).

Segundo Nilsson (1999), a RENAMO tinha, no mínimo, dois campos militares e um campo semi-civil na África do Sul. Os campos militares estavam em Zoabostad e Phalaborwa enquanto o campo político estava em Walmerstad, cerca de 50 Quilómetros de Pretória.

Torna-se evidente, a partir dos eventos acima descritos, que a guerra civil que dilacerou Moçambique por cerca de dezesseis anos enquadrava-se numa estratégia de desestabilização visando originar o colapso do governo deste país, dirigido pela FRELIMO, antigo movimento de libertação. A existência de dois regimes minoritários na região, com capacidade económica e militar superior ao Estado de Moçambique ainda na sua fase embrionária e as externalidades negativas resultantes da opção política adotada pela FRELIMO constituíram elementos catalisadores do clima de instabilidade profunda que se viveu em Moçambique naqueles anos.

A adopção da estratégia de partido único, mais tarde transformado em partido de vanguarda marxista-leninista em 1977, a abolição da autoridade tradicional, a adopção de uma economia centralmente planificada de tipo socialista que ignorava a propriedade privada, a hostilização da igreja foram, entre outros, os fatores que concorreram para a instrumentalização de vastos segmentos da população, e criaram um ambiente propício à mobilização política contra o Governo e o Estado de Moçambique.

Torna-se pertinente afirmar consoante Nilsson (1999) que a guerra em Moçambique era uma guerra entre Estados pois, as pseudo-unidades rodesianas iniciais, bem como as operações do MNR estavam totalmente integradas na estratégia rodesiana para parar com as atividades das ZANLA dentro de Moçambique. Após 1980, sob o patrocínio da África do Sul, a RENAMO se tornou uma componente integrada da Estratégia Total.

Evidências em torno da guerra civil que por dezessesis anos dilacerou Moçambique aponta ainda para a possibilidade de manipulação de sentimentos étnicos para a exacerbação da mesma. Este terá, eventualmente contribuído para o alcance de elevados níveis de crueldade que foram verificados ao longo do conflito e sugerem a necessidade de um estudo aprofundado que possa permitir a erradicação definitiva deste tipo de conflitos no país.

¹⁰⁷ Usamos a sigla MNR para designar o movimento rebelde em Moçambique no período anterior à independência do Zimbabwe. Esta denominação passa a ser RENAMO para o mesmo movimento após a sua transferência para a África do Sul em 1980. Usaremos também a denominação Renamo para nos referirmos ao Partido Renamo, resultante da transformação da RENAMO em Partido político após o Acordo Geral de Paz em 1992.

A gênese da resistência ao governo instalado após a independência em Moçambique pode ser encontrada a partir de vários fatores, tanto de natureza histórica quanto sociológica ou antropológica. Problemas eclipsados durante a luta de libertação nacional diante da necessidade de combater um inimigo externo comum, diferenças na estratégia de implementação da luta, o tipo de sociedade a ser construída após a derrota do regime colonial, o sistema sócio-político e económico adotado pela FRELIMO em Moçambique são, entre outros, fatores que concorreram sobremaneira para a conflitualidade real ou potencial que Moçambique enfrenta desde os primórdios da sua independência.

Tendo sido patrocinado pelos serviços de inteligência rodesianos e posteriormente usados pelos sul-africanos para a implementação da sua própria estratégia, o MNR teve uma forte ligação com Portugal. Como Nilsson (1999) afirma, a ligação entre o MNR e Lisboa data de 1979, em resultado de duas circunstâncias: Por um lado, o fracasso da aliança Smith-Muzorewa na Rodésia era evidente e o poder branco na Rodésia estava terminando, o que desenvolveu uma incerteza sobre o futuro controle das unidades rodesianas de pseudo-guerrilha, o MNR. A componente portuguesa, alguns dos quais acreditavam na possibilidade de transformar a RENAMO numa organização política real, agiram para aumentar sua influência, e criaram condições para hospedar a rede externa da RENAMO em Portugal.

Por outro lado, embora a África do Sul controlasse a RENAMO logisticamente, havia uma contradição potencial entre ela e a componente portuguesa. Contudo, a mudança para fazer de Lisboa o centro da “ala externa da RENAMO” se adaptava à estratégia sul-africana. Em Portugal, grande número de pessoas tinham uma profunda hostilidade para com a FRELIMO, e não pareceria estranho para ninguém que “rebeldes antissocialistas” de Moçambique tivessem apoio de forças na capital da antiga Metrópole. Assim, em contraste com outros países europeus e os Estados Unidos, Portugal oferecia uma base social para o estabelecimento do escritório da RENAMO (NILSSON, 1999).

Jornais da direita exploravam os sentimentos vingativos dos retornados, pessoas que sentiam que tinham perdido tudo. Diversos órgãos de comunicação social tanto portugueses como de outros países ocidentais sediados em Lisboa desempenharam um papel fundamental na propaganda da RENAMO. Em Lisboa os meios de comunicação privilegiados para a distribuição dos comunicados eram as agências de notícias estrangeiras UPI e AP, americanas, a *Reuters*, britânica, a *France Press*, e a ANOP e NP, portuguesas, a BBC, a Rádio Comercial, a Rádio

Nascença, e jornais lisboetas, onde se privilegiavam os de certa direita, que não se coíbiavam de mostrar o seu apoio a RENAMO. O Jornal português “O Diabo” esteve sempre ao lado da RENAMO, sendo um órgão identificado com a extrema-direita portuguesa (OLIVEIRA, 2006, p.152).

Os retornados formaram a base para o escritório da RENAMO, sendo os mais envolvidos antigos proprietários de terra, prédios ou empresas de médio porte em Moçambique colonial. Pessoas que tinham investido em edifícios e habitação em Maputo ou nas capitais provinciais da Beira e Nampula eram os mais agressivos.

Alguns políticos portugueses também estavam envolvidos no apoio à RENAMO de várias formas. Por exemplo Pinto Balsemão, que era Primeiro - Ministro de Portugal de Janeiro de 1981 a Março de 1983 estava procurando aliados que não fossem os sul-africanos num esforço para restabelecer a presença portuguesa em Moçambique. Inicialmente Portugal viu a RENAMO como um possível veículo para uma mudança política em Moçambique.

Entretanto, enquanto em Portugal a RENAMO manteve um alto perfil, com grande contato com os meios de comunicação social, na Alemanha manteve um baixo perfil na realização de suas atividades. O primeiro contato documentado entre indivíduos representando a RENAMO e pessoas de várias instituições na Alemanha foi na primeira digressão de Dlakama pela Europa em Novembro de 1980. No ano seguinte, numa conferência secreta foi adoptado o “manifesto da RENAMO” numa reunião do Conselho Nacional realizado em 17 de Agosto de 1980. Alguns analistas afirmaram que o manifesto devia servir como um esboço da constituição para o futuro Moçambique (NILSSON, 1999).

A Alemanha era um bastião no apoio à RENAMO cuja ala externa se encontrava sediada em Kiel. Indivíduos como Artur Vilanculos gozavam de simpatias de personalidades como Franz Josef Strauss, o líder do partido União Social Cristã (CSU) da Baviera mas os apoios ao movimento advinham essencialmente dos “serviços secretos” alemães, o BND (OLIVEIRA, 2006).

Evo Fernandes, que sucedeu a Orlando Cristina como secretário-geral do movimento, embora residindo em Cascais, Lisboa, passava parte considerável de seu tempo na Alemanha, França e Espanha. na RFA, Fernandes recebia o apoio direto de Wolfgang Richter, quadro do topo do BND, os serviços secretos alemães, e do influente professor universitário de Kiel,

Woerner Kaltefleiter. Em Paris, círculos ligados ao partido direitista RPR¹⁰⁸ também deram seu apoio à RENAMO antes de assumirem o poder e dirigiram o Estado (OLIVEIRA, 2006, p. 148).

No entanto, como Oliveira (2006) afirma, o apoio alemão foi interrompido após a descoberta na “Casa Banana”, na Gorongosa, em 28 de Agosto de 1985, de documentos comprometedores evidenciando as ligações ao BND. O secretário-geral da RENAMO que na altura se encontrava a residir temporariamente na RFA foi aconselhado a deixar aquele país. Na Espanha, o Secretário-Geral da RENAMO recebia o apoio dos serviços secretos deste país.

Nos Estados Unidos, era delegado da RENAMO o professor negro moçambicano Luís Serapião que substituiu a José Francisco e a ele se juntou mais tarde Thomas Schaaf, um americano vindo do Zimbábue, e que regressou aos Estados Unidos após ter estado em Lisboa onde prestou sua colaboração à delegação local do movimento rebelde. Schaaf viria a prestar um grande apoio ao delegado do movimento nos Estados Unidos. Outros contatos incluíam Joseph Valentin, chefe dos serviços em Português da “Voz da América”, e o locutor Tomé Mbuia João de origem moçambicana. Outros indivíduos ou grupos de interesses que apoiavam a RENAMO se localizavam em outros países, incluindo a Itália, Austrália, Quênia e Malawi.

Pode se compreender sem grande esforço, que grande parte dos países ocidentais constituía lugar privilegiado da atuação do movimento rebelde moçambicano mesmo que tenha sido, em alguns casos à revelia dos governos desses países. De um modo geral, os serviços secretos de muitos países ocidentais se envolveram no apoio à RENAMO através da sua ala externa. Portugal possuía a maior representação do movimento a seguir à África do Sul e o maior número de apoiantes. Nos países africanos, o Malawi e o Quênia pontuavam nos poucos países africanos que davam guarida a elementos da RENAMO, pelo menos abertamente.

Outras fontes de contestação em Moçambique eram políticos frustrados com a forma como o poder político foi entregue à FRELIMO, alegadamente sem o concurso de outras sensibilidades políticas, muitas das quais emergiram nas vésperas da independência de Moçambique. Neste contexto, vários agrupamentos se formaram visando, de um modo geral, dar o seu contributo para o desmoronamento do regime instalado em Maputo, tendo os seus líderes se fixado em Portugal. Muitos destes agrupamentos foram já mencionados em seções precedentes e incluem a FUMO, o MONAMO, a FRESAMO, o CUNIMO, a União Nacional de Moçambique (UNAMO) e ainda a *Friends of Mozambique*, criada por Artur Vilanculos, outro moçambicano

¹⁰⁸ Partido político conservador francês *Rassemblement pour la République* (RPR).

que abandonou a FRELIMO nos tempos da luta de libertação tendo se fixado nos EUA e mais tarde se integrado na RENAMO, entre outros movimentos oposicionistas ao governo de Moçambique dirigido pela Frelimo (OLIVEIRA, 2006).

A Associação dos Naturais e Ex-Residentes de Moçambique (ANERM) essencialmente um grupo de ex-colonos endinheirados e que pretendia reaver os bens deixados em África era outra organização que estava por detrás dos apoios à RENAMO a partir de Lisboa.

Vale, no entanto, referir que Jorge Jardim foi um dos portugueses que nas últimas décadas do colonialismo português se apercebeu da necessidade de se procurar uma solução política para a situação colonial em Moçambique tendo iniciado contatos com as autoridades de alguns países da região. Jardim tornou-se amigo do Presidente do Malawi, Kamuzu Banda que o nomeou Cônsul Honorário do Malawi na Beira e, através deste, se aproximou do Presidente Zambiano Kenneth Kaunda para tentar negociar com a FRELIMO uma independência que salvaguardasse os interesses portugueses, em Moçambique.

Homem que gozava de grande consideração por parte do Dr. Salazar a quem exercia uma grande influência mercê do seu carácter bastante expedito através de missões levadas a cabo por sua conta e risco, empresário muito bem-sucedido na região centro de Moçambique nomeadamente na Beira e no Dondo onde possuía grandes empreendimentos fabris, Jardim não caiu nas graças do Movimento das Forças Armadas (MFA) responsável pelo golpe de Estado em Portugal e pelo governo provisório que emergiu do golpe de Estado de 25 de Abril tendo, por isso se sentido traído.

Na sua obra “Moçambique, Terra Queimada, 1976”, Jardim se considera um homem incompreendido pelas novas autoridades de Lisboa, que lhe encarceraram no momento crucial da descolonização tendo sido libertado por amigos e se exilado no estrangeiro onde continuou a mostrar-se inconformado com o destino que lhe coube. Obviamente que foi um dos mentores do MNR mas o seu projeto não preconizava o recurso à metodologia que os seus seguidores deram ao movimento. Jardim julgava que Moçambique era o país dos que nele habitavam à altura da descolonização e não se importava em entregar o poder político à maioria desde que salvaguardados os direitos da minoria branca residente no território incluindo os colonos, seus descendentes e os moçambicanos brancos.

Entretanto, o Engenheiro Jorge Jardim só veio a reconhecer o imperativo da igualdade de direitos entre brancos e negros em Moçambique após séculos de discriminação, escravização, trabalhos forçados e assassinatos dos negros nas masmorras da polícia política portuguesa, a

PIDE, instrumento político privilegiado pelo regime colonial fascista de que ele era grande apoiante e admirador, especialmente do seu mentor, o Dr. António Oliveira Salazar.

O Engenheiro Jardim nunca chegou a entender este facto tendo se empenhado em procurar salvaguardar os direitos dos brancos no período de descolonização numa altura em que a rebelião armada tinha eclodido no território e ele próprio, através de organizações paramilitares que tinha o privilégio de criar e comandar tão arduamente combateu a FRELIMO. Até o momento de sua morte em 1982 em Libreville, Gabão, onde se tinha exilado, Jardim considerou-se vítima de incompreensão e traição por parte das novas autoridades portuguesas, da FRELIMO e dos líderes da região com quem afirma ter mantido contatos regulares.

Torna-se evidente que a situação interna de Moçambique caracterizada pela adopção de um regime de partido único e uma estratégia de desenvolvimento socialista adoptada após a independência constituiu um fator determinante no ambiente de confrontação generalizada que se verificou no país bem como no processo de desestabilização que se verificou subsequentemente. Visando defender a soberania nacional e garantir a sobrevivência do regime instalado em Maputo, o Governo se viu forçado a recorrer ao apoio de seus aliados, principalmente da União Soviética e da China para se contrapor às investidas levadas a cabo pelos regimes minoritários da região e pelo MNR.

Grupos de interesse localizados em vários países da Europa, África, Austrália e América do Norte deram, também, o seu apoio ao MNR através da sua “ala externa” mas o apoio decisivo para a manutenção do movimento e sua luta contra o governo de Moçambique foi essencialmente do regime do *apartheid* na África do Sul.

5.5 RELAÇÕES ENTRE MOÇAMBIQUE E MALAUI

Outro fator que tem sido apontado como tendo perturbado sistematicamente a estabilidade política em Moçambique foram as suas relações com o Malauí. As desavenças entre o governo do Malauí sob a liderança do Dr. Kamuzu Banda e a FRELIMO remontam do período colonial.

Com efeito, durante a luta de libertação nacional dirigida pela FRELIMO contra o regime colonial português, as relações entre este movimento e o governo do Malauí sob a liderança do Dr. Kamuzu Banda foram muito tensas. Nessa altura, o governo do Malauí colaborava com as

autoridades coloniais portuguesas e com o regime minoritário da África do Sul agindo contra as aspirações da grande maioria dos líderes das nações africanas.

De acordo com Christie (1988), a esperança de vir a reconstruir o grande Malauí como compensação à sua colaboração com o regime colonial português fez com que o Governo do Dr. Banda levasse até às últimas consequências a sua colaboração com as autoridades coloniais portuguesas. Por isso, o Malauí nunca constituiu retaguarda segura para a FRELIMO e, pelo contrário, serviu de um importante ponto de apoio à infiltração de homens armados da Renamo para o território de Moçambique independente.

Na sua qualidade de chefe do Destacamento de Defesa da FRELIMO, Samora Machel se deslocou por duas vezes ao Malauí em 1965 e 1968. A primeira deslocação tinha o objetivo de tentar obter a libertação de nacionalistas moçambicanos detidos antes que fossem entregues à PIDE. Na segunda visita, fontes bem-informadas dizem que estava ligada às atividades de um grupo moçambicano que, contrariamente à FRELIMO, tinha tido santuário no Malauí. Este grupo, a União Nacional Africana de Rombézia (UNAR), queria incorporar uma grande parte do Nordeste de Moçambique para dentro do Malauí, através de negociações com os Portugueses (Christie, 1988).

Assim, enquanto se desenrolava a confusão nas bases recuadas da FRELIMO na Tanzânia em 1968, uma nova organização tinha sido fundada no Malauí, adoptando o denominação de União Nacional Africana da Rombézia. Esta organização clamava em representar um outro “Biafra” Moçambicano maior do que o sugerido por Lázaro Kavandame para o Planalto de Mueda. A Rombézia era todo o Noroeste de Moçambique levando seu nome a partir do rio Rovuma, no norte, ao Zambeze, o que significava dividir Moçambique em dois exatamente a partir do Malauí.

De acordo com Christie (1988), esta foi uma tentativa mal disfarçada de trabalhar visando a incorporação do Nordeste de Moçambique no futuro “Grande Malauí”. Foi neste contexto que Samora Machel tinha estado no Malauí em 1965 com Filipe Samuel Magaia para tentar levar o governo de Hastings Banda a ser mais flexível para com a FRELIMO mas a missão foi um fracasso. Outro fracasso se verificou em 1968 imediatamente após a criação da UNAR quando Machel se deslocou àquele país tendo mantido conversações com o Ministro das Finanças.

A história das relações entre a FRELIMO e o Governo do Malauí pode ser encontrada recuando a 1960, antes da colónia britânica do Niassalândia se ter tornado no Estado

independente do Malawi. Nessa altura, Kamuzu Banda tomava posições de grande hostilidade para com as autoridades portuguesas mas não imaginava um Moçambique independente dentro das fronteiras actuais. Ele sonhava, na altura, em reconstituir o antigo império Maravi, que tinha sido repartido nos dois países vizinhos - incluindo a Rombézia em Moçambique.

Por isso Kamuzu Banda afirmou, em 1960 que “quando a Niassalândia estiver livre não descansarei até grande parte de Moçambique se juntar a ele. Nós todos somos o mesmo povo” (CHRISTIE, 1988, p.29). Mas as fronteiras de grande parte dos países africanos eram similarmente artificiais por causa do colonialismo e se este tipo de disputas tiverem que ser legitimadas, a independência para os países africanos iria conduzir a um caos inimaginável. Por isso, a Organização da Unidade Africana mais tarde decidiu que as fronteiras coloniais, não importa quão artificiais, tinham que permanecer intactas (CHRISTIE, 1988).

Em 1961, enquanto a Niassalândia (atual Malawi) esteve sob a dominação colonial britânica e parte da Federação Central Africana, Banda tornou-se líder dos assuntos do governo na base de um acordo com a Grã - Bretanha. Naquele mesmo ano, as hostilidades de Banda para os portugueses levaram-lhe a acordar redireccionar o comércio externo do Malawi fora do Porto da Beira em Moçambique para o Tanganhica.

Isto iria envolver a construção de uma linha férrea para ligar Malawi com o Porto de Mtwara no Sul do Tanganhica. Mas por volta de finais do ano, Banda teve uma visita do Engenheiro Jorge Jardim, um enviado especial de Salazar, um rico homem de negócios português e uma figura política em Moçambique. O encontro teve um carácter secreto e mesmo os membros do Governo de Banda não foram informados sobre o conteúdo das discussões.

Porém, consoante Christie (1988), o resultado foi que Banda começou a reexaminar a posição que tinha tomado em relação às autoridades portuguesas e, em Março de 1962 disse à Associação Portuguesa em Blantyre que estava interessado em usar não apenas o Porto da Beira mas também o de Nacala, ambos se encontrando, na altura sob a jurisdição portuguesa da colónia de Moçambique. Para isso, a linha férrea de Nacala devia ser estendida de Cuamba, em Moçambique para um ponto no interior do Malawi.

Em Junho, Banda retribuiu à visita deslocando-se a Portugal onde as autoridades lhe disseram que os portos e linhas férreas de Moçambique estavam à disposição do Malawi tendo feito a sua escolha. Tanto podia começar a afastar-se da dependência de Moçambique dominado

pelos portugueses, aceitando a oferta de Julius Nyerere para colocar o Porto de Mtwara sob uma autoridade conjunta Malauiano - Zambiana, ou ele podia fortalecer laços com os portugueses.

Em Maio de 1964, menos de dois meses antes da independência do Malauí, Banda visitou o Norte de Moçambique e voltou para anunciar que o Malauí estaria ligado à linha férrea de Nacala, aumentando, assim, a dependência do Malauí no sul dominado pelos brancos. Consoante Christie (1988), Banda teria sido levado a acreditar, em 1963, que dentro de poucos anos podia se levantar uma situação de rebelião na qual o norte de Moçambique devia ser cedido ao futuro Malauí.

A intenção seria a de criar uma zona tampão entre o Tanganhica e a parte sul de Moçambique dominada pelos brancos, assegurando, assim, a sua proteção contra os ataques dos guerrilheiros. Banda, manteve, assim uma forte amizade com Jorge Jardim tendo o nomeado Cônsul Honorário embora o norte de Moçambique nunca tenha sido cedido ao Malauí.

Quando Machel foi ao Malauí em Fevereiro de 1968 o governo de Banda não mostrava sinais de se afastar da sua aliança com a supremacia branca na região. No mesmo mês Malauí trocou diplomatas com a África do Sul. Um adido militar, Coronel J.W. Van Niekerk, foi incluído na legação sul-africana. A UNAR, o grupo separatista da “ Rombézia” formado o mês anterior tinha como seu Vice-Presidente Calisto Trindade, um funcionário do governo Malauiano. Ele foi transferido em Março para uma companhia possuída pelo cônsul de Portugal no Malauí, Pombeiro de Sousa, um associado de Jorge Jardim. A sede da UNAR foi colocada no edifício do MCP, de Banda (CHRISTIE, 1988).

A hostilidade do Governo Malauiano para com a FRELIMO continuou a manifestar-se durante a guerra civil através do apoio que o Malauí concedia à Renamo que utilizava frequentemente o território Malauiano para as suas infiltrações para a zona Centro e Norte de Moçambique. Como Oliveira (2006) afirma, em meados de Outubro de 1986 o governo de Moçambique anunciou que diversos grupos armados têm penetrado no centro-nordeste do território massivamente, provenientes de bases em Malauí e que a situação se tornara demasiado séria no vale do baixo Zambeze. De acordo com Oliveira (2006) “Há quem pense que a guerra pode mesmo estalar agora entre Moçambique e o Malauí, na sequência das mais recentes e fortes ameaças ao regime do presidente Kamuzu Banda, em Lilongue, proferidas por Machel”. Outros autores como Cabrita (2005) se referem a planos de invasão do Malauí por Moçambique e

Zimbábue em 1986 e que a morte de Machel tem sido igualmente relacionada com os eventos ocorridos neste período.

Com efeito, outros eventos subsequentes apontam para a existência de ressentimentos entre alguns líderes dos dois Estados, tendo se registado, com alguma frequência, incidentes na zona fronteiriça entre os dois países. De facto, o relacionamento entre o Malauí e Moçambique conheceu momentos de alguma tensão durante a presidência de Bingu Wa Mutharika (2004-2012), com o Malauí a recusar a utilização da energia eléctrica produzida em Moçambique, relativamente abundante, alegando que esta se apresenta bastante onerosa, mesmo havendo promessas de financiamento por parte de algumas instituições internacionais. Este ambiente contribuiu para uma deficiente cooperação na utilização das infraestruturas e recursos energéticos deste último, com graves consequências para a população Malauiana. Por esses motivos, o Governo do Malauí foi alvo de contestações a nível interno e mesmo por alguns países estrangeiros.

A falta de colaboração entre as instituições do Malauí e de Moçambique tornou-se nítida quando o Malauí procedeu à inauguração em 2010, de um porto fluvial em Sange, para a navegação nos rios Cheire e Zambeze, que atravessa Moçambique, com a presença de alguns Chefes de Estado da SADC mas sem a presença da liderança de Moçambique. Isto originou uma onda de especulações tendo em consideração que a rota a ser inaugurada passa precisamente por Moçambique até atingir o Oceano Índico.

Outros incidentes de pequena dimensão têm ocorrido entre estes dois países nos últimos anos que devem, quanto a nós, merecer a atenção da SADC de modo a evitar que desentendimentos por parte das elites dirigentes dos Estados possam concorrer para o aumento do sofrimento das populações interessadas de ambos os Estados, que possuem grande afinidade etnolinguística e comprometer os princípios orientadores da integração regional cujas raízes remontam a um passado longínquo.

Constata-se, assim, que o relacionamento com o Malauí, à semelhança dos regimes minoritários existentes na África Austral em meados da década de 1960, constituiu um elemento preponderante nas decisões de política externa de Moçambique na região. Da mesma maneira que a FRELIMO tinha que se defender das investidas do regime colonial português e, mais tarde, dos regimes minoritários da região, ela tinha igualmente que se manter vigilante em relação ao

Malauí que colaborava estritamente com estes regimes, sobretudo durante a liderança de Hastings Kamuzu Banda.

Entretanto, não obstante as hostilidades resultantes do mau relacionamento entre o Malauí e a FRELIMO, que se prolongaram até ao período posterior à independência de Moçambique, as relações entre os dois países tem se normalizado, especialmente durante a liderança de Joyce Banda (2012-2014) que foi sucedida por Peter Mutarika em 2014 na liderança do Estado Malauiano.

5.6 O PROCESSO DE REAPROXIMAÇÃO E RESOLUÇÃO DO CONFLITO EM MOÇAMBIQUE

A 16 de Março de 1984, foi assinado um pacto de não - agressão entre Moçambique e a África do Sul sob o regime do *apartheid* que ficou conhecido como sendo o Acordo de Nkomati. Este acordo foi objeto de muita controvérsia por parte de analistas políticos e estadistas da região da África Austral e outros interessados em assuntos políticos da região. Enquanto os países ocidentais saudavam o acordo, os países do bloco do Leste consideraram-no como um gesto de traição por parte do governo de Moçambique.

Nos termos do acordo os dois Estados prometiam proibir e evitar nos seus respectivos territórios a organização de forças irregulares ou bandos armados, incluindo mercenários, que tencionassem atacar o outro e eliminar dos seus respectivos territórios bases, centros de treino, lugares de abrigo, acomodação e trânsito para pessoas que planeassem realizar atos de violência contra o outro Estado.

A saída forçada e rápida dos membros do CNA de Moçambique no âmbito do Acordo de Nkomati e o zeloso acompanhamento das forças de segurança moçambicanas do processo de retirada dos membros do CNA foram elementos que transmitiram uma mensagem de grande desconforto para os membros do CNA e outros atores políticos tanto em Moçambique e na África do Sul como em vários países da região e do mundo, sobretudo no bloco do Leste.

Com efeito, de acordo com Manghezi (2007), mesmo alguns membros da FRELIMO mostraram-se contrariados com a decisão de Samora Machel e alguns dos seus colaboradores, de assinar um pacto de não - agressão com o regime do *apartheid* da África do Sul, considerando

este ato como uma traição à causa não somente do CNA como também dos esforços da região em isolar o regime minoritário sul-africano.

No entanto, como vários analistas políticos constataram, Moçambique encontrava-se numa situação muito desvantajosa em relação a África do Sul que usava o seu alto nível de desenvolvimento económico e militar para levar a cabo ações de desestabilização consequentes e sistemáticas a este país, para além do grande apoio que o regime sul-africano prestava à RENAMO que inviabilizava completamente o processo de governança de Moçambique e a promoção do seu desenvolvimento económico e social (MANGHEZI, 2007; VELOSO, 2007).

Atendendo que as decisões políticas nem sempre se compadecem com considerações de natureza moral, nomeadamente o apoio à nobre causa do povo sul-africano através do CNA, parece razoável considerar-se que a possibilidade de uma invasão à capital de Moçambique, Maputo, e o derrube do Governo deste país implicariam o sacrifício de inúmeras vidas e avultados danos materiais que dificilmente seriam perdoados pelo próprio povo Moçambicano, que mal tinha tido a oportunidade de colher os benefícios que a independência nacional trouxera.

Por outro lado, evidências existem apontando no sentido da decisão de Samora Machel ter constituído um recuo estratégico visando a implementação de estratégias mais eficazes da luta contra o regime do *apartheid*, que não incluíssem a necessidade de sacrificar a soberania do Estado Moçambicano às mãos de um regime vil e hediondo como era o regime sul-africano.

Como Manghezi (2007) constatou, uma invasão à capital de Moçambique teria significado o afastamento do Governo da FRELIMO com sacrifícios de vidas que ao longo de décadas se tinham dedicado à luta justa contra o colonialismo português e de milhares de inocentes incluindo crianças, velhos e adultos. Por outro lado, significaria a liquidação de toda a estrutura do CNA instalada em Moçambique, anulando todo um esforço empreendido até então, para pôr termo ao regime do *apartheid* na África do Sul.

A liderança do CNA recebeu a informação sobre o Acordo de Nkomati com diferentes graus de compreensão. Enquanto Oliver Tambo, presidente em exercício do CNA se mostrava compreensivo em relação à atitude do governo de Moçambique que se encontrava diante de uma situação de ameaça à sua soberania, Alfred Nzo escreveu um comunicado muito ríspido contra o governo de Moçambique.

A decisão de aproximação ao regime sul-africano por parte de Moçambique surgiu após a percepção de grande ameaça que aquele regime representava. Como Veloso (2007) esclarece, o

governo começou a analisar a situação vigente na região numa perspectiva de segurança, tendo concluído que com o trabalho que a África do Sul estava fazendo de apoio à RENAMO, de desestabilização através de envio de equipas de sabotagem, agressões militares diretas através da aviação, poderia evoluir para uma agressão militar de grande envergadura para tomar a cidade de Maputo, a capital do país.

A análise feita indicava a possibilidade de realização, por parte da África do Sul, de uma espécie de golpe e colocação de um governo favorável ao *apartheid*, considerando que a capital de Moçambique encontra-se a menos de cem quilómetros da fronteira com a África do Sul. Esta análise levou o governo de Moçambique a pensar num acordo com a África do Sul, em antecipação à invasão de Maputo pelas forças militares sul-africanas. O Acordo de Nkomati teve o apoio dos países anticomunistas ocidentais enquanto os países progressistas africanos, a União Soviética, a Alemanha Oriental, Cuba e os países do bloco do Leste, de um modo geral, consideraram-no como uma autêntica traição.

De referir ainda que, para além da ação direta dos governos de Moçambique e da África do Sul na busca da paz para a região através do Acordo de Nkomati, outras sensibilidades políticas e religiosas, moçambicanas e estrangeiras, estavam também envolvidas em diligências para a busca da paz em Moçambique. Tratava-se e iniciativas visando a procura de uma solução do conflito opondo a RENAMO ao governo de Moçambique.

Através de diversas cartas pastorais a Igreja Católica em Moçambique procurou desde inícios da década de 1980 levar o governo a manter conversações diretas com a RENAMO visando pôr termo à guerra que já tinha produzido milhares de mortos, feridos, deslocados e refugiados. O Conselho Cristão de Moçambique, por seu turno, envolveu-se igualmente na busca de mecanismos para convencer o governo de Moçambique a iniciar conversações com a RENAMO. Porém, o governo insistia em não reconhecer a RENAMO como uma entidade política com a qual pudesse negociar, apelidando-a de “bandidos armados” a soldo dos regimes minoritários da região, primeiramente a Rodésia e mais tarde a África do Sul.

No âmbito dessas diligências os dirigentes católicos e protestantes de Moçambique realizaram digressões por vários países incluindo Alemanha Federal, Itália, Portugal, Estados Unidos, Quênia e Egito. Alguns deles deslocaram-se às matas de Gorongosa onde se encontraram pela primeira vez, com o líder da RENAMO, Afonso Dlakama (MÁRIO, 2004, p.36).

De referir que no período a seguir à independência de Moçambique criou-se um ambiente de grande tensão nas relações entre as autoridades governamentais e a hierarquia da Igreja Católica em Moçambique. Este clima de hostilidade se devia, em grande medida, à nacionalização de parte considerável do património da igreja, para além do discurso materialista que caracterizava a FRELIMO nessa altura, desprezando as autoridades religiosas, em nome do materialismo e do socialismo científico.

Este discurso afetou as atividades pastorais não só da igreja católica, que tinha também uma forte conotação com as autoridades coloniais portuguesas, como também de todas as confissões religiosas existentes no país, cujas crenças eram consideradas obscurantistas. Algumas destas últimas viram parte considerável de seus membros a serem detidos e confinados em campos de reeducação. Este ambiente viria a desanuiar-se diante da necessidade de envolvimento de outros segmentos da sociedade moçambicana na busca da paz.

Assim, por volta de 1988, o governo cedeu finalmente às pressões para a realização de diálogo com a RENAMO tendo, o Presidente Joaquim Chissano, que sucedeu ao Presidente Samora Machel, falecido em Outubro de 1986, reconhecido a justeza das reivindicações da igreja e autorizado o seu envolvimento na busca da paz. Neste contexto, os dirigentes religiosos conseguiram localizar, em diferentes países, indivíduos identificados com a RENAMO e, por volta de 1991, mantiveram encontros com o líder da RENAMO, Afonso Dlakama, em Nairóbi, e também em Mombaça, Quênia. Nestes encontros, os líderes religiosos tentaram, sem sucesso, persuadir o líder da RENAMO a aceitar a realização de conversações diretas com o Chefe do Estado Moçambicano.

Segundo Mário (2004), os primeiros mediadores para um diálogo directo inter-moçambicano foram os presidentes do Zimbábue, Robert Mugabe, e do Quênia, Daniel Arap Moi. Porém a mediação destes dois estadistas foi interrompida em meados de 1990. A falta de confiança por parte do Governo Moçambicano ou da RENAMO à neutralidade do Governo do Quênia ou do Zimbábue também levou a que Mugabe e Arap Moi abandonassem a negociação

De referir que tanto o governo de Moçambique como a RENAMO já mostravam alguma pré-disposição para terminar com a guerra, ambos convencidos da incapacidade de se chegar à vitória por via militar. Como Mário (2004) afirma, havia sinais claros desde que Chissano assumiu a Presidência da República de Moçambique em Novembro de 1986, da possibilidade de organização de eleições democráticas que pudessem incluir a RENAMO.

As negociações diretas acabariam tendo lugar em Roma, Itália, tendo iniciado a 8 de Julho de 1990, sob a égide da Comunidade de Santo Egídio, uma organização católica leiga associada ao Vaticano, aceite pelas partes em conflito para a sua mediação.¹⁰⁹ Estas conversações que se prolongaram por dois anos, só vieram a conhecer o seu término com a assinatura, a 4 de Outubro de 1992, do Acordo Geral de Paz pelo Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, e pelo líder da Renamo, Afonso Dlakama.

Pode se constatar, assim, que o processo de busca de paz em Moçambique contou com a participação de vários países interessados, tanto ocidentais como do bloco do leste, destacando-se a presença da União Soviética, dos Estados Unidos e mesmo da África do Sul, cujo Presidente Pieter Botha se deslocou a Roma onde presenciou a assinatura do AGP. No entanto, apesar de ter permitido o término da guerra civil e a subsequente realização de eleições democráticas multipartidárias num ambiente de paz por cerca de duas décadas, as raízes das causas que estiveram por detrás do conflito em Moçambique parecem ainda não terem sido removidas.

Um aprofundamento da análise deste conflito que produziu mais de um milhão de mortos e milhares de deslocados deve ainda ser feito para se erradicar, para sempre a sua recorrência. Isto porque desde 2012 se verificou o seu ressurgimento, embora diversas iniciativas estejam a ser tomadas para a sua resolução. O facto porém é que até o momento da realização desta tese o cenário de guerra é já uma realidade em Moçambique. O líder da Renamo encontra-se refugiado de novo nas matas onde comanda seus guerrilheiros que têm realizado ataques esporádicos a meios de transportes, incluindo comboios com produtos de exportação, escolas e hospitais, com todas as consequências económicas e sociais que estas ações representam.

¹⁰⁹ Em Julho de 1990 deu-se início ao diálogo directo entre o Governo moçambicano e RENAMO na presença dos seguintes observadores, que mais tarde ficaram mediadores: Mario Raffaelli, representante do Governo Italiano; Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira e representante da igreja Católica em Moçambique; Prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, ambos da Comunidade de S. Egídio (MÁRIO, 2004, p.72).

6 MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA SADC

Neste capítulo não se pretende fazer um estudo integral do processo de integração regional na SADC mas tão somente analisar alguns assuntos que têm uma ligação directa com a busca de compreensão do papel que Moçambique tem desempenhado neste processo. Assim, serão apresentados os esquemas de integração em que Moçambique toma parte, principalmente a Organização informal dos Estados da Linha da Frente, a SADCC e a SADC. Na SADCC e na SADC, o papel de Moçambique no desenvolvimento da integração no sector dos transportes e comunicações e a cooperação económica no âmbito do Protocolo Comercial da SADC foram aspectos discutidos neste capítulo

6.1 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DA LINHA DA FRENTE

Em princípios dos anos 1970, a Tanzânia, Zâmbia e Botswana juntaram-se numa aliança informal para apoiar a luta anticolonial pela independência em Moçambique, Angola, Zimbábue e Namíbia. Esta organização ficou conhecida como Estados da Linha da Frente. Após terem ganho suas independências, Moçambique, Angola e mais tarde o Zimbábue juntaram-se a esta aliança.

O alcance da independência de Moçambique, em 1975, abriu a possibilidade da participação deste país nos esforços que já vinham sendo levados pelos países africanos independentes, visando a erradicação dos últimos bastiões do colonialismo e de dominação por regimes minoritários em África. A região da África Austral é aquela que ainda registava uma presença massiva de regimes minoritários, nomeadamente na Rodésia, África do Sul e a Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

A colaboração entre os movimentos de libertação da África Austral tinha sido iniciada nas bases recuadas na Tanzânia, e, no caso do Zimbábue, a abertura, em 1968 da Frente de Tete pela FRELIMO tinha permitido o estabelecimento de bases da ZANU nas zonas libertadas da FRELIMO, para além do fortalecimento de colaboração entre estes movimentos de libertação. Moçambique passou a trabalhar mais de perto com os países que haviam agido mais diretamente

no apoio à sua luta de libertação, numa aliança informal que foi denominada de Estados da linha da Frente.

Esta aliança, constituída pelo Botswana, Zâmbia e Tanzânia, viu se reforçada em meados de 1970 com a participação de Angola e Moçambique, antigas colónias portuguesas na África Austral. Sendo Moçambique o país mais próximo do teatro de operações tanto em relação ao Zimbábue como em relação à África do Sul, este país viria a desempenhar um papel crucial no apoio aos movimentos que lutavam pela libertação daqueles países, da dominação por regimes minoritários. Foi neste contexto que Moçambique acolheu um grande número de guerrilheiros da ZANU, ZAPU e do CNA e envolveu-se profundamente na procura de solução para os problemas daqueles territórios dominados por regimes minoritários.

De acordo com Matusse (2009), o ambiente de confrontação que se vivia na África Austral contribuiu para a formação dos Estados da Linha da Frente, um fórum informal que passou a ser constituído por Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, bem como pelos movimentos de libertação da região nomeadamente o CNA e o PAC, da África do Sul e a SWAPO da Namíbia. Mais tarde, o Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabua Jonathan forjou laços com o CNA tendo se recusado a reconhecer a independência do Transkei e outros bantustões, juntando-se aos Estados da Linha da Frente em 1977.

Foi no seio dos Estados da Linha da Frente que Moçambique desempenhou um papel de grande relevo no processo de libertação dos países da região que ainda se encontravam sob a dominação de regimes minoritários. Com efeito, os Estados da Linha da Frente desempenharam um papel decisivo na coordenação de ações políticas, diplomáticas e militares para a libertação da África Austral. Foram os Estados da Linha da Frente que envidaram esforços que culminaram com a aproximação entre os líderes nacionalistas zimbabuanos, Joshua Nkomo, da ZAPU e Robert Mugabe, da ZANU para se apresentarem numa frente única, a Frente Patriótica, perante a Grã-Bretanha através de esforços diplomáticos para a independência do Zimbábue.

Na sequência de pressões realizadas pelos Estados da Linha da Frente junto à Grã-Bretanha e a comunidade internacional em geral, foram realizadas as conversações visando pôr fim ao regime ilegal de Ian Smith, na Rodésia e foram abertas as negociações que levaram à independência do Zimbábue e a instauração de um regime de maioria negra, dirigido pela ZANU, Frente Patriótica, de Robert Mugabe através do Acordo de Lancaster House, assinado a 21 de Dezembro de 1979.

Os Estados da Linha da Frente também desempenharam um papel decisivo na libertação da Namíbia e na derrocada do regime do *apartheid*, na África do Sul. A cooperação que se desenvolveu no seio dos Estados da Linha da Frente serviu de base para a criação da SADCC em 1980.

Logo depois da criação da aliança da Linha da Frente, a FRELIMO abriu as suas 750 milhas (1.200 quilómetros) de fronteira com a Rodésia aos insurgentes zimbabuanos, convidando a ZANU e a ZAPU a estabelecer bases militares conjuntas. Por outro lado, transferiu uma quantidade substancial de armas modernas para as forças da ZANU baseadas em Moçambique, e reassentou mais de 150.000 refugiados Zimbabuanos em campos de refugiados.

Por, no mínimo um ano, forças de reconhecimento moçambicanas operaram dentro da Rodésia com guerrilheiros Zimbabuanos. O Governo de Moçambique tentou também preencher a lacuna entre os dois movimentos nacionalistas encorajando a formação da Frente Patriótica, uma aliança tentativa da ZANU e ZAPU. A organização informal Estados da Linha da Frente viria a ser dissolvida a 30 de Junho de 1994 mas a sua estrutura para assuntos de defesa e segurança, o Comité-Inter-Estatal de Defesa e Segurança (CIEDS) manteve-se em funcionamento tendo mais tarde sido incorporada na SADCC.

Moçambique pertenceu, também, à Área de Comércio Preferencial para a África Oriental e Austral (PTA)¹¹⁰, uma outra organização regional criada em 1982. Esta era uma área de comércio preferencial fundada com o objetivo de promover o comércio, política aduaneira e a cooperação económica entre os países membros do Sul e do Sudeste Africano. Além dos países da SADC (exceto África do Sul, Moçambique, Botswana e República Democrática do Congo) os Estados da África Oriental: Etiópia, Burundi, Djibuti, Kenya, Comores, Ruanda, Somália, Sudão e Uganda pertenciam ao PTA que, em 1993 foi renomeada Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Moçambique retirou-se do COMESA em 1997 passando a pertencer unicamente à SADC.

¹¹⁰ Do original em Inglês, *Preferential Trade Area of Eastern and Southern Africa*.

6.2 A CONFERÊNCIA COORDENADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADCC)

Segundo Murapa¹¹¹ (2002, p.157) o período de transição de década de 1960 para a de 1970 foi marcado por maciça revolta política no continente Africano. Foi o tempo da descolonização e independência, e esse movimento ocorreu com relativa rapidez na maioria da África. No entanto, na África Austral, onde a presença do colonizador era considerável, houve resistência à descolonização.

Em consequência dessa resistência, a luta pela independência assumiu uma estratégia totalmente diferente, das negociações políticas ao confronto militar em países como a antiga Rodésia (Zimbábue), África Oriental Portuguesa (Moçambique) África Ocidental Portuguesa (Angola), África do Sul e Namíbia.

Consequentemente a Organização da Unidade Africana (OUA) decidiu estabelecer um Comité de Libertação, sediado em Dar-es-Salam e liderado pela Tanzânia. No cumprimento das suas responsabilidades como base do Comité de Libertação, a Tanzânia reuniu Estados que se tornaram conhecidos como Estados da Linha da Frente (países vizinhos aos locais onde havia a resistência) e assumiram a responsabilidade de mobilizar apoio internacional para movimentos de libertação (FRELIMO, ZAPU, ZANU, MPLA, SWAPO, CNA e PAC).

Com a independência de Moçambique, Angola e Zimbábue, a liderança dos Estados da Linha da Frente sentiu a necessidade de tratar de questões económicas na região. O Presidente da Tanzânia Julius Nyerere convocou uma reunião consultiva em Arusha, Tanzânia, em 1979 para discutir a ideia de uma aliança económica entre o crescente número de Estados da Linha da Frente, visando coordenar e harmonizar suas políticas económicas. A reunião contou com a participação dos Estados da Linha da frente, bem como os líderes dos movimentos de libertação de países da região que ainda não tinham alcançado um governo da maioria.

Com efeito, segundo Abrahamson e Nilsson (1994) com a independência das colónias portuguesas em 1975, a situação política e o equilíbrio do poder na África Austral sofreram uma

¹¹¹ Murapa, Rukudzo, Vice-chanceler da *Africa University*(Zimbabue), Consultor do PNUD, Banco Mundial e outras Agências Internacionais. In www.africa.edu.vc@syscom.co.zw, acesso em 18 de Agosto de 2014.

transformação radical. Com a independência do Zimbábue, em 1980, desapareceu mais um Estado “para-choques” que o regime de minoria branca de Pretória considerava necessário para a proteção contra a África negra.

No mesmo ano, os Estados da Linha da Frente formaram a SADCC¹¹² com vista a mudar as realidades económicas da região. As esperanças políticas de diminuir a dependência em relação ao ocidente em geral e à África do Sul em particular, através de uma maior cooperação regional iriam finalmente concretizar-se. Os antecedentes por detrás deste facto eram os esforços dos Estados da Linha da Frente por encontrar uma alternativa à hegemonia sul-africana e à sua estratégia de dominância, apresentada no CONSAS.

O projeto CONSAS foi reintroduzido em Maio de 1979, numa tentativa da África do Sul de estabelecer o seu domínio regional. Porém, na mesma altura, os cinco Estados da Linha da Frente (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) decidiram dar início a uma cooperação regional alternativa sob a denominação de Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A esta decisão seguiu-se uma nova conferência em Arusha, na Tanzânia, em Julho do mesmo ano na qual foram convidados vários doadores potenciais.

No entanto, como Abrahamson e Nilsson (1994) constataram, para que ambas as organizações (CONSAS e SADCC) pudessem ter êxito, era necessária a participação do Zimbábue independente. Para além de ser o país mais desenvolvido da África Austral depois da África do Sul, o Zimbábue estava localizado no meio da região e era, por isso, um país de trânsito importante para todos os transportes intercontinentais.

Assim, os sul-africanos esperaram até ao fim que o Zimbábue independente viesse a ser dirigido pelo Bispo Abel Muzorewa que tinha declarado apoiar o CONSAS, enquanto que os países da Linha da Frente, na sua luta contra o regime de minoria branca na África do Sul, estavam dependentes do apoio da frente patriótica, que era uma aliança política entre a ZANU e a ZAPU. Com a vitória da ZANU nas eleições de 1980 e a entrada do Zimbábue nos países da Linha da Frente a SADCC pôde ser estabelecida formalmente em Abril de 1980 tendo ficado

¹¹² Foram membros fundadores da SADCC os seguintes Estados: Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe e Tanzânia. A Namíbia juntou-se após a sua independência em 1990. A organização foi formalmente mudada para SADC, no acordo de Windhoek em 1992. A África do Sul juntou-se em 1994, Maurícias em 1995, a República das Seychelles e a R.D.Congo em 1997.

completamente destruídas as condições para a existência do CONSAS, pelo menos de momento (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, p.186).

De modo a alcançar as prioridades nacionais por meio de uma ação regional, cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um ou mais setores. Isso envolvia a proposição de políticas, estratégias e prioridades para o sector e implementar projetos para a inclusão no programa setorial, monitorando seu progresso e apresentando relatórios ao Conselho Ministerial.

Quadro 12- Distribuição de Sectores de Actividades Pelos Estados-Membros da SADCC em 1980

Estado-Membro	Sector
Angola	Comissão da Energia
Botswana	Pesquisa agrícola, produção de animais e controle de doenças de animais;
Lesotho	Meio ambiente, administração da terra e água;
Moçambique	Cultura, informação, desportos, Comissão de Transportes e Comunicações;
Malawi	Pescas, área florestal e fauna bravia;
Suazilândia	Desenvolvimento de recursos humanos;
Tanzânia	Indústria e comércio;
Zâmbia	Emprego, trabalho e mineração;
Zimbábue	Produção agrícola, alimentação, recursos agrícolas e naturais.

Fonte: Nsekela (1981, p. ix)

A Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), surgiu no âmbito da reunião realizada em Arusha, em 1979, que foi seguida de uma Conferência realizada em Lusaka (1980). No fim da Conferência de Lusaka, os líderes de nove Estados independentes da África Austral emitiram uma declaração sumarizando suas discussões e colocando os quatro objetivos de desenvolvimento que eles identificaram e prometeram prosseguir através de ações coordenadas, sendo nomeadamente:

- a) a redução de dependência económica, particularmente mas não somente, em relação à África do Sul;
- b) o fortalecimento de ligações para criar uma integração regional genuína e equitativa;
- c) a mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, interestatais e regionais;

- d) a realização de ações concertadas para garantir a cooperação internacional dentro dos instrumentos das estratégias para a libertação económica.

De salientar que o surgimento da SADCC contou com o apoio massivo de doadores internacionais pois, como Abrahamson e Nilsson (1994), a economia política internacional reinante era favorável. Para estes autores, o mundo ocidental analisou o desenvolvimento regional na África Austral e os seus conflitos numa perspectiva oeste/leste e através de um grande apoio à organização desejava-se conservar a influência política, económica e militar na região¹¹³.

O entusiasmo resultante do sucesso na cooperação política entre os Estados da Linha da Frente que levou à intensificação da luta e eminente vitória da ZANU no Zimbábue levou os líderes dos Estados da Linha da Frente a acreditarem que uma dinâmica de coordenação similar seria alcançável na frente económica. Para os dirigentes dos Estados da África Austral a SADCC veio adquirir uma função especialmente importante na angariação de apoio internacional e uma fonte financeira para vários projetos de desenvolvimento urgentes, muitas vezes de âmbito nacional.

No apoio aos programas da SADCC os países nórdicos desempenharam um papel muito importante no financiamento do programa de investimentos. Nos finais da década de 1980 eles respondiam por cerca de ¼ do apoio internacional total à SADCC. Este apoio era considerado como uma condição para diminuir a dependência dos países da Linha da Frente em relação à África do Sul tanto pelos países nórdicos como pela maioria dos países da Europa Ocidental.

Com efeito, o financiamento dos países nórdicos e da Comunidade Económica Europeia (CEE) permitiu a execução de vários projetos e de seminários de investigação na SADCC. Estes financiamentos eram essencialmente direcionados para o sector de transportes e comunicações,

¹¹³ De acordo com Abrahamson e Nilsson (1994, p.186) existem opiniões diferentes sobre os antecedentes da constituição da SADCC: Alguns observadores afirmam que, na realidade, foi o mundo ocidental que tomou a iniciativa de formar a SADCC para, através do restabelecimento do sistema colonial de transportes, haver ligações mais fortes entre os países da Linha da Frente e o mundo ocidental podendo, desse modo, impedir um aumento da influência soviética na região. Uma justificação dessa interpretação é que a totalidade do financiamento internacional da SADCC é feito pelo mundo ocidental. A União Soviética nunca contribuiu para o financiamento da organização. Outros observadores vão ainda mais longe e acentuam o interesse do mundo ocidental e da África do Sul em ampliar a organização de modo a que esta passasse a incluir, não só os Estados da Linha da Frente mais radicais mas também países que tradicionalmente eram mais favoráveis à cooperação, tais como o Malauí, por exemplo, para, desse modo, poder diminuir o perfil da política externa da SADCC. Estes autores remetem-nos, entre outros autores a Leys, Roger & Tostensen, Arne em “Regional Cooperation in Southern Africa: The SADCC”, *Review of African Political Economy* 23:52-82. Remetem-nos também a Amin, Samir, Chitala, Derrick & Mandza, Ibo, “SADCC-Prospects for Disengagement and Development in Southern Africa”, Zed, London, 1987.

considerado muito importante para a SADCC devido à influência positiva que a reconstrução e o reforço da infraestrutura de transportes tem para a dependência dos países membros interiores em relação ao sistema de transportes sul-africano.

Em relação a Moçambique havia necessidade de se poder calcular as possibilidades futuras de aumentar as receitas de divisas resultantes dos transportes efetuados e que se esperava que pudessem vir a ser o resultado dos investimentos efetuados. De referir ainda que durante o período colonial foram estabelecidas infraestruturas de transportes consideráveis em Moçambique para fazer a ligação entre as minas e as plantações dos países do interior com o Oceano Índico.

Neste contexto foram construídos portos internacionais importantes em Maputo, Beira e Nacala com as respectivas linhas férreas na direção ocidente-oriental. Através dessas infraestruturas, dois terços do comércio da Rodésia passavam por Moçambique durante as décadas de 1950 e 1960 e, cerca de uma terça parte das receitas totais de Moçambique em moeda estrangeira, tinham origem na utilização das vias de tráfego do país. (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

Para a Rodésia (atual Zimbábue), Zâmbia e Malawi, as vias de transporte naturais para o mercado mundial passavam pela Beira e por Nacala. Entretanto, a adesão de Moçambique às sanções decretadas pelas Nações Unidas contra a Rodésia do Sul, encerrando, assim, a sua fronteira com este país reduziu consideravelmente o fluxo de mercadorias através da Beira, visto que a Rodésia começou a fazer transportar as suas mercadorias através dos portos sul-africanos.

Porém, depois da independência do Zimbábue em 1980, a fronteira foi aberta e as tradicionais vias de transporte por Moçambique iriam retomar o seu importante papel tendo-se iniciado, no âmbito da SADCC, um programa de reconstrução total da infraestrutura de transporte. Moçambique voltava, assim, a desempenhar o seu papel tradicional nos transportes regionais e o seu sistema de transportes ganhou um maior significado para os países membros da SADCC.

Foi neste contexto que, no âmbito da coordenação setorial de atividades na SADCC, coube a Moçambique a responsabilidade principal de identificar, implementar e coordenar os programas de transportes. Foi criada, para o efeito, uma comissão coordenadora especial e regional, a SATCC¹¹⁴ cujo secretariado se encontrava em Maputo.

¹¹⁴ Do Inglês *Southern African Transport and Communications Commission*.

Consoante Abrahamson e Nilsson (1994), durante a década de 1980 foram identificados cerca de 200 projetos diferentes na região no valor de cerca de 6 biliões de Dólares Americanos tendo sido garantido o financiamento para 4 biliões de dólares. Deste montante, cerca de 2,5 biliões destinavam-se à reconstrução de portos e caminhos de ferro da região, sendo a parte moçambicana de cerca de um bilião de dólares.

No entanto, o programa de investimentos elaborado no âmbito da SATCC para Moçambique baseava-se exclusivamente na necessidade de reconstruir e equipar os três corredores de transporte que, na época colonial, davam a Moçambique receitas consideráveis em moeda estrangeira. Nenhuma parte desse programa de investimentos abrangia a reconstrução da rede de estradas que faz a ligação entre esses corredores de transporte com as outras partes do país. Também nunca foram elaborados quaisquer planos de investimentos com o objetivo de reforçar as condições para um aumento do comércio dentro da região através do alargamento da infraestrutura de transportes entre os diferentes países membros (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

No entanto, apesar do esforço empreendido ao nível da SADCC para reduzir a dependência dos Estados membros tanto para com o ocidente como para com a África do Sul aumentou, especialmente durante a década de 1980. O comércio interno da região é muito baixo. Por outro lado, durante o mesmo período o comércio dos países membros da SADCC com a África do Sul aumentou, especialmente durante os últimos anos.

Esta situação pode ser explicada sobretudo através do baixo grau de complementaridade entre as economias dos Estados membros da SADCC. O comércio dos países consiste essencialmente em produtos agrícolas e matérias-primas, sendo a procura dos mesmos bastante limitada na região. As suas importações consistem em combustíveis, insumos para a agricultura, bens de capital e bens de consumo, produtos estes fabricados em quantidades muito pequenas pelos Estados membros da SADCC.

Para Abrahamson e Nilsson (1994), o aumento do comércio regional também não foi estimulado por iniciativas dos governos. Foram feitos muito poucos investimentos para modificar as estruturas de produção coloniais que tinham como objetivo sobretudo a exploração segundo as necessidades dos poderes coloniais. Pelo contrário, os desequilíbrios macroeconómicos dos países membros com grandes défices da balança de pagamentos e as respectivas dívidas, aumentaram o significado das receitas de exportação das estruturas de produção tradicionais.

Por isso, mesmo com a criação da SADCC, a dependência dos países da região em relação à África do Sul continuou. O reduzido comércio intra-regional e a falta de complementaridade entre as economias dos países da região são fatores que contribuíram sobremaneira para este fracasso. De realçar que a maioria dos países membros da SADCC estão especializados na produção de produtos primários (essencialmente produtos minerais e agrícolas) não possuindo capacidade para oferecer os produtos manufaturados necessários para o incremento do comércio intra-regional.

Saliente-se, no entanto, que os líderes dos nove Estados independentes da região tiveram que ultrapassar dificuldades relacionadas com interesses económicos nacionais e diferenças de opiniões em benefício da criação da SADCC. A situação de dependência em que se encontravam os Estados da África Austral durante o período de vigência do regime do *apartheid* na África do sul pode ser caracterizada como descreve Nsekela (1981, p. ix):

Os Estados da África Austral precisavam de alargar sua liberdade de escolha porque havia necessidade de escolha de rotas de transportes e canais de comunicações, de fontes de energia, de mercados e fornecedores, fontes de investimentos e parcerias empresariais; os Estados da África Austral precisavam de desenvolver programas para reduzir a dependência proveniente de um lado e aumentar as opções às economias nacionais e aos governos. Esta necessidade era prioritária e urgente na África Austral onde a fragmentação das economias e a sua integração forçada na República da África do Sul tinha criado uma excessiva dependência nacional e regional, que se pretendia agora reduzir com a criação da SADCC.

De referir, no entanto, que os Estados da África Austral tinham iniciado ações de coordenação para o seu desenvolvimento antes mesmo da criação da SADCC. Segundo Nsekela (1981), após a declaração unilateral (ilegal) da independência na Rodésia do Sul em 1965, a Zâmbia encarou uma crise de transportes. Como resultado, um esforço conjunto da Zâmbia com a Tanzânia, ajudados por uma vasta gama de parceiros externos incluindo a China, o Banco Mundial, a Itália e os Estados Unidos da América, fizeram com que a região tivesse atualmente a “Grande Estrada do Norte” de Lusaka a Dar-es-Salam, a Companhia de Serviços de Estradas Zâmbia-Tanzânia, o *pipeline* da Tanzânia, a linha férrea Tanzânia-Zâmbia Railways (TAZARA), e o apoio Zambiano para a expansão das instalações portuárias em Dar-es-Salam e Mtwara, bem como o Aeroporto de Mtwara.

Angola e Zâmbia trabalharam juntos em planos de reabilitação da Linha Férrea de Benguela; A Zâmbia e o Botswana cooperaram para garantir uma rota terrestre entre os dois países que não cruzasse a antiga Rodésia do Sul. Moçambique coordenou o desenvolvimento de

transporte nacional e uso de rotas com o Malawi, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia (NSEKELA, 1981).

Vale realçar, no entanto, que a coordenação das atividades entre os Estados da região Austral de África antes da criação da SADCC manifestava-se essencialmente ao nível bilateral e teve inúmeras dificuldades originadas pela guerra contra os regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia do Sul e nas antigas colónias Portuguesas de Angola e Moçambique.

De referir que aquando da criação da SADCC foi reafirmada a necessidade do aumento do comércio intra-regional, tendo sido coletivamente rejeitados modelos que pudessem conduzir as crescentes hiatos entre Estados fortes e fracos que pudessem minar a confiança mútua e conduzir à dissolução da organização.

Acreditava-se na possibilidade de aumento do comércio intra-regional tal como muitos destes países tinham já experimentado com a Federação das Rodésias e Nyassalândia, a Comunidade da África Oriental (EAC)¹¹⁵ e a SACU que, apesar de serem organizações criadas pelas potências coloniais, tinham contribuído para a criação do comércio na região.

De referir ainda a identificação da necessidade de desenvolvimento das infraestruturas como uma área-chave para o desenvolvimento da região continua sendo uma estratégia-chave na participação contemporânea de Moçambique na região. Como constatam Lhalbahadur e Otto (2013), na era imediata pós-guerra, a participação regional de Moçambique permitiu fornecer seus vizinhos com preços competitivamente alternativos de acesso aos portos. Com um dos mais baixos custos do comércio trans-fronteiriços na região, a 60% do custo médio para importações e exportações na África subsaariana, Moçambique provou ser uma opção custo-efetivo para muitos dos seus vizinhos incluindo a África do Sul.

O estabelecimento dos corredores de desenvolvimento e as iniciativas de desenvolvimento espacial tem encorajado o comércio trans-fronteiriço e está a promover a agricultura local, naquilo que é considerado como características subsidiárias do envolvimento de Moçambique com os outros países da região.

¹¹⁵ Do Inglês, *East African Community*.

6.2.1 Consequências da Criação da SADCC para Moçambique

A análise do percurso histórico da região de África Austral afigura-se pertinente para a compreensão da dinâmica atual da integração regional bem como para se traçarem quaisquer estratégias de desenvolvimento económico regional e do aprofundamento da cooperação política entre os Estados da região de África Austral. A criação da SADCC, com o objetivo principal de reduzir a dependência em relação à África do Sul, na altura sob um regime minoritário e discriminatório do *apartheid*, trouxe inúmeras consequências económicas e políticas cujas sequelas continuam a fazer-se sentir tanto dentro dos Estados como nas relações entre os Estados.

A dependência em relação à África do Sul e a acumulação de recursos que este país teve em resultado da exploração das vantagens que tinham sido atribuídas com a incorporação dos outros Estados da região, aliada aos inúmeros recursos naturais que este Estado possui, tornou-o no Estado mais desenvolvido da região. Como Abrahamson e Nilsson (1994, p.192) afirmam, a África do Sul interpretou a independência do Zimbábue e a formação da SADCC como uma ameaça às possibilidades de o país poder conservar o seu sistema de *apartheid*. O aumento da cooperação regional entre os Estados da Linha da Frente iria diminuir a sua dependência da África do Sul e isto estava contra os interesses políticos Sul-Africanos. Assim sendo, a ameaça de sanções internacionais à África do Sul podia ser rejeitada pelo regime do *apartheid* utilizando o argumento de que este tipo de sanções iria, sobretudo, afetar o abastecimento dos países vizinhos interiores.

Por isso, ações de desestabilização sul-africana tiveram lugar contra os Estados vizinhos, tendo como principais alvos as infraestruturas de transporte destes países. As ações militares afetaram Angola e Moçambique de uma forma particularmente grave, embora o Zimbábue e Botswana tenham igualmente sofrido desestabilização. Analisando a situação em Moçambique durante o processo de desestabilização consequente e sistemática levada a cabo pela África do Sul sob o regime do *apartheid*, Stephens (1991) *apud* Abrahamson e Nilsson (1994, p.193) refere que:

Durante o período compreendido entre 1982 e 1989 foram destruídas 308 locomotivas, 662 carruagens, 35 pontes, e 244 km de linha férrea em Moçambique. Calcula-se que o custo em moeda estrangeira de material destruído seja de aproximadamente 259 Milhões de Dólares Americanos, para além das receitas de fretes não executados que foram perdidas. Estas ações de destruição visavam criar o descrédito dos utilizadores do sistema de transportes e comunicações de Moçambique pelos exportadores/importadores da região. Por outro lado, as empresas estatais sul-africanas utilizaram uma estratégia

comercial involuntariamente agressiva para convencerem os exportadores e importadores dos países vizinhos a utilizar a rede de transportes sul-africana atribuindo consideráveis subvenções de fretes aos clientes que, apesar de a distância de transporte ser maior, escolherem enviar a sua carga pela África do Sul.

Criou-se, assim, uma distorção do comércio a nível da região que veio a acrescer-se às distorções tradicionais historicamente criadas, que colocavam os Estados vizinhos da África do Sul como fontes de abastecimento deste país em mão-de-obra e mercados para a geração de emprego e rendimento para a sua economia, para além da destruição dos recursos humanos e materiais necessários para a edificação dos Estados da região, especialmente Angola e Moçambique.

Segundo Abrahamson e Nilsson (1994), a desestabilização sul-africana foi facilitada porque o seu objetivo político de impedir os países vizinhos de utilizar a rede moçambicana de transportes coincidiu com os correspondentes interesses comerciais dos compradores de transportes da região. Muitas vezes, eles próprios preferiram enviar a sua carga através do sistema sul-africano de transportes devido à transformação estrutural que o mercado de transportes da região sofreu durante a década de 1980, essencialmente baseada na introdução de contentores no sistema de transporte de mercadorias.

Essa transformação estrutural teve como resultado transportes mais baratos e mais eficientes mas também uma concentração crescente das atividades nos despachantes e nas companhias de navegação mais eficientes. Assim, a situação de concorrência nos portos foi fortalecida e muitos tiveram que abandonar esta atividade quando não tinham condições para atrair para si o fluxo de carga (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994).

No que concerne a Moçambique, as ações de desestabilização levadas a cabo pelas forças de defesa sul-africanas eram direcionadas essencialmente aos sistemas de transportes e comunicações atingindo linhas férreas, estradas, pontes, meios de transportes e outros empreendimentos vitais para o desenvolvimento do país. Deste modo, as ações desestabilizadoras do regime do *apartheid* vieram aumentar a destruição de Moçambique, iniciada pelo regime Rodesiano devido ao apoio incondicional que este país dava aos movimentos de libertação zimbabuanos.

Com efeito, a adesão de Moçambique às sanções contra o regime Rodesiano, decretadas pelas Nações Unidas, que levaram ao encerramento da fronteira com este país em 1976 contribuíram para a redução do tráfego internacional de mercadorias, uma das principais fontes

de divisas: “ os prejuízos decorrentes das sanções e de agressões da Rodésia foram estimados pelo Governo em cerca de 16.500 mil contos de 1976 a 1980” (Mosca, 2005). Para além disto, este autor afirma que:

O internacionalismo e a solidariedade para com as lutas contra as situações coloniais (Zimbábue) e de ocupação (Namíbia) e do *apartheid* representaram, para Moçambique, elevados custos económicos e humanos: por exemplo, a África do Sul reduziu abruptamente as relações económicas com este país, com uma dupla estratégia: a) mecanização da produção mineira e reforço do recrutamento de mão-de-obra em outros países da região; b) implementação de políticas comerciais agressivas para que os países da África Austral desviassem fluxos de mercadorias que até então eram escoados através dos portos de Moçambique (MOSCA, 2005, p.146).

Constata-se, assim, que as ações de desestabilização das economias dos países da África Austral por parte dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul contribuíram sobremaneira para a continuação da dependência destes países em relação à África do Sul e aos países da Europa Ocidental. Estudos realizados por Stephens (1986) e Machintosh (1986) *apud* Mosca (2005) sobre as estratégias de transportes na África Austral apontam algumas causas que contribuíram para que Moçambique tivesse perdido a importância no sistema de transportes da região, podendo se destacar:

- a) a guerra que tinha como um dos objetivos impossibilitar os fluxos através de Moçambique no quadro da estratégia de desestabilização, devido à importância económica que representavam nas receitas em divisas;
- b) a África do Sul desenvolveu um conjunto de ações comerciais com o firme propósito de desviar o tráfego de Moçambique como, por exemplo, não cumprir acordos de tarifas com os Caminhos de Ferro de Moçambique e subsidiar o transporte de alguns produtos provenientes da região;
- c) a evolução tecnológica do transporte por contentores não foi acompanhada por Moçambique fazendo com que este país perdesse a competitividade devido às vantagens, tanto para os proprietários das cargas como para as empresas armadoras;
- d) a contentorização do transporte provocou a formação de monopólios nas empresas de agenciamento e as ligações do capital sul-africano e da Rodésia do Sul, que permaneceram após a independência do Zimbábue, dificultando as

tentativas da Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC) para reduzir a dependência da África do Sul.

A desestabilização económica e militar da África do Sul nos Estados independentes da região veio, deste modo, exacerbar as distorções económicas herdadas do período colonial e concorreu para a minimização dos esforços levados a cabo pela SADCC para reduzir a dependência em relação àquele Estado dominado pelo regime do *apartheid*.

À semelhança de Moçambique, Angola foi particularmente afetada pela desestabilização Sul-Africana numa tentativa de cortar o apoio que este país dava à SWAPO que lutava pela independência da Namíbia, mas também devido à necessidade de colocar, naquele país, um governo que fosse favorável aos interesses da África do Sul. Isto permitiria o acesso deste país aos inúmeros recursos minerais (principalmente petróleo) que a África do Sul viria eventualmente a necessitar, caso as sanções internacionais fossem efetivas e duradoiras. Assim, invocando igualmente a “ameaça comunista” representada pelo MPLA e seu líder Agostinho Neto, uma grande ofensiva desestabilizadora foi lançada àquele país da África Austral, ainda nas vésperas da sua independência.

Ilustrando os efeitos da desestabilização e com base em dados fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Davies (1990) apresenta estimativas que indicavam que pelo menos 1,3 milhões de angolanos e moçambicanos morreram entre 1980 e 1988, como resultado direto ou indireto das guerras de desestabilização movidas por Pretória. As perdas sofridas pelas economias dos Estados membros da SADCC no mesmo período foram estimadas em 60,5 biliões de Dólares Americanos, mais do que o triplo da dívida externa conjunta dos nove países desta organização.

Sem pretendermos analisar com profundidade o processo de desestabilização de Angola pela África do Sul, cujas proporções foram maiores do que os nos outros países da região, torna-se pertinente afirmar que a invasão deste país pela África do Sul pouco tempo antes da proclamação da independência trouxe uma nova dinâmica para a situação desta região. Com efeito, em resposta a esta invasão, Cuba enviou milhares de soldados a partir de Outubro de 1975 que asseguraram que quando a independência foi formalmente declarada em Novembro de 1975, o MPLA estivesse no controle da capital onde se proclamou a “ República Popular” e o seu líder Agostinho Neto como Presidente.

Dáí em diante, Angola passou a ser palco de uma confrontação que passou do âmbito regional para o contexto da guerra-fria, com o envolvimento de vários atores externos, incluindo a União Soviética e os Estados Unidos. No entanto, ao longo de poucos meses, os Cubanos asseguraram o controle ao nível de todo o país. O apoio americano à UNITA parou na sequência da Emenda Clark que proibia o apoio a qualquer das facções angolanas (uma manifestação da atitude post-Vietnã nessa altura nos EUA). Isso deixou as forças Sul-africanas sozinhas e forçou o governo sul-africano a retirar as suas forças para além da fronteira namibiana em Abril de 1976 (DAVIES, 1990).

Como Rothchild (1997) afirma, o desafio militar que os antagonistas internos e externos puseram ao Governo Angolano entre 1976 e 1980 tornou-se impossível de gerir. Um conflito de baixa intensidade começou a observar uma escalada a partir de 1981 quando a África do Sul lançou a Operação *Protea*, a maior incursão das suas forças para a Província do Cunene.

Contudo, como afirma Davies (1990), no segundo trimestre de 1988, verificaram-se algumas alterações e mudanças no conteúdo da política regional sul-africana que não representaram uma mudança de intenções da parte dos centros de decisão, mas eram fruto das profundas mudanças nas circunstâncias objetivas em que as decisões foram tomadas. No entanto, por essa altura, ainda se verificava um grande entusiasmo da África do Sul em continuar com as agressões também em Moçambique e no Zimbábue.

Entretanto, a batalha de Cuito Cuanavale em 1988 e o confronto na barragem de Calueque representaram um ponto de viragem em dois aspectos: Primeiro, eles indicam uma importante mudança no balanço estratégico das forças em presença. A superioridade aérea por parte das forças armadas angolanas apoiadas pelas forças cubanas minou as pretensões Sul-Africanas de invencibilidade militar na região e a mostrou a capacidade das Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA) de manterem a Cidade e o Aeroporto de Cuito Cuanavale, como fortes oponentes no seu próprio território.

Segundo, os altos custos da guerra tinham contribuído para um senso de inutilidade da guerra no seio do regime do MPLA e os intervenientes diretos e indiretos. As perdas das Forças de Defesa da África do Sul (SADF) em aviões e homens (incluindo centenas de soldados negros e no mínimo sessenta soldados brancos) trouxeram um novo cepticismo e sensibilidade nos círculos civis sobre as vítimas e os custos financeiros da guerra.

Nestas circunstâncias, de acordo com Davies (1990) ao mesmo tempo que as batalhas de Cuito Cuanavale produziam indubitavelmente a mais decisiva das “novas realidades” emergentes a nível regional, desenvolvimentos nas outras fontes de desestabilização regional tinham também um impacto significativo. No caso dos rebeldes de Moçambique, o conhecido envolvimento de Pretória com a RENAMO começou a ameaçar aumentar o seu isolamento internacional. Por outro lado, a extrema brutalidade das ações da Renamo ilustradas pelos massacres de Homoine, Manjacaze e Tanninga/Maluana que foram amplamente divulgados, impediram qualquer apoio internacional que, de outro modo, os rebeldes poderiam ter mobilizado.

Para Davies (1990), apesar de a base técnica da guerra ser, sem dúvida, parcialmente proveniente da “doutrina Reagan” a brutalidade dos assaltos da RENAMO no contexto da ativa diplomacia do governo de Moçambique levou mesmo a administração Norte-Americana a distanciar-se deles. Numa conferência de doadores para emergência realizada em Maputo em Abril de 1988, o Vice-Secretário do Estado, Roy Stacy, acusou a RENAMO de provocar um dos mais brutais holocaustos contra simples seres humanos desde a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Davies (1990), um relatório apresentado pelo Departamento de Estado Norte-Americano estimava que o MNR tinha sido responsável pela morte de pelo menos cem mil civis. Este relatório, escrito por Robert Gersony, foi baseado em entrevistas com duzentos informadores em Moçambique e nos países vizinhos. Os informadores de Gersony disseram que eles próprios tinham presenciado seiscentos assassínios a tiro, facas, machados, baionetas, queimaduras em vida, espancamento, asfixia, fome e afogamento.

Por outro lado, ataques contra ativistas *antiapartheid* eram levados a cabo, muitas vezes em incursões do tipo “bate e foge” nos países vizinhos da África do Sul como aconteceu em Bulawayo em Janeiro de 1988 e no Botswana onde uma incursão falhou mas nela foi ferido um polícia o que ajudou que nos EUA a África do Sul fosse declarada “um Estado terrorista”. Situações semelhantes se deram em Moçambique com ataques relâmpago em zonas suspeitas de albergar militantes do ANC, como ocorreu na Matola em 30 de Janeiro de 1981 (DAVIES, 1990).

No entanto, o colapso da “estratégia total” adoptada pelo regime de Botha quando subiu ao poder em 1978, foi implicitamente reconhecido pelos estrategos estatais, durante o período da escalada de ações populares, entre Setembro de 1984 e Junho de 1986. A resposta mais directa e imediata do regime perante o aprofundamento da crise neste período foi a intensificação da

repressão a coberto do estado de emergência imposto em 1986 à escala nacional. Contudo as crises profundas deram lugar a uma significativa reformulação da componente política da estratégia do Estado dentro das instituições do Sistema de Segurança Nacional.

Pouco depois registou-se a ascensão de F.W. De Klerk à liderança do Partido Nacional no poder na África do Sul e depois à chefia do regime em que este apareceu como o representante de um bloco de forças (destacando-se entre elas o capital monopolista doméstico) dando prioridade à redução do isolamento internacional e procurando “uma solução política” para as crises do *apartheid*. Consoante Davies (1990), as forças agrupadas em torno de De Klerk pareciam ter reconhecido que estes objetivos não seriam alcançados sem negociações constitucionais dignas de crédito, que envolvessem não só os aliados já existentes mas também os conhecidos representantes da maioria oprimida, incluindo o ANC.

Neste contexto, o regime de De Klerk fez importantes mudanças estratégicas na conduta, não só da sua política interna, como a nível regional. Isto tornou-se evidente nas medidas anunciadas a 2 de Fevereiro de 1990 - o levantamento do banimento contra o ANC, o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), o Congresso Pan-Africanista (PAC) e outras organizações anti*apartheid* seguido pela libertação, a 11 de Fevereiro, de Nelson Mandela. Estas concessões, embora parciais eram significativas, em relação às solicitações para a criação de um clima conducente a negociações através da normalização da vida política e representaram um grande afastamento em relação às posições rigidamente seguidas no regime de Botha.

Passos mais significativos foram dados em seguida, que culminaram com o fim do regime do *apartheid* na África do Sul e o prenúncio de um regime de maioria democraticamente eleito naquele país. Consumava-se, assim, o fim de mais um regime retrógrado que, desde finais dos anos 1940, constituiu fonte de instabilidade política e económica na região da África Austral, para além do tratamento desumano e cruel que era atribuído à maioria negra e outros grupos minoritários na África do Sul. Abriam-se, assim, perspectivas de participação de uma África do Sul democrática e multirracial nos projetos de integração regional e no concerto das nações.

Torna-se necessário mencionar, também, que a guerra civil que durante dezesseis anos dilacerou Moçambique chegou ao fim com a celebração, em 1992, do Acordo Geral de Paz assinado em Roma, Itália, a 4 de Outubro pelo governo de Moçambique e pela RENAMO. Abria-se, assim, uma nova etapa no desenvolvimento político económico e social de Moçambique que realizou as suas primeiras eleições democráticas e multipartidárias em 1994.

O Governo de Moçambique, legitimado pelo sufrágio universal, direto e secreto, passava, assim a ter possibilidade de se concentrar na definição de políticas e estratégias visando a promoção do desenvolvimento económico e social deste país e a promover a sua inserção plena na região e no mundo. Entretanto, em Angola o conflito tomou várias dimensões tendo se prolongado mesmo após o fim da guerra – fria numa miscelânea de problemas que iam desde a etnicidade, cobiça estrangeira em relação aos inúmeros recursos existentes no país, até à ambição exacerbada do poder evidenciada pelas elites representativas dos diferentes espaços socioculturais de Angola.

O conflito Angolano só viria a terminar com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, abrindo-se, assim, o caminho para o desenvolvimento económico e social de Angola e sua participação plena no processo de integração regional e a sua inserção na comunidade internacional.

6.3 A CRIAÇÃO DA SADC E O PAPEL DE MOÇAMBIQUE NESTA ORGANIZAÇÃO

A 17 de Agosto de 1992 em Windhoek, na Namíbia, foi criada a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral quando a Declaração e o Tratado Constitutivo foram assinados, na Cimeira dos Chefes do Estado e Governo. Deste modo, a SADCC transformou-se em SADC. Para além dos nove Estados fundadores da SADCC, após alcançar a sua independência, a Namíbia aderiu à SADC em 1990. Com o fim do regime do *Apartheid*, a África do Sul aderiu em 1994, as Ilhas Maurícias em 1995, a República Democrática do Congo em 1997, as Ilhas Seychelles em 2000 e a Ilha de Madagáscar¹¹⁶ em 2005.

Após longos anos de guerra civil que se seguiu à proclamação da independência de Moçambique em 1975, o país destacou-se no seu papel estratégico na luta contra os regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia do Sul, tendo sido, por isso, alvo de um processo contínuo de desestabilização política, militar e económica. Foi membro da Organização informal

¹¹⁶ Devido à instabilidade reinante em Madagáscar desde 2009, este país foi suspenso da sua qualidade de membro da SADC. Com efeito, em 2009, uma série de manifestações anti-governamentais culminaram com o envolvimento militar e na tomada do poder pelo líder da oposição Andry Rajoelina, afastando o Presidente Marc Ravalomanana da direcção suprema do Estado. Esta acção consubstanciava um acto inconstitucional e um atentado contra os valores democráticos defendidos pela SADC, o que levou esta Organização a suspender este país como membro. Entretanto, restabelecida a legalidade constitucional, Madagáscar voltou a ser readmitido como membro de pleno direito em 2014.

dos Estados da Linha da Frente desde a sua independência, tendo sido membro fundador da SADCC em 1980 e, mais tarde, da SADC, em 1992.

As reformas introduzidas em finais da década de 1980 visando acomodar a economia de mercado e o sistema de democracia multipartidária ocorreram em simultâneo com a participação ativa do país no processo de integração regional na SADC. Assim, a inserção regional de Moçambique passou a ocorrer em simultâneo com a implementação de medidas de ajustamento estrutural iniciadas com a adesão do país às instituições financeiras internacionais em 1984 e a implementação do programa de ajustamento estrutura denominado Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987 que evoluiu para Programas de Reabilitação Económica e Social (PRES) em 1990.

A economia de Moçambique no período colonial era caracterizada pela sua ligação desde longa data à economia da região da África Austral como fornecedor de serviços devido à sua localização estratégica. Relações entre Moçambique e a África do Sul datam do período colonial e eram caracterizadas pela migração de força de trabalho para as minas de ouro, diamantes e carvão, fornecimento de energia eléctrica a partir da barragem de Cahora Bassa, o uso dos portos de Maputo, Beira e Nacala pelos países do interior. Assim, Moçambique desempenhou um papel importante no fornecimento de serviços à África do Sul e às antigas colónias britânicas do Malawi, Zâmbia e Zimbábue. Este papel foi desempenhado graças à complexa infraestrutura de transportes e comunicações orientadas para o *hinterland* e as suas fortes ligações com a África do Sul.

Após a assinatura do AGP que pôs termo a uma prolongada guerra civil inserida no contexto da desestabilização política, económica e militar levada a cabo pelo regime do *Apartheid* da África do Sul e pela Renamo, um processo de democratização e de reconciliação nacional teve lugar, passando a realizar-se eleições regulares e a consolidar as instituições democráticas.

No âmbito económico, verificou-se uma estabilidade económica resultante da implementação de projetos capital-intensivo como os “megaprojetos” da fábrica de Alumínio (MOZAL), de exploração de gás natural pela SASOL, e projetos nas minas de carvão de Tete, através dos quais mobilizou um grande influxo de capital estrangeiro. Por essa via, Moçambique manteve índices de crescimento macroeconómico entre 7 e 10%, bem como níveis de inflação sob controle.

No contexto da sua participação no processo de integração regional, Moçambique aderiu ao Protocolo Comercial da SADC (PC-SADC) em 1999, tendo o implementado a partir de Setembro de 2001. À semelhança dos outros Estados que aderiram ao protocolo, Moçambique apresentou ao Secretariado da SADC a sua oferta de redução de tarifas aduaneiras. De acordo com o MIC (2005) o PC-SADC é um dos principais instrumentos que orientam o processo de integração regional na área comercial.

Este protocolo foi assinado em Agosto de 1996 por 11 Estados-membros da SADC, nomeadamente: Botswana, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia, e Zimbábue. Angola subscreveu o protocolo comercial em 2003 e passou a preparar a sua oferta de redução tarifária. Madagáscar acedeu ao Protocolo em 2005 e apresentou, em 2006, a sua oferta de redução tarifária, bem como o instrumento para o início da implementação. A República Democrática do Congo não é signatária do PC-SADC.

O PC-SADC entrou em vigor a 25 de Janeiro de 2000 e está a ser implementado desde Janeiro de 2001 pelos onze países acima mencionados e tinha como finalidade de criação de uma Zona de Comércio Livre em 2008. Os objetivos deste protocolo eram os seguintes:

- a) fomentar a liberalização do comércio intra-regional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementados por protocolos noutras áreas;
- b) garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflita as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus Membros;
- c) contribuir para o melhoramento de um ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteiriço e estrangeiro;
- d) incrementar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região;
- e) estabelecer uma Zona de Comércio Livre (ZCL) na região da SADC (MIC, 2005).

O processo de integração económica na SADC baseia-se no princípio de assimetria, que consiste no tratamento diferenciado dos países em função do seu nível de desenvolvimento. No caso específico da SADC isto tem como objetivo assegurar os interesses dos países menos desenvolvidos. Assim, assume-se à partida que os países mais desenvolvidos devem desarmar

suas tarifas mais cedo e mais rapidamente que os países em desenvolvimento e estes, por sua vez, mais cedo e mais rapidamente do que os países menos desenvolvidos.

De referir que Moçambique foi um dos primeiros Estados a promulgar todos os instrumentos necessários à implementação do PC-SADC, tendo ratificado o mesmo em Dezembro de 1999 e iniciado a sua implementação em Janeiro de 2001. Os regulamentos sobre regras de origem e a sua certificação, bem como os mecanismos de implementação foram publicados no Boletim da República em Outubro de 2001, sendo de destacar o facto de ter sido o único país da região que publicou na íntegra o respectivo calendário de desarmamento pautal.

Assim, como todos os outros países da região (exceto a África do Sul), Moçambique apresentou duas ofertas de redução tarifária designadamente, uma oferta básica, dirigida à África do Sul, como proposta de desarmamento tarifário mais protecionista. A outra oferta de redução tarifária era denominada oferta diferenciada destinada aos restantes países membros (exceto a África do Sul), tendo em conta a assimetria na liberalização do comércio no âmbito do PC-SADC.

Moçambique foi considerado um dos países mais entusiastas na implementação do PC-SADC, tendo alcançado níveis altos de abertura do seu mercado no âmbito do PC-SADC. Esses níveis de abertura do mercado nacional para a África do Sul, no período de até finais de 2007 foram de cerca de 28,10 % (mantendo-se protegido em cerca de 71.9%), 92,5% no período de 2008 até finais de 2014 (cerca de 7.5% protegido), e 99.57% de 2015 em diante (mantendo-se protegido em apenas 0.43%) (MIC, 2005).

Em relação aos outros países da região (sem a África do Sul), os níveis de abertura do mercado moçambicano, no âmbito do PC-SADC foram de 30.4% até finais de 2007 (mantendo-se protegido em 69.96%), cerca de 93.93% no período de 2008 até finais de 2014 (mantendo-se protegido em cerca de 6.07%) e de cerca de 2015 em diante (MIC, 2005).

O impacto económico da adesão de Moçambique ao PC-SADC consistiu no surgimento de novos empreendimentos económicos com capitais da região, com grande peso na produção nacional, sendo de destacar: A Sasol (50% de capital sul-africano) na exploração e transporte do gás natural de Pande exportado para a África do Sul; a Mozal (15% de capital sul-africano), virada para a produção do alumínio; As areias pesadas do Chibuto (com parte de capital sul-africano).

Foram também feitas aquisições de empresas moçambicanas que estavam paralisadas, sendo de destacar: A empresa metalúrgica CIFEL; a Companhia Industrial da Matola, dedicada à produção de massas, bolachas, moageira; as empresas Cervejas de Moçambique e a fábrica de refrigerantes Coca-Cola; a empresa têxtil Texmoque e as açucareiras.

Na área de serviços foi feita a concessão do Porto de Maputo. Na área do comércio foram abertos grandes supermercados por capitais sul-africanos designadamente a Shoprite, Game e Mica bem como o estabelecimento do Banco Austral e o Standard Bank. Estes investimentos têm influência na criação de um ambiente propício à integração regional, uma vez que contribuem para o aproveitamento de potencialidades existentes no país e ainda para a capacitação e capitalização de pequenas e médias empresas fornecedoras de serviços e produtos aos empreendimentos estabelecidos. Assim, a África do Sul tornou-se o maior parceiro de investimento de Moçambique na região da África Austral.

De realçar que o conceito de integração para o desenvolvimento adoptado na SADC, que consiste na integração setorial e de infraestruturas tem raízes históricas pois os países desta região, em geral, beneficiaram-se de sistemas e relações estabelecidas pelas potências coloniais bem como do regime do *apartheid* na África do Sul, tais como os sistemas de estradas e caminhos de ferro (MAIR, 2001).

Recursos naturais como a água e a biodiversidade estabelecidos para além das fronteiras convencionais facilitam a integração regional permitindo aos países vizinhos, partilharem seus benefícios. Por isso, a água, energia, sistemas de transportes e a biodiversidade são fatores que facilitam a integração na região da SADC. À semelhança de Angola, Moçambique é um país com uma vasta rede hidrográfica partilhando as principais bacias hidrográficas com os outros países da região nomeadamente nos rios Rovuma, Zambeze, Limpopo, Incomáti e Maputo. Partilha ainda o Lago Niassa na fronteira noroeste com a Tanzânia, e o Malauí.

A importância dos recursos hídricos para a integração e desenvolvimento da região é reconhecida pelos Estados membros. Por isso, em 1995 a região adoptou o Protocolo sobre Sistemas de Água Compartilhados, revisto em 2003, para regular a gestão e utilização de recursos de água regionais escassos dada a sua importância no desenvolvimento económico, ambiente, segurança alimentar e alívio da pobreza (ERASMUS, 2003).

No sector de energia, Moçambique possui, também, um grande potencial devido essencialmente à existência de inúmeros recursos hídricos, carvão, gás natural, biomassa e altos

níveis de energia solar. A barragem de Cahora Bassa é a principal fonte de energia hidroelétrica, cujo potencial é estimado em 14.000 Megawatts, dos quais somente 2.075 estão atualmente a serem explorados.

A Hidroelétrica de Cahora Bassa fornece energia para o consumo doméstico e para o fornecimento à África do Sul e Zimbábue. Em 2003 Moçambique concorreu com sucesso para o fornecimento de energia ao Malawi por 20 anos a partir de 2004 com o fornecimento acima de 300 MW a partir da Hidroelétrica de Cahora Bassa, no Songo (EIA,2005).

Na área de energia, a SADC aprovou um Protocolo sobre energia que entrou em vigor a partir de 1998 para regular a gestão e utilização da energia na região. A *SADC Power Pool* desempenha um papel essencial neste domínio tendo, a companhia sul-africana de Energia, ESCOM iniciado a penetração em cada país vizinho para a maximização da utilização da energia.

A instalação de um gasoduto de 536 milhas, em Fevereiro de 2004, fornecendo gás natural dos campos de Temane em Moçambique para Secunda na África do Sul é um projeto que fortalece a integração regional. O projeto, instalado pela SAZOL estabelece a integração entre Moçambique e a África do Sul e corresponde a 1.2 bilhões de dólares.

O estabelecimento de corredores de desenvolvimento ligando o país com os países vizinhos no âmbito do conceito de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI) tem como objetivo o aumento do comércio intra-regional, criando complementaridades dentro das estratégias económicas do país e fortalecer o nível de integração regional.

De referir, a este respeito, que Moçambique tem basicamente três corredores principais. O Corredor de desenvolvimento de Nacala, na Província de Nampula, no norte, estabelecido para ligar Moçambique as países interiores de Malawi e Zâmbia. Este corredor foi privatizado em 2000 tendo contado com o financiamento da *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC), uma companhia baseada nos Estados Unidos da América, estando atualmente numa fase avançada de desenvolvimento com a aquisição de novas locomotivas e restauração da linha férrea que já permite a ligação entre Nampula e Lichinga, capital da província do Niassa.

O Corredor de Desenvolvimento da Beira é outro corredor inserido nestas iniciativas, tendo duas linhas: A linha de Machipanda, ligando o Porto da Beira ao Zimbábue, consistindo em cerca de 3000 quilómetros de estrada, linha férrea e um oleoduto; A outra é a linha de Sena, ligando a Beira às minas de carvão de Moatize em Tete e o Malawi, com cerca de 600 km. A

atualização do projeto de reabilitação da infraestrutura e *procurement* das locomotivas e outros insumos contou com o financiamento parcial do Banco Mundial (MUAGERENE, 2005).

O Corredor de Desenvolvimento de Maputo (MDC)¹¹⁷ foi a primeira das SDIs a ser executada em 1995 e liga a província de Gauteng da África do Sul ao porto de Maputo em Moçambique. O sistema do corredor inclui a autoestrada, a linha férrea, o posto fronteiriço e o Porto de Maputo. A partir de 2004 o MDC inclui um gasoduto e possui uma zona franca industrial onde se localizam os megaprojetos da MOZAL e SAZOL. A partir de 2005 foram abolidos os requisitos de visa para facilitar o processo de integração regional (TRALAC, 2005).

Os desenvolvimentos ao longo do corredor focalizaram-se na reabilitação e modernização das tradicionais ligações do comércio e transporte como uma base para um desenvolvimento económico abrangente. A estrada, caminhos-de-ferro e a infraestrutura e funcionamento do porto foram concessionados em Moçambique. A participação do sector privado joga um papel importante no corredor, particularmente no investimento na construção de uma estrada com portagens que liga Withbank na África do Sul a Maputo (a estrada com portagens N4) e na melhoria do funcionamento de caminhos-de-ferro e portos em Moçambique (SADC Hoje, 2006).

Outros grandes investimentos do sector privado localizados ao longo deste corredor incluem a fábrica de alumínio de Moçambique (MOZAL), a fábrica do ferro e aço de Maputo, o Parque Industrial do Beluluane e vários projetos da indústria do gás natural. Estima-se que os desenvolvimentos no corredor já criaram cerca de 15.000 empregos (SADC Hoje, 2006).

A Iniciativa Logística do Corredor de Maputo (MCLI)¹¹⁸ foi lançada em 2004 como uma parceria do sector público e privado para criar maior consciencialização e utilização do corredor. A MCLI emergiu como uma das instituições mais vibrantes inclusivas dirigidas pelo sector privado na África Austral e faz a gestão da infraestrutura portuária de Maputo. Este é um exemplo significativo de cooperação entre Moçambique e África do Sul, particularmente no desenvolvimento e integração económica (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

O Corredor de Desenvolvimento de Mtwara envolve os territórios do Malawi, Moçambique, República Unida da Tanzânia e a Zâmbia. O Corredor é percorrido desde o porto de Mtwara no leste à Mbamba Bay ao ocidente no Lago Malawi. Projetos dos transportes incluem a expansão e modernização do porto de Mtwara, dos portos de Mbamba Bay e Manda, ambos

¹¹⁷ Do Inglês *Maputo Development Corridor*.

¹¹⁸ Do Inglês *Maputo Corridor Logistic Initiative*.

situados no Lago Niassa. Outros projetos incluem a modernização do Aeroporto de Mtwara e várias infraestruturas de estradas e caminhos-de-ferro.

A Ponte da Unidade inaugurada em Maio de 2010 pelos Chefes de Estados de Moçambique da Tanzânia e que atravessa o Rovuma, irá contribuir significativamente para melhorar a conectividade da rede de estradas na região. Importantes também são a Estação de Energia Térmica de Mchuchuma, o viaduto de petróleo de Mtwara-Mbamba Bay e o projeto do gás do Songo (SADC Hoje, 2006). De referir ainda que segundo fontes oficiais a estrada que liga a Tanzânia à Ponte da Unidade já se encontra asfaltada e, do lado moçambicano, afirma-se terem já sido disponibilizados os recursos necessários à asfaltagem da estrada (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

Moçambique possui, também, um grande potencial na área do turismo, associado à fauna transfronteiriça incluindo parques nacionais e reservas de caça para além de possuir inúmeras praias de renome regional e internacional. Para o efeito, o país assinou importantes acordos regionais, o primeiro dos quais sendo um Acordo Internacional sobre o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, assinado com a África do Sul e o Zimbábue, em Novembro de 2000. Outro acordo com dimensões similares é o Protocolo Trilateral entre Moçambique, África do Sul e Suazilândia para a Área de Conservação Transfronteiriça dos Libombos, que foi assinado em Junho de 2000. Estas iniciativas são consideradas como tendo potencial para promover o turismo bem como a convergência na região (MUAGERENE, 2005).

No que concerne ao desenvolvimento político, Moçambique é considerado uma jovem democracia à semelhança dos outros países da SADC. O país adoptou o sistema democrático em 1990 e foram feitos progressos no estabelecimento de instituições democráticas e na consolidação da regularidade de eleições democráticas desde 1994. A necessidade de melhorias na reforma judicial bem como o respeito do Estado de Direito para ir de encontro com as necessidades introduzidas através do processo de reformas económicas tem sido apontados como os principais constrangimentos do processo.

Consoante Muagerene (2005) desde 2002 que o país tem demonstrado um progresso lento em assuntos regionais, atendendo ao número de acordos regionais assinados. Para este autor, de um modo geral, os acordos regionais que Moçambique não tinha assinado são relacionados com matérias contra a corrupção, extradição e cooperação nos impostos. Em relação ao protocolo sobre cooperação no comércio o país tem se mostrado cauteloso devido à sua dependência em

receitas das tarifas sobre o comércio, que serão afetados num contexto de unificação de procedimentos.

Constata-se, assim, que Moçambique tem um grande potencial para desempenhar um papel importante na integração regional e beneficiar das oportunidades que este processo oferece para o seu desenvolvimento económico e social. As vantagens resultantes da sua localização geográfica e dotação de recursos naturais concorrem para a aquisição de benefícios em resultado do seu envolvimento no processo de integração na África Austral.

Por outro lado, através do mandato da SADC, o antigo Presidente Joaquim Chissano foi incumbido de mediar o conflito político em Madagáscar que emergiu quando o Andry Rajoelina afastou o incumbente Marc Ravalomanana num golpe em 2009. Esta ação que resultou na suspensão de Madagáscar da UA e da SADC por uma mudança inconstitucional do governo caiu dentro do mandato da SADC para o resolver. Apesar da pesada natureza do processo de mediação, os esforços de Chissano foram louváveis.

Entretanto, a crise política em Madagáscar foi gerida de forma adequada pela SADC, levando paulatinamente os principais e legítimos interessados à mesa das negociações numa abordagem *win-win* que só poderá beneficiar a todos os cidadãos Malgaxes, contrariamente às abordagens militaristas que a crise estava conhecendo aquando da sua eclosão e em determinados momentos do seu decurso. Esta crise encontra-se atualmente resolvida e a legalidade constitucional foi resposta em Madagáscar graças ao empenho e dedicação da SADC e do mediador indicado por esta organização, Joaquim Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique.

Os esforços de mediação do antigo Presidente de Moçambique foram igualmente reconhecidos em 2012 quando recebeu o mandato para mediar uma disputa fronteiriça entre o Malawi e a Tanzânia. Os dois Estados membros da SADC divergiam sobre a delimitação do lago Malawi-Lago Niassa, uma disputa que ameaçava tomar contornos violentos. Porém, tudo indica que a disputa está sob controle, seguindo seus trâmites para uma resolução por meios pacíficos.

Moçambique envolveu-se ainda num compromisso que tem sido muito elogiado na região. Trata-se do triângulo de crescimento Zâmbia – Malawi–Moçambique (ZMM-GT)¹¹⁹, uma iniciativa trilateral visando promover o comércio e investimento nos três países vizinhos através

¹¹⁹ Do Inglês *Zambia-Mozambique-Malawi Growth Triangle*.

do aproveitamento da dotação de recursos através da participação do sector privado e da criação de infraestruturas desenvolvidas.

O ZMM-GT pretende fortalecer as capacidades dos pequenos produtores e expandir seu Mercado potencial para a promoção de atividades do comércio, produção e investimentos nas cadeias de valor através das fronteiras. O projeto tem ambições amplas para harmonizar o comércio e políticas internacionais ao mesmo tempo que também presta atenção a assuntos de visas, residências e segurança, mas tem sofrido para encontrar apoio financeiro (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

Refira-se, também, que Moçambique embarcou de forma bem-sucedida num acordo trilateral de cooperação em segurança com a Tanzânia e África do Sul sob os auspícios da SADC para conter a ameaça de pirataria ao longo da sua vasta costa. Dado que a atividade marítima irá aumentar quando os vários corredores de desenvolvimento se tornarem plenamente operacionais, há preocupações de que a pirataria poderá recrudescer na região. Embora haja preocupações de que as medidas postas em prática sejam insuficientes (apenas uma fragata sul-africana para patrulhar a costa), há um acordo geral de que a cooperação entre os três países está funcionando bem (LALBAHADUR; OTTO, 2013).

Torna-se evidente que Moçambique tem desempenhado, ao longo do tempo, um papel de grande relevo no processo de integração regional na África Austral. Este papel ganhou importância particular durante vigência dos regimes minoritários na região para cujo derrube Moçambique se empenhou de forma abnegada. O apoio concedido aos movimentos de libertação no contexto da Organização dos Estados da Linha da Frente, a participação na criação da SADCC como um dos principais atores na busca da redução da dependência regional em relação à África do Sul e não só, bem como o seu envolvimento em diversas missões de busca de paz por meios pacíficos para a região são acções que colocam o país no pedestal dos esforços de promoção da integração regional na SADC.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância estratégica da África Austral foi identificada muito antes do processo de expansão das potências europeias para esta parte do continente no âmbito da procura do caminho marítimo para a Índia nos séculos XV e XVI. No entanto, a Moçambique não lhe foi atribuída a mesma importância como Angola, onde a vastidão de recursos naturais foi percebida nessa altura

A competição dos diferentes atores externos pelo controle de territórios em África levou à convocação da Conferência de Berlim (1884-1885) na qual se procedeu à partilha de África pelas diferentes potências europeias interessadas. No âmbito desta Conferência, Portugal reclamava direitos históricos sobre o território, os quais foram rejeitados, colocando-se a ocupação efetiva como condição para o reconhecimento internacional da posse de territórios em África.

Antes da ocupação efetiva de Moçambique por Portugal, este território tinha sido demandado por exploradores árabes, indianos, suaílis e outros, que procediam à exploração dos recursos existentes nomeadamente o ouro, o marfim e outros recursos necessários para a satisfação das suas necessidades de desenvolvimento. Mais tarde, o comércio de escravos tornou-se uma atividade muito lucrativa tendo sido explorada por mercadores franceses, portugueses, brasileiros, caribenhos e outros, o que contribuiu para a depleção do continente Africano em geral e de Moçambique em particular através da exportação dos seus recursos mais preciosos, os seres humanos.

Com a ocupação efetiva do território a partir do século XIX, mecanismos administrativos foram paulatinamente introduzidos pela potência colonizadora, que culminaram com a eliminação de todas as liberdades das populações moçambicanas e a introdução de um sistema desenfreado de exploração. Na sequência destes eventos, verificou-se um intenso movimento de resistência à ocupação colonial a nível de todo o território de Moçambique.

No entanto, divergências entre as elites moçambicanas caracterizadas pela competição no comércio de escravos, disputas intertribais e a falta de união entre si tornou-se um fator determinante nas derrotas sofridas no âmbito das campanhas de ocupação e “pacificação” levadas a cabo pelas autoridades coloniais portuguesas.

Após a “pacificação” do território seguiu-se a sua exploração intensiva através de diversos mecanismos incluindo a expropriação de terras férteis e a sua concessão a companhias

monopolistas estrangeiras, o trabalho forçado denominado *chibalo* ou *ntalato*, o cultivo forçado de produtos para a exportação tais como o algodão e o sisal, bem como o pagamento de impostos às autoridades coloniais. Estas ações contribuíram para aumentar o sentimento de revolta dos moçambicanos contra o sistema de dominação colonial pelos portugueses.

O advento das independências dos primeiros Estados Africanos em finais da década de 1950 e início da década de 1960 em resultado de negociações consideradas pacíficas com as potências coloniais como a Inglaterra, França e Bélgica exacerbou o desejo de independência para os africanos das colónias portuguesas. Nestes territórios, as autoridades coloniais portuguesas aumentaram a repressão, sobretudo após a revolta dos africanos em Angola em 1961.

A perda das suas possessões na Índia, nomeadamente Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli e o a eclosão de greves e revoltas em vários territórios coloniais concorreram para um aumento de mecanismos de repressão, essencialmente durante o regime do Dr. António Salazar (1928-1968). Visando desencorajar quaisquer tendências emancipalistas, o governo colonial português criou uma polícia política, a PIDE cujas atrocidades não encontravam paralelo nas outras colónias europeias.

Foi neste contexto que emergiu o nacionalismo nas colónias portuguesas em África, iniciado por uma minoria de africanos e mestiços assimilados cujo nível de educação lhes permitia compreender as atrocidades cometidas pelo sistema e a necessidade de sua reforma. No início eram reivindicações para a igualdade entre brancos e negros, bem como a exigência de melhoria das condições de vida das populações africanas que estavam sujeitas a uma grande discriminação por parte das autoridades coloniais.

Neste contexto surgiram organizações como a Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, a Associação Africana, o Grêmio Africano e outras organizações similares. Mais tarde surgiu o NESAM como uma forma de promover o conhecimento sobre a realidade dos negros de Moçambique e criação de consciência sobre as injustiças do regime colonial português. O Massacre de Mueda em Junho de 1960 onde centenas de Moçambicanos foram mortos quando reivindicavam pacificamente a independência foi o marco decisivo para a criação de um movimento nacionalista consistente em Moçambique.

Movimentos nacionalistas que tinham sido criados nos países vizinhos de Moçambique nomeadamente a Rodésia do Sul, o Malawi, a Tanzânia e também o Quênia viriam a ser congregados numa frente unida em 1962 dando origem à FRELIMO, sob a liderança do Dr.

Eduardo Mondlane. Antigo funcionário da Organização das Nações Unidas e com sólidos conhecimentos da realidade dos territórios colonias africanos. Professor Universitário nos Estados Unidos, Mondlane viria a ser o unificador dos movimentos políticos e “arquiteto” da unidade nacional entre os Moçambicanos.

Esforços para obtenção da independência por meios pacíficos e com recurso aos “bons ofícios” de aliados de Portugal na OTAN, principalmente os Estados Unidos, redundaram em fracasso. O apoio consequente que Portugal recebia dos seus aliados na OTAN e as alianças que mantinha com os regimes minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul acabaram radicalizando os movimentos de libertação que passaram, assim, a procurar apoios nos países socialistas, nos países progressistas africanos e no movimento dos não-alinhados. Destaque para o apoio concedido à FRELIMO pelos países nórdicos, nomeadamente a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Holanda e a Finlândia, para além do apoio de amplas camadas da sociedade civil dos países ocidentais, que foi decisivo para o sucesso da luta de libertação em Moçambique.

Com efeito, foi no Segundo Congresso da FRELIMO em 1968 que foram delineadas as linhas estratégicas da política externa de Moçambique, definida como de “fazer mais amigos e poucos inimigos” visando criar o isolamento do regime colonial português a nível internacional. Na prossecução desta política Externa, Moçambique se tornou membro de diversas organizações internacionais e angariou a simpatia de vastos segmentos da população civil em diversos países incluindo os países ocidentais mais conservadores como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal e outros.

A diplomacia da FRELIMO sob Mondlane projetou a imagem de Moçambique no mundo pois influenciou sobremaneira diversos líderes mundiais incluindo a administração Kennedy, nos Estados Unidos nos anos 1960, bem como outros líderes proeminentes tanto do Ocidente como do Leste incluindo a União Soviética e a China. As visitas de Mondlane a vários países a convite de organizações académicas ou da sociedade civil permitiram a divulgação, através das palestras proferidas em universidades, institutos, academias e outras instituições, da realidade vivida nos territórios coloniais portugueses, principalmente Moçambique.

Numa estratégia de duas vertentes, Eduardo Mondlane procurou obter no ocidente o *soft power* necessário para a libertação de Moçambique enquanto procurava, simultaneamente obter, nos países socialistas, o *hard power* para a implementação da sua estratégia. No entanto, o protagonismo de Mondlane viria a ser interrompido bruscamente com a sua morte em 3 de

Fevereiro de 1969 mas os seus ideais motivaram os nacionalistas que deram prosseguimento à sua política externa.

A política Externa da FRELIMO teve a sua continuidade com Samora Machel, sucessor de Mondlane na Presidência da FRELIMO em 1969, o qual prosseguiu com os alinhamentos políticos iniciados por aquele, incluindo o estabelecimento de relações com Vaticano e a consolidação da aliança com os países socialistas e do movimento dos não-alinhados. A derrota do regime colonial português na sequência do golpe de Estado levado a cabo em 24 de Abril de 1974 pelo “Movimento das Forças Armadas” abriu caminho para as independências das antigas colónias portuguesas em África.

No entanto, a expectativa da proclamação da independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975 sob a direção da FRELIMO na sequência dos Acordos de Lusaka celebrados em 7 de Setembro de 1974 com as autoridades portuguesas deu azo ao surgimento de vários agrupamentos políticos que concorriam igualmente para a participação no exercício do poder político no país, situação negada pela FRELIMO. Esta atitude criou ressentimentos que contribuíram para a mobilização política que se verificou subseqüentemente, a favor do movimento de resistência que emergiu nos primeiros anos da independência do país, cristalizado em torno do MNR que mais tarde se tornou na RENAMO.

Este movimento criado no contexto da estratégia das pseudo-unidades levada a cabo pelo regime rodesiano, e que contou com a adesão massiva de antigos membros de organizações militares e paramilitares criadas para conter a FRELIMO no início dos anos 1970 viria mais tarde, sob os auspícios do regime minoritário sul-africano, a protagonizar uma das mais sangrentas e prolongadas guerras civis registadas em África no período pós- segunda guerra mundial.

De referir que o contexto internacional prevalecente em meados da década de 1970, altura em que a independência de Moçambique foi proclamada, foi decisivo nas políticas externas prosseguidas pelos Estados recém-independentes da África Austral. Com efeito, o contexto de bipolaridade ideológica inerente à guerra- fria fez com que Angola e Moçambique adoptassem uma estratégia de desenvolvimento socialista, de partido único de vanguarda, o que os tornou em principais inimigos dos regimes minoritários da região, especialmente da África do Sul.

Os governos destes países eram considerados como portadores da “ameaça comunista” para a região da África Austral o que contribuiu para que os regimes minoritários da região, a

despeito do seu carácter racista e discriminatório, tivessem apoio tanto dos países ocidentais como do eleitorado branco na Rodésia e, mais tarde na África do Sul, transformando a África Austral num complexo de segurança.

Este contexto contribuiu para a continuação de uma política externa abertamente virada para a União Soviética, China e os países do bloco do Leste em geral, por parte do governo de Moçambique, enquanto os regimes minoritários recebiam o apoio dos países capitalistas da OTAN, numa configuração que transformou o conflito regional num conflito inerente à guerra-fria.

A transformação da FRELIMO em partido de vanguarda marxista-leninista em 1977 e a estratégia de desenvolvimento socialista adoptada desde essa altura acabou atraindo inúmeros inimigos para Moçambique incluindo os sectores mais radicais dos países ocidentais. O isolamento do regime socialista de Moçambique pelos países ocidentais aliado ao processo de sua desestabilização política, económica e militar por parte dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul são fatores que determinaram o aprofundamento das relações de Moçambique com os países socialistas.

A nível interno, estas ações, aliadas às as ações dos homens armados da RENAMO contribuíram para a frustração dos ambiciosos planos de desenvolvimento desenhados pelo governo de Moçambique dirigido pela FRELIMO e para a criação de uma situação de grande vulnerabilidade social para a maioria das populações de Moçambique.

Entretanto, a remoção da bipolaridade ideológica verificada com o fim da guerra-fria em finais da década de 1980 e o fim do *apartheid* em inícios da década de 1990 foram fatores que contribuíram sobremaneira para o restabelecimento da estabilidade política, económica e social na África Austral em geral e Moçambique em particular. Com efeito, a constatação do fracasso da estratégia de desenvolvimento socialista em meados da década de 1980 e as consequências políticas, económicas e sociais deste fracasso levou as autoridades moçambicanas a iniciarem um processo de aproximação aos países ocidentais.

No ocidente, Moçambique procurava obter o apoio financeiro para enfrentar as graves necessidades criadas pela desestabilização económica e militar e pelas calamidades naturais que por essa altura assolaram a África Austral em geral e Moçambique em particular. Entretanto, vários condicionalismos foram impostos para a recepção dos apoios que Moçambique

necessitava incluindo a necessidade da introdução da economia de mercado, do pluralismo político e a realização de negociações de paz com o regime minoritário da África do Sul.

Neste contexto, a assinatura do acordo de Nkomati pelos Governos de Moçambique e da África do Sul em 1984, a adesão de Moçambique às instituições financeiras internacionais designadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial em 1984 e a introdução, em 1987, da economia de mercado foram os sinais mais evidentes da mudança radical da política externa de Moçambique para o ocidente.

A nível interno, o fim da guerra civil que durante cerca de dezesseis anos dilacerou Moçambique e a introdução da democracia multipartidária com a realização de eleições gerais em 1994 acabaram dando o sentido de legitimidade que a FRELIMO tinha estado à procura durante mais de uma década. A abertura do mercado moçambicano ao investimento estrangeiro, a privatização das empresas nacionalizadas ou criadas no âmbito da estratégia socialista e, sobretudo, o clima de paz instaurado em Moçambique acabaram permitindo o relançamento da economia, que começou a registar um crescimento económico médio entre 7 e 10% com tendência a aumentar com o tempo.

A política externa pragmática iniciada desde o tempo da luta de libertação e continuada no período pós-independência num contexto de constrangimentos impostos pela guerra-fria e de grande hostilidade a nível regional devido à prevalência dos regimes minoritários rodesiano e sul-africano viria a ser sistematizada em dois *white papers* publicados em 2010 sobre a política externa e de cooperação internacional de Moçambique.

Esta passou a ser uma política externa caracterizada pela diversificação de parcerias que demonstra a busca da afirmação da autonomia de Moçambique na região e no mundo. Na área económica, as relações restabelecidas com os países ocidentais bem como o estabelecimento de relações económicas com países emergentes como a Índia e o Brasil para além do relançamento das relações com a Rússia, a China e vários países do antigo bloco do Leste, mostram a tendência de procura de parcerias em qualquer canto onde vantagens políticas ou económicas forem percebidas.

Com efeito, a descoberta, nos anos recentes, de importantes reservas de recursos minerais estratégicos como o carvão e as areias pesadas, bem como a descoberta de jazigos substanciais de gás natural tornaram Moçambique num destino privilegiado de corporações multinacionais especializadas na pesquisa e prospecção desses recursos naturais. Estas descobertas, que vieram

adicionar-se aos recursos que vinham sendo tradicionalmente explorados no país, concorreram para o aumento da demanda por empresas internacionais interessadas em tirar proveito da exploração de recursos naturais para exportação para seus países ou para se beneficiarem dos lucros resultantes da sua colocação no mercado internacional. Como Lhalbahadur e Otto (2013) afirmam, estas descobertas de recursos capacitaram o governo a envolver-se com um grupo mais vasto de atores, o que marca a terceira fase distintivamente virada para fora, da inserção internacional de Moçambique.

No que concerne à região da África Austral, desde o período da luta de libertação nacional que a FRELIMO considerou que a sua independência só seria completa com a erradicação dos regimes minoritários existentes na região da África Austral. Foi neste contexto que apoiou resolutamente a luta dos movimentos nacionalistas que ainda lutavam contra regimes minoritários na Rodésia, África do Sul e Namíbia, em defesa da aplicação da regra da maioria na constituição dos governos dos Estados da região.

Assim, dando continuidade à colaboração iniciada durante a luta de libertação, fortaleceu relações de colaboração com a ZANU, ZAPU, CNA e SWAPO, para além das relações de amizade com o MPLA, em Angola. A participação de Moçambique na organização informal dos Países da Linha da Frente desde os anos 1970 bem como na criação da SADCC e mais tarde da SADC são corolário do esforço empreendido por este país na promoção da estabilidade política, económica e económica da região.

Este protagonismo na promoção da cooperação regional foi um fator adicional na colocação de Moçambique como um dos principais inimigos dos regimes minoritários da Rodésia e da África do Sul, tendo criado enormes custos para este país. No entanto, a posição geoestratégica de Moçambique, servindo de porta de acesso ao mar dos países vizinhos como o Zimbábue, Malawi, Zâmbia e Suazilândia continua a ser um fator encorajador para o seu envolvimento nos esforços da integração regional.

Com efeito, a existência de importantes portos em Maputo, Beira e Nacala, bem como a existência de uma infraestrutura de transportes e comunicações orientada para a prestação de serviços faz de Moçambique um beneficiário potencial dos esforços de integração regional. Esforços de cooperação estão também sendo levados a cabo com outros países da região como é o caso do Botswana, país interessado na construção de um Porto de águas profundas em Techobanine, na província de Maputo.

De recordar que os esforços da SADCC na restauração da rede de transportes existentes em Moçambique foi considerado um pilar nos esforços para o estabelecimento de ligações que poderão concorrer para a facilitação do comércio intra-regional e internacional. No âmbito da sua política externa na região, o restabelecimento de relações com a África do Sul que estavam bastante condicionadas pela vigência da política de *apartheid* naquele país constituiu uma das prioridades da política externa de Moçambique no período pós-guerra civil e após a implantação, naquele país, de um regime de maioria, democraticamente eleito em 1994.

Antigos aliados desde os tempos de exílio na Tanzânia, FRELIMO e o CNA encontraram ambiente propício para o fortalecimento de suas relações de amizade e cooperação formal entre partidos no poder em Estados independentes e soberanos. Assim, a África do Sul democrática passou a ser o maior investidor regional e maior parceiro comercial de Moçambique na região.

A cooperação no âmbito das Iniciativas de Desenvolvimento Espacial consubstanciadas na criação de corredores de desenvolvimento ligando os dois países nomeadamente o Corredor de Desenvolvimento de Maputo e as beneficiações do Porto de Maputo no contexto de parcerias público-privadas, bem como a cooperação em sectores como o de turismo e proteção de biodiversidade constituem importantes áreas de cooperação entre Moçambique e a África do Sul. Os investimentos sul-africanos em Moçambique incluem redes de supermercados, empresas retalhistas e bancos, para além de um importante comércio trans-fronteiriço entre os dois países.

A cooperação na área da segurança contra o crime trans-fronteiriço consubstanciado no roubo de viaturas, tráfico de armas ligeiras e de drogas, caça furtiva e outros tipos de crime, constituem objeto das ações conjuntas que estão sendo levadas a cabo pelos dois países nesta matéria. Por outro lado, e em cooperação com a Tanzânia no âmbito de um acordo tripartido, têm sido levadas a cabo ações de patrulhamento da costa marítima visando proteger os países signatários das investidas de piratas do mar, dos imigrantes ilegais e de outros atores que possam atentar contra a soberania destes países da costa do Índico.

De referir ainda que na vigência do regime colonial português em Moçambique e dos regimes minoritários na região, o Malawi constituiu o principal “nó de estrangulamento” na luta da FRELIMO e, mais tarde, do governo de Moçambique independente. Aspirações do antigo presidente do Malawi Hastings Kamuzu Banda de reconstruir o “Grande Malawi” através da incorporação de partes consideráveis de Moçambique e o conseqüente apoio daquele país à UNAR, um movimento separatista que tinha à cabeça o multimilionário português, Engenheiro

Jorge Jardim, fizeram com que o Malawi nunca tivesse sido uma “retaguarda segura” para a FRELIMO. Pelo contrário, os guerrilheiros da FRELIMO que recuassem para o Malawi eram presos e entregues às autoridades portuguesas.

Afinidades malauianas com as autoridades portuguesas fizeram com que este país recusasse a oferta de utilização do Porto de Mtwara, na Tanzânia, tendo preferido a utilização dos portos de Moçambique sob controle português durante o período colonial. Alegações de apoio do Malawi à RENAMO, movimento que se encontrava em luta contra o governo de Moçambique dirigido pela FRELIMO fizeram com que as relações entre os dois países fossem de desconfiança mútua, situação que parece ter prevalecido no período após a o regime de Kamuzu Banda.

Este relacionamento quase degenerou em guerra entre estes dois países pouco antes da morte do presidente de Moçambique em 1986. Com efeito, analistas como Cabrita (2005) e Oliveira (2006) referem-se a ações preparatórias para uma invasão ao Malawi por forças militares moçambicanas e zimbabuanas, na sequência de infiltrações massivas de guerrilheiros da Renamo e não só, a partir do território malauiano, por volta de meados dos anos 1980.

Após a morte de Machel em 1986, as relações entre Moçambique passaram a normalizar-se gradualmente, embora episódios esporádicos ocorram de tempos a tempos, na zona fronteiriça entre os dois países. De realçar que a pertença dos dois países à SADCC e mais tarde à SADC parece constituir um elemento dissuasor nos ressentimentos que alguns dirigentes mostram possuir entre si, o que tem contribuído para a busca consistente de meios pacíficos através de canais diplomáticos, para a resolução dos seus diferendo.

A política externa de Moçambique tem sido caracterizada por um grande protagonismo nos assuntos regionais, o que fez com que este se destacasse em várias etapas da integração regional. Tendo sido membro dos Países da Linha da Frente, onde desempenhou um papel relevante para o derrube dos regimes rodesiano e do *apartheid* na África do Sul, viria a ser membro fundador da SADCC e responsável pela coordenação de projetos virados para o restabelecimento das infraestruturas de transportes existentes no país e na região. Desempenhou ainda um papel de relevo nos esforços de busca de paz para a Angola, e Namíbia, para além de ter sido o “impulsionador” da independência do Zimbábue” e parte fundamental no apoio ao CNA, da África do Sul.

Apesar da política externa diversificada virada para a “procura de mais amigos e mais parcerias” a nível internacional é na região da SADC e no continente africano que se localiza a maior parte das representações diplomáticas de Moçambique. A integração regional constitui um dos principais pilares da política externa de Moçambique de onde espera tirar proveito das suas vantagens comparativas devidas à sua localização geoestratégica e a abundância de recursos naturais para além de ter uma grande capacidade de fornecer energia eléctrica à maioria dos países da região através da Barragem de Cahora Bassa, a maior barragem hidroelétrica existente na região, que ainda se encontra subutilizada. O papel histórico desempenhado por este país na libertação dos países da região que ainda se encontravam sob dominação de regimes minoritários atribui-lhe um lugar de destaque na política regional.

Para além do desempenho de importantes papeis na gestão política da organização regional, Moçambique tem se empenhado no cumprimento de suas obrigações na SADC, organização de que é membro fundador e na qual se empenha com grande entusiasmo. No âmbito do Protocolo Comercial da SADC que preconizava a criação de uma Zona de Comércio Livre da África Austral em 2008, Moçambique foi exemplar no cumprimento dos calendários de desarmamento tarifário e na aprovação dos instrumentos legais visando a abertura do mercado nacional aos parceiros da região. Exerceu mandatos de presidência das cúpulas da SADC e do Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança tendo liderado iniciativas de fortalecimento ou de manutenção em alguns Estados da região.

No âmbito da busca de mecanismos para a resolução pacífica de conflitos, para além do empenho demonstrado pelo Presidente Joaquim Chissano e que tiveram a sua continuação na presidência de Armando Guebuza, Moçambique envolveu-se entusiasticamente na procura de soluções para as crises políticas no Lesoto, Zimbábue, República Democrática do Congo, e Madagáscar, e no conflito potencial que ameaçava eclodir entre o Malawi e a Tanzânia em disputa pelo Lago Malawi/Niassa. Este protagonismo tem sido igualmente evidente nas ações que estão sendo levadas cabo por Filipe Nyusi, presidente eleito em 2014, que tem igualmente se envolvido entusiasticamente nos assuntos da região através da sua ativa participação na SADC

Der referir ainda que Moçambique deu um importante contributo na SADC através do antigo Ministro das Finanças, Dr. Tomaz Salomão que desempenhou, por dois mandatos, o cargo de Secretário-Geral desta organização. O envolvimento de funcionários superiores de

Moçambique em tarefas técnicas e de direção de vários serviços e departamentos da SADC tem sido um facto recorrente e incontestável.

Apesar disso, nos últimos anos, Moçambique se tem mostrado cauteloso em relação à integração regional, tendo adiado a sua adesão à zona de comércio tripartido SADC-COMESA-EAC. A necessidade de uma avaliação mais cuidada dos benefícios a resultarem deste processo tripartido de integração regional tem sido apontada como o fator que determinou o adiamento da adesão de Moçambique a este acordo.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, P.; RODRIGUES M.R. **Modern Africanwars (2):** Angola and Mozambique, 1961-74. London: Osprey, 1988.

ABRAHAMSSON, H.;NILSSON, A. **Moçambique em Transição:** um estudo da história do desenvolvimento durante o período de 1974-1992. Maputo: Padrigu/CEEI- ISRI, 1994.

AFRICAN CENTURY. 2013. Disponível em: <<http://www.africancentury.co.mz/pt/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

ALPERS, E.A. Ivory and slaves in East Central Africa. In: ISAACMAN, Allen. **Mozambique:** The Africanization of a European Institution, the Zambezi Prazos 1750-1902. Hampshire: Westview, 1983. p.86, 92

AZEVEDO, M.; NNADOZIE, E.; JOÃO, M.T. **Historical dictionary of Mozambique.** 2nd. ed.Lanhan: Scarecrow, 2003.

BRUCAN, S. **The dissolution of power.** Sociology of International Relations and Politics. New York: Alfred A. Knopf, 1971.

CABAÇO, J.L. **Moçambique, identidades, colonialismo e libertação.** Maputo: Marimbique, 2010.

CABRITA, J.; **A morte de Samora Machel.** Maputo: Nováfrica, 2005.

CAPELA, J. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique.** Santa Maria da Feira: Afrontamento, 2002.

CARVALHO, R.O. **Política Externa e Estado frágil na Guiné-Bissau:** Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CHISSANO, J. A. **Vidas lugares e tempos.** Maputo: Texto, 2010.

CHRISTIE, I. **Machel of Mozambique.** Harare: Zimbabwe, 1988.

CENTRO CULTURAL BRASIL-MOÇAMBIQUE - CCBM. **Bolsas de Estudo CAPES, PEC-PG,** 2017.

CENTRO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS. **Base de dados 2016.** Maputo: CPI, 2016.

DAVIES, R. Política Regional Sul-Africana nos anos 90: perspectivas para Mudança. In: ZACARIAS, A. (Ed.). **Repensando estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: INFOTEN- ISRI, 1991. p. 157-197.

DÚRAN, J.; CHICHAVA, S. **O Brasil na agricultura moçambicana: Parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?** 2013. Disponível em: <www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2013/IESE>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ERASMUS, G. The sustainable sharing of water in Southern Africa: Towards an integrated approach? In: **Monitoring regional integration in Southern Africa**. Yearbook, v.3, p.81-93. Windhoek: Gamsberg Macmillan Publishers (Pty), 2003.

GERNER, D. The evolution of the study of foreign policy. In: NEACK, Laura et al. (Ed.). **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995. p.17-32.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1989.

HOFMAN, K.; MARTINS, A.S. **Descobertas de Recursos Minerais em Moçambique**. Friedrich Ebert Stiftung, 2012. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/iez/09356.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. **Mozambique from colonialism to revolution, 1900-1982**. England: Westview, 1983.

JESUS, D.; **Eduardo Mondlane: um homem a abater**. Coimbra: Almedina, 2010.

LHALBAHADUR, A.; OTTO, L. **Mozambique's foreign policy: pragmatic non-alignment as a tool for development**. South África: SAIIA, 2013.

MACHADO, L. O. **Sistemas, fronteiras e território**. 2002. Disponível em <<http://www.retis.igeo.ufrrj.br/wp-content/uploads/2002-Sistemas-fronteiras-e-territorio-LOM.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

MAIR, S. EAC, ECOWAS and SADC: an inter-regional comparison. In: HANSOHOM, D. et al. (Ed.). **Monitoring regional integration in Southern Africa**. Yearbook, v. 1, p 9-39. Windhoek: Gamsberg Macmillan publishers (Pty), 2001.

MANDELA, N. **Um longo caminho para a liberdade**. 2.ed. Lisboa: Grupo Planeta, 2013

MANGHEZI, N. **Amizade traída e recuperada: O ANC em Moçambique (1976-1990)**. Maputo: Promédia, 2007.

MÁRIO, T.V. **Negociações de paz de Moçambique**. Crónicas dos dias de Roma. Maputo: ISRI-CEEI, 2004.

MATUSSE, R. **África Austral**: das migrações bantu à integração regional. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.

MOÇAMBIQUE. Constituição (2011). **Constituição da República (Atualizada)**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., 2011.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Indústria e Comércio - MIC. **Estratégia de Moçambique para o processo de integração regional na SADC**. Maputo, 2005.

MOÇAMBIQUE. Ministério para a Planificação e Desenvolvimento – MPD. **Coordenação e eficácia da ajuda em Moçambique**. 3.ed. Maputo, 2013.

MOÇAMBIQUE. Resolução N° 32/2010 de 30 de Agosto. **Boletim da República** de 30 de Agosto de 2010, Maputo, 30 ago. 2010. I Série, N° 34, p.24-31. 4° Suplemento.

MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

MOSCA, J. **Economia de Moçambique**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUAGERENE, A. SADC regional integration: assessing the role of Angola and Mozambique. In: HANSOHOM, D. et al. (Ed.). **Monotoring regional integration in Southern Africa**. Yearbook, v. 5, p. 67-82. Windhoek: NEPRU, 2005.

NEACK, L. **The new foreign policy**: power seeking in a globalized era. 2nd. ed. New York: Rowman & Littlefield, 2008.

NEACK, L.; HEY, J. A.K.; HANEY, P. J. **Foreign policy analysis**: Continuity and Change in Its Second Generation. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995.

NGOMA, N. SADC: Towards a security community? **African Security Review**, [S.l.], v. 12, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://scholar.google.pt/scholar>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

NIEUWKERK, A. Regionalisation into globalisation? War Into Peace? SADC and ECOWAS Compared. **African Security Review**, [S.l.], v. 10, n. 2, 2001.

NILSSON, A. **Peace in our time**. Towards a holistic understanding of world society conflicts. Göteborg: PADRIGU, 1999.

NSEKELA, J.A. (Ed.). **Southern Africa**: Towards economic liberation. London: Collings, 1981.

OLIVEIRA, P. **Renamo, uma descida ao coração das trevas**. Lisboa: Europress, 2006.

PACHINUAPA, R. O nosso percurso para abertura das frentes de combate. In: PARTIDO FRELIMO. **Simpósio 50 anos da Frelimo**. Maputo: ACLLN, 2012. p. 90-97.

PARTIDO FRELIMO. **Simpósio 50 anos da Frelimo**. Maputo: ACLLN, 2012.

PEREIRA, A.D. A longa história da desigualdade na África do Sul. **Revista Philia & Filia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RAGIN, C. C. **La construccion de la investigacion social**: introduction a los métodos e su diversidad. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

RAMINA, L. **O princípio da autodeterminação dos povos e seus paradoxos**: a aplicação na guerra do Cáucaso de 2008. 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3336.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

REGIONAL INDICATIVE STRATEGIC DEVELOPMENT PLAN - RISDP. **Summary of the Regional Indicative Strategic Development Plan**. Gaborone: SADC House, 2003.

ROTCHILD, D. **Managing Ethnic Conflict in África**. Pressures and Incentives for Cooperation. Washington, D.C.: Brooking Institution Press, 1997.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY - SADC. **Summary of the Regional Indicative Strategic Development**. Gaborone: SADC House, Government Enclave, 2010.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY - SADC. **SADC Hoje**, Gaborone, v. 9, n. 4, out. 2006. Disponível em: <www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/portv9n4.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY – SADC. SADC Today, Vol. 7, No. 3, Agosto 2004. In: http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/v7-3-8-04/port_protocols.htm acesso em 1/12/2014.

SAÍDE, A. **Mozambique's solidarity with the national liberation struggle in South Africa**. 2014. Disponível em: <http://www.sadet.co.za/docs/RTD/vol5/RTD_vol5_2_chapter17.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.

SELEMANE, T. Moçambique tenta entrar na lista dos maiores produtores de carvão e gás. In: HALON, J. (Ed.). **Boletim sobre o processo político em Moçambique**, n. 53. Maputo: CIP e AWEPA, 15 fev. 2013.

SCHMIDT, E. **Foreign intervention in Africa**. From the cold war to the war on terror. Cambridge. Cambridge University Press, 2013.

SCHÜTZ, N. **Integração na África Austral**: a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

TRADE AND LAW CENTRE - TRALAC. **Cross-border movement between Mozambique and SA no longer require Visas**. Disponível em: <<http://www.tralac.org/scripts/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

VELOSO, J. **Memórias em voo rasante**. 3.ed. Maputo: JVICI, Lda, 2006.

WELLMER, G. **SADC: Between regional Integration and Reciprocal Free Trade with European Union**. Bonn: Bielefeld, 2000.

ZOTOV, N. M. MALIKH, V. N. **A África de expressão portuguesa: experiência de luta e de desenvolvimento**. Lisboa: Progresso, 1990.

ANEXO A - FILIAÇÃO DE MOÇAMBIQUE EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO	SEDE	ENDEREÇO ELECTRÓNICO
Organização das Nações Unidas (ONU)	Nova Iorque	www.un.org
União Africana	Addis Abeba - Etiopia	www.african.union.org
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	Gaberone - Botswana	www.SADC.int
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	Lisboa	www.cplp.org
COMMONWEALTH	Londres	www.thecommonwealth.org
A Associação dos Países da Orla do Oceano Índico para a Cooperação Regional (IOR-ARC)	Port-Louis, Maurícias	www.iornet.org
Organização para Cooperação Islâmica (OCI)	Jeddah – Arábia Saudita	www.oic-oci.org
Movimento dos Não- Alinhados NAM	Nova Iorque	
África, Caraíbas e Pacífico (ACP's)		
Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)	Desde 1951 a FAO está sediada em Roma.	www.fao.org
Organização Mundial da Saúde (OMS)	Genebra, Suíça.	www.who.int
Organização Internacional de Trabalho (OIT)	Genebra - Suíça	www.ilo.org
Organização Mundial Propriedade Intelectual (MOPI)	Genebra - Suíça	www.wipo.int
Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Paris, França.	www.unesco.org
Organização Mundial do Comércio (OMC)	Genebra - Suíça	www.wto.org
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD)	Roma- Itália	www.ifad.org/governance/ifad
Programa Mundial para Alimentação (PMA)	Roma	
Cruz Vermelha Internacional	Genebra - Suíça	www.cicr.org
Comunidade de Democracias		
Conselho de Paz e Segurança da UA	Addis Abeba	www.african.union.org
Parlamento Pan-Africano	África do Sul	
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	Abidjan	
Fundo Monetário Internacional (FMI)	Washington	www.imf.org
Banco Mundial (BM)	Washington	www.wb.org
Banco Islâmico para Desenvolvimento	Jeddah	
Organização Internacional da Polícia Criminal (INTERPOL)		
União Latina	Paris	
Comissão Oceanográfica Internacional (COI)	Paris	
Organização Marítima Internacional		
Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO)	Canadá	

Fonte: <http://www.minec.gov.mz/>. Acesso em 15 de Dez.2015